

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção

Dalton da Silva

**OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E NA
QUALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL URBANA: Uma contribuição ao
estudo das alternativas para as disposições finais funerárias
na ilha de Santa catarina**

Tese de Doutorado

Florianópolis
2002

Dalton da Silva

**OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E NA
QUALIDADE SÓCIO – AMBIENTAL URBANA: Uma contribuição ao
estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na
ilha de Santa Catarina**

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção
do grau de Doutor em
Engenharia de Produção

Orientador: Profa. Édis Mafra Lapolli, Dra.

Florianópolis

2002

S586s Silva, Dalton da

Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana : uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina / Dalton da Silva; orientador Édis Maфра Lapolli. – Florianópolis, 2002.

216 f. : il. + anexos.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002.

Inclui bibliografia.

1. Serviço funerário – Ilha de Santa Catarina (SC) – Aspectos ambientais.
2. Cemitérios – Ilha de Santa Catarina (SC). 3. Cremação. 3. Morte.
I. Lapolli, Édis Maфра. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. II. Título.

CDU: 614.6

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Dalton da Silva

**OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E NA
QUALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL URBANA: Uma contribuição ao
estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de
Santa Catarina**

Esta tese foi julgada e aprovada para a
obtenção do grau de Doutor em Engenharia de
Produção no Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 06 de dezembro de 2002.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Engenharia de Produção

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ricardo Wagner ad-Víncula Veado, Dr.
Moderador

Profa. Édis Mafra Lapolli, Dra.
Orientadora

Profa. Suely Grosseman, Dra.

Profa. Virginia Grünewald, Dra.

Profa. Ana Maria Benciveni Franzoni, Dra.

Prof. Glaycon Michels, Dr.

Aos meus pais,
Hermínio e Maria Eunice, pelo exemplo
de dignidade e amor.

Aos meus sogros,
Paulo e Ieda,
por terem também,
me acolhido como filho.

A minha esposa Abigail,
pelo amor, estímulo e orientações.

A meu filho Danton,
que tem me feito crescer
cada vez mais como pessoa.

Agradecimentos

À UFSC – Universidade federal de Santa Catarina.

Ao CEFET/SC – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina.

À PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis.

À Prof^a. Édis Mafra Lapolli, pelo estímulo e orientação pontual e competente.

Aos Professores Ana Maria Benciveni Franzoni, Glaycon Michels,
Ricardo Wagner ad-Víncula Veado, Suely Grosseman e
Virginia Grünewald, pela composição da egrégia banca examinadora.

À equipe de apoio das professoras Édis e Ana:

Fernanda, Kerlei, Liane, Lucas e Sheila.

A PROSUL e a funcionária Renata pelos trabalhos de informática.

Ao Dalberto, pelos trabalhos de revisão da tese.

Ao Eng.º Paulo Ricardo Caminha, pelo gentil empréstimo de fotografias de seu acervo.

Ao meu tio Arnon, padrinho, amigo e estimulador.

A minha tia Marilene pelo carinho e incentivo.

Ao meu tio Nilton pela amizade, correção e valorização aos estudos.

Ao meu tio Waldemar Joaquim da Silva Filho (o “Caruso”), Vereador, Prefeito de
Florianópolis, amigo e estimulador de minha identidade com o município.

A Jovina, a “Vina”, preta, escrava, Ribeironense,
falecida aos 117 anos, a quem tive o grato privilégio de ter convivido;
uma pessoa sábia em sua humildade, serenidade e simplicidade.

Aos meus tios, primos e avós.

Aos meus irmãos Waldemar, Roberto, Hermínio e Raquel.

As minhas sobrinhas Sara e Yasmin.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A Deus,

Pela própria razão da existência

*“O que perturba e ameaça o espírito sereno do homem,
não é a certeza presente da morte,
mas a incerteza futura da vida”*

JUSTINO ADRIANO FARIAS DA SILVA

Resumo

SILVA, Dalton da. **OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E NA QUALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL URBANA: Uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina.** 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

O saneamento ambiental e a ecologia são temas polêmicos, especialmente quando se considera os diferentes pontos de vista das diversas camadas que compõem nossa sociedade. A elevada densidade demográfica e a variedade das atividades humanas produzem poluição diversa e volumosa. Neste contexto destaca-se a necessidade de devida solução para o destino dos corpos humanos após a morte. Enquanto o índice de disposições finais funerárias é crescente, verifica-se o esgotamento da capacidade do meio ambiente de assimilar estas disposições frente as técnicas convencionais mais difundidas. O presente trabalho tem por objetivo, através de uma atividade dialética incessante, com base nos preceitos sócio-ambientais, propor novas alternativas para as disposições finais funerárias na Ilha de Santa Catarina. Face a situação de saturação das necrópoles em Florianópolis, o trabalho culmina recomendando três alternativas para solucionar o problema: cemitérios horizontalizados do tipo parque, cemitérios verticais e crematórios. Ao despender-se energias para alcançar este intento, acaba-se por voltar a atenção a própria morte do ser humano: verdade universal incontestável.

Palavras-chaves: serviços funerários, cemitério, crematório, morte.

Abstract

SILVA, Dalton da. **OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E NA QUALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL URBANA: Uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina.** 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

The ambient sanitation and the ecology are controversial subjects, especially when it considers the different points of view of the diverse layers that compose our society. The high demographic density and the variety of the human activities produce diverse and voluminous pollution. In this context it is distinguished the necessity of serious solution for the destination of the human bodies after death. While the index of funerary final disposals is increasing, it's verified the exhaustion of the capacity of the environment to assimilate these disposals ahead the spread out of conventional techniques. The present work has for objective, through a dialectic activity that never stops, based on socio-ambiental precepts, to propose new alternatives for the funerary final disposal in the Island of Santa Catarina. Facing the actual saturation of the necropolises in Florianopolis, this work finish showing three alternatives to the solution of the problem, which are horizontal cemetery, vertical cemetery and crematory. When expending energy to reach this intention, it finishes by calling back the attention of the human being's proper death: unquestioned universal truth.

Key-words: funerary services, cemetery, crematory, death.

Sumário

Lista de Figuras	p.11
Lista de Siglas	p.12
1 INTRODUÇÃO	p.13
1.1 Origem do trabalho	p.14
1.2 Objetivos	p.20
1.2.1 Objetivo geral	p.20
1.2.2 Objetivos específicos	p.20
1.3 Justificativa e importância do trabalho	p.21
1.4 Metodologia	p.24
1.4.1 Bases Metodológicas	p.24
1.4.2 Área de estudo	p.26
1.5 Estrutura do trabalho	p.30
2 REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA HUMANA, A MORTE E O MEIO AMBIENTE	p.32
3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E QUALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL URBANA	p.51
4 DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	p.69
5 O HOMEM COMO SER MORTAL	p.84
6 OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS EM FLORIANÓPOLIS E ASPECTOS CORRELACIONADOS À SAÚDE PÚBLICA	p.108
6.1 Situação no século XVII	p.109
6.2 Situação no século XVIII	p.111
6.3 Situação no século XIX	p.114
6.4 Situação a partir do século XX	p.134
7 ATUAIS EXPERIÊNCIAS DE DISPOSIÇÕES FINAIS FUNERÁRIAS E TENDÊNCIAS PARA O FUTURO	p.150
7.1 Cemitérios convencionais e do tipo parque	p.150
7.2 Cemitérios verticais	p.156
7.3 Crematórios	p.159
8 ALTERNATIVAS DE DISPOSIÇÕES FINAIS FUNERÁRIAS PARA FLORIANÓPOLIS E TENDÊNCIAS PARA O FUTURO	p.172
8.1 Considerações iniciais	p.172

8.2 Alternativas para Florianópolis	p.173
8.3 Considerações finais	p.177
9 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	p.179
9.1 Conclusões	p.179
9.2 Recomendações para futuros trabalhos	p.193
BIBLIOGRAFIA	p.198
ANEXOS	p.216

Lista de figuras

Figura 1: Área de estudo.....p.28

Lista de siglas

- ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
- ABREDIF – Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários
- AHM – Arquivo Histórico Municipal
- APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
- BPESC – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
- CANA – Cremation Association of North America
- CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
- CECCA – Centro de Estudos de Cultura e Cidadania
- CTAF – Centro de Tecnologia em Administração Funerária
- DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento
- FUNEXPO – Feira Nacional de Serviços Funerários
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IML – Instituto Médico Legal
- ISO – Organização Internacional de Normalização (International Standard Organization)
- MALESC – Mensagem da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
- MCMF – Mensagem do Conselho Municipal de Florianópolis
- MCR – Mensagem do Conselho Representativo
- PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
- SMTO – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
- SUSP – Secretaria Municipal de Serviços Públicos
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo
- RDF – Revista Diretor Funerário
- RESA – Revista Engenharia Sanitária e Ambiental
- RFSC – Revista Filatélica do Estado de Santa Catarina
- RIÉS – Revista Isto É Senhor
- RIHPESC – Relatório do Inspetor de Higiene Pública do Estado de Santa Catarina
- RPP – Relatório do Presidente da Província

1 INTRODUÇÃO

*“No princípio
Não havia existência ou inexistência
O mundo era energia não revelada...”*

*ELE vivia, sem viver, por SEU próprio poder
E nada mais havia”...*
Hino da Criação, do Rig Veda.

A presente situação ecológica do mundo em que se vive complica-se quase que diariamente. A humanidade encontra-se, paradoxalmente, diante de um problema com o qual defrontou-se somente nos primórdios do estágio de desenvolvimento do “Homo Sapiens”, a sobrevivência da espécie. A sobrecarga nos diversos ecossistemas do planeta é geral e, nem mesmo nos países mais afortunados em extensão, ela pode ser evitada em um futuro não muito distante. A própria presença do homem tem contribuído para aumentar consideravelmente o desequilíbrio ecológico. Compete à atual geração proporcionar os meios, o conhecimento científico e a oportunidade para que em nossos ambientes ecológicos não ocorra a deterioração inevitável e irreversível. Essa responsabilidade é tão grande quanto aquela de desenvolver economicamente o país, a de educar e a de produzir e consumir bens e serviços, dentre outros.

Para atender às suas necessidades, o homem construiu um ambiente artificial, caracterizado como ambiente urbano. Ao longo do tempo, aumentam as dimensões geográficas e ambientais em função da forma como vem se realizando o desenvolvimento das cidades. Desenvolvimento este que é retratado pelas formas de apropriação do espaço, normalmente de caráter eminentemente imediatista, e que se realiza ao longo do processo de intervenção do homem no espaço, sem ponderar as devidas conseqüências. Apesar disto, a cidade é um patrimônio humano. Patrimônio porque é o principal habitat da espécie humana na modernidade, assim como os animais na mata. Sob esta ótica, pode-se denominá-la “ecossistema urbano”, pois nela existe uma estrutura, como nos ecossistemas naturais, de transportes de matéria, energia, produção de resíduos e integração dos seres. Conjugam-se ainda em patrimônio, por ter requerido uma quantidade enorme de materiais da natureza e energia humana para sua construção.

Ironicamente, o espaço urbano que é planejado e construído para atender as necessidades e anseios humanos, acaba se tornando agressivo ao seu próprio criador, podendo em certas situações caracterizar espaços inumanos. O imediatismo

das ações do homem sobre o meio ambiente e sobre si mesmo, traduz-se em uma irracionalidade inexorável, constituindo-se em um verdadeiro traço de comportamento inerente do próprio sistema dominante. Isto representa uma gama enorme de problemas que se conjugam num alto grau de desconforto, além de acarretar danos à saúde pública, reduzindo o desempenho dos serviços públicos.

Conforme Lago (1986, p.19), este contexto de dificuldades ambientais nos centros urbanos é visto como “condições antibiógênicas”. Estas condições tem seu reconhecimento compartilhado por CECCA (1999, p. 12), sendo alvo de “preocupações constantes sobre a ilha de Santa Catarina”. Neste contexto, Gonçalves (1996, p. 7) afirma que:

parece não haver campo do agir humano com o qual os ecologistas não se envolvam: preocupam-se com questões que vão desde a extinção de espécies animais e vegetais, como a explosão demográfica, a corrida armamentista, a urbanização desenfreada, a devastação das florestas, o efeito estufa, as técnicas centralizadoras até as injunções do poder político que oprime e explora. Neste prisma, os serviços funerários, e, em especial, as formas de destino convencionais dos cadáveres humanos, passam também a ser vistos como mais um integrante do “caos urbano”.

Num país em fase de desenvolvimento como o Brasil, a expansão econômica e o crescimento demográfico geram um acúmulo de problemas que exigem soluções racionais e imediatas. A cidade moderna exige planejamento seguro para que o homem viva humanamente, condicionado nas prerrogativas de organização do espaço e qualidade sócio-ambiental.

1.1 Origem do trabalho

*“Tenha muito cuidado
com o que você deseja intensamente,
porque você certamente irá consegui-lo”.*
Ralph Waldo Emerson

A velocidade com que se acumulam os resíduos urbanos, incluindo-se aí os cadáveres humanos, assustam os estudiosos, de modo a sugerirem a possibilidade de, em um futuro remoto, lançá-los em órbita no espaço. Com todas as controvérsias e polêmicas, essa foi uma das proposições do congresso do “Institute of Solid Wastes” em 1965. Luz (1969, p.90). A contundente conclusão é compartilhada por

Scarlato (1999, p. 52) quando dá ênfase ao fenômeno da crescente volumetria de resíduos produzidos diariamente nos centros urbanos. Afirma o mesmo que:

para compreendermos o acentuado aumento e a diversidade na produção de resíduos no mundo, precisamos compreender primeiro a dependência do desenvolvimento econômico aos mecanismos de mercado. Tão importante quanto a poupança e o capital que a sociedade oferece para o sistema econômico é a sofisticação do consumo e os esforços energéticos para garantir a expansão do mercado.

Ao centrar sua atenção nos resíduos sólidos domésticos, reconhece que outros tipos de resíduos são produzidos e expelidos no ambiente urbano. Resíduos oriundos da atividade primária da própria vida e, outros, resultantes da própria morte de animais e homens.

O grande volume de resíduos de áreas metropolitanas, e sua contribuição para a degradação ambiental, verificadas também em áreas rurais, ainda que mais intensa na primeira, conjuga-se em séria dificuldade de equacionamento. Após a morte, os restos mortais, tais quais outros de qualquer natureza, merecem destino conveniente para sua disposição final. Nos tempos atuais e, principalmente para o futuro, a outros problemas de ordem urbana superpõem-se, configurados pelo dinamismo incessante da concorrência por espaços. Não são somente espaços físicos, traduzidos em unidades matemáticas de volume, mas, econômicos, ambientais e sociais.

A elevada densidade demográfica e a variedade de atividades humanas produzem poluições diversas e volumosas. No caso em foco, destaca-se a poluição causada pelos restos mortais humanos. Enquanto o índice de produção de poluição é crescente, a capacidade do meio ambiente de assimilar os detritos é esgotável.

O sepultamento dos corpos humanos, se dá nos espaços urbanos incluindo sua periferia, onde são disputados por inúmeros usos tais como residencial, comercial, industrial, lazer, entre outros. Os cemitérios convencionais são formas de destino final de cadáveres humanos capazes de expor a população a problemas de saúde pública e desconforto. O acúmulo destes resíduos permitem a contaminação de águas subterrâneas e superficiais. Podem liberar emanações fétidas, abrigo para vetores biológicos e outros problemas. A população pode ser afetada por estes resíduos, através do contato direto, indireto e psicológico. O contato direto é o mais remoto. O contato indireto se dá pelos agentes de doenças, através de vetores biológicos, águas e solo contaminados. O psicológico é traduzido pelo aspecto

tétrico da maioria dos cemitérios convencionais, face a ausência de padrões arquitetônicos e paisagísticos de estética e equilíbrio, artificialismo, acesso a prática do vandalismo e valorização de aspectos fúnebres.

O Saneamento é definido como uma atenção primária à saúde, sendo realizado para controlar doenças e propiciar conforto e bem estar a população. Ao centrarmos a atenção no chamado saneamento básico, reportamo-nos aos cuidados com a água, o esgoto sanitário e os resíduos sólidos. Porém, após vasta pesquisa bibliográfica, nota-se que a maioria dos autores ao estender o termo ao saneamento ambiental ou mesmo, somente ao saneamento propriamente dito, encampam as tarefas do saneamento básico e, incluem a drenagem urbana, o controle de vetores, e outras ações de manutenção e preservação das reservas naturais. Alguns também incluem o planejamento urbano como atividade do âmbito do Saneamento Ambiental. Porém, praticamente, nenhum inclui os serviços funerários como ação de saneamento. A omissão reflete o próprio desinteresse na formulação de trabalhos técnicos e na pesquisa de alternativas com vista a solução deste importante seguimento, incluso nas demandas de atendimento a comunidade. Paradoxalmente é gritante o estágio como hoje se apresentam a maioria dos cemitérios do país. Superlotados, deficientemente mantidos e operados e cada vez mais pujantes nas malhas urbanas. Prevalece em sua maioria, as condutas tradicionais e o uso de técnicas de disposição fadadas ao colapso. O corpo humano, após a morte, passa a se decompor. Sob esta ótica sanitária apresenta similaridade a qualquer resíduo sólido orgânico. No entanto, é mais fácil para a comunidade técnica e popular, encarar o problema dos resíduos sólidos de frente, do que, o do destino dos cadáveres humanos. Volta-se mais aos assuntos do cotidiano da vida; Deixa-se, posterga-se os assuntos da morte. O cadáver, retrata a morte. A morte é a maior certeza da vida corpórea e é coroada como a rainha das inaceitabilidades humanas. O corpo morto transfigura contundentemente esta certeza, esta dor, esta vontade humana de afastamento da realidade. No entanto, diante do féretro, mesmo em meio a tanta consternação, é paradoxal e, não pode-se deixar de enaltecer da importância sanitária do tema.

A inadequada disposição dos corpos humanos pode gerar problemas de poluição do lençol freático e do solo. Os cemitérios tradicionais são grandes consumidores de espaços já que crescem horizontalmente em ritmo geométrico. A cada dia avançam sobre espaços que eram naturais, podendo somar-se ao

compêndio da problemática urbana e ambiental. Além disto, atingem outros valores de igual importância, ao centrar-se a atenção no problema cênico, com a degradação da paisagem. Conjugam-se sob outras óticas, outros sentidos de valores que interferem na opinião pública como a religião, as crenças e os costumes. O ser humano tem uma responsabilidade pelos espaços que se apropria e constrói. É sua obrigação zelar pela qualidade e preservação dos mesmos. Cemitérios desordenados, aleatórios, sem rigor técnico, mal ocupados e mantidos, tornam-se em áreas degradadas, poluidoras e caóticas do ponto de vista espacial.

Os cemitérios convencionais crescem a cada dia horizontalmente, ocupando espaços com intensa voracidade. Ampliam-se no solo urbano com pujança impressionante. Fenômeno urbano marcante, caracterizado por suas implicações espaciais, ambientais e sociais. Normalmente, quando são iniciados, localizam-se ao largo das cidades a serem atendidas. Com o passar dos anos, a expansão da malha urbana alcança-os, ocupando seus contornos, cercando-os. Ocorrem pressões de expansão externas, em que as cidades ressentem-se das áreas ocupadas pelos cemitérios e pressões de expansão internas, em que os cemitérios ressentem-se das áreas ocupadas pelas cidades. Florianópolis, como a maioria das cidades brasileiras enfrenta estes problemas; cemitérios superlotados sem capacidade de expansão. São tímidas as iniciativas de implantação de soluções alternativas modernas. Alie-se ao fato de que quando o problema é tratado, sobrepuja sobre sua interpretação uma visão econômica, baseada na redução de aplicações financeiras necessárias ao alcance das melhores formas de disposição final para os corpos humanos. A visão economicista, normalmente, não leva em conta os fatores culturais, sociais e ambientais para a solução do problema. O papel das disposições funerárias, no amontoado de problemas de metrópoles de países em desenvolvimento, não passa de um mero detalhe de relegada significação, o que lhe confere um tratamento inadequado, encarado de um modo geral, sob o ponto de vista econômico, ou seja, efetuar as disposições ao mais baixo custo possível. Este ponto de vista principalmente no futuro serão seriamente questionados. Assim, atualmente pouco valor se dá ao prisma estético e sanitário, de grande importância para a qualidade de vida da população urbana.

Conjuga-se ao problema apresentado, o fato dos cemitérios convencionais passarem a ter caráter perpétuo no tecido urbano. Uma vez transformadas em cemitérios, dificilmente, ou melhor, raramente, estas áreas serão ocupadas para

outro fim. O tema sob esta ótica de transferência assume agora, polemicidade e imponência face aos reflexos da opinião pública. Polemicidade e imponência que também cintila na própria temática funerária e, em especial, na discussão das alternativas de destino final para os cadáveres humanos.

As cidades sofreram profundas alterações quantitativa e qualitativa, desde o final do século XIX. Cada vez mais as populações se urbanizam, gerando uma nova humanidade (mais urbana) e uma nova convivência humana. Temos uma dinâmica incontrolável que se materializa no espaço. Espaço que se torna cada vez mais urbano, e artificial.

O dinamismo de suas formas de apropriação dos espaços naturais e dos processos de mudanças, impõe uma impressão de que o tempo perde sua dimensão, o novo perde rapidamente o seu sentido inovador. Precisando mais o enfoque, a cidade é sólida, construída em concreto, asfalto,..., iluminada, pintada, drenada, mas, cada vez mais, é fruto da ação antropogênica que caracteriza nossa era. “Era das incertezas”, onde o próprio espaço urbano, materializado, consolida todas as perplexidades da vida. Perplexidade maior, ao lembrarmos que é ela, a cidade, que também acolhe seus mortos.

Sob a ótica do saneamento, um cadáver é visto como um resíduo sólido e orgânico. Hall (1983, p.147), ao enfatizar as conseqüências marcantes e alarmantes sobre a intensa massificação urbana de nossas cidades, fez um paralelismo entre os problemas de resíduos e o comportamento dos habitantes. Para o autor, a multiplicação das populações nas cidades, em toda a parte, está criando uma série de destrutivos “resíduos comportamentais”, mais letais do que a bomba de hidrogênio. Note-se que ele, ao salientar aspectos do comportamento no meio urbano, fez questão de denominá-lo com o termo “resíduos”, caracterizando-o com tom de letalidade. “As conotações insalubres do termo não são acidentais: um resíduo comportamental realmente age no sentido de agravar todas as formas de patologia que passam a ser encontradas dentro de um grupo.” Figueiredo (1997, p. 8) coaduna-se com esta visão ao destacar que os resíduos em foco induzem a um questionamento na atualidade e, tudo leva a crer que também no futuro, o “próprio progresso material das civilizações”. Segundo o autor, estes resíduos materiais e comportamentais, contribuem para um tipo de progresso que todos, de uma forma ou de outra, contribuem para ele, e quase todos não entendem e pagam os seus custos.

Com perspectivas de crescentes agressões ao meio ambiente e, conseqüentemente, à saúde das populações, diante do indevido equacionamento dos resíduos mais básicos e comuns, como é o caso dos cadáveres humanos, ao imperar a inércia e a omissão, Lorenz (1986, p.10), destacava isto como exemplo de “ações cegas e incrivelmente tolas, que ameaçam paulatinamente aquelas características, realizações intelectuais e emocionais que são especificamente humanas, que distinguem as pessoas, seres humanos, dos demais seres vivos”. São verdades que o homem até as reconhece e Chiavenato (1999, p. 9) questiona: “por que o homem não muda essa situação?” Segundo o autor, é difícil para o homem encarar determinados tipos de realidades com a seriedade adequada. Isto vai de encontro a inércias estabelecidas, que são o cimento dos sistemas sociais, que historicamente dominam a massa popular. Esta realidade é apreendida por Jordão (1995, p.2) ao afirmar que

“historicamente verifica-se um comodismo natural que possibilita um contato íntimo, embora indesejável, entre as fontes de energia e os resíduos humanos, decorrendo, em conseqüência um consumo de fontes de energia cada vez mais impuras a ponto de se tornarem num grau extremo inadequadas a vida”.

Filho (2002, p. 74/RIÉS – n.º 1696) ilustra esta situação ao centrar sua atenção no caso brasileiro. Com base nos recentes dados divulgados pelo IBGE sobre o último recenseamento geral do país, a retórica sobre a situação sanitária dos municípios é dramática. Problemas como a água para consumo humano, esgotos sanitários, resíduos sólidos, drenagem pluvial, falta de planejamento urbano, e as conseqüentes implicações na saúde pública e no meio ambiente são evidenciados pela matéria: “pesquisa do IBGE desnuda um Brasil exposto a sujeira, a enchentes e doenças, em conseqüência da falta de saneamento básico. Pouca coisa mudou em dez anos”. Para cobrir esta defasagem, a solução exige vontade política, educação e participação da população, bem como, recursos financeiros.

Toda a temática aqui apresentada contesta a dissociabilidade da relação homem-ambiente. Tal concepção colocava o homem como ser superior e modificador do ambiente, dentro de uma perspectiva de que os recursos eram inesgotáveis e renováveis. Wolman (1977, p.169), destacava que “a medida que o homem percebia que a terra era um sistema ecológico fechado, os métodos que antes pareciam satisfatórios para a eliminação dos resíduos, já não eram mais

aceitáveis.” Estes métodos foram aperfeiçoados mas, segundo Wiedemann (1999, p. 26) ainda carecem de otimizações com vistas a cobrir a defasagem dos atuais problemas ambientais.

A atividade funerária é milenar e acompanha a existência humana desde o seu princípio. A disposição dos cadáveres humanos sempre constituiu-se tarefa de impacto ambiental. Impacto qualificado sob o julgamento humano. Impacto este, também, em especial, para os familiares e pessoas mais próximas, que, diante da perda de um ente, naquele momento de dor, respeito e solidariedade humana, recorrem aos serviços funerários disponíveis. É neste momento crucial que o ramo funerário é lembrado, questionado ou aceito com suas qualidades ou deficiências.

Inserido o tema no conjunto de ações do Saneamento Ambiental, avança a necessidade do conhecimento sobre o mesmo, de modo a proporcionar uma interpretação mais equilibrada pela sociedade acerca deste serviço.

1.2 Objetivos

*“O que abrigares em teu coração será verdade e
converter-te-ás no que mais admiras”.*
Richard Bach

1.2.1 Objetivo geral

*“A alma dos homens assemelha-se à água.
Ela vem do céu,
Ao céu ela sobe
Tendo de voltar à Terra
Numa troca constante”...*
J. W. Von Goethe

O objetivo geral deste trabalho, ao focar a necessidade da melhoria de qualidade de vida urbana, é sistematizar propostas, fundamentando-as no quadro sócio-ambiental, para adoção de novas alternativas para o destino dos cadáveres humanos na Ilha de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos específicos

*“As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.
Mas as coisas findas
Muito mais que lindas
Essas ficarão”.*

Carlos Drummond de Andrade

- Analisar concepções sobre a natureza humana, a morte e o meio ambiente
- Evidenciar a obrigatoriedade de disposições funerárias, face ao princípio da indisponibilidade dos cadáveres humanos
- Identificar fatos históricos de relevância com o tema, direcionados para o entendimento da situação atual
- Caracterizar a participação das formas de disposições funerárias no contexto geral de influências na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana
- Identificar as formas convencionais de disposições funerárias como integrantes do atual e futuro quadro de dificuldades urbanas
- propor alternativas para o destino dos cadáveres humanos na Ilha de Santa Catarina

1.3 Justificativa e importância do trabalho

*“Dorme meu pai sem cuidado.
Dorme que, ao entardecer,
Seu filho sonha acordado
Com o filho que ele quer ter”.*
Toquinho e Vinícius de Moraes

Torna-se necessário um processo de revisão contínua para as disposições finais funerárias, questionando-se as soluções até aqui empregadas, triando-se e valorizando-se as que por ventura tenham valor, no intuito de resgatar o caráter de acolhimento e devido trato a este tema de importância. Neste contexto, a não realização das ações que impliquem na melhoria da prestação dos serviços funerários, em especial a disposição final dos cadáveres humanos, conduzem a

degradação ambiental, comprometendo sua qualidade e afetando diretamente as condições de saúde da população.

Na antiga desterro, ainda na ausência do urbanismo de massa, a convivência era relativamente harmoniosa entre seus habitantes e o ambiente. Havia muitos espaços disponíveis para o sepultamento dos mortos. Dava-se inclusive guarida ao sepultamento dos mortos ao redor das igrejas e, no interior destas. Isto ocorreu na área central da cidade e, também nos distritos do interior da ilha. No entanto tal solução fundamentada em costumes e crenças religiosas, foi duramente contestada em 1842. Neste ano a cidade foi assolada por uma doença que o presidente da Província denominou de “febre cerebral.” Com o aparecimento do mal, procurou-se ativar a execução de medidas higiênicas determinadas pela legislação municipal vigente. Apesar das medidas, a doença persistiu e se alastrou com velocidade assustadora. Segundo o RPP (1842), consultou-se professores e autoridades locais sobre os meios de salubridade que caberia empregar em tão calamitosa ocorrência, e uma das medidas apontadas como a mais eficaz foi: “fazer cessar imediatamente o abuso de enterros nas igrejas, onde já não se pode entrar por causa das exalações pútridas que nelas se respiram, e que derramando-se por toda a cidade lhe aumentam a infecção.”

O mérito essencial do fato está na aproximação da disposição dos cadáveres humanos com as questões de saúde pública da cidade. Tal prática porém, perdurou durante anos, chegando até a primeira década do século XX. No Século XIX eram operados os cemitérios do Hospital de Caridade e o dos altos da antiga rua Moinhos de Vento, hoje Felipe Schmidt. Este último era o cemitério municipal. Em 1868, lateralmente a este surgiu o cemitério Luterano.

Torna-se mais densa a análise, ao relacionarmos o tema com outros assunto ligados a ações de saneamento. As primeiras ações de saneamento realizadas, incluindo-se os serviços funerários, tiveram uma forte influência da teoria dos “miasmas” segundo a qual, as emanações provenientes da matéria orgânica em decomposição seriam as causadoras das doenças. Assim, o cemitério municipal desde o início do século XX foi visto como exalador de “miasmas” e responsabilizado pelos sucessivos problemas de doenças contagiosas que a população sofria. Com a proximidade de inauguração da primeira ligação Ilha – Continente, o cemitério também foi questionado por localizar-se na entrada da cidade. Repugnava-se o

aspecto “tétrico” que os viajantes que aqui chegassem teriam nas primeiras visões da cidade.

Diante de tantas pressões, Florianópolis conta com um raro caso, de transferência de cemitério. Em 1926 o mesmo foi transferido para o bairro Itacorubi, surgindo o cemitério São Francisco de Assis. Com isto, passou a constituir a principal solução para a disposição dos mortos da cidade. No entanto, hoje encontra-se completamente lotado, a ponto de serem efetuados sepultamentos nas vias internas. Com a impossibilidade de expansão para as laterais, pois, a urbanização da cidade englobou o mesmo, o processo de operação atual é por espaços e soluções internas. Os cemitérios distritais também encontram-se na mesma situação. A única alternativa diferente não está ao alcance da maioria da população pois, o cemitério Jardim da Paz localizado no bairro Saco Grande I é particular.

Os serviços funerários em Florianópolis, ora em foco, passam a ser inclusos como ação de saneamento, e, este é aqui fundamentado como ação de saúde pública, dentro das preconizações da OMS: “saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas ausência de doenças e enfermidades”.

Com relação a Ilha de Santa Catarina, face ao incessante processo de urbanização, os espaços são cada vez mais restritos. A cidade se vê acometida por problemas urbanos. Quais os espaços na ilha devem receber novas estruturas urbanas? Além de todas as considerações efetuadas até aqui, acresce-se mais esta, o problema de espaço. Urge a necessidade premente de se estudar alternativas que levem em conta o problema espacial. Se isto por si só não bastasse como problema de difícil equacionamento, em Florianópolis temos outro que é a não aceitação de qualquer alternativa em áreas próximas de seus habitantes. Em qualquer local da ilha e do continente, as reações contrárias às disposições funerárias na vizinhança serão veementemente questionadas. A municipalidade, por exemplo, quando resolveu implantar um novo aterro sanitário, não conseguiu fazê-lo dentro do município. Ninguém aceitou a vizinhança de um aterro sanitário. A solução recaiu na transferência para um local distante, no município vizinho de Biguaçu. O processo foi extremamente desgastante sob a ótica da opinião pública e aprovação nos órgãos ambientais e municipais. Acredita-se que a polêmica, quanto a implantação de novas soluções funerárias para a cidade, sejam muito maior. Neste contexto, pode-se amenizar a situação quando o problema for devidamente estudado, a opinião pública

esclarecida da gravidade da situação atual e, apresentadas soluções tecnicamente adequadas. Soluções que culminem no desenvolvimento humano.

Assim, fundamenta-se a necessidade de estudar e propor alternativas que possam contribuir com a responsabilidade social que o tema se fundamenta, no desenvolvimento e na aplicação de trabalhos voltados à esta necessidade emergente.

1.4 Metodologia

*A natureza sem o homem é perfeita.
O homem sem a natureza é imperfeito.*
Danton Ávila de Souza da Silva aos 9 anos de idade

1.4.1 Bases Metodológicas

*“O universo opera através de
trocas dinâmicas...
dar e receber são diferentes aspectos do fluxo
da energia universal.
Em nossa própria capacidade de dar tudo aquilo que
almejamos encontra-se a chave para atrair a abundância
do universo: o fluxo de energia universal para a vida”.*
Deepak Chopra

O presente trabalho tem por objetivo, com base nos preceitos sócio-ambientais, propor alternativas para as disposições finais funerárias em Florianópolis. Procura-se respostas para a indagação proposta através de uma atividade dialética incessante com vistas a propor alternativas para o atual e futuro quadro de dificuldades urbanas.

Do ponto de vista da sua natureza, o trabalho é considerado como pesquisa aplicada, porque objetiva gerar incrementos para aplicação prática com vistas a sistematização de propostas para contribuir com a solução dos problemas gerados pelas disposições finais funerárias em Florianópolis. Como tal, envolve verdades e interesses locais. Ascende ao inteligível, deduzindo racionalmente fatos e idéias, selecionando informações de relevância e, cria um ambiente propício à opinião crítica. As contradições e dificuldades não são consideradas ilógicas, mas

verdadeiros motores do pensamento em rota de racionalidade rumo aos objetivos propostos.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, trata-se de pesquisa qualitativa, porque a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo desenvolvido. A fundamentação teórica imprime sólida base para a estruturação do estudo de caso. A pesquisa é descritiva e os fatos são analisados indutivamente. Os processos sociais relativos ao tema e seus significados são os focos principais de abordagem.

Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa é exploratória, visando proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito e encaminhar recomendações para melhorias.

O trabalho envolve levantamento bibliográfico, estruturando seus diversos capítulos. Do ponto de vista de procedimentos técnicos, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica a partir de materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos de jornais, revistas, relatórios e materiais disponibilizados em arquivos históricos, bem como, na Internet e, direciona-se para um estudo de caso, pois, envolve o estudo amplo e detalhado sobre uma realidade local com vistas ao seu aprimoramento. Para isto, foi realizada vasta pesquisa sobre os serviços funerários na cidade e aspectos correlacionados à saúde pública, gerando uma cronologia básica. Envolve também experiências atuais em prática em outros centros e suas tendências para o futuro, de modo a fundamentar novas propostas. Para isto, foram realizadas várias viagens as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Curitiba e Porto Alegre, permitindo pesquisas “in loco” de instalações, equipamentos e detalhes operacionais e de manutenção de disposições finais funerárias em curso, bem como, participação em congressos e seminários.

Do ponto de vista filosófico são fundamentadas égides que são drenadas nas vertentes integrais do trabalho no qual o capítulo sobre a verdade universal, incontestável, “o homem como ser mortal”, alivia o autor da dificuldade de tratar do tema sómente com a postura e o compromisso técnico.

O planejamento da pesquisa, deu-se início através do seguinte questionamento: Quais as alternativas para as disposições finais funerárias em Florianópolis? A partir daí elaborou-se um conjunto de etapas, tais como pesquisa bibliográfica, cronologia básica, pesquisa e sistematização de técnicas aplicadas em outros centros, desenvolvimento de bases conceituais, teóricas e filosóficas, sistematização de

propostas para Florianópolis e, finalmente, apresentando conclusões e recomendações para futuros trabalhos. Para isto, foram vencidas as seguintes etapas: fase decisória, fase construtiva e fase redacional. Na 1ª fase deu-se a escolha do tema, a definição e a delimitação do problema da pesquisa. Na 2ª fase deu-se a construção de um plano de pesquisa e a execução da pesquisa propriamente dita. Na 3ª fase deu-se a análise dos dados e informações obtidas na fase construtiva culminando na produção escrita.

O método científico que fornece bases lógicas da investigação é o dialético, no qual, as contradições e dificuldades sobre o ambiente estudado, com o enfoque centrado nas disposições finais funerárias em Florianópolis, se transcendem dando origem a proposição de novas alternativas para sua solução. A historicidade e a busca do entendimento da atual realidade são práticas correntes na pesquisa. Buscou-se uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, considerando-se que os fatos apresentados devem ser considerados dentro de um contexto social, político, econômico, ambiental, etc. Trata-se de pesquisa qualitativa, onde os fatos reais são utilizados para argumentação clara com vistas ao cumprimento dos objetivos propostos.

Utilizando estas bases tecnológicas, o presente trabalho culmina propondo alternativas para solucionar o problema em tese, contribuindo para a Ciência Ambiental.

1.4.2 Área de Estudo

“Quando você quer alguma coisa, todo o universo conspira para que você realize seu desejo”.
Paulo Coelho

A presente proposta abrange toda a área da Ilha de Santa Catarina, conforme a figura 1, com Latitude de S – 27° 32’57” e Longitude W – 48° 32’57”, com área aproximada de 451,00 km². Conforme CECCA (1996, p. 15) está separada do continente pelas baías norte e sul, cujas profundidades máximas variam em torno de

11 metros. A primeira tem seu canal de entrada entre o maciço costeiro da Armação da Piedade na parte continental e o Morro do Forte na insular, e a Segunda entre a Ponta dos Naufragados e o Tômbolo do Papagaio. Neste último canal de acesso, excepcionalmente, registram-se profundidades de até 30 metros, as maiores verificadas em toda região. As duas baías são separadas por um estreito de cerca de 500 metros de largura, no qual também a profundidade pode chegar a 28 metros e sobre o qual foram construídas três pontes que ligam a ilha ao continente. Esta configuração geográfica da Ilha de Santa Catarina, sendo uma extensão dos grandes traços geológicos continentais, segundo CECCA (1996, p. 15), permite classificá-la como “ilha continental”. Seu relevo é caracterizado pela associação de duas unidades geológicas maiores: as elevações dos maciços rochosos, que compõem o embasamento cristalino, e as áreas planas de sedimentação, delineando, respectivamente, as denominações “serras litorâneas e planícies costeiras”, unidades geomorfológicas que caracterizam a paisagem ilhoa.

Segundo o IBGE (2002), Florianópolis, é o 2º município em população do Estado de Santa Catarina, com cerca de 270.000 habitantes; sendo pólo de um aglomerado urbano de aproximadamente 600.000 habitantes segundo o Censo de 1996. Florianópolis apresenta densidade demográfica de 618 hab./km². Sua população está localizada em sua maior parte na Ilha de Santa Catarina.

Segundo o IPUF (2002) a ilha foi uma das principais portas de entrada para o Brasil Meridional, pelo fato de possuir duas excelentes baías que formam um ancoradouro ideal em qualquer situação de vento e um porto de abastecimento e importante

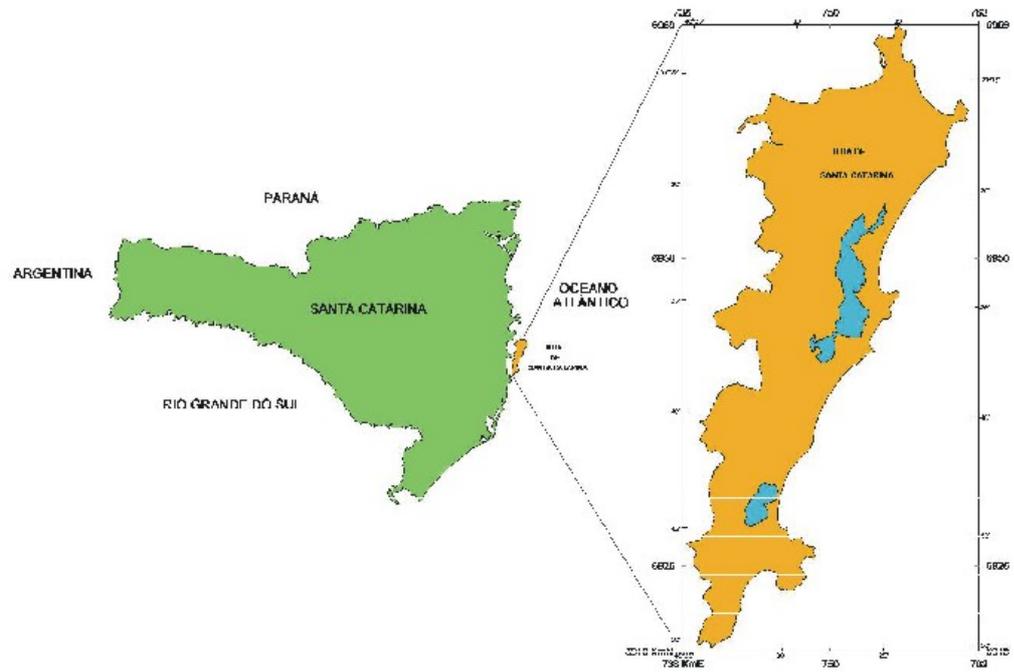


Figura 1: ÁREA DE ESTUDO

Fonte: FRANZONI (2000)

ponto de apoio no caminho para a região do Prata e na rota do Oriente através do Estreito de Magalhães.

Os primeiros habitantes da Ilha de Santa Catarina foram os índios Carijós, pertencentes à nação Tupi-Guarani. Viviam em pequenas aldeias e sua base alimentar era a caça, pesca e o cultivo de milho e mandioca. Seu artesanato era muito diversificado, como redes, esteiras, cestos, cerâmica, armas trabalhadas em pedra polida e madeira, canoa escavada em tronco do guarapuvu e a fabricação de bebidas e farinha. A ocupação das áreas litorâneas pelos primeiros europeus (século XVI), forçou a população nativa a fugir para o interior do continente. Seu legado cultural, permanece vivo na identidade catarinense.

A fundação efetiva da Povoação de Nossa Senhora do Desterro e posterior Desterro, ocorreu por volta de 1651, por iniciativa do bandeirante paulista Francisco Dias Velho. Com o processo de fortificação da Ilha de Santa Catarina, pela Coroa Portuguesa, contemplou-se o objetivo de povoamento da região a ser defendida, para a qual ocorreu um grande afluxo de imigrantes, proveniente das Ilhas dos Açores.

Foi o maior movimento organizado de transferência de colonizadores, e totalizava 6.000 açorianos, entre o período de 1748 até 1756. Para cada família foi destinada uma pequena faixa de terra, que resultou numa planificação territorial típica de minifúndios, com testadas exíguas e caracterizado pela cultura de subsistência.

As características da cidade que até então eram político militar, alteram-se para um contexto econômico mais apto a expandir-se com o florescimento comercial e marítimo, pelo incremento de algumas fortunas que emprestaram à localidade um ritmo intenso de progresso, acrescentando uma preocupação a mais aos políticos em investir na cidade que viria a ser a capital da província. A prosperidade é notória entre 1830 e 1880, coincidindo com a elevação à categoria de cidade e também com a visita de D. Pedro II (1845), propiciando algumas medidas de saneamento básico, urbanização e calçamento das principais ruas.

Daí para frente foram ocorrendo momentos de profundas transformações e de mudanças sociais. Foram impulsos decorrentes de investimentos públicos e privados, visando principalmente a construção civil. Evidenciou-se bem este fato no século XX. A implantação da Universidade Federal de Santa Catarina acrescentou às funções urbanas de Florianópolis a condição de centro de ensino superior. Houve

uma expressiva atração de contingentes de estudantes do interior e de outros estados e países, proporcionando novos empregos diretos e indiretos.

A parte continental, incorporada ao município de Florianópolis em janeiro de 1944, teve ao longo de sua história várias denominações: Arraial de Santa Cruz do Estreito, Passagem do Estreito, João Pessoa e simplesmente Estreito.

Um pequeno forte, o de São João, construído entre 1763 e 1793 para cruzar fogo com o do Sant'Ana, na Ilha, foi destruído e atualmente existem apenas vestígios de suas ruínas.

A construção da BR-101 veio facilitar os contatos com o interior do estado e o restante do país. Este acontecimento coincide com o desenvolvimento, nos primeiros anos da década de 1970, da indústria turística do município.

A modernização de Florianópolis no final do século XX altera substancialmente sua paisagem (edificações em diversos estilos, surgimento de modernos edifícios no lugar das construções seculares). As exigências do trânsito obrigaram à construção de duas novas pontes (Colombo Salles e Pedro Ivo Campos) e os 6 km² do aterro da baía sul. Este último veio separar a área central, que mantinha secular intimidade com o mar. A expansão urbana saltou do centro histórico para os balneários a partir de 1970; e com a rápida evolução a partir de 1980, tornou-se polo turístico do Mercosul.

1.5 Estrutura do trabalho

“O barro foi o meu princípio e a terra é a herança de toda a minha linhagem”.
Josemaria Escrivá

Este trabalho está estruturado em nove capítulos. No primeiro é apresentada uma “introdução” que identifica o tema e sua problematização, a área de estudos, a metodologia, os objetivos do mesmo, além da justificativa e sua importância.

Compondo uma “fundamentação teórica”, são efetuadas reflexões sobre a “natureza humana, a morte e o meio ambiente”, “a organização do espaço, a

qualidade sócio-ambiental urbana” e “o desenvolvimento sustentável” nos capítulos 2, 3 e 4 respectivamente.

No quinto capítulo, procura-se centrar a atenção para “o homem como ser mortal”, através de abordagens filosóficas necessárias ao desenvolvimento do tema do trabalho, de modo a permitir um entendimento da complexa relação do ser humano com sua morte, seus processos de entendimento, apegos, aceitação, contestação e esperança por outras vidas pós morte.

No sexto capítulo é desenvolvida uma “cronologia dos serviços funerários em Florianópolis e aspectos correlacionados à saúde pública”.

No sétimo capítulo são apresentadas “atuais experiências de disposições finais funerárias e tendências para o futuro”.

No oitavo capítulo apresenta-se “alternativas de disposições finais funerárias para Florianópolis”.

Em seguida são apresentadas as “conclusões” obtidas no desenvolvimento do trabalho e “recomendações” para aplicações e futuros trabalhos sobre os serviços funerários na cidade.

Finalmente as referências bibliográficas citadas e pesquisadas são listadas, bem como os anexos.

2 REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA HUMANA, A MORTE E O MEIO AMBIENTE

*“Os homens bons não morrem,
ficam encantados”.*
João Guimarães Rosa

As aspirações de um crescente progresso material, nutrido pela humanidade habituada a uma proliferação aparentemente ilimitada das maravilhas da técnica, têm efeito decisivo sobre a intensificação da luta da vida. Nesse campo, o domínio sobre a natureza, fenômeno aparentemente sem limites, está explicitamente colocado a serviço de exigências cada vez mais vivas, no que concerne à transformação dos recursos do meio natural em múltiplos produtos e local de descarte de resíduos. Tais aspirações, bem arraigadas em vastas regiões do mundo, continuam a ampliar-se. Resta saber se podem, ou não, ser universalmente e indefinidamente satisfeitas.

O astronauta Neil Armstrong dizia “Tudo no espaço é negro”, sublinhando o que mais o impressionara na paisagem cósmica que se descortinava através das escotilhas da Apollo 11. “Tudo é negro menos a Terra, que se apresenta como admirável mancha colorida”, acrescentava. Kade (1975,p.6). O autor ainda comenta:

“Com sobradas razões poderíamos chamar a essa paleta múltipla, que brilha no espaço, de imagem da vida. Foi na “boa terra”, como Frank Borman, outro astronauta, denominou nosso planeta, que se deu o milagre, ou o acaso, da formação da primeira célula, início do admirável processo da evolução, contra a entropia. Por quanto tempo ainda refletiremos, no negro céu do espaço sem atmosfera, as sete cores do prisma, dando no universo morto o testemunho de um pensamento criador? A resposta dependerá muito de nós e de nosso comportamento diante da natureza”.

A possibilidade do homem viajar orbitalmente, ausentar-se da Terra, exemplifica sua capacidade criadora em comunhão com a genialidade. Segundo Arendt (2001, p. 9) isto vem de encontro as extraordinárias palavras gravadas em um obelisco fúnebre de um dos grandes cientistas da Rússia: “a humanidade não permanecerá para sempre presa à Terra”. A autora acrescenta:

“há algum tempo este tipo de sentimento vem-se tornando comum; e mostra que, em toda a parte, os homens não tardam a adaptar-se às descobertas da ciência e aos feitos da técnica, mas, ao

contrário, estão décadas à sua frente. Neste caso, como em outros, a ciência apenas realizou e afirmou aquilo que haviam antecipado em sonhos, sonhos que não eram loucos nem ociosos. Quando da primeira viagem orbital, a novidade foi que apenas um dos jornais mais respeitados dos Estados Unidos levou finalmente à primeira página aquilo que, até então, estivera relegado ao reino da literatura de ficção científica, tão destituída de respeitabilidade (e à qual, infelizmente ninguém deu até agora a atenção que merece como veículo dos sentimentos e desejos das massas). A banalidade da declaração não deve obscurecer o fato de quão extraordinária ela é, pois embora os cristãos tenham chamado esta Terra de “vale de lágrimas” e os filósofos tenham visto o próprio corpo do homem como a prisão da mente e da alma, ninguém na história da humanidade jamais havia concebido a Terra como prisão para o corpo dos homens nem demonstrado tanto desejo de ir, literalmente, daqui à Lua. Devem a emancipação e a secularização da era moderna, que tiveram início com um afastamento, não necessariamente de Deus, mas de um Deus que era Pai dos homens no céu, terminar com um repúdio ainda funesto de uma Terra que era a Mãe de todos os seres vivos sob o firmamento?”

Este comportamento é insistentemente questionado por Branco (1999, p. 113) ao enfatizar “a necessidade humana, quase incontável”, para satisfazer seus objetivos de consumo e permanência sobre a terra.

Parece incontestável a existência de um vínculo de causa e efeito entre as manifestações das relações de domínio exercidas pelo homem sobre a natureza e os imperativos da luta pela vida. Cada vez que essa luta se intensifica e que os homens se opõem mais uns aos outros, pois, não existe uma ordem de entendimento, buscam-se novos meios para revigorar o domínio e conter assim as tensões oriundas do conflito. Caso estes meios não sejam encontrados, a ordem social acaba por desintegrar-se. A experiência mostra que a medida que o homem aumenta regularmente seu domínio sobre o meio natural, o campo das relações de dominação entre os homens se acha necessariamente ampliado na mesma proporção. O quadro é retratado na luta pela sobrevivência. Ao pensar-se que a sujeição total da natureza melhoraria a condição humana, erra-se com o mesmo efeito que a opinião preconcebida, muito comum nos tempos atuais, segundo a qual os resultados da ciência e da técnica poderiam, à vontade total do homem resolver todos os problemas. Essa concepção não leva em conta a realidade concreta das manifestações da natureza e das relações sociais e, em especial sobre estas, das distorções nelas existentes, pelas persistentes relações de domínio entre os homens. A sujeição da natureza exterior, por grande que seja, não pode, por si mesma, coroar o homem como o grande dominador, sem levar em conta causas e efeitos, nem mesmo suscitar uma ordem social harmoniosa. Em outras palavras, o motivo é que a sujeição da natureza não pode tornar-se instrumento de glória, senão

quando fundamentalmente associada a uma dominação da própria natureza humana na escala das relações sociais mais harmoniosa. Entende-se aqui por “dominação da natureza humana”, a criação de uma ordem social universal, baseada na racionalidade e na liberdade, ordem na qual as exigências do homem em relação a natureza exterior e a seus semelhantes não mais se achassem falseadas pelos imperativos da luta violenta pela vida. Esse domínio da natureza interior (humana) é o complemento indispensável da sujeição da natureza exterior. Assim, é mais prejudicial que útil fazer distinção entre ambiente natural e ambiente social, dado que o comumente denominado “ambiente” só tem significado num quadro social onde as preferências são aquelas de cada homem em sua interação com os demais e com a natureza. Neste contexto, para Gonçalves (1996, p. 9) “o homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza”.

Os aspectos manifestamente irracionais da situação contemporânea, onde as perspectivas oferecidas pelas vantagens potenciais de toda inovação moderna de grande alcance, se acham obscurecidas pelos perigos bem mais imediatos que comportam, mostram que, contrariando a opinião mais difundida, o desenvolvimento do poderio sobre a natureza exterior não é, em si, um processo equilibrado e que só o poderá ser num contexto social de racionalidade geral. Segundo Kade (1975, p.3), “na ausência de tal premissa, os modos de domínio existentes no conjunto da sociedade conduzem a uma sujeição repressiva da natureza que serve para revigorá-los”. Tal quadro permanece na atualidade pois, “freqüentemente o homem não avalia todas as conseqüências decorrentes de sua interferência e dominação, de tal forma que os benefícios esperados podem ser acompanhados de uma série de prejuízos inesperados ou negligenciados”, conforme enfatiza Branco (1999, p. 85). Mesmo diante do grau de conscientização das sociedades atuais no que diz respeito a questão ambiental e das reações que esta questão tem suscitado nas populações, conforme Figueiredo (1997, p. 15), seria difícil para um observador recém-chegado ao planeta entender o quadro de degradação da atualidade, decorrentes da implacável conduta dominadora sobre a natureza.

As relações do homem com a natureza não podem ser consideradas independentes. A natureza humana e o meio natural transformado em meio humano, como são as praças, os jardins, as ruas, as edificações, ..., os cemitérios, ... , são

resultados de um mesmo processo dialético, de um mesmo processo de condicionamento e de formação recíprocas. É justamente neste ambiente transformado que o homem procura, obstinadamente, a satisfação de uma de suas necessidades mais profundas: a necessidade de sua “projeção concreta”, da confirmação da tangibilidade extrema de tudo que ele é, faz e quer fazer do mundo. No seu universo operativo chama a atenção a sua capacidade de projetar e de fazer mudanças. Neste contexto, também existe o típico ato de projetar sem ação concreta, cuja finalidade fundamental não é a realização imediata e sim a utopia. O homem sonha, embalado por sua natureza interior, com situações novas, recriadas, transformadas em outras, apropria-se de sonhos, materializa-os em situações da vida e até da morte, hipotetizando novos acontecimentos históricos, esboçando detalhes de um mundo ainda desconhecido, ou talvez ainda por inventar. Apesar disso, reconhece-se nesta situação sua coragem inovadora e, quase sempre, acompanhada de carga revolucionária. Quando se tem esperança em alguma coisa, também se tem alguma coisa para dizer a si mesmo e aos outros, existe uma intenção concreta, um discurso pronunciado de forma insistente, um caminho a ser trilhado, enquanto que, do mesmo modo, a projeção, o sonho, a utopia, tornam-se inúteis quando não se tem esperança em nada, nem nada a dizer para si e para os outros.

As vantagens proporcionadas por um certo domínio do homem sobre a natureza, fundamentadas na valorização da “qualidade de vida”, buscam os caminhos da aceitabilidade, quando estas vantagens possam ser equitativamente distribuídas entre os homens e que o sistema, assim aperfeiçoado, por mais que possa parecer centrado na utopia, deixe de comportar ameaças diretas de aniquilamento e prejuízo à natureza e ao próprio homem. Falando em qualidade de vida, Souza (2000, p. 117) esclarece que esta

“não se pode simplesmente comprar no mercado, está nela entranças fatores que interferem na qualidade de vida, mas as vezes não se pode nem mensurar mas, também de suma importância, como por exemplo: qualidade do ar, beleza cênica, liberdade política e sofre transformação na sua natureza pelo trabalho social”.

Na ausência da qualidade de vida, sofre-se as conseqüências por se ter recusado a ver que a conquista da natureza supõe uma dominação da natureza humana: os aspectos positivos e negativos do progresso científico e tecnológico

permanecem intimamente interligados. A irracionalidade outrora fácil de tolerar, pela razão de que o império sobre a natureza exterior não bastava para ameaçar o futuro da espécie, o mesmo não acontece hoje. Para que a dominação da natureza não seja repressiva, porém, racional, torna-se necessário que o progresso em direção à utopia deixe de estar funestamente associado a um revigoramento dos elementos puramente materialistas. A materialidade aqui colocada destaca a necessidade de melhores relações no próprio seio da sociedade. Onde o bem comum seria o pólo das relações do homem com o próprio homem e com a natureza. No entanto, segundo Costa (1994, p.10), “bem ou mal, só existem para o próprio homem”. Segundo ele, o homem deveria ter mais consciência do próprio fato de assim ser provido. “Porque o bem e o mal, o bom e mau não existem na natureza”. Nada é bom, nada é mau sob a luz da ausência da consciência. Uma ação humana só pode ser qualificada de boa ou má por um julgamento do pensamento. Pensamento e julgamento que são atributos humanos. Costa (1994, p.10) faz o seguinte questionamento: “Como saber se uma ação é boa ou má?”. Para ele inúmeras incursões foram feitas neste terreno. Optou-se por seguir vasta linha de investigação centrada na natureza humana e as que dela estão próximas. É um ponto de vista particular, longe de ser unânime. É praticamente impossível conseguir unanimidade neste terreno. Partiu do princípio, aparentemente óbvio, de que só pode-se julgar moralmente uma conduta quando se pode reconhecê-la como portadora de um sentido ético. Uma conduta passível de avaliação moral é a que se deixa exprimir por meio de proposições éticas. A conduta e racionalidade humana devem ser espelho da ética. Positivas ou negativas as relações com a natureza serão julgadas pelo próprio homem, com ou sem “ética”, sob o silêncio e vácuo de consciência da natureza exterior. Portanto, o homem que aprimore seus procedimentos, ao caber a ele o papel de julgar o que é bom ou mau perante os processos de dominação e avaliação de suas conseqüências. No contexto a relação de ambigüidade é acrescida em vantagem para o mesmo, colocado sob os auspícios de quem ficou com o privilégio de pensar e agir a luz de seus julgamentos. Privilégio este, indiferente aos processos naturais.

Beazley (1995, p.16) destaca a importância da “ética” na vida urbana através dos seguintes questionamentos:

“como deve-se viver e quais princípios morais devem guiar nossa conduta?
A ética em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento humano produz

um questionamento ainda mais específico: como deve-se agir em relação à terra e a comunidade da vida que compartilha este planeta?”

Afirmar que tem-se o dever de cuidar e respeitar as pessoas e outras formas de vida é expressar uma crença ética. É ético também respeitar os mortos, os cadáveres que durante tempos serviram como expressão da vida humana particularizada. Na vida e também na morte o contexto ético é extremamente amplo, fundamentado na idéia de que este, pode iluminar o relacionamento entre as pessoas e a natureza. Faz parte de muitas culturas e é elemento importante das principais religiões. São muitas as religiões e filosofias morais que nos recordam a unidade da “comunidade da vida” e sublinham a importância de nossa responsabilidade para com a natureza. Culminam por afirmar que o desenvolvimento não pode se dar às custas de outros grupos ou de gerações posteriores; que deve-se dividir de modo justo os benefícios e custos do uso de recursos e da conservação; que o homem, ser consciente, é responsável por todas as formas de vida; e que a natureza merece cuidados por si mesma, e não apenas para satisfazer às necessidades humanas. Utopia que leva a pensar se não estaria na hora da vida urbana experimentar o sabor destas afirmações. Podem parecer sonhos mas, hoje, são preceitos fundamentais para uma “nova ordem social urbana”. Diante de tal intento, que se pudesse libertar destes dias de duras visões, apropriadas pelas impropriedades das atitudes humanas; que se pudesse libertar da realidade dura e fria e, que a sociedade urbana venha a optar por valores éticos iluminados pelo “bem comum”, é o que se atreve a esperar. Optar por estes valores está no devaneio do pensamento e preocupação sobre a sociedade urbana atual e futura, no trato da vida, e também da morte. Falando-se em valores e na morte, é oportuno salientar que o justo sepultamento também é para o homem item de preocupação e é, um direito objetivo. O direito de ser sepultado ! Transfere-se à esfera do poder público municipal o dever de sepultar ou concessionar a terceiros, fiscalizando-os. Em ambos os casos procurando garantir dignidade e qualidade aos sepultamentos. Culminam todos os esforços jurídicos como solidários a ética e ao respeito aos cadáveres e aos locais de sepultamentos, direcionados nos princípios da repressão ao desrespeito à memória dos mortos, que constitui o fundamento e a razão de suas leis, manifestando-se de modo incisivo com as munições morais do direito. Regem também princípios jurídicos sobre a utilização do corpo humano após a morte. No campo das atividades científicas e terapêuticas, como em outros domínios, a

utilização do corpo humano após a morte é um fenômeno legítimo, em si, e útil, como fator indispensável ao progresso científico e bem estar da sociedade, mas sob a condição de ser mantida dentro de limites éticos e jurídicos e de não ficar entregue, exclusivamente, ao instinto natural que conduzem o homem à conquista de proveitos e vantagens sempre maiores de forma impensada.

Assim, a destinação do corpo humano privado de vida não é livre e aleatória, mas, precedida de princípios morais, éticos, sanitários, urbanísticos, jurídicos e religiosos. Fundamenta-se no “princípio da indisponibilidade do corpo humano após a morte”. Após a morte, o corpo humano torna-se indisponível, ou seja, sob ação do governo ou por meio de serviço de concessão, devem ser auferidos cuidados adequados ao seu trato e destinação. O corpo indisponível não deve estar a sorte de ações que dependem de fatores incertos e irresponsáveis, e, encontra guarita nas ações dos “bons princípios e guarda do que é respeitado”. A destinação do cadáver encontra assim, os seus limites, nos personalíssimos e incontestáveis direitos do falecido, nos deveres e direitos dos familiares para com a memória e respeito aos seus entes, e, nos deveres e direitos de culto, respeito e recordação que a sociedade empreende aos seus membros falecidos. Norteiam-se aos indivíduos regras morais que lhes deve orientar as condutas sociais ao exercício das disposições funerárias. Não bastam ser sanitária e ambientalmente corretas, mas, morais e eticamente aceitáveis pela sociedade. Recorre-se a intervenção do Estado nos seus domínios, a fim de enquadrá-las dentro das regras impostas pela lealdade, bons costumes e interesse social. Não se admite indiferença, ofensa, mau trato, desrespeito, banalidade ou disposição inadequada com o cadáver humano. Neste sentido, Farias (2000, p.16), enfatiza: “os princípios em que se funda a teoria da repressão ao desrespeito aos mortos dominam todos os institutos do direito funerário, revelando-se, assim, sob mais este aspecto, a unidade desse ramo do direito”.

Após o transcurso da vida, reside sobre o homem, ou melhor, sobre seu cadáver, fundamental preceito sustentado por bases civis, canônicas, administrativas, jurídicas, etc., qual seja, o direito de ser sepultado. Esta aí, também um dever perpétuo que recai sobre os vivos. Direito dos mortos e dever dos vivos. Sobre estas duas convicções se fundamenta a prática de “assistência aos mortos, necrologia e culto dos ancestrais”. Como exemplo, pode-se citar as oferendas periódicas, transfiguradas em orações, cerimônias, e oferendas dedicadas aos

mortos com o intuito de lhes assegurar paz e conforto, retratando “assistências” praticadas pelos vivos para os mortos. A estes objetivos, incorporam-se outros, enaltecidos pelos princípios da religiosidade e espiritualidade dos homens. Originalmente busca-se dar assistências aos mortos, mas, a questão é mais ampla. Busca-se também ajuda a si mesmo, ou seja, aos vivos. Ao dar assistência ao falecido, o homem acaba por encarnar para si paz e conforto, em meio a consternação, acaba por fortalecer valores morais, éticos e religiosos necessários a superação do infortúnio, luto, resignação e continuidade da vida. Assim, o conjunto de práticas de assistências aos mortos acaba por dar sustentabilidade ao homem perante ao próprio exercício de ter que lidar com a morte, fundamentado nos preceitos históricos, etnológicos, antropológicos, jurídicos e religiosos.

A conservação moderna inspirou-se nas filosofias éticas que enaltecem ao mesmo tempo os valores intrínsecos e instrumentais do mundo natural. Os entusiastas da vida selvagem e os advogados dos direitos dos animais enfatizam os valores intrínsecos, já os defensores da conservação dos recursos sublinham os valores instrumentais, práticos, para o bem-estar humano. A noção de conservação, da maneira como delinea-se no mundo atual, inspirou-se em valores que incluem o dever de cuidar tanto da natureza quanto das pessoas. Segundo Beazley (1995, p.16), em 1930, Aldo Leopoldo propôs uma ética da terra que “refletisse a existência de uma consciência ecológica, e que esta por sua vez refletisse uma convicção da responsabilidade individual pela saúde urbana”. Esta ética foi há muito tempo ofuscada, principalmente pela visão utilitarista do homem, onde via a natureza apenas como objeto de apropriação urbana. Entretanto, nas últimas décadas, tem ocorrido um esforço cada vez maior para reafirmar uma abordagem ética adequada aos tempos modernos. Este esforço sublinha um conjunto de princípios coerentes e moralmente poderosos capazes de guiar as sociedades humanas no exercício da vida e, também, frente ao exercício inevitável de morrer. Baseiam-se em uma crença fundamentada nas pessoas como força criativa, e no valor de cada ser humano individual e de cada sociedade humana. Acolhem valores morais e éticos, tingidos pela necessária humildade do ser humano ao ver-se como forte agente do exercício da vida, e também, reconhecedor de sua fragilidade, diante da inevitabilidade de sua própria mortalidade. Ao morrer, seu corpo torna-se “indisponível” sob o amparo das leis e dos comportamentos humanos. O corpo morto passa a ser objeto de transação pública, e, tem que ser disposto de forma digna. O nascimento e a vida, aqui, frente

a esta situação crucial, porém, não causam tanto impacto quanto a morte. A humanidade nasce e vive sob um processo atribuído ao campo da normalidade, do transcurso de um dia após o outro. Nascer e viver é transcurso normal. Porém, aqui, “a morte, nivela a todos ao mesmo patamar” e, colocada no sentido ético, vem a incrementar um processo de amplitude de valor e não de fim, amornando a euforia da supremacia do homem sobre a natureza e sob sua própria vida carnal. Exige também incremento de igualdade entre os homens, duro e cortaz. Trata-se de égide sublime, entre outras, onde o homem reconhece seus limites existenciais. Limites estabelecidos entre o nascimento e a morte. Traço comum entre todos, regra divina, especial por ser de todos, testemunha do fato humano de existir e de terem coisas em comum. A conclusão pelo fato de todos os homens terem premissas comuns são importantes pois, suscitam ares de possíveis, raros que sejam, ambientes de humildade e igualdade, necessários ao planejamento e a busca pelo bem comum, onde poderia-se vislumbrar um ambiente urbano onde “todos seremos e teremos bem melhor do que é hoje”. Neste sentido, as crenças éticas atuais reconhecem a necessidade de melhorar a qualidade da vida humana urbana atual e de acabar com as desigualdades, ao mesmo tempo em que enfatizam o respeito e o cuidado que deve-se não apenas uns com os outros mas a todas as formas de manifestações de vida caracterizadas como urbanas. Na verdade, fundamenta-se a necessidade pela transição por “sociedades éticas sustentáveis”, exigindo mudanças na maneira como concebe-se o trato dos cidadãos uns com os outros, com o meio urbano, valores e prioridades. É fato que em muitas sociedades, as pessoas precisam mudar suas atitudes diante de questões cruciais pertinentes a própria existência humana, porque o ambiente onde se vive, e também se morre, já não é capaz de atender suas demandas ou resistir a seus impactos. Todos os homens tem direito de usufruir dos benefícios da natureza e também do meio edificado, meio para viver e morrer, mas precisa-se admitir que eles não estarão disponíveis se não forem cuidados apropriadamente. Hoje, ainda sonha-se com uma grande sociedade que por ser exemplo, pudesse inspirar outras, com base em valores que dessem atenção adequada ao futuro das comunidades urbanas. A vida urbana atual precisa ser repensada, reportada sob novos princípios, do divino que sejam, mas, ampliada pela boa vontade dos homens que nela vivem e morrem. Sem isto, contudo, a humanidade urbana corre o risco de não ter um futuro satisfatório: poucos escaparão de suas patologias.

Souza (2000, p. 113) aborda que “entendida de maneira restrita, a degradação ambiental diz respeito à destruição e à ruptura do equilíbrio de ecossistemas naturais”. Ademais, compreendida de modo conservador, para o autor

essa destruição e essa ruptura são debitadas na conta da “ação humana” ou, como dizem os cientistas naturais, do “fator antrópico”, sem se levar em conta que, em uma sociedade estruturalmente heterogênea e heterônoma, o comando do processo de degradação é prerrogativa de alguns indivíduos e grupos, que os ganhos com esse processo não são uniformemente repartidos e que os impactos sociais negativos dessa degradação não incidem com a mesma intensidade sobre toda a população (esta é, aliás, uma outra categoria perigosamente genérica). Na interação entre natureza e sociedade, a degradação ambiental é entendida como o solapamento da qualidade de vida de uma coletividade na esteira dos impactos negativos exercidos sobre o ambiente. Este ambiente pode ser o ambiente natural ou recursos naturais, quanto o ambiente construído com seu patrimônio histórico, arquitetônico, seu valor simbólico, afetivo, etc., influenciados por fenômenos ligados à dinâmica e a lógica do modelo civilizatório vigente.

Para Vieira (2000, p. 60):

o meio ambiente que nos preocupa, enquanto indivíduos, cidadão e pesquisadores, é aquele relativo ao homem, às sociedades humanas. O que nos inquieta são as transformações que colocam em risco seu florescimento. O que desejamos é compreender os processos que condicionam o estudo desse ambiente, visando dispor de melhores condições de se prever e controlar sua evolução. O que sabemos é que esse meio ambiente constitui resultado de processos de origem “natural”, não humana, e de ações antrópicas; sabemos também que essas últimas adquirem uma importância considerável, pelo menos a curto e médio prazos, pelo fato de interagirem com os processos naturais a ponto de conseguirem alterar suas tendências profundas.

Neste contexto, Garcia (1999, p. 116), destaca suas preocupações centralizando sua atenção sobre as questões ambientais e sociais ao denominá-las de “sistemas complexos”. Nestes sistemas, salienta a importância por estudos sobre os ecossistemas naturais que tenham sofrido a ação do homem. Seja por meio de exploração de seus recursos renováveis e não renováveis, e também pela instalação dos assentamentos humanos de diversos tipos, incluindo as grandes urbanizações e as obras de infra-estruturas impactantes. Pela primeira vez, surge a oportunidade de serem julgadas as ações individuais, de cada um integrante da sociedade urbana, onde ao conjugarem-se, resultante do somatório de uma a uma, acabam por causar “problemas que terão seu ônus socializado”. A sociedade urbana acaba por pagar pelo erro de um ou de grupos. A princípio, mesmo que sem intenção, as vantagens são individualizadas para quem as praticou, mas, o ônus é socializado e

dividido sob a forma de dívida ativa ambiental, social e econômica. A cada ação individual sobre o meio urbano, por menor que seja, quando somada ao contexto global, corre o risco de incorporar-se em fato de impacto, onde poucos escapam de seus efeitos. Portanto, há necessidade de serem repensadas estas ações individuais e coletivas, norteadas por princípios éticos que permitirão resolvê-los. Os princípios éticos ora salientados, destacam o homem como ser pensante, consciente e impulsionador de valores. Assim, diante das perplexidades dos atos e de seus julgamentos, possa um dia o homem assumir uma postura de sensibilidade e de verdadeira responsabilidade. A cada ação, por mínima que seja, comunga com o cosmos e este por sua natureza, exige reação. Fato comum, também na natureza humana. Retrato disto, a luz do comportamento urbano, é que, “a cada criança que nasce, acontecimento efêmero, sob a ótica do entendimento individual, familiar, coletivo, global, universal, cósmico e, divinal”, tomada apenas como exemplo, surgem novas expectativas e demandas a serem incorporadas as existentes. A cada novo nascimento humano consolidam-se demandas, de toda ordem, sobre as quais, as sociedades urbanas nem sempre, estão preparadas a ampará-las. A cada ato da vida, individual e coletivo, e também, a cada morte dos humanos, individual e coletiva, da mesma forma, surgem novas expectativas e demandas a serem incorporadas as já existentes. Neste complexo tramo de demandas Gama (1998, p. 13) destaca que:

“traçando um paralelo com o conceito de ambiente, percebe-se que ele comporta as mesmas noções básicas que caracterizam o sistema aberto, em que ocorrem interações entre o subsistema natural e o subsistema antrópico, que na verdade constituem um todo indissociável. É um sistema complexo, com múltiplos níveis de organização, e é um sistema dinâmico, pois muda ao longo do tempo”.

O caminhar da criança sobre a areia da praia, o carinho e o amparo familiar, a solidez da moradia, a escola, a igreja, as flores, as árvores, a cidade, o mundo novo e inovador, a metrópole, a epopéia da ciência, o espaço sideral, o buraco negro a ser desvendado, o peso dos cascos dos animais de carga, o solo compactado, a microbiologia, o mar, as vertentes, as artes, a usina de leite, o túnel, o bonde, os carros, os homens trabalhadores, o escavar de uma porção de solo natural para implantação de um jardim, como são os jardins de girassóis; os bens contáveis, o inventário, os pássaros, a criação de canários, a plantação de batatas, milho, arroz e bromélias, o pão nosso de cada dia, o sonho, o novo e o inusitado, os

desagrados humanos, o projeto do novo edifício, a busca por melhores dias, os atos próprios e os impróprios, as orações, a vontade de vencer, a boa intenção, o templo, a dor solitária, a luz, o gás central, o transformador de energia elétrica, a chave, a escada, os dormentes dos trilhos, o túnel, o trem, a fumaça, o muro de arrimo de alvenaria de pedras, o encarregado de obras, a execução de uma fundação para uma nova casa, o planejamento, as despesas, o sacrifício familiar; o aterro dos resíduos, as fragmentações materiais, os distúrbios urbanos, a volúpia financeira, o caos social, o crime, o sangue derramado, o apodrecimento de carcaças de animais e homens, as covas, as esquifes, as dores permanentes, os ossos despojados arqueológicos, as exumações, os idosos e sua sabedoria, o solo e o subsolo, a água potável, os aquíferos, as virtudes imutáveis, o belo equilibrado, o vaso de flores, a parede branca, a doce vida, a harmonia e os arranjos musicais; as tempestades de águas e comportamentos humanos, as nascentes, as calçadas de ladrilhos hidráulicos, os caminhos ostentativos, o acolhimento dos vivos e dos mortos, as decomposições orgânicas, os sacrifícios humanos, os pensamentos, as utopias, as guerras, as bombas atômicas, as agonias humanas, as dores e os impropérios, as inconcreções, as insalubridades, as patologias, as inconformidades humanas, as mortes, as inumações, as cremações, as cinzas, a terra, os sofrimentos humanos, a devastação, o ressentimento ambiental e social, o padrão a ser alcançado, a qualidade de vida, os aterros, os cardumes de peixes, os corais, as eutrofizações, as pedras molhadas pela chuva intensa; o requerimento, a dor silenciosa, o alimento, o novo elemento viário, o terreno preparado para uma nova indústria, o canal de pedras para escoamento de águas pluviais, o naufrágio, a busca, o plano monumental, o porto seguro; a terra, a remoção de solos, caminhões e máquinas a trabalharem sem parar, o extrair de argila para a fabricação de tijolos, os destroços materiais, as disposições finais, o esgoto a céu aberto, a insensatez, a abertura de uma nova estrada, uma escola, um hospital, um asilo, um cemitério, um crematório; o alimento matinal, a força das palavras, o silêncio do morto, as imagens de satélites, o projeto, uma nova avenida, uma mina de ouro, um muro, um túmulo, um bueiro, um imposto, um livro e um mundo diversificado; a jazida de rocha, a base de edificação ou prédio compartimentado, o quarteirão, o plano de trabalho, o terremoto, a vida digital, o mundo tridimensional, o mármore, a usina de força eólica, a ilha granítica, as aves, o sal extraído dos mares, o pobre trabalhador, o dogma cronológico, o laboratório, a graça, o jazigo perpétuo, o portão monumental, as

esculturas, os engenheiros de obras, o uso do concreto armado nas construções, o aço, as ondas eletromagnéticas, a energia solar, a atitude responsável, a angustia, a dor de amor, o sofrimento permanente, a flor cultivada nos pântanos, a criação de aves, o novo alimento, a fome mundial, a mendicância, os vinhedos, o gado nas pastagens e nos abatedouros, o prato de comida, o buraco aberto na estrada, a endemia, a epidemia, e a nova pandemia, a chuva ácida, a derrubada das árvores, o fogo, a propriedade, a medionidade, o lugar comum, o bem intransferível, os débitos, o inventário interminável, a rigidez matemática, a inconformidade perante a injustiça e a dor, o doente terminal, a dor mortal, o medicamento, a agonia, a escada, a morbidez, a anuência, o semblante pálido humano, o humilde pescador, o rico de espírito, a idade avançada, a sabedoria incomparável, a morte, o cadáver, a dor, as lágrimas, o transcurso de novos dias, a barragem, a água encanada, a nau em mar bravio, o cais, os barcos, as tubulações a conduzirem novos líquidos, o poço profundo, o mirante, a cruz, a luz natural, o vinho, o acalanto, a obra do artista, a nova tela expressionista, a textura, as cores vivas e coloridas, o parto, o sofrimento intenso, o nascimento divinal, o ato puro e universal, a simplicidade verdadeira, o caráter, a fortuna do rico, a dificuldade do pobre, o barbeiro ambulante, o casal que vai a igreja, o lançamento de novos livros, a areia, a argamassa, o concreto, o vidro quebrado, o carpinteiro, o gás canalizado, a correspondência, a bruma, as folhas mortas, os jardins de flores brancas, os versos dos poetas, o início e o fim, o nascimento e a morte; a opera, os dogmas verdadeiros, o dia e a noite, a presunção do decadente, a insensatez, o mendigo, o féretro, o calvário e a crucificação, a anunciação das odisséias, o faminto, o químico, o carpinteiro, o passageiro, o soldado, o monumento, a praça, os mortos de fome, as sarjetas, os pedreiros, os ideais convictos, a fé inabalável, os pilares dos tempos, as carruagens de fogo; a força dos vulcões e da genialidade humana, as janelas abertas, o ar frio, o ciclo hidrológico, a sombra das árvores, a nevasca, os animais de abate, a cadeia trófica, a magnitude da natureza, a compaixão, a benevolência, a estação da luz, a vegetação primária, a inocência, o sal da terra, a clemência, o sonho, o sentido das palavras, as boas aventuras, o caminho de pedras orladas pelo tempo, o fruto maduro, a harmonia existencial, o ato de dar e receber com humildade e alegria, as bases existenciais, a virtude e a abnegação, a paz de espírito, as mães e os pais, o amor e dedicação aos filhos, a servidão silenciosa, a reforma da igreja para espiritualidade dos homens, o sol e o nascer de um novo dia, o prédio da

maternidade edificado com toda salubridade para o nascimento das crianças, o prédio da prefeitura para referencial de vida administrativa da cidade dos cidadãos urbanos, a lua e a noite cálida, o cemitério preparado para enterro dos mortos, as orações, as lápides ostentadas sobre leitos térreos, os corpos estendidos nas urnas,..., os ossos,..., as cinzas,..., o retorno a terra com a convicção de que “do pó nós viemos e para o pó nós voltaremos”, ..., os bons sentimentos, a Fé, o Céu e a Terra,...,....., o Eterno, para o Todo e o Sempre,....., Deus,....., e, o cotidiano “do relacionamento entre os humanos”, conscientes ou não, entre tantos atos, palavras e obras, naturais e humanas, infinitas, configuram-se em exemplos de ações individuais e coletivas a serem inseridas na complexa “matriz da organização e qualidade ambiental urbana”. Esta é a “suprema matriz” a ser considerada na “nova ordem social urbana”, onde, possa o homem dispor de meios, amparados nas tecnologias para entendimento das variáveis finitas e, principalmente, ter “a sublime humildade e sabedoria de recorrer a Deus na busca do entendimento da essência verdadeira destas variáveis finitas e, das infinitas (até onde o homem possa alcançar-lás)”; cada ação individual possa ser registrada e cada ação coletiva também, em que os urbanos as julgarão e mudarão seu rumo, se assim optarem e, se assim forem iluminados sob a luz da “concordância divina”.

Hanley (1997, p. 58) destaca que “é possível haver certo controle sobre o ambiente, de forma aceitável, mediante incentivos que promovam a conscientização social sobre os atos individuais e coletivos”. Prades (1992, p. 130) enfatiza que esta busca por soluções deve ser orquestrada por “elementos éticos permanentes”. Neste contexto, Beazley (1995, p.17), coloca esta matriz sob sublime enfoque direcionado aos “elementos da ética mundial para uma vida urbana sustentável”:

- todo ser humano faz parte da comunidade da vida, composta por todas as criaturas vivas. Esta comunidade liga todas as sociedades humanas, as gerações atuais e as futuras, e a humanidade e todas as outras partes da natureza. Ela abarca tanto a diversidade cultural quanto a diversidade natural.
- Todo ser humano tem os mesmos direitos fundamentais e iguais, incluindo: o direito à vida, à liberdade e à segurança; a liberdade de pensamento, consciência e religião; a liberdade de indagação e de expressão; o direito de associação e reunião pacíficas; o direito à participação no governo; o direito à educação; e, respeitando-se os limites da Terra, o direito aos recursos necessários à manutenção de um padrão de vida digno. Nenhum indivíduo, comunidade ou nação tem o direito de privar outro de seus meios de subsistência.
- Cada pessoa e cada sociedade devem ter respeitados esses

- direitos; e cada pessoa e cada sociedade são responsáveis pela proteção dos direitos dos outros.
- Todas as formas de vida merecem respeito, independentemente do seu valor para as pessoas. O desenvolvimento humano não deve ameaçar a integridade da natureza ou a sobrevivência de outras espécies. As pessoas devem tratar todas as criaturas de modo digno, e protegê-las da crueldade, do sofrimento e da matança desnecessária.
 - Todas as pessoas devem assumir a responsabilidade pelo impacto que provocam sobre a natureza. As pessoas devem preservar os processos ecológicos e a diversidade natural, e utilizar os recursos de modo frugal e eficiente, garantindo que o uso dos recursos renováveis seja sustentável.
 - O objetivo de todas as pessoas deve ser a partilha justa dos benefícios e custos dos recursos usados entre as comunidades e grupos, entre as regiões pobres e aquelas mais afluentes, e entre as gerações atuais e futuras. Cada geração deve deixar um mundo tão diverso e produtivo quanto aquele que herdou. O desenvolvimento de uma sociedade ou geração, não pode limitar as oportunidades de outras”.

Deschamps (1997, p. 37) faz alusão aos inúmeros “efeitos das ações antropogênicas sobre o meio e sobre o próprio homem” e Hanley (1997, p. 159) chama a atenção que “na atualidade transbordam os problemas decorrentes do uso de tecnologias inconvenientes e da ação predatória do homem sobre o meio ambiente”. Estas inovações tecnológicas como vem acontecendo, são acompanhadas de uma mudança na auto-imagem do homem perante si e perante a natureza. No seu âmago persiste uma tendência de superioridade. Assim, quando se trata de pensar sobre o ser humano e a vida entre os membros de sua espécie, a natureza, já não serve mais de espelho, nem de guia. Não se podem enfrentar os problemas do mundo em que vive-se sem discutir os valores que sustentam as soluções propostas. Decorre a afirmativa de uma essência da natureza humana que se consolida nestes valores. A afirmativa é compartilhada na atualidade por Figueiredo (1997, p. 16). Observa que “na escalada do movimento ambientalista atual, uma das contribuições mais importantes é questionar o comportamento do homem frente ao chamado desenvolvimento em um sistema materialmente e ecologicamente limitado”.

Kade (1975, p.28), observava que a técnica deveria ser considerada, quanto ao essencial, como a aptidão para dominar a natureza, não a natureza exterior, mas as relações entre a humanidade e a natureza. Aguiar (1994, p. 36) acrescenta que neste contexto “o ambiente natural e humano é um sistema complexo e dinâmico de relações e interferências recíprocas, que deve ser analisado sob uma ótica

totalizante, considerando-se os aspectos naturais e os humanos oriundos dos modos de dominação”. Hanley (1997, p. 159) chama a atenção que na atualidade “transbordam os problemas decorrentes do uso de tecnologias inconvenientes e da ação predatória do homem sobre o meio ambiente”. A delicada interação entre a natureza interior e a exterior determina o quadro no qual toma lugar o empreendimento da conquista da natureza. Um domínio das relações entre a natureza e o homem, e do homem com ele mesmo, longe dos imperativos da repressão, resultantes do sistema ideal de dominação em vigor no seio da sociedade, permitiriam talvez concretizar as sonhadas boas promessas contidas nos “elementos da ética mundial para uma vida urbana sustentável”. Suscitando a verdadeira essência do enfoque, a questão é saber, não somente que tipo de conquista da natureza mas, que espécie de homem quer-se ter. Neste contexto, Gonçalves (1996, p. 76) salienta que se “a sociedade-cultura instituiu a forma presente de relação com a natureza e dos homens entre si, é necessário perceber-se que este conceito de natureza e de homem que têm-se não é mais nem menos natural que qualquer outro e se não agrada, têm-se de superá-lo através de um pensar e de um agir mais lúcidos”. Neste intento, Hanley (1997, p. 426) evidencia a possibilidade de mudanças através de um “desenvolvimento sustentável” em ambientes onde possam imperar a racionalidade e a planificação no uso e apropriação dos espaços naturais”.

A questão agrava-se na atualidade e, também, com grandes tendências para o futuro pois, segundo Camargo (1999, p. 6) “com o antropocentrismo, o homem se coloca como um agente externo à natureza, ainda que admitindo pertencer ao reino animal, o mesmo julga-se uma forma de vida superior, por se considerar racional”. No entanto, a racionalidade nem sempre esta presente nas ações humanas de apropriação e domínio sobre a natureza e sobre ele mesmo. Prevalece o imediatismo, como pode-se exemplificar através das ações de apropriação dos espaços naturais quando transformados em cemitérios convencionais. Vorazes consumidores de espaços horizontalizados, impactantes e culturalmente eternos. Capra (1987, p. 20) já considerava que na procura das raízes deste dilema, as energias voltavam-se a “percepção de uma visão de mundo e de ciência que, por consideraram a realidade mais como uma máquina do que como um organismo vivo, condenaram a natureza a uma dominação humana permanente”. O homem com este comportamento voltado a concentrar suas energias aos imperativos do

progresso e desenvolvimento a qualquer preço acaba por defrontar-se com realidades paradoxais. Segundo matéria da RIÉS-Revista Isto É Senhor (2002, p. 14/nº 1686),

tem-se na atualidade inúmeras provas de que os países mais ricos não possuem o povo mais feliz e estão muito longe de ter a simpatia unânime de todas as nações. Índices econômicos positivos, progresso tecnológico, supremacia sobre a natureza e materialismo exacerbado não são sinônimos de desenvolvimento pleno.

Conclui que “o desenvolvimento mais valioso é o da natureza humana, que tem como base a cultura, a ética, a moral e a harmonia das relações interpessoais e para com o meio natural”. Gonçalves (1996, p. 75) reforça este enfoque ao abordar que:

um dos problemas da ecologia e do pensamento ecológico tem sido a questão do tratamento dado ao homem”. Segundo o autor, “essa dificuldade tem profundas raízes no atual processo civilizatório. Não é raro ouvir-se frases do tipo: “o homem está destruindo a natureza”! Ao mesmo tempo se evoca o exemplo de comunidades indígenas como modelo e paradigma da relação homem-natureza. E, aqui cabe a interrogação: não são os indígenas homens? Se o são, e essa é uma verdade inquestionável, pelo menos para a biologia, de que tipo de homem esta se falando quando se afirma que “o homem está destruindo a natureza”? Claro que quando se trata dos indígenas esta se falando de uma outra sociedade, de uma outra organização social, de uma outra cultura. Ora, se isto é verdadeiro, não são os homens enquanto categoria genérica que estão destruindo a natureza, mas sim, o homem sob determinadas formas de organização social, no seio de uma cultura.

Certo domínio da natureza só de um ponto de vista especial, é aceitável: quando oferece a consciente possibilidade de tirar proveito dos conhecimentos humanos para melhorar qualitativamente as condições de vida. Esta é a face das vantagens humanas, contrastante com a face de indiferença da natureza exterior. A consciência é atributo humano. Atributo que coroa e crucifica o próprio homem. Para Costa (1994, p.10),

a natureza não se preocupa com nada, nem mesmo com o dinamismo da própria existência. A natureza não tem compromissos, para processos naturais, não existe valor. Tanto faz morrer ou viver, porque tudo entra no mesmo ciclo da eternidade. Os homens é que são capazes de construir um espaço humano de permanência.

A sociedade humana fundada sobre as bases da permanência, precisa de artifícios culturais para sobreviver. É uma resposta a vulnerabilidade do corpo, à

mortalidade e ao “reconhecimento” de sua desvantagem perante ao régio equilíbrio da natureza.

O homem reage a sua mortalidade de muitas formas. Arendt (2001, p. 10) faz alusão as relações do homem com a Terra. Segundo a autora, “a Terra é a própria quintessência da condição humana e, ao que sabemos, sua natureza pode ser singular no universo, a única capaz de oferecer aos seres humanos um habitat no qual eles podem mover-se e respirar sem esforço nem artifício”. E acrescenta:

O mundo, artifício humano, separa a existência do homem de todo ambiente meramente animal; mas a vida, em si, permanece ligado a todos os outros organismos vivos. Recentemente, a ciência vem-se se esforçando por tornar “artificial” a própria vida, por cortar o último laço que faz do próprio homem um filho da natureza. O mesmo desejo de fugir da prisão terrena manifesta-se na tentativa de criar a vida numa proveta, a ponto de criar seres superiores. Esse homem do futuro, que segundo os cientistas será produzidos em menos de um século, parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada, um Dom gratuito vindo do nada (secularmente falando), que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. Não há razão para duvidar de que sejamos capazes de realizar essa troca, tal como não há motivo para duvidar de nossa atual capacidade de destruir toda a vida orgânica da Terra. A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso conhecimento científico e técnico, e, esta questão não pode ser resolvida por meios científicos: é uma questão política de primeira grandeza, e portanto não deve ser decidida por cientistas profissionais nem por políticos profissionais.

A preocupação com a permanência é humana. O sonho de permanecer eterno e de fazer pacto definitivo com o cosmos é retratado em seu espaço de dominação. O espaço humano de permanência é configurado na materialidade dos processos de transformação do que é natural em artificial, onde os homens permanentemente, incessantemente, e, parece indissociável da própria natureza humana, insistem em comprovar sua existência. Existência que quer representar ultrapassar aos limites da própria vida carnal. A antropogenia é materializada no espaço sob a forma de dominação do que é natural, com ares de querer permanecer para sempre. Assim são as cidades e sua estruturas de concreto e aço. Assim são as “necrópoles”, materializadas para guarda dos corpos humanos que não vivem mais, erguidas sobre a soberba dos pilares dos tempos. Corpos que não vivem mais, mas abrigam-se com a impressão da eterna permanência do homem. Está na natureza humana este comportamento perante a morte. Assim, frente a morte, a ansiedade pelo estado de permanência coexiste com os processos dinâmicos de apropriação do espaço.

A natureza humana volatiliza sua inquietação frente a morte ao buscar amparo em uma lápide. Lápide de rocha granítica. Rocha dura e fria, extraída da natureza e talhada pelo homem. Testemunha eficaz dos processos de permanência, ao bem cumprir seu papel de resistir ao tempo e as intempéries. Como em outros espaços, aqui, mais do que nunca, o homem com a justificativa ostentada pelo inevitável, demonstra sua ação dominadora sobre a natureza, materializando-a em espaços funerários. Materialização em sua maioria, retratada pelo imediatismo e ausência de planejamento frente as questões ambientais. A morte e o cadáver são responsabilizados pela sociedade ao imprimir ações rápidas de dominação frente aos espaços naturais. “Não há tempo, é preciso pressa nos processos de demanda da morte”. Demanda por disposições. Disposições transfiguradas e acondicionadas em estruturas e objetos de lembrança e permanência. Materialidades que o homem inspirado sob diversas visões, criou para comprovar seu pacto com o eterno. A demonstração voraz de permanência nestes lugares ultrapassa ao nível da própria matéria, ao representar símbolos de valores humanos e espirituais. Configuram-se em locais onde a própria vida humana cintila no céu dos questionamentos e inquietudes frente a própria existência. Templos da saudade e dos sentimentos de dor e de perda. “Caudais conduzentes de infinitas lágrimas de saudade ao infinito mar dos apegos humanos”. Símbolos da espiritualidade e dos sentimentos humanos a desafiam o tempo. São lugares de acolhimento e consternação, representam um fim, inaceitável ao próprio homem. Fim que sob diversas crenças não representa o fim propriamente dito mas, o início de uma nova vida, uma nova existência que poderá ser traduzida em outras permanências. No entanto, representam o ato sublime dos homens morrerem por mais puramente físico que seja. Perante a certeza da morte, conjugam-se em dispositivos de amparo ao corpo humano que perdeu a vida e de proteção social para enfrentar a desordem e o vazio. Destino final para os corpos e para o mar das inconformidades humanas. Símbolos de respeito perante a imutabilidade do fato corpóreo de morrer. Materializados no espaço urbano com a certeza de serem eternos, imutáveis, testemunhas do ato humano de querer viver, descansar e permanecer para todo o sempre e, assim serão,...., enquanto o homem existir,....

3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E QUALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL URBANA

*“Nunca penso no futuro.
Ele chega bastante cedo”.*
Albert Einstein

Existe uma ambiência latente no espírito dos homens. Está na natureza humana ambientar-se, para viver, e, ... até morrer. Essa natureza “mental e espiritual”, interfere no que se constitui de meio natural a ser dominado, encampado e moldado sob esta égide. Tijolos, concreto, aço e madeira, para o homem, não são menos reais que os elementos do meio natural, embora coexistam na diversidade de seu julgamento, percepção, atitudes, crenças e comportamentos. Elementos do ambiente contra os quais reage procurando modificá-los para sua ambiência.

Segundo Maldonado (1971, p.17), “desde sempre, ou pelo menos a altura em que o homem se pôde chamar assim, temos vivido num ambiente em parte construído por nós próprios”. Este ambiente, no entanto, conforme acrescenta Branco (1999, p. 115), é incrementado pelo fato do homem, tal como todo ser vivo ser parte integrante de um sistema ambiental. A evolução cultural do homem determina modificar este sistema a seu modo, repartindo-o e “humanizando-o”. Essa evolução cultural tem, também, a tendência a complexificação. Nesta concepção, Camargo (1999, p. 8) destaca que “a soberba racional do homem o levou a atitudes anticológicas”. Todavia, a consciência da existência deste ambiente, ou melhor, a tomada de consciência do fato bastante evidente que, estamos envolvidos e condicionados por um território especificamente nosso, por um meio físico e sociocultural que hoje denominamos de “ambiente humano”, é, paradoxalmente uma das mais recentes conquistas. A realidade do ambiente humano representa o mundo concreto onde multiplicam-se os esforços mais firmes para cada um viver. Viver consigo mesmo e com os outros, com a natureza e, com a morte. Para os ecólogos, o ambiente humano, definido com uma objetividade quase polemica, é um dos numerosos subsistemas que compõe o vasto sistema ecológico da natureza. Todavia, os mesmos ecólogos, não hesitam em atribuir ao nosso subsistema um “comportamento muito particular”, o mais singular de entre os que se podem encontrar no nosso planeta. Este caráter excepcional do ambiente humano não é

uma ficção antropogênica. O nosso subsistema se distingue, primeiro que tudo, pela possibilidade de usar e, até abusar, das suas relações com os outros subsistemas e influenciar radicalmente os seus destinos. Todos os outros subsistemas também podem interferir no equilíbrio ecológico de outros, mas hoje só o nosso se acha em posse da capacidade virtual e real de provocar perturbações substanciais, ou melhor, irreversíveis no equilíbrio dos outros subsistemas. Mas o risco não fica por aí. Cada perturbação deste gênero nunca é setorial, pois cedo ou tarde acaba por alterar a estabilidade de todo o sistema, sem evidentemente excluir o subsistema que foi o agente inicial de perturbação. “Perturba-se aos outros e a si mesmo”. O fator que no universo ecológico assume a função provocativa é o homem, e mais especificamente, sua consciência operante sobre o “meio físico e sócio-ambiental”. Deste modo, o conceito de ambiente humano encontra sua origem no pensamento filosófico moderno e nas contribuições da ciência ecológica. Ambientes que foram condicionados para condicionar, por assim dizer, o nosso comportamento individual e social. Referem-se as estruturas físicas, materializadas, consumidoras de espaço, que, ao nível de transformarem-se em objetos, construções e cidades, de ambiência humana, para a vida e para a morte, concorrem para dar uma forma e um conteúdo cultural ao nosso meio. O espetáculo que o nosso ambiente hoje nos oferece, parece, à primeira vista, confirmar a efetiva participação dos humanos, um a um. Efetivamente, nos dias de hoje, todo aquele que vive neste mundo com os olhos abertos, só pode reconhecer esta realidade de ver, suportar e reagir. “É uma realidade em que as relações entre os humanos e os objetos atingiram um grau de irracionalidade exasperante”, Maldonado, (1971, p.18). Todavia, destaca que devemos denunciar a irracionalidade do nosso ambiente, mas, não pode-se esquecer que ela é resultado de vontades concretas, e que todos, direta ou indiretamente, constroem os objetos de ambiência, que se tornam uma parte determinante desta “condição humana urbana”. A exemplo disto, Tuan (1998, p. 172) destaca que “as cidades são resultado desta condição humana e foram materializadas com inúmeras correntes de aspirações”. Cumprindo suas funções, dentre muitas, o autor destaca que a cidade libera seus cidadãos da necessidade de trabalhar incessantemente para manter seus corpos e do sentimento de impotência diante dos caprichos da natureza. Ao final, a cidade acaba também por abrigar os corpos sem vida de seus cidadãos. É uma realização que agora tende-se a denegrir

e esquecer. Esta longe do ideal, parece esquecida por todos, enquanto seus defeitos, como meio ambiente físico, tornam-se cada vez piores.

Fenômeno mundial de impressionante vigor ao despontar-se como a grande ambiência do homem de hoje e do amanhã. A cada dia novos espaços naturais são apropriados pelo homem e transformados em espaços de adequação. A humanidade urbaniza-se de forma inexorável. Com o passar do tempo, o homem torna-se mais urbano, na vida e na morte. O urbanismo das civilizações atuais e futuras, é interpretado como um modo de vida e de morte. Preocupado com este contexto, Veiga (2002) centraliza sua atenção ao lançar propostas para calcular o grau de urbanização dos espaços ao estudar o caso brasileiro. Para ele é importante diferenciar o que é realmente urbano e o que é ainda rural. O urbanismo é um fenômeno crescente, complexo e transformador de “espaços antrópicos”. Espaços urbanizados e “modus vivendi” nutridos deste fogo irreversível. A imutabilidade do processo é comprovada pela crescente presença do homem nas cidades. É nela que hoje ele vive e morre, recorre ao seu chão, e sua terra, e, é nela que seu corpo será disposto, transformado e reincorporado aos processos naturais.

Santos (1999, p. 53) considera estes espaços de apropriação do homem como um conjunto de fixos e fluxos:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, conteúdos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e, redefinem cada lugar. Os fluxos são resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam.

Fixos e fluxos devem ser entendidos e consolidados numa visão totalizante, interrelacionando-os às ações e resultantes ambientais e sociais.

O processo de urbanização é dinâmico e caracterizado pelas relações de domínio do homem sobre a natureza e do homem sobre o homem, pois, não se tratam de espaços edificados e regidos pela harmonia social. Em muitos aspectos configuram-se em exemplos de contradição e materialização voraz do processo de existência, ambiência e permanência humana. Camargo (1999, p. 8) destaca que neste cenário de contradições surgem “fenômenos de crises ambientais conjugando-se em manifestações exteriores de uma crise interior, do próprio homem, que se pode traduzir por uma crise espiritual”. A cidade materializada reflete contundentemente estas crises. Apesar disto, para Tuan (1998, p. 174) ainda é

possível auferir alguns méritos para a cidade. Na sua visão, a cidade em forma de monumento “transcende as incertezas da vida, refletindo a precisão, a ordem e a predição dos céus”. No entanto, o autor destaca que longe de concentrar-se apenas nesta apreensão, infelizmente, conjuga-se também em ambientes físicos cada vez mais problemáticos e a serem repensados.

Keller (2000, p. 472) faz alusão ao progressivo aumento da poluição nas cidades, principalmente a atmosférica, salientando que são necessárias medidas corretivas no sentido de serem estabelecidos parâmetros adequados para a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos. Nesta corrente Lorenz (1986, p.12), destacava que as perspectivas urbanas para o futuro da humanidade são extraordinariamente sombrias. Segundo ele, muito provavelmente ela cometerá um suicídio, porém lento e gradativo. Está ameaçada de morte, lentamente por envenenamento e por outras formas de destruição total do meio ambiente, no qual e do qual ela vive. E mesmo que suas ações cegas e incrivelmente tolas sejam contidas a tempo, paira sobre ela a ameaça de serem paulatinamente anuladas e retidas todas aquelas características intelectuais e emocionais que são especificamente humanas, que distinguem as pessoas, seres humanos, dos demais seres vivos. Acrescenta que muitos pensadores já notaram esse fato e reconhecem que o “extermínio do meio ambiente e a decadência da cultura” caminham juntas, passo a passo. São poucos, porém, os que consideram a “demolição do humano como uma enfermidade” e procuram descobrir-lhe as causas para que se possa tomar as correspondentes medidas preventivas e corretivas. “Parece que o caminho trilhado pelo homem está fadado ao fracasso”. O autor dá ênfase ao destino sombrio do homem ao aproximar “o fracasso com a morte”. Fala assim, dos grandes cemitérios como local de destino para o homem. Destino final certo e próximo, face aos fracassos humanos. No entanto, paradoxalmente, abre uma brecha de esperança ao combater a crença de que o futuro do homem esteja pré-determinado e orientado para objetivos pré-definidos. Consciente desta premissa fundamenta a crença da possibilidade de eventos realmente criativos como também, a crença na liberdade e na ética, e, sobretudo na responsabilidade do homem. Contesta a centralização de valores na pura materialidade ao afirmar que:

por ser toda a responsabilidade moral do homem determinada por suas sensações valorativas, precisa ser combatida a crença epidemicamente difundida de que apenas o que é contável e mensurável seja real. Tem que ser convincentemente esclarecido que os nossos processos de “vivência

subjetiva” gozam do mesmo grau de realidade como tudo o que pode ser expresso em termos das ciências naturais exatas.

Vivências subjetivas e normas comportamentais, que segundo o autor, tanto culturalmente programadas quanto “instintivas” ou geneticamente programadas, que num passado historicamente muito recente ainda se consideravam virtudes, mas, nas circunstâncias atuais levam fatalmente ao extermínio. Essa situação ameaçadora delineada pelo autor, é também por ele reprimida, deixando margem a algum alento, apesar de chamar atenção a existência de círculos viciosos irreversíveis, resultantes do desenvolvimento tecnológico e econômico:

A tecnocracia tem por conseqüência uma superorganização das pessoas, cujo efeito de retirar-lhes responsabilidades cresce proporcionalmente ao número de pessoas sujeitas àquele sistema. Perde-se a noção do todo, aguça-se o individualismo, cada um voltado ao seu mundo particularizado, dissocia-se a visão de sociedade e para que direção esta caminha.

Camargo (1999, p. 9) “acredita ser fundamental à superação desta crise”. Fundamenta que para a atualidade, e, para o futuro, há necessidade de “construção de uma ética que se baseie num sentido de respeito e cordialidade para com a natureza que nos envolve e que somos”. A “ética ecológica”, como assim chama a autora, somente será possível se:

superado o paradigma cartesiano, que reduziu os seres à condição de objetos, o que implicaria em uma mudança na compreensão do lugar do homem entre os seres e no universo. Cada ser humano seria sábio o suficiente para identificar seu dever em relação ao cosmos. Evidencia-se assim, a necessidade de uma administração adequada dos recursos naturais a fim de que seja possível conciliar o crescimento econômico com a sobrevivência da espécie humana.

Lorenz (1986, p.16), chamava a atenção para a situação particularmente crítica para a juventude urbana. Para ele, afim de evitar-se o apocalipse que nos ameaça, é necessário que justamente nos jovens sejam despertadas novamente as sensações valorativas que lhes permitam perceber o belo e o bom, sensações essas que são reprimidas pelo “cientismo e pelo pensamento tecnomorfo”. A questão é centrada em não se preocuparem com os jovens, a ponto de encaminhá-los a melhores caminhos e devaneios pela vida. Vida plena e vivida com a existencialidade efêmera do fato de existir. “A vida é boa e bela”!!!!..... As medidas recomendadas começam pelo treinamento das faculdades de percepção indutoras de “sensibilidades por harmonia”. Um contato tão íntimo quanto possível com a

natureza viva, tão cedo quanto possível na vida dos jovens humanos, é destacado pelo autor, como altamente promissor para que se atinjam esses objetivos. Em meio a busca por soluções, delineava um quadro crescente de dificuldades na vida urbana, caracterizado pela crise humana de percepção. O contato do homem com a natureza viva está cada vez mais distante, face ao processo intenso de materialização orquestrada pelo imediatismo e individualismo. Propõe ao homem urbano moderno um grande desafio a ser trilhado em rota única: rumo a sua própria sobrevivência. As vertentes do passado deságuam em mares que comprovam estas preocupações levando Camargo (1999, p. 84) a afirmar que

ao contrário da visão antropocêntrica dominante, passa-se a perceber a vida humana como mais uma das manifestações de vida existentes, totalmente dependente e vinculada ao equilíbrio das condições de vida no planeta, sem o qual a espécie humana corre os mesmos riscos de extinção das demais espécies.

Prades (1992, p.15) destacava que “neste contexto a ética deve nortear a discussão e atitudes em busca de soluções para as atuais crises sócio-ambientais”.

As metrópoles geram e acumulam riquezas e são os principais centros de educação, novos empregos, inovação e cultura. Mas sua vitalidade está em perigo. Muitas estão apinhadas, congestionadas e inadequadamente servidas. Suas enormes demandas por água, energia, alimentos e matérias-primas estão exaurindo suas infra-estruturas. Elas expõem enormes quantidades de resíduos, descartados pelo homem em vida, e, em morte, onde descarta seu próprio corpo, potencialmente poluidores do ar, do solo e da água, tanto dentro quanto muito além de suas fronteiras. Muitos “ecossistemas urbanos” degradam os recursos e serviços dos quais dependem.

As grandes áreas antropogênicas delineadas no espaço terrestre, que caracterizam as vastas metrópoles onde vivem as populações urbanas, são, na verdade, focos dramáticos de fenômenos permanentemente revolucionários. A grande cidade sofreu profunda alteração, não meramente quantitativa, mas marcadamente qualitativa. A instauração deste fenômeno, ou seja, “uma nova humanidade e uma nova conceituação de convivência urbana” em espaços coletivos e coletivizados, vem provocando uma série infinita de problemas a serem estudados e resolvidos. Dentre os mais graves que o homem moderno vem enfrentando, referem-se ao nível de sua estrita sobrevivência, de sua saúde mental, de sua

ambiência familiar e social, e das buscas às vezes prosaicas do que se convencionou chamar de sua felicidade pessoal.

As cidades são resultantes do chamado “desenvolvimento” tão referenciado pelos próprios criadores. No entanto, segundo Rebelo (1998, p. 22) “este desenvolvimento não se inicia apenas como bens materiais. Começa com pessoas, sua iniciativa, organização e disciplina e, necessariamente, exige um processo de evolução. Este processo de evolução confronta-se com o imediatismo do atual urbanismo mundial”. O reconhecimento de dificuldades urbanas era também compartilhado por Koenig (1975, p.238), ao afirmar que “cidades com uma população de milhões de pessoas estão sujeitas a problemas agudos”. Segundo o autor, alguns sociólogos chegaram à conclusão de que, a não ser que ocorra uma reorganização radical, a vida nas grandes cidades se tornará quase insuportável, econômica, física e socialmente, especialmente se as cidades continuarem a crescer para acomodar seus vivos e também seus mortos; e indagou: “Podem as cidades ser tão grandes? Terão elas crescido tanto que, como o dinossauro, sucumbirão ao próprio peso?”. Há provas suficientes, segundo ele, que elas estão se tornando cada vez mais difíceis de dirigir. Tomando Nova York como exemplo, aponta para a dificuldade na solução dos problemas de habitação, energia, transporte. Até o suprimento de água, os sistemas de esgotos e as “necrópoles” implicam em problemas que só estão sendo solucionados às custas de muito dinheiro e energia humana. Neste quadro, suscita dúvida se os esquemas mais apropriados, segundo o julgamento humano, poderão solucionar satisfatoriamente esses e outros problemas. Analisando questões sócio-ambientais, conclui que rendimentos decrescentes podem agir no custo para a satisfação das necessidades da cidade, e, tal tendência poderá, eventualmente limitar o tamanho destas, e forçar o excedente populacional a estabelecer-se em outros lugares. Rendimentos decrescentes, segundo sua ótica, afastariam as populações da cidade. Isto no entanto, não acontece pois, o quadro de estabelecimento territorial em outros lugares não significa necessariamente ausência de urbanização. Significa sim, uma nova urbanização, pobre que seja, mais materializada no espaço, sob formas esparsas, desorganizada e, provida de certo heroísmo desbravador. São os novos espaços onde o homem nunca esteve para viver. Viver com todas as complexidades para sobreviver e, também morrer. Ocupam os espaços afastados das cidades constituindo as periferias. Estas que no sentido que a urbanização impõe, com

brevidade, logo serão cidades e, novas periferias e novas cidades surgirão. Novas periferias e novas cidades que acolherão seus vivos e seus mortos. Novas periferias e novas cidades - palcos de maternidade, vida, morte e túmulo.

Orofino (2000, p. 1) salienta que

a chegada de um novo milênio para a humanidade é caracterizada por mudanças sem precedentes nas questões do desenvolvimento urbano. Atualmente vivem mais pessoas nas cidades do que no meio rural. Este rápido processo de urbanização é um dos fatores mais significativos que afetam os países e determinam seu futuro. Como resultado observa-se uma transformação fundamental da estrutura das cidades, acompanhada de complexas mudanças de ordem social, econômica e ambiental.

Hall (1977, p.147), já considerava que era preciso ver o homem como um interlocutor de seu ambiente, pois este nada mais é que o resultado de como os grupos humanos utilizam seus sentidos. Mostrava-se profundamente preocupado com o desconhecimento da dimensão do homem quando expressou:

a implosão da população nas cidades, em toda parte está criando uma série de destrutivos “esgotos comportamentais”, mais letais do que a bomba de hidrogênio. O homem encontra-se diante de uma reação em cadeia e praticamente sem nenhum conhecimento da estrutura dos átomos culturais que a produzem(...).

As evidências deviam alertar para os perigos vindouros, à medida que nossas populações rurais afluem para os centros urbanos. O ajustamento dessas pessoas não é apenas econômico, mas envolve “todo um estilo de vida”. Há as complexidades adicionais de lidar com sistemas de comunicação estranhos, espaços inadequados e a patologia associada a um “esgoto comportamental ativo”, em ampliação. Ao enfatizar a gravidade do quadro em meio ao ambiente urbano, Hall (1977, p.147) definia como “esgoto comportamental”, o resultado de qualquer processo comportamental que reúna populações em número desusadamente grande. As conotações insalubres do termo, segundo ele, não são acidentais. Um “esgoto comportamental” realmente age no sentido de agravar todas as formas de patologia que possam ser encontradas dentro de um grupo. Assim, Orofino (2000, p 1) enfatiza que “o rápido crescimento da população urbana e os elevados níveis de pobreza em muitas cidades ocasionam problemas importantes para essas regiões”.

Ehrlich (1974, p.3), também dava ênfase ao crescimento explosivo da população humana considerando este, como o evento terrestre mais significativo já ocorrido nos últimos milhões de anos. Nenhum evento, segundo ele, nem a

emergência de cadeias de montanhas, nem a submergência de subcontinentes, ou a ocorrência de eras glaciais periódicas, ameaçou tanto a vida terrestre como o excesso de população. Segundo o autor, se o “Homo Sapiens” pretende continuar a ser a espécie dominante na superfície da Terra, o homem moderno deve compreender melhor o planeta e saber o que ele mesmo está fazendo ao seu ambiente. Orofino (2000, p. 8) neste contexto, ressalta que a

humanidade precisa viver dentro da capacidade de suporte do planeta Terra. Não existe outra opção a longo prazo. Se não utilizar as reservas da Terra de maneira sustentável, estará negando um futuro as próximas gerações. Tem-se a obrigação de adotar modos de vida e caminhos de desenvolvimento que respeitem e funcionem dentro dos limites da natureza”. Segundo o autor, “pode-se realizar isso sem rejeitar os muitos benefícios traduzidos pela moderna tecnologia, desde que a própria tecnologia funcione dentro destes limites.

A abordagem não se limita apenas no contingente da superpopulação, mas nos recursos de toda a ordem para ampará-la, inclusive espaço físico. Há necessidade de correlacionar “população e ambiência” como um sistema complexo. Para esta correlação Garcia (1994, p. 107) insere conhecimentos de “análise sistêmica” com o intuito de estruturar, organizar e viabilizar o entendimento do fenômeno. Para o autor “numa análise sistêmica os elementos são as variáveis do sistema. Os dados que o investigador registra, e que toma como valores das variáveis que vai estudar, devem ser selecionados a partir de conceituações prévias sobre os fenômenos que vai estudar”. Na mesma tentativa Bunge (1996, p. 261) procura explicações sobre o fenômeno de forma epistemológica. Para ele, “a principal linha de argumentação gira em torno do individualismo e do holismo. O holismo é a visão não pessoal e o individualismo é a visão não social e portanto nenhuma das duas linhas de pensamento (individualista ou holista) podem guiar efetivamente o estudo dos fatos sociais e ambientais”. O autor argumenta que o holismo é mais inadequado que o individualismo porque não existe sistema sem componentes. Godart (1997, p. 139) acrescenta que é importante levar em conta “os problemas e estratégias na relações interdisciplinares”. O fenômeno da “ambiência e população” é complexo e exige visão multidisciplinar. O autor converge a análise ao culto holístico, multidisciplinar e multifacetário. Jollivet (1998, p. 80) acrescenta que “na elaboração de um conjunto estruturado de questões sobre a problemática ambiental, há necessidade de integração entre os elementos que identificam os problemas mais significativos sob a égide verdadeira dos interesses sócio-

ambientais”. Leff (1994, p. 123) contribui para a análise estrutural do fenômeno ao afirmar que “a história econômica ressentida da análise do sistema econômico dominante para se dar conta das determinações que impedem as condições para a valorização e exploração das práticas tradicionais de reconhecimento e aproveitamento do ambiente”. Abre um leque de possibilidades de pesquisa interdisciplinar sobre as práticas que possam aproveitar o meio ambiente de forma mais sustentada e viável. Rolnik (1997, p. 30) integra-se a análise do fenômeno ao direcionar sua atenção as questões da terra, sua apropriação, organização, estruturação e a expansão das periferias urbanas. Os autores lançam seus diversos posicionamentos na busca do entendimento da complexa relação “homem – ambiente” e, todos, direcionam seus esforços pela busca da sustentabilidade.

O homem de hoje tem que prover meios de todas as fontes da ciência e tecnologia para a sustentabilidade. No entanto Thomas Malthus em 1834, segundo Ehrlich (1974, p.71), via este quadro com pessimismo ao afirmar: “o poder da população é infinitamente maior que o poder na terra para produzir subsistência para o homem”. Mesmo sendo encarados como extremistas, os pensamentos de Malthus ao serem analisados com base na atual realidade, não fogem por completo de sua importância, servindo no mínimo como alerta. Superpõem-se as preocupações de Orofino (2000, p. 8) ao destacar que “há necessidade de se respeitar a capacidade de suporte do Planeta. Enaltece que fundamentado nos princípios da sustentabilidade o homem deve impor suas ações dentro dos limites da natureza”.

Correlativamente, ao centrar sua atenção com as questões do planeta e, em especial com a urbanização, Koenig (1975, p.239), alertava: “a moderna grande cidade, a metrópole gigante, tem sido considerada por vários autores como indicativo de desintegração de nossa civilização”. O quadro atual aponta sérios indicativos para esta preocupação. O exaustivo gasto de dinheiro e esforço feito pelos habitantes das cidades na tentativa de tornar a vida mais suportável são evidentes. A metrópole excessivamente grande, convivendo com o caos, tende a entrar em colapso, a não ser que ocorra uma descentralização e organização do espaço em larga escala, voltada para objetivos sérios de qualidade sócio-ambiental. Para isto, é necessária a apreensão da complexidade dos fatos. O culminar para estes objetivos envolvem questões espaciais, ambientais, econômicas, técnicas e sociais e, não apenas uma epopéia de vontade de alguns. Não é tarefa apenas para urbanistas e planejadores, mas, acima de tudo deve cintilar na consciência e na

vontade da maioria das populações urbanas. Acrescenta Luz (1997, p. 16) que ao comparar as grandes cidades da atualidade (grandes conglomerados, altas densidades populacionais) com as “cidades-jardins” (pequenas cidades, baixas densidades populacionais) conclui que, apesar das primeiras, a princípio, possuírem um forte apelo urbano (pela quantidade de habitantes e pelas características construtivas, sua imponência e materialidade) podem apresentar-se como um ambiente opressivo e excessivamente carregado às vistas de seus usuários, ou seja, seu desempenho quanto às características ambientais e de conforto, seriam consideradas baixas ou insuficientes. O segundo tipo de cidades, segundo a autora ao contrário das primeiras, possuem um bom desempenho humano, visto que, as pequenas densidades previstas para este tipo de assentamento, atribuem-lhes um convívio sócio-cultural comunitário mais harmonioso.

Lerner (1998, p. 3), enfatiza sua preocupação com o gigantismo e complexidade das grandes cidades. Para ele, o simples reconhecimento dos impasses urbanos sugere a necessidade de redescobrir a cidade como agente transformador, de vislumbrar a revolução de cada cidade, independente do seu tamanho, podendo representar, pelo significado, pela repercussão e pelo efeito multiplicador de suas ações locais, ao repercutir no contexto da região que ela, a cidade, se situa, do país a que pertence e do planeta que todos habitam. Trata-se do entendimento da sua ação local como garantia a prevenção da sobrevivência global. Assim como a maior parte da população do planeta vive hoje nas cidades, a ponto de se poder dizer que um fórum mundial de cidades é praticamente tão representativo, do ponto de vista demográfico, quanto um fórum mundial de países, assim também é nas cidades que encontra-se a origem da maior parte dos problemas ambientais. Se cada cidade, grande ou pequena, assumir o propósito de se fazer ambientalmente correta, os benefícios colhidos pelo planeta se multiplicarão. A cidade ambientalmente correta, para Lerner (1998, p. 3), “é aquela que desperdiça o mínimo e economiza o máximo”. Completando:

Essa é a cidade ambientalmente correta do presente e poderia ter sido a cidade ambientalmente correta do passado, se a organização econômica resultante da revolução industrial não tivesse levado a um utilitarismo e a um individualismo irresponsáveis tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista social.

Segundo o autor, a cidade boa do futuro será mais conceitual do que cênica. A cidade boa do futuro será aquela que adotar a auto sustentação, recarrega-se, poupa recursos e poupa as pessoas.

Neste contexto de dificuldades, Koenig (1975, p.239), considerava oportuno enaltecer que a cidade passou por determinados estágios no curso de seu desenvolvimento. O primeiro estágio, segundo ele, é a “Eópolis”, ou comunidade aldeã com sua economia agrícola e relações primárias, datando da idade neolítica. O segundo estágio é a “Pólis”, constituída de uma associação de aldeias reunidas com o objetivo de proteção mútua, caracterizada por uma divisão do trabalho mais pronunciada, atividade industrial e o início da mecanização. O terceiro estágio é a “Metrópolis”, incluindo uma grande área dentro da qual se situam cidades e vilas tributárias, e onde se encontram comércio e administração de longa distância e uma extrema divisão do trabalho. A metrópolis revela deficiências internas não conseguindo absorver e integrar complexos culturais. O quarto estágio é a “Megapolis”, que considerou o começo do declínio. Há extrema concentração de riqueza e poder num regime econômico impiedoso. Mesmo as coisas espirituais e intelectuais são avaliadas em termos monetários. O quinto estágio é a “Tyrannópolis”, em que atingem níveis máximos o parasitismo, a exploração e extremos de riqueza e miséria. O sexto e último estágio é a “Nekrópolis”, em que se dá o colapso final. A cidade torna-se então “um túmulo” para os que estão morrendo. Apresentados os estágios estruturados, exercício interessante é tentar definir em que estágio se encontram nossas cidades. Chegarão ao estágio de “Nekrópolis”? Tudo leva a crer, entretanto, ao contrário desta proximidade apocalíptica, contudo, em meio as aberrações dos dias de hoje, que as civilizações urbanas não necessariamente se dirigirão para o estágio de “Nekrópolis”, ou que devam passar por estágios de degeneração progressiva numa ordem definida. Luz (1997, p. 25) ao considerar que as cidades funcionam como centros de interações humanas esclarece que estas precisam ser entendidas e otimizadas, seja em qualquer estágio que se encontrem. Considera que apesar de todo pensamento idealizado através das funções desempenhadas pela cidade, sabe-se que existiram e existem conflitos sociais e políticos que influenciaram praticamente todos os tipos e tamanhos de assentamentos humanos existentes. Os conflitos e angústias pessoais são transferidos para a comunidade local e adquirem, por vezes, extensões tais que configuram-se como conflitos materializados dentro do universo da cidade. O

primeiro autor, ao procurar reconhecer estes conflitos considerou oportuno desenhar uma escala de estágios de desenvolvimento das cidades, no sentido de alertar sobre a possibilidade de evoluções contraditórias. A senilidade, devido a acidentes históricos, pode ocorrer no meio do processo. Por outro lado, nas fases finais pode acontecer um processo de rejuvenescimento devido à presença de elementos vigorosos ou o aparecimento de mutações. Às possibilidades de renovação estão, portanto, sempre presentes, e, se o homem reconhece e cuida da premonição, e faz enérgicos esforços para mudar as coisas, a direção do movimento pode ser alterada e o processo de desintegração estancado. O dinamismo dos processos de mudança impõe, a todo momento, redirecionamentos e alterações interiores a cada estágio, fortalecendo-os, protelando-os ou mudando-os. Existe uma tendência natural do homem ao reagir com o caos. Está na natureza humana. O próprio caos enseja oportunidade de mudança. Se as cidades estão próximas ou não do estágio de “Nekrópolis”, a própria dúvida, no entanto, já possui o mérito de atentar-se para a necessidade de análises, reflexões e providências que possam culminar na mudança desta direção.

As cidades não serão as necrópolis integrais em que tornam-se “túmulos”. Não são e nem serão cidades túmulos preconizadas nas raias da tragicidade. No entanto, partes consideráveis dos espaços urbanos são transformados em “necro-espacos”. São estas mesmas cidades, em qualquer estágio de evolução que estiverem, que também acolhem os cidadãos após a morte. Espaços internos são “funeralizados” conjugando-se em itens , entre tantos, necessários aos esforços da sociedade em organizá-los e direcioná-los a qualidade do ambiente urbano.

Denota-se a preocupação de Koenig (1975, p.241), ao imprimir dose de letalidade ao ambiente urbano ao defini-lo como possível túmulo. Esta visão é compartilhada por Luz (1997, p. 29) ao destacar que:

existe uma sensação de impotência diante do ritmo alucinante de crescimento das cidades, destacadamente as terceiro mundistas, e da explosão de assentamentos espontâneos inadequados, tanto em relação ao uso e ocupação do solo quanto técnica e economicamente, levando Jean Baublillard a sentenciar e anunciar finalmente a morte da cidade: paradoxalmente, a cidade morre não por destruição e asfixia, mas pela superposição de modelos de cidades ideais, realizados incondicionalmente, eliminando-se todas hipóteses. Morre como metáfora cultural, e torna-se o lixo da cidade ideal.

Coadunam-se vários termos na ostensiva campanha de alertar-se para a possibilidade do caos e do fim: culminando-se em cidades túmulos. Túmulo é lugar para os mortos. A morte e os túmulos na história da humanidade representam questões cruciais de perigo, risco, fim e dúvidas existenciais. Estigmatizam o destino final de todos, um a um, dogma ou lugar comum, dos corpos humanos que não tem mais vida. Aterrorizam o interior existencial do homem, representam o endereço certo para onde todos vão mas, não é aceito em seu âmago profundo. Sabe-se da sua certeza mas não gosta-se de nela pensar. Diante de tal certeza prefere-se a incerteza. Diante de tão profunda comoção que causam estes espaços, os homens nunca aceitarão a idéia de verem suas cidades transformadas por inteiro em necrópolis. A idéia nefasta pode até perdurar, mas, enquanto a humanidade inteira se direciona por viver, mesmo em meio ao caos, somente partes do ambiente urbano serão aceitos como funerários. Aceitos com restrição e comoção e, amparados pelo inevitável.

A materialidade das cidades, os imóveis, os quarteirões, as avenidas, apresentam-se sob a forma de evidências das relações que se estabeleceram entre os homens e os capitais. Essas evidências espelham a dinâmica dessas relações num espaço exíguo. O acúmulo da materialidade física, resultante desta dinâmica, torna confuso o significado dessas evidências, devido ao acúmulo de sucessivas estruturas, conservadas em memória ou perdidas no tempo. Guimarães (1999, p. 2) acrescenta que “o espaço urbano é um sistema complexo e altamente artificializado ao qual se fornecem, contínua e ininterruptamente materiais, energias e informações; dele se devem retirar os resíduos e dejetos gerados em suas atividades”. O fato já vinha sendo estudado por Ogata (1983, p.28), ao afirmar que a exemplo disso são os aterros de lixo, acumulados no solo urbano durante a evolução histórica da cidade. “Nada mais são que sinais ocultos da materialidade urbana”. Cisnero (2001, p. 98/RESA – Vol. 6 – nº 3/4/) alerta que esta concentração de resíduos gera graves problemas nos atuais locais para destinação final e sérias dificuldades de manejo nos locais anteriormente utilizados para despejos, associando-os a criação de vetores biológicos contagiosos, contaminação do solo e dos aquíferos, etc. Outra abordagem concentra-se em outras evidências, devido seu significado não se apresentar claro ao observador, face ao acúmulo de informações registradas num espaço reduzido. Os espaços para disposições funerárias também assim se apresentam, ao constituírem-se ricos em informações, possíveis de serem

desvendadas. Os enterros das últimas décadas, no momento atual, talvez não representem muito interesse, mas, daqui a cem, duzentos,...mil anos, certamente, poderão ser preciosos alvos de estudos e incrementos a cultura sobre os povos que viverão e morrerão, como a exemplo de outros, que na atualidade interessam sobre o estudo das civilizações antigas. Sobre esta visão suscita uma impressão do tempo perder sua dimensão. O que é atual, em um futuro, que se não pode precisar quando, será passado. Um dia, tudo terá interesse de ser conhecido pois, nestes locais, perduram representações de evidências, sinais, modos, linguagens, atitudes, formas de expressão da vida e da morte.

Bronfenbrenner (1998, p. 56) procura esclarecer sobre as diversas estruturas que compõe o contexto humano de desenvolvimento com vistas ao entendimento da dinâmica urbana atual. Nesta mesma ordem de trabalho Monteiro (1976, p.52), já chamava a atenção que era importante destacar que o ambiente urbano, vinha sendo estudado por muitas correntes sob a obsessão do prisma econômico. No entanto, dissociavam-se, quase que completamente, das preocupações com o meio ambiente natural ou com a qualidade do meio ambiente edificado. Outros autores, segundo ele, centravam o enfoque nas relações do homem com o ambiente social (homem X homem). Em ambos os casos, destacava a conveniência do estudo do fenômeno urbano, através de um relacionamento mais próximo entre os mesmos. Independentemente do enfoque, Guimarães (1999, p. 14) “salienta que na ânsia por intervir nos espaços, o homem descobriu que seu poder era maior do que se percebia, até chegar ao ponto da necessidade de rever a idéia de um homem sem limites para intervenções no ambiente”. Nesta ótica, destacam-se aqui bases de referências ao tema em epígrafe:

- a natureza do meio urbano é aquela edificada pelo homem, ou seja, criada e dependente dele, isto é, sob seu julgamento. Os espaços funerários em questão, dentre outros, apresentam-se como evidências concretas na paisagem, criados para acúmulo de cadáveres e restos mortais humanos, espaços de grande expansão horizontal, em terrenos planos, elevações e depressões, que tem sua topografia e morfologia modificados.
- água, ar, solo, dentre outros, são considerados recursos naturais. Neste prisma, quando um cemitério é instalado em um espaço natural no centro ou na periferia da cidade, considera-se que pode ser potencialmente perigoso a alguns recursos naturais do meio ambiente, importantes para a sociedade,

pois, podem poluir as águas, o solo, a atmosfera, trazer a presença de vetores biológicos e, entre outras coisas, ferir algumas necessidades emocionais (beleza e estética) do indivíduo através da percepção sensorial ao atingir diversos níveis de sensibilidade. Além disto, conjugam-se em grandes devoradores de espaços, que antes eram naturais e, depois, consolidam-se materialmente sob caráter irreversível. Somam-se aos problemas urbanos em meio a escassez de espaços na cidade e, sua imutabilidade e expansão incessante. Deste modo, um cemitério, pode por em risco a qualidade do meio ambiente urbano e de sua periferia, através do comprometimento de tais recursos que uma cidade dispõe.

- É importante refletir sobre a percepção que o homem têm sobre a iminência da morte e quais fatores influenciam na escolha por determinada solução de disposição funerária. O homem se vê como ser mortal? Qual forma de disposição que prefere para seu cadáver? O que influencia nesta escolha? Essas premissas baseiam-se no fato histórico de que os indivíduos agem num espaço de acordo com sua consciência e experiência.
- Os cemitérios e outras formas de disposição final de cadáveres humanos são locados sob diversas égides no ambiente urbano. As energias sociais são as mais diversas neste processo de apropriação e permanência no espaço. Urge a necessidade de direcioná-las aos interesses gerais da sociedade, e que, resultem em manutenção da qualidade sócio-ambiental urbana.

Guimarães (1999, p. 15) chama a atenção para o fato que “as cidades eram vistas apenas como simples problemas de funcionamento, maximização de investimentos e viabilização da reprodução e acumulação de capital”. Para a autora, aspectos importantes deixaram de ser considerados como os valores da população e os intensos e longos investimentos sociais e econômicos das comunidades e dos indivíduos em seu ambiente. A exemplo disso, com relação ao meio ambiente edificado, Ogata (1983, p.29), considerava importante levar em conta que embora alguns recursos naturais como, elevações, córregos e a vegetação, não sejam aspectos humanos de uma paisagem, em meio urbano, confundem-se como tal. Isto se deve ao fato desses aspectos terem sua existência e formas dependentes do homem face a sua situação de proximidade. Frágeis no espaço urbano a coexistirem com o homem, sob sua vontade e julgamento. Centrado assim o enfoque, clareia-se

o nível de responsabilidade da sociedade urbana sobre estes recursos. Estes recursos encarados como “bem livre”, agora no espaço citadino, confinados e dependentes, proclamam a necessidade de revisão do conceito de recursos naturais, nessa superpovoada era urbana. O que antes era considerado um “bem livre” agora deve ser inserido como importante recurso natural urbano. Seriam considerados recursos amenizantes no quadro materializado imposto pelo processo urbano.

Hall (1977, p.36), salienta que tudo o que o homem é e faz está ligado à experiência do espaço. O autor considera que não haveria necessidade de se conhecer a dimensão cultural como um vasto complexo de comunicação, se não houvesse o nosso envolvimento crescente com pessoas de todas as partes dentro do próprio ambiente urbano. Se a experiência espacial reflete o próprio homem, é importante conhecer como as pessoas percebem o meio ambiente. Para Guimarães (1999, p. 20) “o espaço construído urbano é função de diversas interpelações, entre atividades, manifestações culturais, ideologias políticas e religiosas, etc”. As reações são as mais diversas, fundamentadas em experiência prévias, memória, sentimentos, carácter, personalidade, sensibilidade e imaginação. No entanto, questões importantes encontram-se sem respostas exatas: qual o efeito do ambiente externo nos indivíduos e grupos? Que efeito os estímulos reais do meio ambiente têm sobre a motivação humana, instituições sociais, estrutura da personalidade, carácter social e adaptação a novos ambientes? Como as pessoas percebem o mundo físico? Como suas experiências estruturam suas percepções e afetam seus comportamentos? Todas as perguntas são possíveis de tentativas de respostas, ensaios, e, conjecturas e, algumas, direccionam-se a polemicidade. Nenhuma no entanto, chega a exatidão. Todas prenunciam estudos e ensaios, simulados nos meandros de cada experiência específica. O desconhecimento das respostas as questões apresentadas, e, a falta de interesse em suas formulações, revelam a ignorância de uma parte da dimensão cultural do homem. Suscitam a necessidade do homem pensar e refletir melhor sobre os espaços que retratam sua própria experiência de vida. De vida, e também, de morte. Nesta ótica pode-se acrescentar os seguintes questionamentos: que efeitos os estímulos reais dos espaços funerários têm sobre a motivação humana, instituições sociais, estrutura da personalidade, carácter social e adaptação a proximidade com estes ambientes? Como as pessoas percebem a materialização destes espaços? Quais energias

sociais e pessoais levam a conjugar os diversos tipos de espaços funerários? Como as experiências funerárias participam da estruturação e percepções humanas e afetam seus comportamentos? Assim, as respostas a estas perguntas ou a tentativa por respondê-las, revelam também, parte da dimensão cultural do homem. Para Tuan (1998, p. 288):

os seres humanos persistentemente têm procurado um meio ambiente ideal. Como ele se apresenta, varia de uma cultura para outra, mas em essência parece acarretar duas imagens antípodas: o jardim da inocência e o cosmos. Os frutos da terra fornecem segurança, como também, a harmonia das estrelas, que além do mais, fornecem grandiosidade. Deste modo, segundo o autor, a humanidade move-se de um para outro: de sob a sombra dos prédios para o círculo mágico sob o céu; do lar para a praça pública, do subúrbio para a cidade; dos feriados praianos para o deleite das artes sofisticadas; procurando um ponto de equilíbrio que não é deste mundo.

4 DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

*“A vida na cidade é um inferno,
mas ninguém quer mudar-se para o paraíso”.*
Júlio Camargo

Para Guimarães (1999, p. 20):

o futuro é desconhecido e dificilmente pode-se antecipar as condições materiais, tecnológicas, culturais, ambientais e psicológicas em que se desenvolverá a vida que esta por vir, e, este, torna-se mais complicado ainda quando as transformações acontecem em uma velocidade maior do que a capacidade humana em compreendê-las.

Emerge a necessidade de maior controle ambiental. Este, no entanto, possui uma dimensão pessoal na vida de cada cidadão urbano. Sewell (1978, p.281), já percebia isto ao afirmar: “vivemos num ambiente, e contribuir para sua manutenção é uma responsabilidade contínua, estendida a cada um dos indivíduos que o desfrutam”. Já que a arte de distinguir a qualidade deste ambiente requer critérios, é indispensável que os indivíduos expressem suas preferências em clima de entendimento e racionalidade. Clima de utopia, insistentemente enfatizado por Lorenz (1986, p.16). As dúvidas e questionamentos imperam sobre a sociedade urbana atual, culminando na conclusiva necessidade de maior controle ambiental e, este, segundo Chiavenato (1999, p. 9) “exigirá do homem encarar determinados tipos de realidades com maior seriedade”. IBAMA (1999, p. 5) salienta que apesar da gravidade do problema, é possível trilhar caminhos em busca da sustentabilidade. Para alcançar esta meta é “fundamental modificar radicalmente as atividades e o comportamento dos seres humanos”. Os progressos, nesse sentido, dependem, pois, fundamentalmente, da sensibilização dos indivíduos. O tempo urge e deve-se atuar sem demora. Deve-se avançar agora, com o espírito de exploração e coragem de experimentar, a fim de contribuir para a correção dos modelos de comportamento que colocam em perigo “nosso futuro comum”.

Uma interpretação objetiva da análise ambiental, certamente culmina na possibilidade de controlar algumas forças que a humanidade desencadeou em nosso meio. No entanto, sempre existe tentação para alegar que nossa época atual é singularmente crítica e complexa como justificativa para pouco ou nada se fazer. Amplas razões podem ser encontradas no mundo hodierno para essa reivindicação. Existe grande inércia para desencadeamento dos difíceis, mas não impossíveis,

processos de controle ambiental. Em paralelo, enquanto espera-se serem acionados, ocorre rápido esgotamento dos recursos necessários para manter o atual estilo urbano de vida. As pressões populacionais inviabilizam espaços abertos e modificam o uso do solo que predominou por milênios. Diminui a diversidade biótica do globo, e arranjos inventados pelo próprio homem, em nome de seu desenvolvimento, erradicam a qualidade de vida. O quadro tingido em tons funestos representa sério questionamento. No campo filosófico, no entanto, sinais de esperança persistem: “para cada desastre iminente, há uma oportunidade comparável”. Sewell (1978, p. 283). Sobre isto, Guimarães (1999, p. 36) salienta que

o planeta atravessa uma crise multidimensional, interrelacionada, onde todos os problemas estão diretamente dependentes uns dos outros. Esta crise afeta praticamente todos os setores da vida humana e o pior, não somente desta, também de todos os seres vivos que estão nesta mesma nave chamada Terra.

Vivemos em tempos fartos de acontecimentos terríveis mas, ao mesmo tempo, desafiantes perante a genialidade do homem. O nível de dificuldades pode também representar uma saga por busca de soluções pois, pode-se influenciar tanto o destino como a qualidade do meio à nossa volta. Neste contexto, evidencia-se a necessidade do homem procurar dominar de forma mais racional sua própria natureza e suas relações com meio urbano exterior.

Há necessidade emergente no ambiente citadino de estratégias para um tipo de desenvolvimento que propicie melhorias reais na qualidade de vida humana, preservando ao mesmo tempo a vitalidade e a diversidade natural. O objetivo é um desenvolvimento que atenda a essas necessidades de “modo sustentável”. Utopia que pode ser possível sobre a orquestração da racionalidade e convergência aos interesses comuns dos urbanos. Apesar da situação atual apresentar-se coroada de complexidades, um número cada vez maior de pessoas acredita ser esta a única alternativa racional para viabilização da vida nas cidades.

A maior parte do desenvolvimento urbano atual, limita-se por atender parcialmente às necessidades humanas e, freqüentemente destruir ou minar suas fontes de recursos. Urge a necessidade de um desenvolvimento econômico viável que seja ao mesmo tempo centrado nas pessoas, voltado para a melhoria das condições da vida humana e fundamentado na conservação dos recursos naturais que ainda restam. Precisa-se mudar o discurso onde conservação e

desenvolvimento parecem coisas opostas, e, reconhecer que são partes essenciais de um processo indispensável. Para Beazley (1995, p.17) “o desenvolvimento urbano sustentável”, define as premissas para tal intento, destacando ampla e explícita estratégia para as mudanças necessárias à construção de uma sociedade equilibrada. Segundo o autor, precisa-se desta estratégia porque:

- os problemas urbanos mais importantes com que nos defrontamos estão fortemente entrelaçados; assim sendo, nossas ações devem se reforçar mutuamente e visarem objetivos comuns. O que antes poderia ser resolvido sob a ótica de um ou de grupos, hoje, exige-se uma participação mais ampla da sociedade urbana na busca por soluções de seus problemas.
- As mudanças que as sociedades urbanas devem fazer no modo como vivem e se desenvolvem, e, aqui podemos também estender o enfoque a como morrem e terão seus cadáveres dispostos, serão fundamentais, terão longo alcance e exigirão delas dedicação integral. “Nada será resolvido para todo o sempre”. E, estas mudanças serão mais fáceis se os grupos caracterizados por níveis e tipos de interesses trabalharem juntos. Assim, nenhum grupo particular poderá obter sucesso se agir sozinho. O sucesso passa a ser algo relativo, ou é compartilhado pela maioria e tem valor ou, quando conquistado por uma minoria, tem valor restritivo. Passa a ser dotado de revestimentos de seriedade e responsabilidade e perseguidor do verdadeiro desenvolvimento sustentável.

As estratégias delineadas no seio das sociedades urbanas deverão servir de referências para composição do novos modelos de sociedades. Cada sociedade, uma a uma, deverá ser palco deste exercício contínuo de definições, manutenção e revisão destas estratégias. O que é interessante para determinada sociedade urbana, pode não ser para outra. A diversidade de interesses e conjugações, concretiza base de necessária personalidade ao processo. As sociedades humanas diferem na cultura, economia, história, religião, política, instituições e tradições. São também muito diferentes quanto a riqueza, qualidade de vida e condições ambientais, e quanto à consciência da importância da sua manutenção. Essas características também não são fixas no tempo: as mudanças são contínuas. Cada comunidade urbana deve interpretá-las e adaptá-las. Segundo Duduch (2000, p. 136) sobre a problemática urbana “a questão da territorialidade é uma das chaves conceituais para o entendimento da morfologia urbana sob a ótica dos conflitos humanos. Noções como direito de propriedade, permanência, constituição da idéia de lugar, mercantilismo e outras acompanham a discussão. Indagar sobre a origem dos agentes é insuficiente; as confluências, sempre conflitantes e ruidosas, apresentam-se sob múltiplos aspectos e em sentidos opostos, sendo difícil alcançar

uma visão clara e objetiva do fenômeno”. Para apreensão do fenômeno, segundo a autora, é necessária ampla discussão a ponto de chegar-se a contribuir no sentido de amenizar suas conseqüências.

Sobre a premissa do desenvolvimento urbano sustentável, toda sociedade é viável, construída por caminhos diversos, iluminados sob a luz do planejamento permanente. A finalidade do planejamento consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupar-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando, desta forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua qualidade. Defende-se a tese de que as ações planejadas dentro de princípios racionais, tem menores chances de surtirem efeitos negativos. Ações planejadas poderiam conduzir a uma evolução urbana favorável para todas as destinações. Aqui, como resultante deste amplo processo de planejamento, considera-se como desenvolvimento urbano sustentável “aquele que atende às necessidades dos cidadãos urbanos atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”.

Segundo Ruschmann (1999, p. 9) as conseqüências do grande fluxo de pessoas nos ambientes, fazem com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades humanas se apresente como fundamental para evitar os danos sobre os meios e manter a atratividade dos recursos para as gerações futuras. A finalidade do planejamento consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem suas potencialidades.

O desenvolvimento urbano sustentável deve ensejar em sua essência, o aumento da capacidade social de atender às necessidades dos urbanos. O crescimento econômico é um componente importante do desenvolvimento urbano sustentável mas não pode ser um fim em si mesmo. O verdadeiro objetivo deve ser a melhoria da qualidade da existência, permitindo às pessoas terem uma vida longa, saudável e realizada. As maiores exigências para uma vida satisfatória recaem em dois grupos. No primeiro encontram-se aquelas que atendem as necessidades físicas básicas das pessoas, a saber, alimentação adequada, água potável, habitação, instalações sanitárias e cuidados médicos. No segundo, estão as exigências que permitem às pessoas desenvolver plenamente seu próprio potencial e contribuir para a sociedade. Estas exigências incluem educação, oportunidade de

emprego, acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente, ambiência, paz, liberdade política, religiosa, dentre outras necessidades humanas de maior amplitude.

Para que aconteça um “planejamento urbano sustentável”, é preciso que sejam formadas parcerias entre as populações locais, grupos de cidadãos, empreendedores e governantes. O espaço deve ser pensado, imaginado e planejado, para a vida urbana. Os planos a seu respeito devem ser eqüitativos, práticos e sensíveis aos hábitos e culturas locais, e devem ser bem recebidos pelas pessoas a que se dirigem. Devem gerar mudanças na abordagem dos ecossistemas, que resguardecem os serviços e os recursos e mantenham a alta qualidade ambiental. Godart (1999, p. 116) destaca que neste cenário deve-se levar em conta que a sustentabilidade não tem a mesma estrutura nas diferentes escalas de sua organização. Para o autor “sustentabilidade deve ser entendida a nível local (ecossistemas, meio ambiente urbano), regional (biomassa e regiões biogeográficas) e, depois, de maneira conjuntural e complexa, a nível planetário”. Neste prisma Garcia (1994, p. 85) acrescenta que

as situações as quais se pode aplicar a expressão “problemas ambientais” cobrem um amplo espectro: em um extremo, aparecem os problemas locais e circunscritos, como pode ser o caso de um rio contaminado pelos dejetos de uma fábrica próxima que torna tóxica a água que se bebe em uma cidade situada a jusante dali, em outro, se incluem situações tais como as condições insalubres de vida em grandes centros urbanos, e a deterioração do meio físico e das condições de vida em extensas regiões mundiais.

Na maioria das concretizações urbanas tem-se constatado a falta de uma “cultura planejadora” dos cidadãos, tanto para a realização de empreendimentos utilizados no cotidiano da vida, como para o assentamento das disposições de inservíveis, como são os corpos humanos após a morte. Esta ausência de cultura planejadora conduz a um comportamento alienado em relação ao meio urbano e as pessoas, acreditando-se que no transcurso de uma vida, não se tem nenhuma responsabilidade na sua preservação e indução por sua qualidade. Isto porque, erroneamente, entende-se que o tempo de uma vida humana é “sagrado”, que cada um têm direito ao uso daquilo que a cidade oferece e, permanecendo pouco tempo (individualmente), em comparação com a idade desta, julgam-no insuficiente para serem responsabilizados pelos grandes problemas urbanos. Este “espírito de ausência”, como se não tivesse nada com isto, torna-se extremamente nocivo,

quando resultante do somatório deste pensamento por muitos cidadãos. Em virtude desse e de outros fatores, outras formas de concepção de desenvolvimento tem sido propostas, voltadas ao resgate de um “espírito de participação”, na presença de uma cultura planejadora.

Castro (1997, p. 49) aborda sobre a negligência refutada para com o papel do espaço urbano. Para a autora, além da separação artificial entre as dimensões das relações sociais, tem sido também usuais a separação entre o espaço e as relações sociais, conjugando-se em articulações deficientes. A desarmonia entre espacialidade e historicidade e, a negligência para com o papel dos espaços naturais e sociais nos processos de desenvolvimento, contribuem para o caos urbano. Moretti (2000, p. 99) centra sua atenção “aos impactos ambientais associados ao processo de urbanização”. Segundo o autor, estes impactos ampliaram-se perigosamente neste último século. A expansão periférica das cidades e a forma precária como foram implantados os novos assentamentos criaram um quadro grave de degradação, em especial, com relação ao caso brasileiro. Acrescenta que “trouxeram também um desafio ao poder público e à sociedade em geral: a prevenção de novos impactos e a recuperação das áreas afetadas”. Segundo Tomelin (2000, p. 45):

a cidade não deve crescer desordenadamente e cabe as administrações impedir que as populações se concentrem nas periferias, onde os serviços públicos são deficientes, deixando vazios urbanos nas áreas servidas por eles. A cidade também não deve crescer indefinidamente, como se fosse apenas um somatório de edificações e espaços descaracterizados e desordenados de forma tal que seus habitantes vão se sentir perdidos e isolados. A cidade deve ser a união de várias partes que, compondo-se, formam um todo: a casa, a rua, a unidade de habitação, o bairro, a cidade e região, o país e o mundo, como se fosse um organismo vivo que possui estrutura definida.

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o desenvolvimento urbano estimula e o seu desenvolvimento sustentável, não é tarefa fácil, principalmente porque o controle das atividades urbanas depende de critérios, valores objetivos e subjetivos e de mudanças de postura de seus cidadãos. Por sua vez, a deterioração dos ambientes urbanos pela poluição sonora, visual, atmosférica, do solo e da água, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas, são causas, entre tantas, da busca e conquista por novos espaços. Nessas ocasiões, o homem urbano, agredido em seu meio de

origem, passa a interferir em ambientes alheios. Trata-se de um círculo vicioso que é preciso romper através do planejamento das cidades e de medidas enérgicas que visem à conscientização para a preservação do meio, promovendo-se a sua recuperação, conservação e perenização.

Wolman (1977, 169) chamava a atenção que alguns estudiosos e pesquisadores vinham mostrando um certo ceticismo e não acreditavam que, para preservar e recuperar o meio urbano, as pessoas deixassem e mudassem radicalmente sua conduta, controlassem seus impulsos imediatistas e individualistas, para se transformarem em “cidadinos adequados”. Em seu entender, apesar das dificuldades impostas, o planejamento deveria ser oferecido e exercido, praticado insistentemente, dia após dia, mesmo que tenha como resultado apenas amenizações de problemas reinantes. Guimarães (1999, p. 36) observa que

enquanto os impactos das atividades produtivas eram pequenos, permitia-se burlar os problemas causados na natureza. O sistema econômico conseguia minimizá-los uma vez que estes impactos permaneciam localizados, pontuais e específicos. Como a escala produtiva aumentou consideravelmente a ponto de ameaçar a harmonia e equilíbrio dinâmico da vida na biosfera, a necessidade de mudança de percepção foi imprescindível, determinando portanto, uma ampla discussão onde duas lógicas se confrontam: a que preside ao desenvolvimento dos sistemas econômicos, e a que assegura a reprodução do desenvolvimento humano, em evolução na natureza. Essas duas lógicas colocam em confronto os dois estilos de desenvolvimento discutidos atualmente, o que instalou-se quase inteiramente sobre o planeta (o econômico) e o que existe na forma de pequenas iniciativas, praticadas por alguns povos, que está sendo chamado atualmente de desenvolvimento sustentável.

Não há tempo a perder pois, destaca-se que em nível mundial o número de urbanos continuará a crescer, e as medidas que buscam a um desenvolvimento controlado só poderão apresentar algum êxito em escala defasada. Esta defasagem, no entanto, poderá ser corrigida, diante de meios conscientes de que as pessoas só darão seu apoio ético e prático para a “vida sustentável” quando estiverem convencidas de que este é correto e necessário fazê-lo, quando tiverem incentivos suficientes e quando dispuserem do conhecimento e das habilidades necessárias. “Estas condições aplicam-se a todas as pessoas, em todas as sociedades”. É preciso lembrar dos cidadãos com maiores dificuldades, dos quais, o apoio também

dependerá de melhorias na sua qualidade de vida, do sucesso obtido pela sociedade em seus esforços para libertar as pessoas das restrições da miséria e para atender às necessidades mais básicas de habitação, saúde e educação.

Villaverde (1997, p. 21) adverte que o período que está vivendo a humanidade tem como cenário “um mundo complexo e policentrico”, em que os atores diversos e relativamente autônomos (multinacionais, governos, minorias étnicas, movimentos sociais, etc.) interagem de forma permanente. Uma característica deste cenário, segundo a autora, é que, geralmente, está marcado por conflitos. Conflitos de interesses entre os próprios atores e conflitos destes com o meio ambiente, sem que uns e outros possam dissociar-se senão, entender-se precisamente como aspectos de uma mesma situação complexa. Mesquita (1998, p. 9) afirma que inexistindo práticas sociais dissociadas de práticas ambientais, a crescente universalização dos problemas ambientais que afligem a humanidade implica o estabelecimento de novas reflexões acerca da prática planejadora, visto que, num mundo marcado por contradições agudas, diferentes níveis de degradação ambiental refletem, a um só tempo, tanto estratégias conscientes de utilização dos recursos naturais, como, também, ações inconscientes relacionadas à luta pela sobrevivência.

Direcionam-se ao ávido contexto por soluções, entre muitas outras, questões como: a destinação da moradia humana, as acomodações demográficas e as disposições funerárias, imprevisíveis para o futuro, a expansão evolutiva das comunidades urbanas e o inesperado desdobramento dos espaços coletivos transformados em núcleos de violência e de destruição para o próprio homem que os habita. O homem moderno, já acabrunhado por outros impactos nitidamente revolucionários, terá de enfrentar mais um, especificamente em relação ao seu “habitat fundamental”, o de reformular e de construir de novo seus espaços urbanos sob novas concepções, novas categorias, novos dados que evidenciarão sua visão de vida, convivência com seus semelhantes e, também de morte.

Menezes (2000, p. 10) considera o “Homo Sapiens” como a espécie mais importante atuante sobre o meio ambiente natural e artificial, em função de sua ampla distribuição geográfica, sua elevada densidade populacional e seu grande consumo de recursos e energia dos sistemas naturais e, conseqüentemente, o seu grande impacto sobre as demais espécies. O homem urbano é extremamente influente no contexto da dinâmica ambiental, face a sua avidez pela utilização dos

recursos naturais. A autora enfatiza também as consequências dessa influência sobre um dos mais importantes temas de pesquisa da ecologia atual, a “biodiversidade”, que pode ser discutida inclusive como uma parte importante dos recursos naturais vitais para a própria sobrevivência da espécie humana.

A história da ação humana sobre a superfície da terra, para Corrêa (1997, p. 153), pode ser vista como sendo a história da criação de um cada vez mais complexo meio ambiente, com uma rica variedade de formas espaciais articuladas entre si, e, no qual a natureza primitiva parece estar ausente. A materialidade social impositiva constitui, de um lado, um reflexo dos conflitos sociais e, de outro, é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, o que gera novas apropriações, novas tecnologias, novos meios de produção de ambientes.

As fundamentações para o desenvolvimento urbano sustentável devem levar em conta o difícil problema do espaço físico. Espaço este, que é mensurável e finito. Para Leff (1998, p. 124) “além da apropriação do espaço físico, impõe-se sobre este, os efeitos do processo de reprodução do capital e a conseqüente destruição dos recursos naturais convertendo-se em um dos maiores problemas políticos, econômicos e sociais dos tempos atuais”. Maldonado (1971, p. 58) em sua obra, já chamava atenção para este problema, concentrando sua atenção ao consumo do espaço físico pela vida e atividades humanas, bem como para a morte e suas demandas. Dizia que os bilhões de humanos contabilizados, não representavam um problema isolado. “A proliferação explosiva da espécie assume um aspecto catastrófico ao ser relacionada a outros fatores da ambiência humana”. Segundo o autor, a terra emersa, a que denomina-se de terra firme, têm uma superfície total de cento e quarenta e nove milhões de quilômetros quadrados. Desta superfície, apenas sessenta e três milhões de quilômetros quadrados são humanamente habitáveis. A superfície estimada habitável, poderá conter as populações previstas para as próximas décadas, desde que o planejamento e a racionalidade imperem na apropriação destas áreas. A este respeito o autor, para enaltecer a importância do uso do espaço físico na vida dos urbanos faz uma relação entre os homens e os automóveis. Tal relação tem implicações de todos gênero, como as econômicas, sociológicas e mesmo psicológicas, mas, muitas vezes esquece-se que se trata, primeiro de tudo de uma relação conflitual entre dois universos demográficos que têm interesses concorrentes dentro de um mesmo ambiente físico. Considera, por exemplo, os nascimentos humanos e a produção de automóveis por minuto e, atribui

a cada ser humano um espaço vital e um espaço mortal, e a cada automóvel um espaço de estacionamento e, de um espaço de descarte, chegando a conclusão que estes dois elementos juntos “devoram” oitenta metros quadrados por minuto. Neste cálculo só considera os homens e os automóveis, excluindo todos os outros elementos que, participam do “banquete” em que devoram a terra firme. Alguns, inclusive, apropriam-se de espaço de forma perpétua, como são as necrópoles. Ainda há outros consumidores vorazes de espaços, que é preciso não subestimar. Os que com toda objetividade pode-se chamar de descartadores de resíduos, isto é, a soma de todos os detritos e escórias que provêm do ciclo vital, completo ou incompleto, de todos os sistemas de produção e consumo. Este aspecto coaduna-se à visão de Wolman, (1977, p.169), onde ao afirmar que as cidades tem necessidades metabólicas, destacava que estas somente se completam, até que os dejetos da vida cotidiana e da morte, tenham sido removidos e descartados em algum lugar. Leff (1998, p. 5) ao expor seu ponto de vista sobre estas conotações chama a atenção para a “perda das potencialidades dos ambientes aos serem submetidos como áreas de descarte mediante a ausência de critérios e técnicas adequadas”, como pode-se exemplificar no caso de áreas para disposições finais funerárias.

Fazer referência a questão urbana equívale a voltar-se à atenção a produção de espaços artificializados, segundo os quais, Castro (1996, p. 420) os atribue como frutos de apropriação sobre espaços naturais, gerando créditos na conta dos resultados gerados como produtos sociais, muitas vezes, traduzidos como problemas urbanos, maléficos aos próprios conquistadores. Citando o exemplo do caso brasileiro, no plano das apropriações dos espaços naturais que são urbanizados, Alfonsin (1997, p. 19) destaca que a nível global,

as cidades tem sido construídas reproduzindo terríveis desigualdades em seus territórios. Assim, consagraram uma geodistribuição da riqueza que concentra infra-estrutura e equipamentos urbanos em bairros de classe média e alta, condenando áreas onde reside a população de baixa renda à carência absoluta de investimentos públicos. Essa configuração física, no entanto, não se dá ao acaso. Pelo contrário, é o resultado das disputas ocorridas na cidade por espaço e pela apropriação da mais-valia gerada na construção coletiva desse mesmo espaço.

Nesta direção, Rolnik (2000, p. 6) acrescenta que “os principais problemas urbanos a enfrentar neste final de século remetem ao alto grau de injustiça na

distribuição dos encargos e dos benefícios nas cidades”. Voltando também sua atenção para as cidades brasileiras afirma que

independentemente de sua região, história, economia ou tamanho, apresentam contraste muito claro entre sua parte que possui alguma condição de urbanidade, uma porção pavimentada, ajardinada, arborizada, com infra-estrutura completa independentemente da qualidade desses elementos, que em geral é pouca, e outra parte, normalmente de duas a três vezes maior do que a primeira, cuja infra-estrutura é incompleta e onde o urbanismo é inexistente, que se aproxima muito mais da idéia de um acampamento do que propriamente de uma cidade.

Sobre este contexto de dificuldades nas cidades Maricato (2000, p. 18) chama a atenção que “o processo de urbanização em países subdesenvolvidos é uma máquina de produção de favelas e cortiços”. A população moradora de favelas cresce mais do que a população urbana, especialmente nas periferias das metrópoles. Os espaços periféricos passam por um processo de adensamento e “encortiçamento” conforme afirma a autora. Bueno (2000, p. 27) acresce que “a urbanização destes ambientes tem tornado possível viver sem a intermediação do projeto e seus diferentes conteúdos como um pressuposto”. Segundo a autora, isso é verdadeiro, sobretudo, pela “imposição da sobrevivência. Sobrevive-se como pode-se, mesmo sob a ausência completa de planejamento”, com conseqüentes impactos ambientais e sociais. Silva (2000, p. 62) colabora no sentido de afirmar “que os responsáveis pelas políticas urbanas e pelas habitações têm de estar atentos a esses impactos no sentido de minimizar suas conseqüências” e Pinho (2000, p. 71) acresce que “são poucas as iniciativas das intervenções em nível global ou de escolhas das prioridades com base em critérios definidos e acessíveis a todos os cidadãos”. Souza (2000, p. 84) em sua visão integra-se ao contexto, afirmando que “há necessidade de apreensão da configuração da cidade real, identificando suas diferentes espacialidades na composição urbana contemporânea, entendidas como conteúdo social materializado no espaço construído”.

Oliva (1995, p. 115) considera que é necessário empreender energias no complexo campo e diversidade do pensamento humano, na tentativa de buscar a realidade urbana, evitando-se simplificações redutoras e facilitadoras, o que é muito comum nos tempos atuais, incrementadas por doses maciças de imediatismo, construindo uma nova realidade. Assim, enfatiza que após a generalização do processo de “modernização” por todo o planeta, uma nova forma urbana também se generaliza diferenciando-se da cidade tradicional. Trata-se de uma apreensão real e

não pode ser simplificada. A autora refere-se as metrópoles modernas. Para ela, a grande metrópole não se mantém isolada, nem monopoliza os conhecimentos e seu modo de vida. Ao contrário, funciona como um organismo poderoso, que irradia influência por vastos territórios. Influência essa que significa “novas formas de vida e novas formas de organização do espaço geográfico”. Assim, direciona sua atenção voltada a enfatizar a necessidade de orquestrá-las sob a tutela do planejamento, visando atenuar os efeitos nocivos que possa causar sobre o meio ambiente e o homem.

Castro (1999, p. 12) enfatiza que na atualidade, o processo de globalização deveria ser analisado com atenção pois, estaria tornando obsoleto o enfoque racional, residindo na raiz da incompreensão do mundo. Destaca que é necessário a nível mundial desenvolver-se um “pensamento transdisciplinar”, a ponto de se criar uma nova ciência social, geo-histórica. Menciona que é preciso ao mesmo tempo conhecer o mundo e decifrá-lo e, construir os novos instrumentos metodológicos para compreendê-lo. Para a autora, “torna-se desafiante enfrentar essa revolução do mundo e a necessária revolução epistemológica: novos conceitos, novas teorias, novos arcabouços metodológicos precisam ser montados para dar conta desse mundo novo, desse espaço e tempo acelerados”.

As fundamentações sobre o “desenvolvimento urbano sustentável”, suscitam a necessidade de soluções planejadas, de forma a converter a metrópole real de hoje, em um meio ambiente do qual o homem possa orgulhar-se e sentir prazer. Artificializado mas, harmônico com o que é natural e preservado, incorporado e entendido sob a prática do bem comum, uma obra de arte, própria para os objetivos humanos. Nesta linha, Silva (1998, p. 18) enfatiza que este “desenvolvimento sustentável é, muito mais que um modelo, um estilo de desenvolvimento e, enquanto tal, necessita ser compreendido e incorporado ao mundo que cada pessoa constrói, em seu domínio de condutas, com as demais pessoas com quem convive”. Segundo o autor,

a educação ambiental pode ser vista como a estratégia inicial do desenvolvimento sustentável através da qual as pessoas não só se qualificam mas se sensibilizam para reencontrar suas pertinências e afinidades com a natureza e o universo, ponto de partida substantivo do paradigma da sustentabilidade.

CECCA (2001, p. 17) ao abordar sobre sociedades sustentáveis e democráticas salienta que

é da essência da nossa civilização a redução da racionalidade ao que pode ser empiricamente constatado. A absolutização do racionalismo instrumental, negando a validade de qualquer racionalidade normativa e qualitativa, está cristalizada na transformação da matemática como instrumento, por excelência, para o conhecimento. A estreiteza desta transformação da realidade à pura extensão (de reduzir a natureza à quantidade) está expressa também na hegemonia contemporânea da economia sobre o mundo moderno, cada vez mais universal pela globalização dos mercados. Uma das maiores vulgarizações do pensamento racionalista-economicista ocidental é a crença de que apenas o quantificável é econômico, empobrecendo decisivamente nossa própria compreensão do econômico bem, como impossibilitando uma percepção mais substantiva da própria vida.

Leff (2001, p. 13) manifesta recusa frontal de uma noção de “progresso” fundada na expectativa de crescimento material ilimitado para o conjunto da humanidade. Para ele, esta crença não incorpora a percepção das consequências possíveis da globalização do “reino da mercadoria” para o desenvolvimento do potencial humano e, por implicação, para a busca de redução da estorcedora margem de “violência estrutural” embutida na dinâmica das sociedades contemporâneas. Manifesta sua preocupação pela integração do nível da “ecologia interior”, associada a mudanças nas formas de perceber o universo e o sentido da presença humana na biosfera, ao nível da “ecologia global”, defendendo uma percepção cada vez mais nítida da gravidade das chamadas mudanças ambientais globais e também dos peso das atuais assimetrias e no aguçamento persistente dessas tendências destrutivas. Acredita que existam alternativas concretas de ação capazes de aproximar gradualmente a humanidade “do ideal regulativo de civilizar e solidarizar a Terra, transformando a espécie humana em verdadeira humanidade”. A verdade é que se não forem tomadas medidas enérgicas, os maus tratos ao ambiente poderão comprometer o destino de toda a forma de vida humana sobre a superfície da Terra. Há os que sustentam que tão obscuro futuro não é menos desejável do que qualquer outro: vislumbram que tudo, esta destinado, mais cedo ou mais tarde, a ter um fim, uma morte, e é por isso que não haveria uma diferença fundamental entre a aceitação resignada de um fim certo, uma morte certa, a qualquer prazo, e a tentativa desesperada de recuá-la o mais possível. Para estes, ambos os caminhos conduzem ao mesmo destino. Apesar de ser extremamente evidente, pode-se reconhecer a validade desta tese, mas, de fato, existe uma

diferença fundamental entre a primeira e a segunda atitude. Cada um é livre para escolher, conforme suas convicções a que considera mais oportuna e mais apropriada. Trata-se de escolher entre um pessimismo destrutivo e um realismo construtivo; divergentes ou convergentes que sejam. No entanto, no transcurso da história, para a maioria das pessoas, está na natureza humana, a opção de reagir de alguma forma as situações adversas. Para estas pessoas a segunda opção seria a escolhida. O desenvolvimento urbano sustentável tem acima de tudo a função de congregá-las. Neste ambiente, refuta-se sem tréguas a tudo o que possa ameaçar a sobrevivência humana, contribui-se para inutilizar todas as formas de patologias, quer dizer, obstinadamente, enfrentar o crescimento irresponsável com o crescimento responsável, à congestão com a gestão, o desenvolvimento insustentável com o desenvolvimento sustentável, a indução por atitudes direcionadas ao caos e a morte por convictas atitudes direcionadas ao planejamento e a vida. Neste âmbito, Orofino (2000, p. 7) afirma que:

para chegar a uma forma de desenvolvimento sustentável, é preciso resolver um desafio ético diante das gerações futuras e das outras formas de vida. E isto só será possível se, ao mesmo tempo, enfrentar-se o desafio ético da injustiça social. Uma sociedade só poderá ser ecologicamente sustentável se for também socialmente justa, politicamente democrática, eticamente responsável e espiritualmente adulta. Todas estas questões estão interligadas.

Acrescenta que “a humanidade não pode evitar a crise do meio ambiente sem reestruturar radicalmente os sistemas econômicos e social que existem no atual modelo predatório”. Neste prisma Alexandre (2000, p. 40) destaca que não se deve concluir que ao ser criada toda uma nova maneira de percepção da relação meio ambiente e desenvolvimento, tenha ocorrido mudanças para se adotar um esforço integrado de planejamento que atenda os critérios de justiça social, pelos quais, o meio ambiente poderia ser estrategicamente não só encarado como fonte de preservação da visibilidade de um processo adaptativo da sobrevivência da espécie humana a longo prazo, mas também que ele fosse focalizado como arrimo para um planejamento integrado de atendimento à satisfação das necessidades humanas básicas. Para isto, é necessário aprimorar mais os processos de percepção do meio ambiente e sociedade. Segundo Bogo (2000, p. 54), o próprio conceito de desenvolvimento sustentável carrega atrás de si uma grande responsabilidade quanto à ação, referindo-se ao “pensar globalmente e agir localmente”, e que na sua

própria definição alerta para a necessidade de inter-relacionamento de efeitos correlatos entre as diferentes ações antrópicas sobre o planeta, juntamente com a necessidade de mudanças comportamentais necessárias para a implementação gradativa de ações sustentáveis”. Para Sachs (1997, p. 215) o conceito de desenvolvimento sustentável fundamenta-se no qual, as dimensões social, econômica e ambiental estão intimamente entrelaçados. O desenvolvimento sustentável, segundo entende-se hoje, é um conceito abrangente, diferente de crescimento econômico, ainda que considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, incluindo as dimensões ética, política, social, econômica, social, ecológica, cultural e territorial. Todas elas sistematicamente interrelacionadas e formando um “todo”. Para o autor, a natureza processual do desenvolvimento sustentável exige, além disso, que se leve em consideração sua sustentabilidade (perenidade) para satisfazer o postulado ético da solidariedade diacrônica com as futuras gerações, simétrico ao postulado da solidariedade sincrônica com a geração presente que, por sua vez, explica a primazia das considerações sociais na determinação dos objetivos de desenvolvimento. Nesta corrente, Mehta (1995, p. 219) demonstrou que o desenvolvimento sustentável implica em mais do que uma simples reconciliação da economia, ecologia e do desenvolvimento sócio-econômico. Para o autor, as limitações impostas por estes tipos de elementos necessitam ter “relações harmônicas entre todas as partes”.

Mesquita (1998, p. 39) ao refletir profundamente sobre o lugar ideal para o homem viver questiona: o que é o paraíso? Onde esta localizado? As opiniões, segundo a autora, são múltiplas e divergentes. Cada ser humano tem uma concepção sobre o paraíso, “o lugar das delícias”. Todavia, se há um traço comum entre a humanidade é o da travessia do portal do paraíso para viver a “boa vida” (nesta ou em outra dimensão). A busca continua...

5 O HOMEM COMO SER MORTAL

*“Minha alma não consegue encontrar uma escada para o céu
que não seja através da beleza do mundo”.*
Michelangelo

Desde as origens da humanidade os registros arqueológicos comprovam a existência de práticas de sepultamento, o que permite afirmar que a consciência da morte é um traço inerente à espécie humana. O homem é um animal que morre, tem consciência da morte, faz dela imponente marco de referência e drama de sua vida. A maior certeza que o homem herda ao nascer e ao desabrochar para a vida, é a plena certeza da morte. Surge um senso escamoteado mas real, de que uma das características da morte é induzir o ser humano a poder ter, por antecipação, a idéia de atingir a possibilidade limiar, crucial, consciente ou não de poder alcançar a certeza ou a incerteza eterna (e depois,..., vida ou nada?). Por outro lado, numa visão mais ontológica, retratada na luta por permanecer vivo, a consciência da mortalidade para o homem, pode ser configurada como “uma fuga da morte”. Neste ângulo, não seria apenas somente a consciência da morte, mas a fuga da morte que distingue o homem dos animais. Para os animais a morte está integrada aos ciclos da natureza. Vive-se e morre-se sob a égide da indiferença, sem drama ou marco de referência. A vida e a morte, lado a lado, seguem seu transcurso com naturalidade. Os animais consentem que a morte seja parte da vida pois são indiferentes ao fato da morte existir. Valem-se do instinto da morte para morrer, enquanto que os homens valem-se da consciência da morte para reagir, dramatizar e tentar fugir desta realidade inevitável. Reagindo a esta consciência, agressivamente, o homem edifica culturas imortais e faz a história para fugir à morte. Angustia-se perante esta realidade, ou seja, de que todos independentemente do que são e possuem, terão seu momento final. Ao atingir o limiar da vida, a morte acaba por retirar algo comum a todos, o transcurso - a continuidade da vida. O homem tem sua liberdade, sua plenitude absoluta ameaçada pela morte. Inconsola-se frente a realidade de sua vida finita, supondo que seu ser (mesmo em sua plenitude), se encontre em caminho (nunca acabado) e nunca numa firmeza definitiva. Tem a sensação do descoroamento da supremacia da vida humana. Prova o amargor das inconformidades humanas ao alimentar-se do vazio e do drama. Contorce-se em sua própria fragilidade. O vazio e o drama induzem a outros significados de dor, revolta,

insatisfação e inquietude. Não aceita o fato de um dia algo de extremo valor será retirado de sua vida. Em meio a esta incongruência inaceitável, não consegue “viver”, tendo de adaptar-se a “conviver” com a realidade. “Toda morte causa pesar. Nesse sentido, quando trata-se de ente muito próximo, a morte recai como um peso” Miranda (1996, p. 17).

A morte tem supremacia sobre as certezas da vida humana. Rainha das certezas, verdade constante e inevitável. Vive-se, morrendo. Vive-se como nave voltada a uma única e certa direção: a estação da morte. Paradoxalmente, é pela extinção da vida, ou seja, por se viver, que se morre. A cada momento vivido, aproxima-se mais do fim da vida, gasta-se parte do que foi legado como vida. Nos anexos, a ilustração nº 1 retrata este drama de forma surrealista. Cada humano tem uma cota definida desta seiva e, nenhuma é exatamente igual a outra. O sentido da existência humana tem sido explicado com contribuições da ciência, da filosofia e da religião, ao defrontar-se com o real fenômeno da indissolúvel vida/morte. Essência e existência, segundo a religião, formam uma unidade funcional, confortando os homens, alimentando-os de esperança, com a convicção de que a vida é útil e não acaba, mesmo após a morte corpórea. Segundo Bromberg (1998, p.11), as religiões têm função tanto para a sociedade como para o indivíduo: “fornecem um enquadramento de realidade para a morte de forma a assimilar e tornar válidas as expressões de emoção inerentes ao luto, de maneira aceitável pela sociedade e satisfatória para o indivíduo”. Torna-se possível com isto, a reincorporação do entusiasmo em novas etapas da vida e a sociedade não desmorona perante à morte de seus componentes.

Ao buscar meios para o prolongamento da vida, a ciência contribui para a cura de doenças e amenização da dor. Inúmeras alternativas são trabalhadas ao tentar-se impor certo domínio sobre a morte do corpo ou, em outras palavras, dentro de um campo de domínio, tentativas de negação da mortalidade inerente à condição humana.

A morte foi tendo seu cerimonial mudado ao longo dos anos. Mudaram-se os costumes, abrangendo desde a relação entre o cadáver e o ambiente social e físico, como até as manifestações das emoções. Atualmente, a morte tornou-se um acontecimento a ser vivido com discrição, o que, segundo Bromberg (1998, p.12), transferiu o local da morte e do velório para os hospitais, necrotérios e capelas, technicalizando-os e dessacralizando-os. “É a forma que a sociedade produziu para

se proteger de situações de infortúnio que podem abalar seu equilíbrio, já tão fragilizado em razão de constantes e rápidas mudanças que se submete”.

Não há uma padronização de comportamentos ao lidar-se com a morte. Os rituais dos mais variados estão presentes nos cerimoniais da humanidade, cumprindo objetivos individuais e coletivos. As tentativas de negação da mortalidade, encontram base em princípios religiosos e filosóficos que fundamentam “a morte como uma passagem, um estado transitório e não uma cessação da vida”. Isto encerra importante alento para a continuidade da vida dos que ficam, onde a noção do fim se dissipa e não se contempla com a morte. Conjugam-se no surgimento de fortes defesas, uma vez que sem elas seria impossível imaginar qualquer espécie de futuro. Isto profere importante orientação para o ser humano apesar “de e por ser mortal”. Em outras palavras: “se quer que a vida dure, é preciso preparar-se para a morte”. Fundamenta-se bases literais para enfrentar o cotidiano, mesmo sob ameaça permanente da morte. No entanto, cada visão do significado da morte é composta por fatores predeterminantes de ordem cultural, histórica, ética, religiosa e psicológica e, a interação desses fatores contribui em aumentar a complexidade e abrangência de entendimento desse fenômeno. As vertentes religiosas fundamentam que há “um plano mais elevado de existência”. As biológicas fundamentam que as pessoas se perpetuam em suas descendências.

A negação do fim com a chegada da morte também pode ser traduzida pelo próprio exercício da atividade criativa e da genialidade humana. Segundo Farias (2000, p. 5), “nessa relação dialética pára e caminha. Quando se está praticamente apagado, é atraído por uma luz e se abastece para continuar a caminhada ao Absoluto”. Entende-se como tentativas de possibilidade de imortalidade, uma vez que trabalhos originais e criativos tem efeito sobre os anos, ou sejam, legados de permanência personalizados. Por isso existem os chamados “imortais”. O próprio trato do ser humano com a saúde, refletem esta busca pela imortalidade, abrangendo as práticas preventivas e as curativas para a manutenção da vida, como as práticas de criogenia do corpo para ressuscitação após a descoberta da doença que provocou sua morte, passando pelo congelamento do sêmen do doente no leito de morte e que deseja ser pai mesmo depois de morto,..., ostentam este desafio, mesmo que muitas vezes levado ao exagero. Chegar-se a ponto de imaginar que um dia poderia-se defrontar-se com um corpo perfeitamente congelado por décadas, descongelá-lo, ressuscitá-lo e devolver a ele suas funções vitais, é algo que ainda é

de difícil concepção. Além disso, percorre-se caminhos de dúvidas e devaneios conceber-se a cura para determinadas “causas mortis”, mesmo nos tempos de atuais avanços significativos da ciência médica. “Assim, a morte se torna um produto social que se manifesta na história e só nela, enquanto morte para nós”. Farias (2000, p. 7).

Outro aspecto importante relacionado à morte e ao luto está centrado na natureza humana, onde, nem todos são fortes ao experimentar o sentimento de perda de um ente querido. A fragilidade humana perante o infortúnio da morte pode levar a crises individuais e coletivas, muitas vezes, de difícil superação. As pessoas, as famílias e a própria sociedade, são atingidas pela infelicidade de não disporem de meios que pudessem ajudá-las a vencerem estes momentos de crise. A preocupação aqui destacada está na utilização dos conceitos psicológicos relacionados à morte, tais como perda, quebra de vínculos, aceitação e reelaboração, no sentido de proporcionar possibilidades de ajuda psicológicas, médicas e espirituais às pessoas enlutadas. Estas tem sido relegadas a uma condição de negligência, como se todo sentimento advindo do luto fosse natural e até esperado, como se as áreas médicas, psicológicas e espirituais não pudessem fornecer formas de amenizá-lo. Existem diversas gradações aos processos de luto. Cada pessoa, cada família, cada sociedade reagem com especificidade. “Existe o luto normal, com um curso brando e previsível, como também aqueles que implicam numa verdadeira experiência de crise, muitas vezes, com a duração da existência dos próprios atingidos” (Bromberg, 1998, p. 19). Para estes seriam recomendados recursos sob diversas égides. Existem grupos de trabalho que centram-se na questão do luto individual e coletivo, funcionado em centros de saúde, universidades, centros religiosos e autônomos. As pessoas recorrem a estes grupos para abrandar sua dor e, acabam por viver experiências e conhecimentos bastante salutares. Muitas inclusive, acabam participando dos grupos de maneira freqüente, mesmo depois de amenizada sua dor, para poder ajudar a outras pessoas que chegam enlutadas. Segundo Bromberg (1998, p. 19) “a morte pertence a condição humana. A morte da pessoa amada é não apenas uma perda, como também a aproximação da própria morte, uma ameaça. Todo seu significado pessoal é internalizado e, então, evocado e as vulnerabilidades pessoais a ela associadas são remexidas”.

As pessoas têm dificuldade em associar certos sintomas com a vivência do luto, sendo exceção as manifestações classicamente entendidas como pertinentes a ele, ou seja, depressão, saudade, imobilidade, desânimo, tristeza, inconformidade, consternação, necessidade de manter-se em luto. Reações como agressividade, atividade frenética e errática, distúrbios psicossomáticos, dificuldades na aprendizagem, são as causas de maior estranheza quando associadas ao luto, segundo Bromberg (1998, p. 16) e, muitas vezes, são casos que devem ser tratados por especialistas e grupos de trabalho.

O luto por si mesmo exige reação, amadurecimento, solução para um estado que não pode ser permanente mas, do ponto de vista ideal, passagem difícil que possa ser mas, um dia transformada em experiência, aprendizado e polimento pessoal e coletivo. Para compreensão da abrangência em que o estado de luto produz no âmbito individual e familiar, a questão é explorada psicologicamente, com sua sintomatologia, fases, comparações entre luto normal e patológico e fatores de risco. Inquestionavelmente, é uma fase dolorosa ao envolver situações como perdas na vida adulta (morte do filho, do pai, da mãe, do amigo, viuvez, consternação) e as perdas para a criança (significado da morte e os impactos do luto infantil e juvenil); o luto familiar (reações da família a morte, ciclo da vida familiar, adaptação da família a perda), além de muitas outras. Miranda (1998, p. 74) enaltece que uma das piores dores são aquelas vividas pelos pais quando perdem seus filhos. Ao exemplificar situações de sofrimento profundo onde a dor e a consternação estão presentes em todos os momentos da vida dos enlutados, segundo o autor, “em qualquer circunstância, a perda de um filho ou de vários (acontece com uma freqüência maior do que se imagina) pode desestruturar a vida de qualquer casal ou família”. Segundo Alves (apud Miranda, 1998,p.74) assim é descrita a experiência:

Não acredito que haja dor maior que a morte de um filho. A princípio é uma dor bruta, sem forma ou cores, como se fosse uma montanha de pedra que se assenta sobre o peito, eternamente. Com o passar do tempo, essa dor bruta se transforma. Passa a ser muitas, cada uma com um rosto diferente, falando coisas diferentes. Há aquela dor que é pura tristeza pela ausência. Ela só chora e diz: “nunca mais...” Outra é aquela dor que se lembra das coisas que foram feitas e não deveriam ter sido feitas, coisas que não foram feitas e deveriam ter sido feitas: a palavra não foi dita, o gesto que não foi feito. É a dor da saudade misturada com a tristeza da culpa. E há outra dor: a tristeza de que o filho não tenha completado o que começara. Existe uma grande alegria em terminar a obra que se iniciou: ver a casa pronta, o livro escrito, o jardim florescendo. A vida de um filho é assim: um sonho a ser realizado. Aí vem o impossível meteoro que estilhaça o sonho. Fica a casa não terminada, o livro por escrever, o jardim sem flores.

É compreensível a profundidade dessas palavras em se tratando de um pai que perdeu um ente tão querido. Foi talvez o que pensaram os discípulos, os amigos e Maria ao descer o corpo de seu filho da cruz. Entretanto...

A presença de um cadáver humano cria e exige uma série de ações, inseridas numa geografia temporal e espacial bastante precisa, ornamentada de uma contundência inquestionável. Gestos, intenções e reflexões precisam ser feitos e ditos em determinados momentos e lugares ao longo dos ritos funerários. As sociedades, as religiões e a história acumularam, de forma orgânica, essas experiências nos chamados rituais de exéquias ou de encomendação de seus mortos. No caso da Igreja, uma sabedoria milenar, divinamente inspirada, operou e elaborou, a partir de uma complexa fonte de elementos culturais, práticas e reflexões para todo esse processo: o ritual de exéquias, complemento simbólico do batismo. O ritual de exéquias trata poeticamente e simbolicamente do tema da perda e da restauração da individualidade.

Os ritos funerários colaboram na vivência sadia do luto e na superação da dor e da perda. Diante da morte, o consciente sabe “quem” perdeu, mas ainda não dimensiona “o que” perdeu (ou ganhou). Os ritos das exéquias cristãs, por exemplo, encerram em si importância terapêutica e espiritual para quem parte e para os que ficam. Segundo Miranda (1996, p.16), as honras fúnebres variam entre as culturas, mas sempre existem e deveriam ser cultivadas. “Se uma cultura perde a capacidade de honrar seus mortos é porque já não sabe honrar os vivos”. Tais honras podem ser expressas das mais variadas maneiras: presença ao funeral, coroas de flores, elogios fúnebres, esquifes trabalhadas, orações, beleza do ritual, poesias, músicas de fundo, arquitetura do túmulo, discursos, assinaturas nos livros de condolências, epitáfios, aplausos, guarda fúnebre, escolta fúnebre, salvas fúnebres, benção sacerdotal, etc. Como sementes de humanidade, os mortos estão plantados e disseminados nos mais diversos lugares. A significação das honras prestadas é sempre mútua, do morto para o lugar e do lugar para o morto. Honrar é um gesto que nobilita tanto a quem recebe como a quem oferece. Quem não honra seus mortos acaba por levá-los como um peso na alma. Quem os honra descobre seu próprio valor.

Para muitos a morte representa um limite, uma barreira, desgraça, infortúnio. Segundo Miranda (1998; p.1):

essa não deve ser a crença dos cristãos. Plantam-se os mortos como sementes de eternidade e estas são regadas com lágrimas. Todos florescerão no Jardim do Senhor. A Igreja é o Jardim perfumado do Senhor, é o seu Campo de Estrelas. Ao deixar a Igreja terrestre, entra-se na plenitude da Igreja Celeste”.(...). “quando tudo parece caminhar para o fim inexpressivo dos sepultamentos, o amor de Deus por seus filhos se corporifica na ação do ministro de exéquias, qual sinal plantado à beira do túmulo dos que se despedem e ingressam na eternidade, eterna idade dos que não voltarão a morrer, para todo o sempre acolhidos no coração do Pai.

Para Miranda (1996, p. 18), os mortos devem ser devidamente honrados e ritualizados, principalmente enquanto seus corpos ainda estão visíveis. Os ritos do corpo presente colocam as pessoas em contato com o defunto e, em consequência, com diversas realidades psicológicas e espirituais da morte. Os ritos profanos e sagrados enriquecem os conscientes e os inconscientes. Inserem os presentes em sua própria vida, na perspectiva de uma vida plena. Proporcionam a descoberta do significado de se estar vivo, a graça e a dádiva da vida, valorizando-a. E, talvez, por isso mesmo, pode proporcionar certo preparo aos enlutados para a sua própria morte. Os ritos exequiais garantem o sucesso do processo de luto e a plena posse da herança espiritual dos falecidos.

Quando da realização de ritos exequiais, a maioria dos celebrantes costuma começar o rito com um cântico após saudar respeitosamente os presentes. Cria-se um clima de atenuação, sobriedade e amenização a dor presente. Durante os ritos exequiais desfruta-se da riqueza de matizes e expressões de poder e energia inquestionáveis como em esta oração destacada por Miranda (1996, p. 48):

Pai de misericórdia e Deus de toda consolação, vós nos acompanhais com amor eterno, transformando as sombras da morte em aurora da vida. Olhai agora compassivo as lágrimas dos vossos filhos. Dai-nos, Senhor, vossa força e proteção para que a noite da nossa tristeza se ilumine com a luz da vossa paz. O vosso Filho e Senhor nosso, morrendo, destruiu a nossa morte e, ressurgindo, deu-nos novamente a vida.

Assim, sob a égide energizante destas palavras consegue-se entender do poder amenizador da dor e facilitador da fé que os ritos podem proporcionar. As músicas também incrementam o ambiente com paz e sabedoria. Neste tradicional cântico católico sentimentos maternos também são despertados para o acolhimento dos que sofrem: “com minha Mãe estarei, na Santa Glória um dia, junto a Virgem Maria, no céu ressuscitarei. No céu, no céu. Com minha Mãe estarei. No céu, no céu”..... Naqueles momentos cruciais para a maioria das pessoas presentes não há como entender ficarem privadas de orações e cânticos tão poderosos. Como vencer

a dor e o desespero? As exéquias compostas de cânticos, gestos e orações constituem-se em fortes elementos remediadores. Não há remédio mais adequado para tão profunda fragilização. Miranda (1996, p. 48) ao enfatizar o poder terapêutico do ritual acresce outra oração exequial:

Tu o chamaste, Senhor. Ele é teu. Nós lamentamos sua perda, porque nossa fé é fraca. Se compreendêssemos a profundidade do mistério que é a morte, se compreendêssemos que a morte é o encontro feliz do filho que chega à casa do Pai, nossa atitude nesse momento não seria de pranto, mas de profunda e confiante serenidade e paz. Creio e agradeço ao Pai a verdadeira vida que começa com a morte. Tudo o que tenho pertence a Deus e um dia lhe darei. Creio e agradeço ao Pai a verdadeira vida que começa com a morte.

Alguns celebrantes têm o costume de começar o rito de forma direta, mas de significativo efeito inicial. Logo no início, fazem o sinal da cruz e começam a oração do Credo: “Creio em Deus Pai todo poderoso, criador do céu e da Terra. Creio no Espírito Santo; na Santa Igreja Católica; na comunhão dos santos; na remissão dos pecados; na ressurreição da carne; na vida eterna. Amém”. Ao concluir, o celebrante comenta as últimas frases do Credo, enaltecendo a ressurreição pessoal (da carne) e na vida eterna. Convictos afirmam os celebrantes: “nascemos para ressuscitar e não para temer a morte”. As exéquias celebram a esperança, falam no tempo da salvação, o tempo da graça e que Deus age para salvar os homens. A palavra de Deus ilumina com a verdade revelada os participantes da assembléia exequial. A palavra de Deus ilumina, com luz velada e esperançosa, o sentido profundo da vida, bem além das palavras. Conforta, acaricia ternamente os corações sofredores, oxigenam os processos mentais e aquecem as gélidas contrações da alma dos enlutados.

No momento próximo ao sepultamento o celebrante, segundo Miranda (1996, p.85) pode pronunciar as seguintes palavras:

conforme o costume cristão vamos sepultar o corpo do nosso irmão. Peçamos, com toda confiança a Deus, para quem tudo vive, que ressuscite na glória dos santos este pobre corpo que hoje sepultamos e acolha sua alma entre os eleitos. E, transportado nos ombros do Bom Pastor, mereça gozar alegria eterna na companhia de Cristo Rei com todos os seus santos.

O celebrante então procede à aspersion do corpo com água benta. A mesma água do batismo que o acolheu em vida, agora o acolhe em morte, para a vida pois, a água é o símbolo da vida.

Na sociedade atual, a morte tende a ser banalizada e tornou-se assunto inconveniente. Os funerais estão sendo realizados mais rapidamente e de forma vazia e despojada. Tem-se a impressão de participar de um delito. Os mortos são escondidos, como se fossem uma vergonha ou incômodo ameaçador. No entanto, os ritos do corpo presente em geral, não duram mais de vinte e quatro horas, mas, inserem-se no dever de todos de honrar seus mortos, de segui-los até o fim. Existe um direito sagrado, o direito de ver e tocar seus mortos, o direito de velá-los e dar-lhes sepultura. Para Miranda (1996, p. 20), “os ritos funerários, para com o corpo presente, evocam a unidade da pessoa (corpo e alma) e não um vínculo obsessivo com a parte material ou a própria carne do ser humano”. Diante do cadáver, após o choque inicial, o corpo social, os amigos, a comunidade empreendem um complexo movimento convergente e divergente de acolhida, providência, providências, encaminhamento e destinação final. Enterrar seus mortos é homenageá-los, é um dever e uma honra. Ao longo desses ritos tem início o processo de luto. Ao longo dos velórios ocorrem momentos decisivos para os participantes conseguirem sucesso no luto e não uma queda na patológica melancolia. O sucesso é possível graças ao auxílio terapêutico dos ritos profanos e sagrados das exéquias, desenvolvidos ao longo de dois milênios pelo cristianismo, e enriquecidos pelas diversas culturas. O ritual de exéquias vai além de uma simples cerimônia de encomendação do defunto. Segundo Miranda (1996, p. 20), para compreender e aceder à plena potência desse ritual, segue-se o conselho dado pelo bispo ortodoxo Jean de Saint Denis: “o visível se conhece a partir do invisível, e o invisível a partir dos símbolos que são as coisas visíveis”.

A morte pontifica a perda inevitável, a interrupção definitiva de todo e qualquer projeto. Estilhaça qualquer desejo de consumo e de acumulação. Parte-se de mãos vazias, independentemente de qual tenha sido a obra dessas mãos. Para Miranda (1996, p. 20), “ignora-se a morte e os mortos, até que eles caem em nosso jardim”. Vive-se como se nunca se morre. A morte de um conhecido ou parente é quase sempre motivo de choque, como se fosse algo inesperado ou acidental, que nunca iria acontecer. A sociedade tem pavor e não quer sentir dor, sobretudo a gerada pela morte. Ao abreviar o contato com o morto de disritualizar seus funerais, a sociedade age como se pudesse simplificar a dor. Como se fosse uma solução para a morte, pratica-se uma ilusória exclusão do luto. “A morte não tem solução. Ela é dissolução”. Negando-se a refletir sobre a morte individual, banaliza-se a mesma

em filmes, novelas, ações policiais, noticiários,..., numa demonstração de extrema falta de sensibilidade. Segundo Miranda (1996, p. 32), o pensador e cronista Gilles Lapouge acredita que “com a progressão do ceticismo e da incredulidade na sociedade atual, a morte esta ficando órfã de sua eternidade, o que faz estragos abomináveis nos espíritos”. O que se vê na atualidade, é a morte interiorizando-se, preparando com isso fértil campo de trabalho para psiquiatras e psicanalistas, ao reconhecer “formas obsessivas da morte nas instâncias do inconsciente”. Há que se entender que ao se exercer o direito sagrado dos ritos funerários, amplia-se o campo simbólico e terapêutico do morrer, inserindo-o e transformando-o poeticamente numa celebração benéfica ao defunto e aos que ficam.

É fato histórico corrente, a infinidade de trabalhos científicos que tem como preocupação o corpo humano. As mais diversificadas correntes científicas tem demonstrado acentuada preocupação com o corpo humano. Com o corpo vivo, enquanto corpo de alguém, massa corpórea ativa, veículo de expressão física de um ser humano, suporte material de uma pessoa, entidade carnal animada. Em suma, são trabalhos voltados aos aspectos do corpo humano e sua utilização social enquanto manifesta-se com vida. Mesmo nos estudos da medicina, a atenção anatômica tem como objetivo final, proporcionar subsídios para suporte da vida. Direciona-se a atenção agora a outra égide: ao corpo humano morto, enquanto corpo de alguém morto, massa corpórea morta, ao veículo de expressão de um ser humano sem vida, ao suporte material morto de uma pessoa, ao cadáver, entidade carnal inanimada rumo ao destino final funerário.

Diante do corpo morto, pálido e frio, estendido em lápide de profunda consternação, inevitavelmente, travam-se discussões sobre as bases existenciais da vida humana. Diante da morte representada pela gélida realidade do cadáver, questiona-se: seria o homem um ser voltado para a certeza da morte? Seria o homem um ser para a morte? Frente a indagação tão questionadora, abrupta e cortas, Farias (2000, p.13), defende sua tese que acima da morte, “o homem é um ser para a salvação e para a vida”. Por metafísica ou ontológica que seja, esta posição busca a essência do homem enquanto pessoa ativa e, mesmo em meio a sua morte, respeita-se seu legado, suas experiências durante a vida. Tal posicionamento implica em afirmar que a morte não implica na extinção radical do homem. Assim, um ser para a salvação e para a vida, não desaparece com a morte. Mesmo diante da certeza da morte, do fim de seu corpo, de sua “máscara”, de sua

participação social, do seu papel que desempenha, de sua ambiência terrena, permanece seu patrimônio pessoal, representado no fim da vida pelo corpo inanimado. Surge destas conotações o respeito que se defere ao mesmo. Não é sómente ao corpo humano esta deferência, mas ao homem que ali habitou. Segundo Farias, (2000, p.14), “respeitar o cadáver é, em última análise, respeitar ao legado, ao espírito, a essência de um homem que deixou de representar um papel social”.

Por outro lado, o corpo morto, o cadáver, a massa corpórea sem vida, é potencialmente perigosa ao próprio papel social tão anteriormente valorizado. Tal corpo inanimado, de profundo respeito, pode-se transformar em instrumento de poluição ambiental e propagador de doenças. Denotam-se em si as preocupações sanitárias que se deve ter, através de seu afastamento e disposição final. Segundo Farias, (2000, p.14):

como observa Santo Tomás de Aquino, a sepultura se inventou para favorecer os vivos e os mortos, a fim de que não se ofenda a vista com a feiura dos cadáveres e nem com o seu odor se infectem os corpos dos vivos”, e, acrescenta: “como diz Maria do Rosário Bastos, o mundo dos mortos deve ser espacialmente separado do mundo dos vivos, de modo a evitar interferências perturbadoras. No entanto, existe uma relação de dom, de troca, que torna estes dois mundos solidários, quais sejam, as práticas sociais e os rituais asseguram que os mortos se coloquem ao serviço dos vivos.

Converge-se a atenção agora, em honrar os mortos preservando a sua memória sem causar danos aos vivos. Preservar a imagem dos falecidos e disciplinar a maneira como os vivos despenderão seu trato em relação a eles, assume assim, dimensão sanitária, espacial, social e ambiental.

O respeito ao cadáver conjuga-se em respeito ao próprio homem. O homem expressa-se na vida terrena através de seu corpo. O corpo metabólico, ente expressivo da existência humana, instrumento de seus atos, pensamentos, sentimentos, palavras e obras. A este corpo conferem-se inúmeras provas de veneração e respeito. Na visão alitva católica “o corpo é o templo do espírito santo”. Esta máxima retrata de forma ímpar o respeito ao corpo do homem ao referenciá-lo como templo de morada do espírito supremo. Não se cogitaria qualquer local como templo tão especial. Assim o corpo do homem, sob mais esta égide, adquire outras supremacias, ao ser consagrado como o mais especial dos lugares, dentre todos os infinitos recônditos do cosmos. O corpo do homem é o invólucro dos mais puros

sentimentos, lugar sagrado, prova material da vida humana, templo espiritual, instrumento carnal da vida personalizada, entidade merecedora de alto respeito,...., e, assim, por motivos imensuráveis, de essência especial, mesmo que sem vida.

O corpo morto, sob esta ótica, assume caráter especial em meio próprio acontecimento da morte. Diante da morte natural ou acidental, parentes, amigos e a sociedade anseiam pela chegada do corpo inanimado, vislumbrá-lo, reconhecê-lo e darem início ao penoso processo de aceitação. Neste momento, transfigura-se na própria prova material da morte. Prova incontestável da morte de alguém: o cadáver reconhecido. A apresentação do corpo sem vida representa instante apropriado pela realidade, por mais dura que seja, mas, necessária e contundente aos olhos e sentimentos dos entes. O corpo neste instante máximo, fala por si mesmo. Silencioso e gélido, comprova que a morte chegou e é real. Inquestionável e imutável.

O exercício da morte encerra em si mesmo demandas historicamente comprovadas de dificuldades, perplexidade e sofrimentos para o homem. As ações concernentes à morte devem ser consideradas como constituintes de um sistema. Sistema funerário composto de diversas áreas de atuação como são as de prestação de serviços públicos e particulares, sanitários, jurídicos, urbanísticos, religiosos, etc. Na área jurídica impõe-se princípios que regem os direitos relativos à proteção do cadáver. Estabelece-se, assim, neste campo, não só a unidade dos institutos que regulam o exercício dos direitos sobre os cadáveres e os locais destinados aos sepultamentos, como o compromisso penal e administrativo, como partes integrantes de um sistema jurídico mais amplo, o do “direito funerário”.

O justo sepultamento é um direito objetivo. Existe em qualquer área do direito. É um dos direitos civis fundamentais. O direito de ser sepultado. Transfere-se à esfera do poder público municipal o dever de sepultar ou concessionar a terceiros, fiscalizando-os. Em ambos os casos procurando garantir dignidade e qualidade aos sepultamentos. Culminam todos os esforços jurídicos como solidários à ética e ao respeito aos cadáveres e aos locais de sepultamentos, direcionados nos princípios da repressão ao desrespeito à memória dos mortos, que constitui o fundamento e a razão de suas leis, manifestando-se de modo incisivo com as munições morais do direito. Regem também princípios jurídicos sobre a utilização do corpo humano após a morte. No campo das atividades científicas e terapêuticas, como em outros domínios, a utilização do corpo humano após a morte é um fenômeno legítimo, em

si, e útil, como fator indispensável ao progresso científico e bem estar da sociedade, mas sob a condição de ser mantida dentro de limites éticos e jurídicos e de não ficar entregue, exclusivamente, ao instinto natural que conduzem o homem à conquista de proveitos e vantagens sempre maiores de forma impensada.

Assim, a destinação do corpo humano privado de vida não é livre e aleatória, mas, precedida de princípios morais, éticos, sanitários, urbanísticos, jurídicos e religiosos. Fundamenta-se no princípio da indisponibilidade do corpo humano após a morte. Após a morte, o corpo humano torna-se indisponível, ou seja, sob ação do governo ou por meio de serviço de concessão, devem ser auferidos cuidados adequados ao seu trato e destinação. O corpo indisponível não deve estar a sorte de ações que dependem de fatores incertos e irresponsáveis, e, encontra guarita nas ações dos “bons princípios e guarda do que é respeitado”. A destinação do cadáver encontra assim, os seus limites, nos personalíssimos e incontestáveis direitos do falecido, nos deveres e direitos dos familiares para com a memória e respeito aos seus entes, e, nos deveres e direitos de culto, respeito e recordação que a sociedade empreende aos seus membros falecidos. Norteiam-se aos indivíduos regras morais que lhes deve orientar as condutas sociais ao exercício das disposições funerárias. Não bastam ser sanitária e ambientalmente corretas, mas, morais e eticamente aceitáveis pela sociedade. Recorre-se a intervenção do Estado nos seus domínios, a fim de enquadrá-las dentro das regras impostas pela lealdade, bons costumes e interesse social. Não se admite indiferença, ofensa, mau trato, desrespeito, banalidade ou disposição inadequada com o cadáver humano. Neste sentido, Farias (2000, p.16), enfatiza: “os princípios em que se funda a teoria da repressão ao desrespeito aos mortos dominam todos os institutos do direito funerário, revelando-se, assim, sob mais este aspecto, a unidade desse ramo do direito”.

Após o transcurso da vida, reside sobre o homem, ou melhor, sobre seu cadáver, fundamental preceito sustentado por bases civis, canônicas, administrativas, jurídicas, etc., qual seja, o direito de ser sepultado. Esta aí, também um dever perpétuo que recai sobre os vivos. Direito dos mortos e dever dos vivos. Sobre estas duas convicções se fundamenta a prática de “assistência aos mortos, necrologia e culto dos ancestrais”. Como exemplo, pode-se citar as oferendas periódicas, transfiguradas em orações, cerimônias, e oferendas dedicadas aos mortos com o intuito de lhes assegurar paz e conforto, retratando “assistências”

praticadas pelos vivos para os mortos. A estes objetivos, incorporam-se outros, enaltecidos pelos princípios da religiosidade e espiritualidade dos homens. Originalmente busca-se dar assistências aos mortos, mas, a questão é mais ampla. Busca-se também ajuda a si mesmo, ou seja, aos vivos. Ao dar assistência ao falecido, o homem acaba por encarnar para si paz e conforto, em meio a consternação, acaba por fortalecer valores morais, éticos e religiosos necessários a superação do infortúnio, luto, resignação e continuidade da vida. Assim, o conjunto de práticas de assistências aos mortos acaba por dar sustentabilidade ao homem perante ao próprio exercício de ter que lidar com a morte, fundamentado nos preceitos históricos, etnológicos, antropológicos, jurídicos e religiosos.

A morte e o sepultamento do corpo do homem induzem a visões de pessimismo e dificuldade de sua aceitação. Para muitos, tem-se a visão de uma partida eterna de quem morreu em meio ao sentimento de perda profundo, dor, consternação e saudade. Impera sobre isto uma aversão ao passado, ao que fica para trás, ao que é velho e ao que já morreu. Quem morre adentra portas abertas ao passado. Torna-se difícil, neste momento de perda, entender as coisas do passado como uma fonte de experiências e conhecimentos acumulados pelo homem em toda sua existência, significando fonte de cultura e aprendizado. Aquele que partiu vem a enriquecer esta fonte com suas experiências de vida e, também, de morte. Encarar o homem como ser mortal, não significa simplesmente abrir ou fechar as portas ao passado mas, avançar ao futuro pois, a vida continua em toda a sua plenitude, apesar dos que já morreram. Segundo Farias (2000, p.19), “Malraux dizia que aqueles que pretendem ignorar o passado se condenam a revivê-lo”. Alheio ao progresso científico e tecnológico, o homem continua a nascer, viver e morrer. A vida continua em toda sua contextualidade, simplicidades e complexidades. A natureza humana, no entanto, converge-se em sua intimidade a uma inquietante aceitação da inevitabilidade da morte. A morte carnal, social, metafísica. Reagem os homens a esta inquietação, criando instrumentos de amparo materiais, sociais e espirituais. Acaba-se por aceitar a morte como ato inerente ao homem, em meio a tantos, que lhes orienta a vida e o faz viver em sociedade, amparado por convicções solidárias que sustenta.

O homem ao reconhecer-se como ser mortal é aquele que a cada dia, a cada momento, aceita a realidade de ver-se diferente dos que o precederam, personalíssimo, único, mortal também, mas, próprio e autêntico. Enaltece que assim

como nenhuma vida é igual a outra, nenhuma morte também. Cada uma tem seu trato, detalhes, especificidades e contundências. A singularidade se estende até na maneira de como e porque morre-se. Ninguém morre exatamente igual ao outro. Por mais coincidentes em riqueza de detalhes, nenhuma morte é igual a outra. A morte tem seu dono, impressão digital e endereço próprio. O homem tem personalidade individual, em vida e, em morte. Morre, é condicionado e inumado e, a lápide confere a ele a visão final sepulcral materializada nos sentimentos, apegos e disponibilidades humanas. Mesmo sabendo da morte certa, da diversidade de desígnios que conduzem às horas finais e diversos os seus caminhos, a maioria das pessoas não compreende a riqueza de virtudes envolvidas no processo. Existe certa aversão a busca e ao entendimento destas virtudes protagonizada pelo sentido do fim. “No entanto, cada uma das distintas formas de morrer é tão específica como a própria personalidade que cada um apresenta ao mundo durante os dias de sua vida. Cada humano entregará seu corpo a terra de uma maneira que o céu nunca viu antes e, assim cada um, sob os desígnios de Deus, recorrerá seu último caminho a seu modo”.

A aceitação do homem como ser mortal, encara a vida com a tranqüilidade de quem um dia enfrentará a morte com disposição regida pela normalidade. As reflexões sobre fatos, rituais funerários, metafísicos e religiosos, independentemente da condição pessoal de alguns, face as reações mais adversas, são sem dúvida degraus que o homem tem que dar ao subir a escada de seu crescimento individual e coletivo. Conotações profundas e cuidadosas sobre a vida, engendram também reflexões sobre a morte e o confronto com a realidade ao tentar-se separar uma da outra.

Apesar da busca de seu entendimento e respeito, a morte continuará a escandalizar porque escapa ao planejamento, ao controle e as premissas de previsão, convertendo-se em sublime valor social fundamental e universal face a sua inevitabilidade. Assim, é também percebida como um evidente fracasso da ciência ou, do próprio homem. Sua supremacia desafia a toda humanidade, a ciência e os tempos. Esta realidade também pode conduzir a paradoxais reflexões extremistas, ao vislumbrar-se realidades polares da vida e da morte do homem, do amor e do ódio, do princípio e do fim, do berço e do túmulo, da luz e das trevas, da coroa e da cruz,..., constituindo forte realidade em que se fundamenta a visão humana. A bipolaridade entre estes extremos cercam oceanos de mares instáveis, onde

navegam em devaneios as naus dos pensamentos e apegos humanos. Emerge destas reflexões o reconhecimento ético da morte fundamentado em princípios morais, históricos, etnológicos e religiosos, impulsionando o homem a navegar bravamente rumo aos portos da aceitabilidade. Aceitabilidade ao princípio “do pó se vem, para o pó se retorna”. Aceita que ao morrer, disponibiliza seu corpo, “tornando-se desapropriado do veículo de expressão de seu ser”. “Devolve seu corpo a natureza, nela sendo reincorporado, juntamente com sua personalidade, seu espírito, integrados ao cosmos. Matéria e energia reintegram-se ao ciclo da eternidade”.

Para Blank (1998, p. 9),

a partir do momento em que o ser humano se destaca na evolução como um ser cultural, aparecem os vestígios de que este ser cultural se preocupa com a questão da morte e com aquilo que vem depois da morte. O homem do Paleolítico que, numa caverna da época glacial, juntava seis crânios de ursos na direção exata do pôr-do-sol em cima de um túmulo; os livros dos mortos do Tibete; o culto aos mortos no Egito antigo; e, por fim, os funerais solenes numa igreja cristã. Todos esses temas denotam a preocupação do homem com a questão da vida após a morte.

É fato corrente na história da humanidade, caracterizando bases culturais permanentes, a saga que, depois da morte, há algo mais, a morte não seria o fim último; a vida do homem continuaria. Debate-se o ser humano entre convicções e incertezas, subsistindo ao permanente questionamento: “como será a vida após a morte?”, ou, “existe mesmo vida depois da morte?”. “O que espera-se após a morte?”. Em resposta a estes questionamentos as produções culturais humanas retratam traços de otimismo e pessimismo para o mesmo tema. Blank (1998, p. 10), afirma que tais dúvidas não se encontram só materialismo do século XIX ou em pensadores ateístas, como Jean-Paul Sartre. Elas estão presentes até em textos tão sarcásticos e provocativos como o de Coélet no quadro dos livros bíblicos da Sabedoria:

de fato, o destino do homem e do animal são idênticos, do mesmo modo que morrem estes, morrem também aqueles. Uns e outros têm o mesmo sopro vital, sem que o homem tenha vantagem alguma sobre o animal, porque tudo é fugaz. Uns e outros têm o mesmo princípio e o mesmo fim, vêm do pó e voltam para o pó (Ecl 3, 19-20).

Blank (1998, p. 10) no entanto, não posiciona-se nesta linha, preferindo apresentar um conjunto de respostas a estes questionamentos, deixando claro que a pergunta sobre o destino do homem após a morte se apresenta como indagação

complexa e variável. Para ele, encontram-se duas linhas de argumentação. Na primeira, fundamentam-se os princípios que depois da morte a vida continua. Nesta linha, imediatamente, invoca-se o seguinte questionamento: como será esta vida nova? Em resposta temos três alternativas: uma repetição de vida dentro de parâmetros similares, uma vida de penúria dentro de parâmetros negativos ou uma vida feliz dentro de parâmetros totalmente novos. Na outra linha, fundamentam-se os princípios do pessimismo e da negação da vida após a morte, ou seja, não há mais vida,..., não há mais nada. Como na outra, imediatamente, invoca-se o seguinte questionamento: qual o sentido desta vida? Diferentemente da outra, neste caso, não temos alternativas de respostas. Cai-se no vazio, num vácuo profundo, onde o homem vislumbra seu fim literal e inevitável. Caminha-se unilateralmente na trajetória dessa vida para o fim soberano?...

Consciente ou inconscientemente, disposto ou reprimido, os temas da morte e do pós- morte dominam a vida humana como um tema universal. Blank (1998, p. 11) resume as possíveis atitudes diante da questão da sobrevivência além da morte:

- a) A sobrevivência à morte é logicamente impossível.
- b) A sobrevivência à morte é logicamente possível, mas é impossível prová-la empiricamente.
- c) A sobrevivência à morte é lógica e empiricamente possível.
- d) A sobrevivência à morte é logicamente possível e empiricamente plausível.
- e) A sobrevivência à morte é logicamente possível e empiricamente provada.
- f) A sobrevivência à morte é logicamente necessária.

Por qual destas alternativas seria lógico optar? Como responder, em cada situação específica, à pergunta sobre a continuação da vida após a morte? Tais questionamentos aumentam a cada dia de interesse, face à dolorosa e frustrante experiência do homem moderno, cuja vida na sociedade de consumo torna-se com frequência cada vez mais superficial e insatisfatória. Existe uma disputa permanente entre sentidos de valores. Os processos sociais atuais são extremamente concorrenciais e, por vezes bastante desleais e desumanos. Imperam os valores materiais sobre os morais, éticos e espirituais. Com frequência, os sentimentos humanos são relegados a planos inferiores. O quadro é transfigurado em uma implacável “luta entre o ter e o ser”. Boa parte da sociedade concentra-se mais em “ter” bens materiais, por vezes, custe o que custar. Exaspera-se na manutenção do “status quo”. Outros, porém, voltados a verdadeira essência de valores, voltam-se à

profundas reflexões fundamentadas na boa vontade, na esperança e na certeza da vida plena.

Neste contexto, merece destaque as experiências de pessoas em situações perto da morte, depois da morte clínica. Estiveram praticamente sob o portal de acesso a outra vida ou, fim que seja, mas, retornaram. Segundo Blank (1998, p. 13), em torno da metade das pessoas dos casos de reanimação, conseguem relatar estas experiências que, podem dar subsídios às reflexões sobre a vida após a morte. Não põem fim a questão mas, são extremamente interessantes e, não se pode ignorá-las. Segundo o autor, sinteticamente assim pode-se agrupar os relatos de experiências e sensações dos reanimados. Experiência de flutuar num espaço desconhecido, experiência de estar fora do corpo, experiência de atravessar uma zona de escuridão (túnel), experiência de uma luz forte, intensa e, apesar disso, agradável; Experiência de penetrar nesta luz, sensação que equivale a experiência de amor total, sensação de paz total, sensação de separação do corpo, ver-se morto e, voltar ao corpo, sensação de ser morto, sensação de passar para um outro mundo, sensação de encontrar outras pessoas, conhecidas (algumas inclusive já falecidas) e desconhecidas, sensação de recapitulação da vida já vivida (filme !?) de forma extremamente rápida, consciente e rica em detalhes. Além destas, o autor registra a existência de outras experiências agradáveis e positivas e, outras negativas e, até atormentadoras. Existe na atualidade bastante interesse em estudar-se estas experiências. Por outro lado, estas mesmas experiências estão sendo questionadas e até negadas pela impossibilidade de serem provadas. As experiências vividas perto da morte não podem ser usadas como provas científicas da vida eterna mas, certamente, devem ser investigadas com seriedade e rigor.

Sobre estas experiências de morte aparente mas não real, permitindo o retorno a vida, Autret (1979, p.7), desenvolveu intensas análises em sua obra sobre casos de "catalepsia". As narrativas são estarrecedoras e, através da minuciosa descrição de casos verídicos, consegue provar que a possibilidade de catalepsia é real. Segundo o autor, é profundamente lamentável os casos de sepultamentos de pessoas vivas em estado de catalepsia. Para isto, recomenda o uso das modernas técnicas de medicina e muita atenção ao se diagnosticar os óbitos pois, não pode-se deixar de reconhecer que podem existir falhas nos sinais de morte aparente. Para ilustrar isto, o autor destaca um caso que considera dos mais interessantes, pois é enriquecido pelos detalhes relatados pelo próprio ressuscitado, numa demonstração

loquaz do que é o homem perante a morte, sua fragilidade e impotência em contraste com sua força e vontade de viver:

...em seguida a fadigas sofridas por longo tempo, tive uma febre nervosa que esgotou rapidamente o resto de minhas forças. Coisa estranha! Parecia que a vida, se refugiava inteiramente nas minhas faculdades morais. Reduzido ao último grau da atonia física, jamais eu experimentara tanta força ou exaltação íntima. O momento da crise definitiva chegou. Me senti como que transportado em turbilhão luminoso no meio do qual flutuavam as figuras mais fantásticas, enquanto meu corpo era agitado por arrepios convulsivos e ressoavam em meus ouvidos o fragor e o zumbido de uma horrível tempestade. Eu me agarrava com todas as forças à vida que parecia querer me escapar, até que, finalmente, minhas sensações se tornaram tão confusas que me abandonei, contra a minha vontade, a esse estado, que não era totalmente destituído de uma certa tranqüilidade, e perdi logo todo sentimento da existência. Não sei por quanto tempo fiquei assim, até que, de repente, acordei numa calma quase estática: meu corpo era percorrido por um mundo de sensações voluptuosas e meus sentidos e discernimento me foram completamente restituídos... Nesse momento, o médico se aproximou de meu leito e deixou escapar estas palavras: está tudo acabado! Depois ele cobriu meu rosto com um lençol e meus ouvidos foram feridos pelos soluços de minha desconsolada família. Quis falar, fazer um movimento. Senti, com horror, que minha língua estava colada ao palato e que meus membros, que sentiam o contato com as cobertas que me envolviam, se recusavam a executar o menor movimento, como que atados por invisíveis liames. A partir do dia seguinte e durante três dias fiquei exposto, enquanto os amigos da família vinham fazer a costumeira visita de condolências. Eu escutava e compreendia tudo o que se passava em torno de mim e, de minuto a minuto, esperava inutilmente que o sortilégio fatal que pesava sobre mim seria desfeito. Na manhã do quarto dia, fui parar nas mãos daqueles que iriam me amortalhar, os quais me trataram com a mais revoltante brutalidade. Quando um deles, para me fazer entrar num caixão demasiado estreito, comprimiu seu joelho contra meu peito, experimentei um tormento tão cruel que tive uma fugaz esperança de que a possibilidade de exprimir meu sofrimento ia me ser devolvida. Foi preciso ainda a isso renunciar. O ataúde foi fechado e escutei logo o ranger dos pregos que eram cravados lentamente na madeira. É impossível encontrar palavras para descrever o que minha alma continha nesse momento de terror e de desespero. Cada golpe de martelo ressoava dolorosamente na minha cabeça como um dobre fúnebre anunciando o destino que me estava reservado. Ainda se eu tivesse podido gritar, se, mesmo sem esperança de ser ouvido, tivesse podido emitir um pequeno gemido! Mas não! Enquanto meu peito e minhas espáduas eram esmagadas dentro de um espaço restrito e sentia minha cabeça e meus membros machucados pelo duro contato e pelas asperezas do esquife, era preciso ficar imóvel e sem voz. Eu não poderia jamais acreditar que um coração, sem se esfacelar, pudesse suportar tão espantosa agonia. Em seguida me ergueram, me depuseram na carruagem fúnebre, que se deslocou em direção ao cemitério, onde logo chegamos. Nesse instante, tentei um derradeiro esforço, mas isso também foi em vão. Eu me senti balançar por sobre a tumba que ia me engolir e, enquanto me desciam lentamente distinguia o ruído que fazia o caixão roçando nas quatro paredes de terra. Quando fui colocado no fundo do buraco, escutei a voz grave e solene de um amigo. Ele me endereçava um terno adeus que chegou até mim com um derradeiro eco dos ruídos terrenos. E logo um estrondo assombroso, que se apagou pouco a pouco como ruídos longínquos de uma tempestade, me anunciaram que minha tumba acabava de ser coberta. Tudo estava então acabado! Estava para sempre separado dos vivos. Como não morri neste instante terrível?... Não sei por quantas longas horas fiquei assim. Eu havia esperado que minha

agonia seria breve e que uma pronta asfixia me aniquilaria e com ela minhas sensações e minha existência. Mas estava enganado. Não podia fazer nenhum movimento, meu coração não batia mais, meu peito não era movido por nenhuma inspiração e, entretanto, eu vivia! Porque eu sofria! Eu vivia! Minha inteligência e minha memória não haviam perdido nada de sua energia... Nesse meio tempo, meus tristes pensamentos foram interrompidos por um barulho, distante que logo me engolfou numa grande ansiedade. O ruído se aproximava insensivelmente e eu senti meu caixão ser arrancado das entranhas da terra. Foi aberto e tive a impressão de um frio penetrante, impressão esta que me pareceu não obstante deliciosa, já que era portadora de um raio de esperança. Transportaram-me durante algum tempo, depois me deixaram cair pesadamente sobre um mármore úmido e gelado. Escutei dezenas de vozes em torno de mim. Mãos me apalpam em todos os sentidos, e tendo sido um dos meus olhos aberto por acaso, me vi no meio de um anfiteatro de dissecação e rodeado de um grande número de jovens, entre os quais reconheci dois de meus antigos companheiros de divertimentos. Eu não saberia dizer se, nesse instante, o terror prevalecia sobre a alegria. Realmente, minha situação havia se tornado menos cruel, porque poderia acontecer que as experiências às quais eu iria ser submetido me devolvessem a vida ou, ao menos, me matassem prontamente. Resolveram primeiro me submeter a uma corrente elétrica. O aparelho foi preparado e à primeira descarga mil clarões apareceram diante de meus olhos e uma comoção terrível abalou todo meu ser. Uma Segunda descarga foi mais enérgica ainda: senti todos os meus nervos vibrarem como cordas de uma harpa e meu corpo se ergueu, os músculos contraídos, os olhos abertos e fixos. Percebi frente a mim dois amigos cujos traços exprimiam a emoção da dor e eles pediram com insistência que se pusesse fim a essas hediondas experiências. Estenderam-me sobre a mesa de mármore. O professor se aproximou de mim, escapelo na mão e me praticou uma ligeira incisão no tegumento do peito... Nesse instante, uma convulsão espantosa ocorreu em todo meu corpo. Eu consegui dar um grito terrível, ao mesmo tempo em que os assistentes deixavam escapar brados de horror. Os liames da morte estavam partidos: eu fora devolvido à Vida!...

Segundo Autret (1979, p. 11),

tal testemunho perturbador foi publicado em 1824, em Londres, numa revista científica. Esse texto autobiográfico descreveu minuciosamente as sensações experimentadas durante um estado de catalepsia. Pode-se notar que as sensações evocadas pelo narrador, um certo John Mac Inthyre, relembram aquelas que sente-se às vezes durante um sonho, onde se esta tentando se desvencilhar e fugir de um perigo sem poder mover um milímetro: ameaçados de morte, presas da mais viva angústia, tenta-se correr, mas não pode-se mexer um membro sequer, tal o seu peso. Este tipo de sonho se aproxima do estado cataléptico, por vezes, em certas pessoas sensíveis, isto é, particularmente sugestionáveis e que possuem uma estrutura apropriada, a qual pela hipnose, pode reproduzir uma certa forma de sono. É verdade que, hoje em dia, tais manifestações num indivíduo em estado cataléptico rígido, frio, sem batimentos cardíacos, intrigariam mesmo um leigo!!!... Esse caso provocou, naquele tempo, uma forte emoção. As autoridades sensibilizadas, mais pelo fato de ter vindo a luz o tráfico de cadáveres do que pelo diagnóstico errôneo de uma morte, decidiram colocar guardas para vigiar os cemitérios, a fim de assegurar a “proteção” dos recém-inumados.

Ao discutir-se sobre a vida pós-morte acaba-se por voltar-se a concepção do homem possuidor de espírito (sopro vital divinal, alma). Para defender este posicionamento, Schmolke (1995, p. 317) afirma que

a realidade pode ser sentida pelos homens com os sentidos físicos, no entanto, sua percepção é limitada em virtude de sua natureza corpórea e de sua estrutura anímica. O espírito estabelece uma ponte entre a realidade imanente e a realidade transcendente. Ela tem, como fragmento do grande “Todo”, acesso a um determinado número de realidades não-humanas.

Segundo Blank (1998, p. 26), para muitos, o espírito fica latente, guardado no corpo morto. Para outros, após a morte o espírito é liberado para este mundo, o cosmos e a eternidade. Na primeira versão, integram-se os da filosofia tomista, ao defenderem que uma alma separada do corpo seria mônada e isolada, separada do mundo e de toda comunicação. Já a religião cristã afirma que, após a morte, o homem passa por vários estágios de evolução e possível conversão: juízo particular, purgatório, possibilidade de inferno, juízo final e ressurreição do corpo (carnal e espiritual). Na mesma linha, acrescenta que, depois da morte, a pessoa entrará na dimensão de Deus, ou seja, a eternidade. A eternidade, no entanto, é uma dimensão sem tempo. Uma vez que não há tempo naquela dimensão, não se pode aguardar “depois” da morte, um Juízo Final, nem tampouco passar por novo estágio de evolução, pois todo “aguardar” e toda evolução implicam tempo. Converte-se à análise ao campo das perguntas sem respostas. Abandam-se estes significados quando o autor indaga-se com a possibilidade de que a separação de corpo e alma na morte nunca poderia significar uma separação verdadeira, mas “uma nova correlação entre corpo e alma”. São fortes as correntes que defendem a indivisibilidade do corpo e da alma. “Não apregoam a imortalidade e a eternidade da alma, que com a morte do corpo, continuaria sobrevivendo sem ele”. Segundo esta visão, o homem é sempre uma existência corporal e como tal permanece no mundo da ressurreição. O homem inteiro, criatura de Deus, morre e chega, com a nova criação, à salvação divina. Acentua-se esta possibilidade na “antropologia contemporânea”, onde o citado autor conclui que o ser humano só pode ser compreendido como um “ser multidimensional”. Tudo o que este vive, ele o faz na sua totalidade, com todas as suas dimensões. Isolar uma das dimensões desse multidimensional significa não mais existir ser humano. Segundo ele, torna-se essencial a substituição do modelo tradicional usado na descrição do ser humano

por um novo modelo. Nele a terminologia corpo e alma até se poderia manter, mas não num sentido dualista. Prefere adentrar a corrente de pensamento chamada de “Nova Era”, onde pode-se compreender o ser humano comparado-o a um computador, no qual o corpo seria o “hardware” e a alma o “software”. Segundo o autor, “aos olhos de Tomás de Aquino, a alma humana precisa de um corpo para pensar e sentir, da mesma maneira como um programa de computador precisa de um computador concreto para funcionar”. Isto abre possibilidades ao campo da reencarnação. Neste sentido, o modelo, por um lado, explica e sustenta a tese de que “uma alma sozinha não pode existir”, mas, por outro, abre ampla possibilidade para uma compreensão moderna de todo tipo de transmigração da alma na morte. Ela passaria de um corpo para o outro, da mesma maneira como um programa de computador poderia ser instalado em um novo computador. O hardware muda, mas o software permanece o mesmo. Aprimora suas convicções, considerando-as como bases para novos pensamentos. Aprimora-as, considerando ser necessário aglutinar princípios da filosofia e da teologia contemporânea. Resgata o modelo anterior buscando abranger a complexidade do ser humano, nos seguintes termos: o hardware seria a dimensão material do homem, ao passo que a dimensão psíquica da personalidade seria o software. A alma, por sua vez, poderia ser compreendida como a energia, a corrente elétrica que possibilita o funcionamento do sistema; tudo isso dentro da visão tradicional de que a alma é a “forma do corpo”. Todo ser humano passa a ser entendido como dotado de um sistema dinâmico, cujo funcionamento requer a integração de todos seus componentes, de tal forma que, por meio de uma revisão constante, todos eles evoluam num processo de integração da matriz dinâmica do sistema como um todo. Não é possível separar um dos seus componentes sem destruir o sistema todo. Segundo o autor, isto ficou evidente quando começou a compreender a consciência como um entrelaçado de correlações e interações, em que, por meio de processos constantes e dinâmicos, forma-se de instante a instante o sistema daquilo que denominamos o “eu”. Da mesma maneira que um computador só funciona quando há inter-relação entre hardware, software e circuito elétrico, também o ser humano só funciona dentro de um sistema integrado: dimensão material, psíquica e alma. Conclui que não é possível separar um dos componentes sem comprometer a dinâmica do sistema inteiro. Isso vale tanto na vida como na profunda transformação pela qual passa o ser humano na morte. Essa transformação significa uma progressiva “transmutação” e, essa, se dá num espaço

de tempo que vai até o momento em que ocorre a morte. A partir de então, o ser humano passa a integrar uma realidade que se caracteriza pelo “fim das dimensões temporais e início da eternidade”. Para Arruda (1999, p. 48),

durante nossa trajetória nesta terra, morremos e renascemos inúmeras vezes. É preciso nos despojarmos e desapegarmos de velhos conceitos, antes defendidos a ferro e fogo, morremos para antigas crenças, renascemos para novas direções, morremos para sentimentos tidos como eternos, renascemos para a verdade, para a luz e para a vida.

Em outra passagem, Arruda (1999,p.137) chama atenção para o necessário desapego no cotidiano para com a questão da morte e, para isto, é preciso estar atento e forte. Não tem-se tempo de temer a morte. É preciso ter fé e confiança na vida, “abençoados aqueles que não exergam, e, ainda assim acreditam”. Neste sentido, concorre Benítez (2001, p. 8) ao chamar a atenção para as seguintes palavras contidas em uma mensagem que, segundo ele, tinha recebido quando do falecimento do seu pai:

despertei num mundo novo e agora sigo um caminho como jamais poderia imaginar. Agora, neste magnífico mundo no qual vivo, eu sei que o amor é a única verdade. O amor sustenta tudo. Lembrem-se de mim e não esqueçam que voltaremos a nos ver, fisicamente, quando chegar a sua vez. Na realidade, isto não é uma despedida. É só um até logo. Como sabem, aqueles que se amam nunca dizem adeus. Que Deus os abençoe. José Benítez, agora mais perto do Pai.

Esta finalização ao invocar o “Pai”, invoca a “Deus” e a todo significado cósmico transcendental e espiritual da existência. Strobel (2001, p. 357) contribui com esta chama de crença espiritual ao concluir veementemente sua pesquisa sobre a própria vida de Jesus Cristo: “cada um de nós tem de optar por uma das alternativas possíveis. Ou este homem era, “e é”, Filho de Deus, ou então foi um louco, ou algo pior. Podemos contra argumentá-lo, talhando-o de louco, ou cuspir nele e matá-lo como um demônio; ou podemos cair a seus pés e chamá-lo de Senhor e Deus. Mas não venhamos com nenhuma bobagem paternalista sobre ser ele um grande ser humano. Ele não nos deu esta escolha. Nem nunca pretendeu”.

Interessante questionamento é travado com relação a cremação do cadáver e o destino de seu espírito: “e se o espírito ainda estiver ligado ao corpo, sofrerá com sua incineração”? Em resposta a este questionamento, os espíritas defendem a necessidade de retardar a destruição do cadáver pelo ato crematório uma vez que “existem sempre muitos ecos de sensibilidade entre o espírito desencarnado e o

corpo onde se extinguiu a seiva vital”. Em razão disso, recomendam um prazo mínimo de 72 horas para o ato crematório, sendo este, no seu entendimento, o tempo suficiente, para o desligamento. Fazem ressalva às exceções que envolvem os suicidas, bem como às pessoas muito ligadas aos vícios e aos interesses materiais que podem permanecer ligadas bem mais tempo. Nos crematórios, o prazo mínimo de espera é de 24 horas, podendo o corpo permanecer por mais tempo, em câmara frigorífica, segundo critério da família. Normalmente, os católicos aceitam o prazo mínimo para a cremação. Os espíritas aguardam três dias, assim como há aqueles que chegam a aguardar sete dias. No entanto, na essência verdadeira, não é com o tipo de morte que cada um poderá sofrer ou com o destino dos despojos corpóreos que deve-se importar, mas com o tipo de vida que cada qual leva. “Morre bem quem vive bem”. O esforço em cultivar virtudes, e praticar o bem, permeiam trilhas orladas de serenidade, para que, em qualquer circunstância em que possa ocorrer a morte, permita alçar o vôo da libertação, sem inquietudes com o destino da vestimenta física que não irá mais servir.

Aceitar o homem como ser mortal, de forma compreensível, branda e harmoniosa com as leis do cosmos material e espiritual, requer ter em mente, no coração e no fundo da alma, que a morte tem sentido, tem uma razão de ser e incorpora-se ao próprio sentido da vida.

6 OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS EM FLORIANÓPLIS E ASPECTOS CORRELACIONADOS À SAÚDE PÚBLICA

*“Dia normal, deixe-me perceber
o tesouro que você é.
Deixe-me aprender com você, amá-lo,
abençoa-lo antes da sua partida”.*
Marly Jean Iron

Os índios “carijós” da nação cuja lingüística era tupi-guarani e “itararés” foram os primeiros habitantes da Ilha de Santa Catarina. Denominavam-na de “Meiempipe e Jurerê Mirim”. Sua presença, segundo CECCA (1996, p. 31), é relativamente recente se comparada aos dados referentes à idade dos primeiros habitantes do continente americano. Há ossadas de ameríndios que datam de mais de 30.000 anos atrás. Na Ilha os vestígios mais remotos apresentam menos de 5.000 anos passados. Conheciam a cerâmica, produziam objetos para uso nas atividades cotidianas e “urnas funerárias”. Merecem destaque na Ilha estas urnas cerâmicas em forma de vaso, dentro dos quais foram encontrados, além dos restos mortais, objetos como pequenos utensílios de cerâmica e de pedra, lâminas de machado e colares de ossos e conchas. Quando morriam eram sepultados, com ou sem urna funerária, sob depósitos de cascas de moluscos, ossos e restos de utensílios de pedra e cerâmica vindo a constituir os sítios arqueológicos denominados “sambaquis”. São estes os primeiros assentamentos funerários praticados na Ilha.

Navegadores estrangeiros, principalmente portugueses e espanhóis passaram pela Ilha desde 1512, aqui aportando em busca de água e alimentos. Nestas ocasiões, quando morriam tripulantes, os mesmos eram sepultados próximo ao local de atracação das embarcações, ou seja, na área central ou praias do interior da Ilha.

Segundo Pauli (1987, p. 27),

Ilha de Santa Catarina foi o nome que se deu a mesma pelo navegador veneziano Sebastião Caboto quando nela esteve a serviço da Espanha em 1526. Em 1673, quando se estabeleceu o primeiro povoado na Ilha de Santa Catarina com uma igreja dedicada a Nossa Sra. do Desterro, começa a surgir a sugestão para um novo nome. Já este não foi o nome da Ilha, mas do “núcleo” gerador do desenvolvimento demográfico. O Bandeirante Francisco Dias Velho a chamava ainda de Santa Catarina.

6.1 Situação no século XVII

Francisco Dias Velho a partir de 1673 dá início às lavouras e construções. Já CECCA (1996,p.42) escreveu que:

Nos quatorze anos situados entre a fundação da Póvoa de Nossa Senhora do Desterro (1673) e sua morte (1687), o empreendimento agrícola local chegou a possuir quatro feitorias, uma capela, lavouras de mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e fumo, algumas cabeças de gado, atividade pesqueira e habitações para abrigar pouco mais de uma centena de moradores. O povoado desenvolveu-se na atual área central da Ilha, nas imediações da Praça XV de Novembro.

Nessa época, face aos deficientes hábitos e condições de higiene, ausência de recursos médicos e doenças contagiosas, eram freqüentes os casos de óbitos. Os primeiros assentamentos funerários deram-se no interior e em torno da atual igreja matriz. Pauli (1987, p. 126), comprova isto, ao relatar sobre a morte do próprio fundador da cidade:

com referência a Dias Velho, sucumbiu no acesso da luta. Antes que o valente povoador bandeirante caísse, muitos lances terão sido levados a efeito. Depois da pilhagem à vista do cadáver do heróico fundador, já desaparecidos os corsários, terá sido enterrado junto à capelinha, onde efetivamente foi o primeiro cemitério.

A prática de sepultamentos no interior e arredores das igrejas era comum em todo Brasil, e, em muitos outros países, perdurando durante séculos. Farias (2000, p. 306), justifica que na época, era convicta a idéia que ter uma cova dentro da igreja era uma forma de os mortos manterem contato efetivo com os vivos, “lembrando-lhes que rezassem pelas almas dos que se foram”. Na Ilha, esta prática foi adotada desde o início da primeira póvoa. E aqui a proximidade das moradias com as igrejas foi fundamental, uma vez que facilitaria a permanência do morto na memória da comunidade, parentes e vizinhos. Este hábito trazido para a Ilha, dava para as autoridades eclesiásticas, a exemplo de outras localidades no Brasil e, no mundo, uma vantagem política adicional, qual seja, a de lembrar aos vivos que seu dia chegaria, reprimindo-lhe à vontade de pecar, e, “animando-o na piedade cristã e na obediência a Santa Igreja”. Assim, em Desterro, os mortos vieram a ocupar os mesmos templos que freqüentavam em vida, onde haviam recebido o batismo, o matrimônio, e onde agora testemunhariam as cerimônias e negócios corriqueiros da comunidade pois, naquela época as igrejas serviam de recinto para reuniões, sala

de aula e auditório para as mais diversas finalidades. Enquanto houvesse espaço físico, todos os mortos seriam sepultados no interior das igrejas. No início, fora das igrejas somente eram sepultados os escravos, os acatólicos, judeus, protestantes e sentenciados.

Era prática funerária comum na póvoa o “banho do cadáver” antes de seu inumamento. Acreditava-se que este banho “purificava” seu corpo e, também sua alma. Praticamente era técnica obrigatória. Ninguém poderia ser sepultado sem ser lavado. “Era condição indispensável para aguardar o dia do Juízo Final em sua sepultura e, um dia, poder entrar para o céu”. Só não participavam deste “benefício” os indigentes, ateus, acatólicos, escravos e condenados. Nessa época também em Desterro, segundo Rosa (1998, p. 23), era comum enterrarem os mortos envolvidos em “mortalhas”, faixas de pano no qual se envolve o cadáver que vai ser inumado. Após o banho, o cadáver era enrolado com tecido, fazendo lembrar uma múmia. Isto encontra respaldo nos cuidados e intentos do homem durante séculos, na insistência de conservar e zelar pelo corpo morto, “protegendo-o” da morte e de seu sepultamento, “instituído-se com isto, um certo sentido de perenidade do corpo”. Esta vestidura cadavérica só não era praticada, quando o material para serem feitas as mortalhas não estavam disponíveis ou por opção dos parentes. Os mais abastados eram “amortalhados” com tecidos perfumados. Este hábito chegou aqui por herança cultural dos colonizadores europeus e perdurou até o início do século XIX..

Face ao diminuto número de habitantes, todas as vezes que ocorria algum óbito, o fato envolvia e comovia a toda a população e causava muita consternação. Os velórios davam-se na casa do morto ou na igrejinha, regados de muitas orações e clima de respeito. Os cortejos fúnebres eram simples e dirigidos para o sepultamento no chão ou paredes da capela. O cadáver era transportado normalmente em uma pano ou rede, carregado por dois homens, ou no tablado de carroça movida por mulas ou carro de bois.

Após a morte de Dias Velho (1687), a população da ilha diminuiu, pois parte dos habitantes abandonou o povoado, a exemplo de seus familiares. Até o final do século XVII, o povoado contava menos de 80 moradores. CECCA (1996, p. 42) destaca que por volta de 1700, observa-se um pequeno impulso no crescimento demográfico com a chegada de novos povoadores, comandados por Manuel Manso de Avelar, procedente de São Francisco do Sul, tornando-se o novo líder da póvoa.

6.2 Situação no século XVIII

Em 1712, Frézier escreveu que a população da Ilha era de 147 pessoas, sobrevivendo em meio a dificuldades de toda ordem.

Registra Pauli (1987, p.28), que a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro foi criada pouco antes de 6 de janeiro de 1714. O nome paulatinamente se impôs pois, havia uma dualidade entre este e o de Santa Catarina, transformando-se depois, simplesmente em Desterro.

CECCA (1996, p. 43) destaca que segundo o levantamento efetuado por Manuel Manso de Avelar, em 1721 Desterro possuía 27 casas, 130 moradores, mais alguns índios e negros escravos, trabalhando na agricultura, pesca e construção de moradias.

Em 23 de março de 1726 ocorre a elevação da Freguesia de Desterro para Vila, sendo desmembrada da Vila de Laguna. Cabral (1979, p.22) destaca que nesta data a Vila de Desterro ainda era um mero agrupamento de casebres cobertos de palha, haja visto que um ano antes, quando o governador de São Paulo respondia a um pedido de Manuel Manso de Avelar para aumentar e estender a população do povoado, orientava “que as casas dos moradores passassem a ser cobertas de telhas”.

O adensamento demográfico era lento e a ocupação da Ilha até meados do século XVIII, praticamente se limitava a área da atual praça XV de Novembro e suas imediações. A Vila mantinha-se como ponto de aguada, fornecedor de lenha e alimentos para os navios que atracavam. Apresentava-se ainda florestada e as áreas desbravadas limitavam-se as do antigo povoado fundado por Dias Velho.

Segundo CECCA (1996, p. 44), em 1737 se estabelece a primeira Guarnição Militar e em 1738 é criada a Capitania de Santa Catarina, que se instala efetivamente em 1739, tendo Desterro como Capital. O Brigadeiro José da Silva Paes, que se tornou o primeiro governador de Santa Catarina, recebeu a incumbência de fortificar a ilha e iniciou, ainda em 1739, a construção da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim na Ilha de mesmo nome (baía norte de Desterro) e em 1740 a de São José da Ponta Grossa localizada no norte da Ilha. De 1748 a 1756 desembarcaram cerca de 6.000 imigrantes das ilhas de Açores e Madeira, segundo Rosa (1998, p. 8). Com a ocupação do interior da ilha por estes imigrantes, a partir de 1750 criam-se novas Freguesias.

Prevaleciam ainda as práticas do “banho do cadáver” seguida de seu “amortalhamento”. A população de Desterro seguia seu curso à luz de tradições e crenças que pareciam ser eternas. Segundo Rosa (1998, p.23) as irmandades locais instituíram a utilização de esquifes abertos para o transporte dos corpos até os locais de sepultamento. Era uma espécie de padiola de madeira forrada com tecido. Estes esquifes eram emprestados aos membros da irmandade e, após o féretro eram devolvidos ao local de origem. A câmara municipal tomou também a mesma providência estendendo o benefício ao restante da população. Também ainda era comum o traslado dos corpos em redes ou sobre o tablado de carroças ou carros de bois.

A realidade em Desterro não primava pelo asseio público. As baixas rendas provincianas, principalmente do erário municipal, as negligências com os problemas sanitários emergentes, sobretudo na higiene urbana, aliados a ignorância da população, contribuíram para uma inércia irreduzível. Inércia esta que se comprova nos fatos históricos revestidos de dificuldades e sofrimentos da população.

Na área central da Ilha a partir de meados do século XVIII, são construídas as Igrejas de São Francisco de Assis (na atual rua Deodoro) e do Rosário (na atual rua Nereu Ramos), vindo também a servirem como locais para assentamentos funerários. Como em outras cidades brasileiras, em Desterro estes sepultamentos sempre obedeciam a uma hierarquia peculiar, isto é, os que maiores donativos faziam ou detinham alguma autoridade civil, religiosa ou militar, eram sepultados mais próximos do altar-mor ou na vizinhança desses locais. “Da mesma forma que os cortejos fúnebres imitavam a procissão do Senhor Morto, ter sepultura na igreja era como tornar-se inquilino na Casa de Deus”. Era como se a proximidade física entre o sepultado e as imagens de santos e anjos representasse arranjo preparador e propiciador de aconchego espiritual entre sua alma e os seres divinos no reino celestial. Assim, a igreja representava uma espécie de “Portal para o Paraíso”. Ao mesmo tempo, seria para os católicos o local perfeito e desejável para se aguardar a ressurreição no dia do Juízo Final. Cabral (1972, p. 209) concorre com a comprovação destes fatos ao destacar que desde os primeiros tempos do surgimento da Desterro, “foi prática supersticiosa, aceita por toda coletividade, fazerem-se inumações dentro das igrejas, fossem na espessura das suas grossas paredes, fossem abaixo do seu piso. Toda gente fazia questão de ser enterrada no sagrado, em covas da fábrica, abertas umas ou cavadas em outro, abaixo do

assoalho, junto dos altares da sua crença, esperando o chamado Juízo Final. Rico ou pobre, ninguém admitia outra forma de ser enterrado”. Esta apologia, era uma forma do povo de Desterro enfrentar a desordem e o vazio frente a morte e sua inevitabilidade.

Segundo o jornal “Diário Catarinense” (1998, p. 3/encarte especial), em 1751, três anos depois de ter sido fundada, a Ordem Terceira de São Francisco mantinha enfermeiros “para tratar dos irmãos pobres e doentes” na Vila de Desterro. Diariamente eles visitavam doentes, levando-lhes medicamentos e alimentação, não raro recolhida como doativo e dada na boca do enfermo. O problema agrava-se com a chegada dos imigrantes açorianos. Repentinamente, aumenta o número de pessoas doentes e famintas. Mediante a escassez de recursos, a mendicância, o desprovido de meios, as doenças, a miséria absoluta, formaram partes de uma composição orlada pelo desespero e tristeza, que só tinham um fim individualizado na chegada da morte, nos cortejos fúnebres simples e na entrega do morto a terra e ao cosmos. A população reclamava a construção de um local para o tratamento dos doentes. A partir do ano de 1765 os enfermeiros mantidos pela Ordem Terceira de São Francisco compartilham com membros da irmandade Senhor dos Passos o trabalho de assistência aos doentes e miseráveis. A irmandade estava instalada no morro da Boa Vista (atual altos da rua Menino Deus), onde Joana de Gusmão morava, junto a igrejinha que erguera em louvor ao Menino Deus, sendo fundada em 02 de maio de 1762. Em 1º de janeiro de 1789 começa a funcionar a Santa Casa da Caridade dos Pobres, hoje Hospital de Caridade. As condições do hospital entretanto, segundo Cabral (1979, p. 25), eram péssimas, “dali só se saía para o cemitério”.

Ocorreu uma grande epidemia de “bexiga” (variola) na ilha no ano de 1775, vitimando sobretudo escravos, devido às suas precárias condições de vida que favoreceram o contágio. A doença chegou a vila com as tropas militares empenhadas na defesa da região contra os espanhóis. Por inúmeras vezes, a epidemia se alastrou fazendo muitas baixas, segundo matéria do Jornal “Diário Catarinense” (1998, p.9/encarte especial).

A Ilha abrigou eventualmente náufragos, desertores e prisioneiros, fazendo surgir a crença que a denominação “Desterro” tivesse uma relação direta com tais situações. Segundo Peressoni (1987, p.6), o desterro na Vila de Desterro, inclusive

chegou a ser proibido por um Decreto do Governo de Portugal, em 1797, sob “a alegação da excelência do clima da Ilha, o que não convinha aos degredados”.

6.3 Situação no século XIX

Com o passar dos anos, as inumações realizadas no interior das igrejas passaram a ser alvo de reclames, principalmente pelo forte mau cheiro exalado pela decomposição dos cadáveres e suspeita de que casos epidêmicos tinham ali sua origem. Foi fato comum nas cidades brasileiras e também na antiga Desterro. Farias (2000, p. 311) faz menção que a Carta Régia de 11 de Janeiro de 1801, assinada pelo Príncipe Regente de Portugal e destinada aos governadores provinciais, já recomendava a construção de cemitérios ao ar livre, a certa distância das aglomerações urbanas. Proibia-se enterramentos dentro das igrejas e capelas e ordenava aos governadores das Capitanias que se entendessem com os bispos, com vistas a mandarem construir cemitérios, onde fossem sepultados todos os mortos, sem distinção de pessoa. Não foi possível executar nunca essa ordem

porque a população das principais cidades brasileiras era acostumada a ver sepultarem-se os corpos nos templos, repugnou-se de tal modo a conformar-se com essa idéia, que em certas localidades chegou a levantar-se contra as autoridades e se entregou a excessos funestos. Prevaleceu pois ainda por largos anos tão pernicioso prática, radical no ânimo popular; não foi estranho a esta relutância o acanhado das crenças religiosas que vigoravam na época” Farias (2000, p. 311).

Em Desterro, nem tomou-se conhecimento com vistas ao atendimento da Carta. Reinava uma inércia inexorável sobre esta questão, reclamavam-se dos problemas mas, não se admitiam mudanças. A cada inumação nas igrejas, consumiam-se os espaços internos disponíveis, arrancava-se o assoalho e cavava-se dali e daqui, até conformar-se uma sepultura, por rasa que fosse mas, tinha que ser ali dentro. Tapava-se a sepultura como desse e repunha-se o assoalho. O mau cheiro era insuportável e, paradoxalmente, as igrejas eram locais públicos de grande freqüência, de respeito e de veneração.

As freguesias do interior da Ilha atingem a condição de núcleos habitacionais com vida própria regida sob a égide do trabalho na agricultura e na pesca. Com seu crescimento houveram vários desmembramentos. Da de Nossa Senhora do Desterro surgem da de Nossa Sra. Da Lapa do Ribeirão da Ilha (1809) e a da Santíssima

Trindade detrás do Morro (1835) da de Nossa Sra. Da Conceição da Lagoa, a de São João do Rio Vermelho (1834) da de Nossa Sra. Das Necessidades e Santo Antônio de Lisboa desmembra-se a Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras (1835). Atenção especial nestas Freguesias, logo no início, face a forte religiosidade destes imigrantes, foi dada à construção das igrejas, as quais, a exemplo da área central da cidade, também foram transformadas nos primeiros locais para assentamentos funerários.

Em 23 de março de 1823, a Vila de Desterro passa a categoria de município. Nesta época, são grandes os incrementos urbanos que a cidade recebe sob a forma de construções para moradias, escolas públicas, igrejas, liceus, comércio, Irmandades, hospitais, asilos, etc. O fenômeno é acompanhado com inovações sociais e culturais porém, permanecia a preferência pelas igrejas como locais para inumações.

A partir de 1830, segundo o RPP (1830), o governo da província promove campanhas de vacinação contra algumas doenças. No entanto, vistas com desagrado por parte considerável da população, que colocava em dúvida sua eficácia. Muitas pessoas preferiam ficar doentes do que tomarem injeções. Era época de grandes preconceitos e a ignorância permeava a tudo.

Em meados de 1830, são implantados os caixões ou urnas sem tampa para o traslado dos defuntos até a igreja onde seriam sepultados. Eram urnas tomadas por empréstimo de alguma irmandade ou da municipalidade. Tratavam-se de ataúdes de madeira acabada, providos de acabamento interior com forração de tecido. Alguns possuíam apoios laterais de madeira para facilitar seu transporte. Outros, tratavam-se simplesmente de caixões abertos que seriam trasladados a pé ou em carroças. Os ataúdes mais sofisticados eram reservados para empréstimo aos ricos e autoridades. Os cadáveres eram retirados manualmente do ataúde para descer a sepultura. As disposições funerárias ainda eram efetuadas diretamente sob o solo.

Nesta época, a maioria dos velórios eram praticados na casa do falecido. As autoridades eram veladas nas igrejas e construções do poder público. O corpo ficava exposto aos presentes no interior do ataúde aberto conseguido por empréstimo. O luto era encarado com seriedade e notoriedade em respeito ao ente falecido. Segundo Rosa (1998, p. 25) chamava-se de “luto cerrado” o uso de roupas completamente pretas durante um período de dias convencional. A duração do luto dependia do grau de parentesco com o morto. No período final “aliviava-se o

luto”. As roupas pretas iam sendo paulatinamente substituídas por outras. Outras formas de demonstração de luto eram praticadas. Como por exemplo, os homens deixavam a barba crescer até um mês depois do sepultamento do ente; usavam um laço de tecido preto amarrado no braço esquerdo; a casa era varrida e somente aberta após a missa do sétimo dia; não se ia a festas; não se cantava, etc. Outro ritual realizado chamava-se “coberta da alma”. Era um ritual simbólico que relacionava as roupas do falecido com sua memória. Segundo Rosa (1998, p. 25)

os depoimentos divergem quanto ao ritual da coberta da alma. Alguns o descrevem como o hábito de se vestir um parente do mesmo sexo do morto com suas melhores roupas para assistir a missa do sétimo dia, representando o desaparecido. Outros dizem que a coberta da alma era o costume de se doar trajes completos do falecido para amigos ou familiares do mesmo até uma semana depois de sua morte como forma de se livrar o mais rápido da lembrança.

Eram práticas comuns ainda o banho do cadáver e a utilização das mortalhas. Ambas condenáveis sob os preceitos da saúde pública. O contingente de doenças contagiosas naquela época era muito grande. Ao manusear-se o corpo de óbito contagioso corria-se o risco iminente de contágio. Resta saber o que era feito com as águas de lavagem do cadáver. Sobre o banho do cadáver, Cabral (1972, p. 510) comenta:

o fato de ser conduzido em caixão aberto, de ir à igreja e de ser retirado do ataúde, que voltava à empresa funerária, à irmandade ou à municipalidade, impunha uma outra obrigação: a lavagem do cadáver. Ninguém era enterrado sem ser lavado, não na cama, no leito, com esponja ou pano molhado, mas de banheira, banho geral, de corpo inteiro. Era horrível assistir, e, neste século, por volta de 1912 ou 1913, tive a oportunidade de espiar, sendo garoto, um cerimônia destas. O pobre defunto todo mole, a cabeça pendendo para cá e para lá, para frente e para os lados, os braços caídos, as pernas largadas, cercado por três ou quatro almas caridosas, de ambos os sexos, que se incumbiam da tarefa, agarra aqui, segura lá, um horror!

Esta prática com o passar dos anos foi decaindo mas, persistiu em casos isolados até meados de 1950. As mortalhas foram utilizadas até meados de 1920, também em casos isolados.

Fundada por Jerônimo Coelho, em 1831, segundo matéria do Jornal “Diário Catarinense” (1998, p. 7), a Sociedade Patriótica Catarinense, embora de curta existência (foi dissolvida cinco anos depois) desempenhou papel preponderante na formulação e difusão da nova concepção relativa aos problemas sanitários do espaço urbano da Capital. O costume de fazer os espaços sagrados dos templos

servirem de túmulos para os mortos foi o primeiro ponto atacado, com a entidade defendendo a idéia de uma relação causal entre determinadas doenças e o fato dos corpos serem inumados no interior das igrejas, locais sempre muito freqüentados pela população. Segundo Rosa (1998, p. 22) “em 1832, surge a idéia de criar-se um cemitério “extra-muros”, fora do perímetro urbano, apresentada por Jerônimo Coelho. Contudo, a idéia não se materializa”. A idéia foi fundamentada em providências que câmaras municipais de outras cidades brasileiras vinham tomando com a intenção de mudar-se os locais de sepultamentos. Segundo Farias (2000, p. 308) em 1831, as câmaras municipais das principais cidades brasileiras, resolveram pôr em execução uma lei sobre o assunto originada na Carta Régia do Príncipe Regente ao Governador de Minas Gerais.

No referido documento disse Sua Alteza: tenho em mãos uma representação sobre os danos a que esta exposta a Saúde Pública, por se enterrarem os cadáveres nas igrejas, que ficam dentro das cidades dos meus Domínios Ultramarinos, visto que os vapores, que de si exalam os mesmos cadáveres, impregnando a atmosfera estejam sujeitos, e muitas vezes padeçam moléstias epidêmicas e perigosas. Sou servido ordenar-vos que logo que receberdes esta Carta Régia procureis de acordo com o Bispo dessa Diocese, fazer construir em sítio separado de Vila Rica, e cujo terreno não seja úmido, mas lavado dos ventos, principalmente do norte, e leste, um ou mais cemitérios, onde hajam de ser sepultados, sem exceção, todas as pessoas que falecerem, devendo estes ter suficiente extensão a fim de que não seja necessário abrirem-se as sepulturas, antes que estejam consumidos os corpos, que nelas se houverem depositado.

Segundo o RPP (1833) uma das carências locais mais graves era a falta de casas de socorros (hospitais). A única em Desterro era o pequeno Hospital de Caridade, administrado pela Irmandade do Senhor dos Passos. Segundo seu relato, a capacidade do hospital era de apenas 12 homens e 6 mulheres. Diante de inúmeras situações epidêmicas vividas pela população, assolada por doenças contagiosas, o hospital vivia com sua capacidade esgotada, originando muitas mortes e despesas. Despesas estas que eram totalmente custeadas pela irmandade. A maioria da população era pobre e miserável e, era esta a principal clientela do hospital. Fato que, por muitos anos, não recebeu atenção devida das autoridades públicas que, até então, não o utilizavam. Ilustra Cabral (1972, p. 511) que

não eram os ricos, que eram raros, nem os remediados, que não eram muitos, os que iriam disputar um leito entre suas quatro paredes. Essa gente tinha família para assisti-la, para tratá-la. O hospital de Caridade, no início, era só para atendimento de marinheiros que não tinham casa, nem

mulher, nem filhos, nem parentes; muitas vezes, era para escravos dos senhores que não lhes prestavam caridade, nem socorro, pelo medo de adquirir, de “pegar” as suas doenças, e que se viam abandonados nessas ocasiões; era para os que não tinham recursos de espécie alguma; era para as prostitutas da Figueira, da Toca, para aqueles da mais ínfima categoria, pessoas desgraçadas que não tinham onde cair mortas, para os miseráveis, para os indigentes, para os famintos, para os desarrimados, para os esquecidos, para os abandonados, para os aflitos...

A irmandade do Senhor dos Passos obteve pelo menos em duas oportunidades licença para realizar a extração de loterias, cuja renda deveria ser aplicada na “Casa dos Expostos”. Funcionava no hospital um asilo de crianças abandonadas. Na época, face as condições de miséria e precariedade de vida de muitas pessoas de Desterro, pais entregavam recém nascidos aos cuidados do hospital. As crianças abandonadas eram recebidas na “Roda dos Expostos”, onde eram colocadas na prateleira giratória, sem contato com quem as recebiam do outro lado do muro. Quem doava a criança não via quem a recebia e, quem a recebia não via quem a doou. A receptividade aos bilhetes foi pequena. A população não tinha recursos para comprá-los. Em 1837, o presidente da província questionava a validade das loterias que, além de não ter aportado recursos financeiros palpáveis, era a seu ver “perniciosa à moral pública e prejudicial à manutenção privada das famílias menos abastadas”. RPP (1837).

Aliada a preocupações sanitários, segundo o RPP (1838), o público reclamava a construção de um mercado, onde alegava que, além das comodidades que um estabelecimento deste tipo ofereceria, facilitaria a fiscalização de preços e embelezaria a cidade. Nesse ano, no entanto, o presidente da Província se mostrava mais preocupado com ações como a numeração dos prédios, a colocação dos nomes das ruas nas esquinas e a construção de um novo cemitério em local mais distante da vila.

Os problemas com os sepultamentos realizados no interior das igrejas de Desterro chegam em uma fase crítica face a indisponibilidade de espaço físico e a deficiência na execução das sepulturas. Eram sepulturas construídas sem rigor técnico, rasas e permitam a exalação de gases oriundos da decomposição dos corpos. Na área central, nesta época, efetuavam-se também sepultamentos fora das tres igrejas existentes, face o estado deplorável com que as mesmas se encontravam. No entorno delas haviam pequenos cemitérios originados pelos assentamentos daqueles que eram proibidos de serem sepultados em seu interior ou

daqueles, que não conseguiam espaço em seu piso. No cemitério da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, localizado nos fundos do hospital de Caridade também eram efetuadas inumações.

Em meio a forte consternação, segundo o RPP (1840), o presidente da província cita a execução de aterros como solução para melhoria do estado de asseio de áreas baixas da cidade. Ao reclamar da falta de higiene por parte dos moradores nestes locais, sugeria uma medida de ordem estrutural, em vez de propor medidas sanitárias mais simples, como simplesmente não ocupar estas áreas ou não permitir os despejos sobre o solo. Demonstra profunda frustração face a grande quantidade de óbitos diários em função de epidemias reinantes, não dispor de meios para controlá-las e curar os doentes e ainda, não possuir solução definitiva para as disposições funerárias. A cidade vivia num caos sanitário, com baixas humanas e revolta da população. Segundo ele, naquele momento exato que escrevia, estava tomado de profunda emoção e tristeza. Assim demonstrou sua aflição:

esta província que em tempos era notável pela salubridade de seu solo, tem a meses mudado inteiramente. Temos hoje muitos doentes. Parece que estas enfermidades do corpo têm marcado sobre os ânimos, como se a atmosfera, ou outros agentes desconhecidos da natureza, tenham o poder de alienar nossas vidas e padecer nossos corpos. A mudança de salubridade vem acompanhada com a perturbação da ordem pública, tal é o grande flagelo de sarampo, que tem arrancado lágrimas de dor e desolação de muitos pais saudosos das vítimas que jazem debaixo da terra. Não há vacina para esta moléstia e o remédio é a resignação, visto que não está em nosso poder evitá-la. Outras doenças são causadas em terrenos baixos e pantanosos, onde não tem havido cuidado de evitar-se lançar águas imundas e dejetos de toda a ordem. Estes locais baixos deveriam ser aterrados.

As mortes, os cadáveres e o fazer jazer sob a terra faziam parte do cotidiano da cidade e, tinham de ser administrados pelas autoridades públicas. Existia quase que uma intimidade da população para com a morte e suas providências. Praticamente, todos os dias tinham-se cortejos fúnebres pelas ruas centrais da cidade. As situações mais eloqüentes eram vividas quando de mais de um cortejo num só dia. Na maioria da vezes os episódios traumáticos eram acompanhados por incompreensões e revoltas da população.

O próprio clero local, passou a manifestar-se contrário quanto a prática de sepultamentos no interior dos templos, como ilustra Cabral (1972, p.209):

em 1839, a Assembléia Provincial começa a preocupar-se, já que os cadáveres eram sepultados (inumados) dentro das igrejas e nos seus

arredores. Muitas vezes ares maléficos, os “miasmas” (emanações fétidas da decomposição dos corpos) que saíam das igrejas, foram acusados como fator de disseminação de várias epidemias que assolaram a cidade. Afirmava-se que era necessária muita fé e bom nariz para se entrar nas igrejas.

Cria-se uma comissão para escolher o local para o cemitério. Cabral (1972, p. 478) registra que após um ano a comissão opina pelo terreno situado nas proximidades do Forte Santana, no lado insular porque “qualquer que fosse a viração, sempre ficaria a cidade isenta de toda a infecção”. Existia um problema gerado pelo fato que desde 1826 o citado terreno havia sido reservado para o matadouro da cidade. Face a emergência com que a situação funerária se encontrava esta idéia foi abolida. A opinião pública manifesta-se em apoio a construção da nova necrópole naquele local. Segundo Cabral (1972, p. 209), foi através da lei Provincial n.º 137 de 22 de abril de 1840 que proibiu-se sepultarem cadáveres em igrejas e em áreas de irmandades no perímetro urbano da cidade, e que todos moradores fossem sepultados no novo cemitério público municipal localizado no Morro do Vieira (altos da atual rua Felipe Schmidt, Parque da Luz). O nome tem origem na chácara de José Vieira de Castro que foi desapropriada para construção do cemitério. Acreditava-se que mais de 10 anos levariam para fazer os trabalhos para estruturação do mesmo. No entanto, a cidade encontrava-se atônica com uma epidemia de “febre cerebral”, a qual, os médicos atribuíram a sua origem aos “ares mefíticos e aos miasmas” que saíam das igrejas. Sob forte sofrimento a população conscientizou-se de que era necessário parar de inumar mortos em igrejas e que isto, “nenhum bem fazia aos mortos e tão prejudicial se tornava aos vivos”. Passam a cobrar com veemência providências por parte das autoridades públicas. Edificou-se uma pequena capela, o terreno foi cercado e o cemitério foi adequado em menos de dois anos. A lei n.º 137 foi logo colocada em prática. Houveram no entanto, durante anos ainda aqueles, por minoria que fossem, ainda insistissem e efetuassem a prática anterior. Paulatinamente, a citada lei deu guarida as autoridades na repressão definitiva a este intento.

No morro do Vieira, já se praticavam sepultamentos de animais mortos, escravos e indigentes, fato que, deve ter inspirado a idéia de transformá-lo em necrópole municipal. Entretanto, segundo Veiga (1993, p. 297) “aos poucos foi se verificando a inconveniência da escolha daquele local para o cemitério, já que não só apresentava um visual depreciativo, como também impedia a expansão urbana”.

Segundo o “livro n.º 1 de registros de óbitos - termos dos enterramentos do cemitério público de Desterro” arquivado no AHM da PMF, o primeiro assentamento do novo cemitério foi assim registrado:

sepultura n.º 1 – aos dias 08 do mês de dezembro de 1841 foi sepultado neste cemitério público o corpo de Maria Augusta da Silva, solteira, idade de 17 anos, filha de João da Silva Machado e de Ana Maria Lionarda, natural desta cidade, falecida no dia 07 do dito mês, do que para constar faço este termo e eu Manoel Inácio da Silveira, administrador do dito cemitério assinei.

No mesmo dia, deu-se o segundo sepultamento, sendo assim lavrado:

sepultura n.º 2 – aos dias 08 do mês de dezembro de 1841 foi sepultado neste cemitério público em sepultura rasa o corpo de Manoel Preto, escravo de Leonardo José Gonçalves, de um ano, natural desta cidade, falecido no dia 08 do dito mês, do que para constar faço este termo e eu Manoel Inácio da Silveira, administrador do dito cemitério assinei.

Nota-se que neste segundo assentamento, por tratar-se de escravo somente é citado o nome de seu proprietário, sendo omitidos os dos pais. Para os escravos e pobres eram destinadas as “sepulturas rasas” porque eram as piores do cemitério. Em partes do terreno rochoso era difícil escavar as covas. As que ficassem com menos de meio metro eram consideradas as “sepulturas rasas” destinadas a aqueles que não tinham direito de escolha. Nessa necrópole foram reservados espaços privativos para as irmandades e, nos fundos, uma área reservada para os “ateus, acatólicos, não batizados e natimortos”.

Mesmo em meio ao alento provocado pela iniciação da operação da nova necrópole municipal, a população também demonstrava preocupações com a localização do mesmo. Para muitos este deveria ter ficado mais longe do perímetro urbano. Por localizar-se em local alto da cidade, existia a desconfiança de que os ventos predominantes pudessem “varrer” o cemitério e deste, conduzir para o interior da cidade os temíveis “miasmas infectantes”. Acreditava-se que as matérias orgânicas humanas em decomposição, sob a influência de elementos atmosféricos como a temperatura, umidade e direção dos ventos, formassem vapores ou “miasmas daninhos” a saúde, ao infectar o ar que se respirava, conforme destaca Reis (1991, p. 75).

Segundo o RPP (1841) a população de Desterro continuava doente. As ruas com seus entulhos e sujeira por todos os lados, os terrenos baldios e praias servindo como escoadouro de águas servidas e matérias fecais, e, praticamente nada era

feito, a não ser reclamações, que eram atendidas de acordo com as disponibilidades financeiras. A sensibilidade por parte dos governantes quanto aos problemas sanitários só era ativada em épocas de grandes epidemias e muitas mortes. Tomavam-se medidas nessas ocasiões e, logo após o controle do surto, voltavam a se descuidar. Em 1842 a cidade foi assolada por uma doença que, segundo o RPP (1842), o presidente da província denominou de “febre cerebral”. Esta doença já havia passado pela cidade por diversas vezes, fazendo muitas vítimas. Com o reaparecimento do mal, procurou-se ativar a execução de medidas higiênicas determinadas pela legislação municipal vigente. No entanto, a doença persistiu e se alastrou com uma velocidade assustadora. Consultou-se professores e autoridades locais sobre os meios de salubridade que caberia empregar em tão calamitosa ocorrência, e uma das mediadas apontadas foi fazer cessar imediatamente o “abuso de enterros nas igrejas”. Foi a observação sanitária mais citada. Sobre o problema das igrejas, foram do mesmo parecer as principais autoridades eclesiásticas, culminando no seguinte posicionamento pelo presidente da província:

forçado pela necessidade da lei suprema da salvação pública, expedi a Câmara Municipal e as referidas autoridades, as ordens constantes no edital n.º 1, que serão executadas tendo antes feito cercar no cemitério o terreno necessário as exumações das igrejas. Não excetuei na proibição as igrejas que tem catacumbas, primeiro porque são mal construídas e espalhariam a infecção, e segundo porque exceções seriam odiosas e revoltantes. Desta forma, acabamos de uma vez por todas nesta cidade, com a prática tão insultante à divindade, quanto prejudicial à saúde pública, de converter templos em túmulos.

Foram efetuadas exumações no interior das igrejas da área central, principalmente dos sepultamentos mais recentes e, transferidos para o novo cemitério municipal.

No ano de 1843 a municipalidade disciplina e cria regras para a construção de catacumbas na nova necrópole. A autoridade municipal veio a intervir no trato aleatório que se impunha na construção das sepulturas e suas lápides. Foi instituída uma padronização nas dimensões dos túmulos bem como, a obrigatoriedade do cumprimento do plano traçado para ocupação da área do cemitério com a definição de seus lotes, quadras e vias de circulação. Em homenagem aos seus entes e, ao seu próprio sobrenome, famílias ricas passam a investir em lápides ostentosas, verdadeiras obras de arte funerárias de mármore e bronze, muitas inclusive, importadas da Itália. Chegavam na cidade de navios que atracavam nos trapiches,

onde eram descarregadas e, de lá, transportadas até o cemitério em carroções puxados por mulas.

Em meio aos lamentos e dificuldades, segundo o RPP (1846), Ferreira Brito, presidente da Província, em 1846, era socorrido por contribuições. Quando enalteceu veementemente o valor dos donativos para investimentos no hospital de Caridade assim expressou-se:

confiando na Divina Providência que nunca abandona o cristão compenetrado na sua crença, no momento em que sonhamos por obras sem meios, eis quando tivemos a fortuita vinda de Suas Majestades Imperiais a esta capital e com seu generoso donativo se dá andamento a referida construção. Contudo, contaremos ainda com o socorro do povo catarinense excitado certamente com o edificante exemplo de piedade de nossos soberanos.

Investimentos e donativos que salientam a carência de recursos e a valorização, na época, de medidas de caráter curativo, enquanto que as de prevenção eram plenamente relegadas.

Face a freqüência de grandes epidemias de varíola e boa parte da população resistir as campanhas de vacinação promovidas pelo governo da província, segundo o RPP (1847), a assembléia provincial determina no ano de 1847 sua obrigatoriedade: “todos são obrigados a vacinar-se seja qual for sua idade, sexo, estado ou condição”. A lei instituía também um certificado de comprovação de vacina, prevendo multa ou 30 dias de prisão para os refratários. Definem-se dias e horários para a vacinação e designam-se inspetores de quarteirão, encarregados de fiscalizar as famílias, cujos responsáveis de seis em seis meses tinham de apresentar os certificados de vacina de todos os seus membros, inclusive dos escravos. No entanto, o estado de desrespeito aos preceitos de saúde e higiene públicas persistiam e, as epidemias fazer vítimas.

Nas Freguesias da Ilha os problemas com sepultamentos no interior das igrejas ainda persistiam. Existia um hiato muito grande entre estas Freguesias e a sede administrativa de Desterro pois, não haviam meios de comunicação, nem estradas e os veículos de transporte eram os mais rudimentares. A extensão dos efeitos da lei Provincial n.º 137 levou quase duas décadas para atingir a todas as Freguesias. Ilustra Rosa (1998, p. 22) que em 23 de janeiro de 1849 o vigário, Monsenhor Manuel Joaquim da Paixão, da igreja Nossa Senhora da Lapa do

Ribeirão da Ilha, num ofício ao vice-presidente da Província, assim expôs o problema de inumações dentro da igreja:

desde o tempo em que me acho empregado, que será de cinco meses, na qualidade de pároco desta matriz, convivo com um fétido dos corpos ali sepultados, e agora vendo que se argumenta, a ponto de não poder-se entrar na igreja sem grave incomodo e que todos se queixam, participo a Vossa Excelência para dar providências necessárias, em quanto é tempo, para o público não sofrer este ar corrupto e pestífero assaz danoso a saúde (Livro de Arciprestes e Vigários, n.º 243).

Antônio Pereira Pinto, o presidente da Província segundo o RPP (1849), reclamava que no ano de 1849 que a população era assolada por febres de origem desconhecida., que segundo ele, comprometiam a vida de muitos indivíduos. Tentando expressar a causa provável e sugerir soluções para os problemas registrou:

urgentíssimo é que nossos concidadãos se convençam da suma utilidade à fiel execução de medidas higiênicas estabelecidas pelas Posturas da Câmara Municipal desta cidade, olhando pela salubridade e procurando preservar a todos dos males originados pelos dejetos e imundícies. Deve a população livrar-se de pântanos, lamaçais, das fezes e águas pútridas, águas fétidas e infectas, bem como de depósitos de imundícies nas ruas, terrenos e lugares públicos.

Segundo o médico João Ribeiro de Almeida que viveu em Desterro no século XIX, conforme matéria do Jornal “Diário Catarinense” (1998, p. 6), a capital catarinense em 1850 só era habitável graças a três insólitos aliados : “no centro da cidade, os cães e o vento sul; nos arredores, os urubus”. No extenso relatório que preparou, por solicitação do exército, sobre Desterro, definia a cidade como “um caos sanitário”. Almeida lista os bairros que apresentavam as piores condições de vida. Pescadores, lavadeiras e soldados (“gente dada ao trabalho, mas pouco amiga do asseio”) habitavam os casebres miseráveis do bairro da “Toca” (no pé do morro da capela do Menino Deus). A “Figueira” (atual rua Francisco Tolentino) é onde viviam, segundo ele, “as sacerdotisas da sífilis” e está sempre ocupada por marinheiros, soldados e viajantes em trânsito. Divididas pelo infecto rio da Bulha, a “Pedreira” e a “Tronqueira”. Ao longo da margem direita, a primeira era considerada o “bairro mais sujo, uma favela a marginar um rio imundo”. Do lado de lá do Campo do Manejo (onde hoje fica o Instituto Estadual de Educação), atingindo a altura da atual rua General Bittencourt, descreve ele que os moradores da Tronqueira viviam em cortiços. “Somente ocupadas por “zangões”, são os quartos, ou cubículos

nojentos, habitados promiscuamente por 6, 8 e 10 pessoas sem distinção de sexo nem idade, de modo que tem aí as crianças uma famosa escola prática de imoralidade e devassidão”. Tabulando dados e trabalhando suas observações pessoais, em seu relatório Ribeiro de Almeida descreveu uma série de doenças reinantes em Desterro causadoras de muitos óbitos: “câncer, tuberculose (“tísica”, “mal do peito”), “chuifa” (“maculo”, “mal do bicho”), verminose, “malina”, sífilis, gonorréia, “bouba”, “gálico”, febre tifóide, ancilostomíase, impaludismo, escorbuto, “câmaras de sangue”, escarlatina, “bexiga”, “pontada da ploris”, “garrotilho”, sarampo, coqueluche, catapora, asma, anemia, febre amarela, “febre cerebral”, “amarelão”, cólera (“cólera-morbus”, “mal de Ganges”), “ataques de sangue”, “apoplexia”, “ataque de torpor”, “inflamação dos bofes”, “mal de Luanda”, “barriga d’água”, “diarréia”, “escorbuto”, entre outras. Mostrava-se frustrado com os recursos médicos disponíveis na época ao afirmar: “maior é o número de males imprecisos”.

No ano de 1853 foram feitas muitas vítimas de “câmaras de sangue”, “escarlatina” e “bexiga”. Segundo o RPP (1853), o contato da população local com viajantes era perigoso e trazia conseqüências funestas. Doenças contagiosas chegavam através dos viajantes que em Desterro desembarcavam. As doenças ao encontrar o quadro sanitário deficiente, alojavam-se fazendo muitas vítimas. Na tentativa de controlar o contágio em massa, por doenças de controle desconhecidos na época, as vítimas eram transferidas para o Lazareto dos Guarazes, forte da ilha dos Ratores e forte Santana. Os que faleciam eram lá mesmo sepultados.

A febre amarela chegou à ilha de Santa Catarina em um Vapor, no ano de 1853, segundo matéria do Jornal Diário Catarinense (1998, p. 9/encarte especial). Desembarcou com a tripulação do navio alemão “Charles Ross”, e só não provocou danos maiores porque os enfermos não chegaram até a cidade, sendo confinados na ilha de Ratores, onde havia um “lazareto”. Mesmo assim, no mesmo ano, a doença chegou a cidade, em poucos meses vitimando mais de uma centena de pessoas e foi responsável pela extinção do Colégio dos Jesuítas, primeiro estabelecimento de ensino de Humanidades na província, cujos corpos docente e discente foram totalmente atingidos.

No ano de 1854, o presidente da Província João José Coutinho, segundo o RPP (1854), em meio a forte desalento, chegava a uma conclusão surpreendente a respeito da salubridade na ilha: “...só na Freguesia da Capital é que os óbitos excedem aos batizados, o que me leva a concluir que esta cidade é totalmente

imprópria para habitação humana”. A justificativa de tão chocante afirmativa baseou-se nos grandes surtos de febre amarela e de verminose que abatiam a cidade. Discordava dos párocos locais, pelos deficientes registros do número de óbitos, que segundo ele era muito maior do que os que constavam nas paróquias.

Segundo o RPP (1856), no ano de 1855, o presidente da província manifestava seu temor por outra doença contagiosa, o cólera-morbus”, ou “mal de Ganges”, atualmente conhecida apenas por “cólera”, cuja fama mortífera atravessava os continentes. Foi determinada a quarentena dos navios na ilha de Ratonés, e exigidos melhores cuidados relativos ao asseio da cidade. Apesar do empenho em sanear ambientes, a situação sanitária ainda favorecia ao desenvolvimento do mal. Em outubro de 1856, a apreensão na Capital era enorme. Havia ancorado na ilha de Ratonés, o Vapor Imperatriz com o sinal de peste a bordo, onde morrerão 21 pessoas, entre tripulantes e moradores. Nesse quadro dramático, até aquele momento, ainda restava um consolo, nenhum morador da área central da cidade havia ficado doente deste mal. Apesar disto, o isolamento imposto aos tripulantes foi duramente criticado pela população, cujo valor infelizmente não foi reconhecido, fazendo com que, no ano seguinte, a peste se instalasse na cidade matando muitas vidas. No atendimento dos enfermos confinados destacou-se a figura de uma escrava liberta chamada Maria Baiana, a quem Oswaldo Cabral sugere que sempre seja lembrada por sua dedicação na assistência voluntária prestada no lazareto da ilha de Ratonés.

Chamou sobre si a atenção e simpatia de todos, dos médicos, dos doentes que se curavam e daqueles que, em seus braços recebiam o gélido sopro da morte pelo cólera. Não conheceu fadigas, nem temores e os seus trabalhos e os seus esforços só cessaram quando o cólera a atingiu. Em três horas apenas, morreu *Diário Catarinense* (1998, p. 9).

O presidente da província no ano seguinte, segundo o RPP (1857), apresenta dramático relato com respeito à atracagem da Scuna Lima, na qual a existência da peste a bordo foi omitida:

desembarcou um preto marinheiro, escravo de um comerciante local, atacado do cólera, e foi transferido para a casa do seu senhor na rua do Príncipe (atual rua Conselheiro Mafra) e faleceu um dia depois. No dia seguinte, outro marinheiro da mesma Scuna, escravo do comerciante João Pinto da Luz, foi levado para o hospital de Caridade, falecendo em questão de um dia.

Infelizmente, em menos de dois meses, a doença vitimou 34 homens e 29 mulheres, alastrando-se pelo próprio hospital, arredores da Prainha e da praia do Menino Deus. Os cortejos fúnebres eram acompanhados de lamentos e temeridades face a presença de tão terrível doença. De todas, era a mais temida. A cidade foi acolhida de desolação e pânico. As disposições funerárias foram efetuadas no cemitério municipal, operado com plena efetividade, cumprindo sua função projetada. Davam-se graças pela sua existência, não conseguindo-se imaginar como seriam efetuados tantos sepultamentos pelos métodos anteriormente praticados em Desterro.

Em 1856, já denominado Imperial Hospital de Caridade, segundo o Jornal “Diário Catarinense” (1998 , p.3/encarte especial)

o prédio passaria por uma ampla reforma, sendo concluído seu lado norte, o centro e a cozinha, e a primeira enfermaria do lado sul achava-se coberta e fechada aguardando ser assoalhada e forrada. Acompanhadas de dois padres “lazaristas”, sete irmãs da Ordem de São Vicente de Paula chegaram da França em outubro do mesmo ano. Trazidos às expensas da Irmandade (mais de seis contos de réis, quantia suficiente para comprar de sete a dez escravos), os religiosos franceses ficariam por oito anos no hospital, proporcionando sensível melhora no atendimento aos enfermos. Aos poucos, com seguidas alterações em sua construção, o hospital torna-se referência regional para toda a Província de Santa Catarina.

Na Freguesia de Nossa Sra. Da Conceição da Lagoa, o problema com sepultamentos no interior da igreja ainda persiste, conforme ilustra Rosa (1998, p.22): “o vigário da Bernardo da Silva, entre outras solicitações, em 13 de janeiro de 1858, pede um terreno para o cemitério, pois era insuportável o cheiro que exalava na igreja devido a decomposição dos corpos sepultados em seu interior”. Em torno desta data deram-se as providências para o encerramento das inumações nas igrejas, passando as Freguesias do interior da Ilha a serem dotadas de cemitérios próprios, ao ar livre, os quais, em sua totalidade, situaram-se vizinhos as igrejas.

Segundo Rosa (1998, p. 24), a primeira empresa funerária a instalar-se na cidade foi a Firma Antônio D Ávila no ano de 1858. O cemitério do morro do Vieira estava operando com tal regularidade que chegou a ponto de atrair este empreendimento privado. A Firma oferece aos seus clientes caixões aberto e fechados, de todos os tamanhos para vender ou alugar. As pessoas mais pobres, por muitos anos ainda utilizariam as urnas de aluguel. Os mais abastados eram sepultados em urnas fechadas. Estas urnas logo seriam consideradas as ideais para os sepultamentos pois, isolavam os mortos dos vivos. Acreditava-se que era uma

das medidas de fazer frente as epidemias da época. Passou-se também, a condenar as urnas fechadas ou abertas de empréstimo cedidas pelas irmandades e pela municipalidade ou alugadas da empresa funerária pois, as pessoas ao tocarem nas mesmas entravam em contato com os contaminantes dos cadáveres que anteriormente as haviam utilizado. No entanto, como a maioria da população era pobre até meados de 1950 as urnas de empréstimo ainda foram utilizadas.

Silva (1999, p. 54) faz alusão a um dos administradores da necrópole municipal, Marcelino Antônio Dutra conhecido como “Poeta do Brejo”. “De sua autoria registram diversos epitáfios, inclusive o seu, a saber: “aqui jaz Marcelino Antônio Dutra que mil e poucos registrou e que, no final também entrou. Entretanto, não foi enterrado lá e sim no Ribeirão da Ilha, seu torrão natal”.

Na primeira década da segunda metade do século XIX, segundo o Jornal “Diário Catarinense (1998, p. 4/encarte especial), a “Roda dos Expostos” do hospital Imperial de Caridade girou como nunca, num provável reflexo da crise econômica que se abate sobre Desterro. A intensa atividade do trabalho de assistência aos menores abandonados decorre também do governo provincial, que repassava recursos para seu atendimento. Presidente da província de 1850 a 1859, João José Coutinho saldou o débito com a irmandade Senhor dos Passos e se empenhou tanto em fiscalizar sua aplicação que chegaram a surgir versões sobre ter sido ele próprio um exposto. Segundo a matéria, os expostos, neste período, representou significativo percentual do total de nascimentos registrados em Desterro. As 48 crianças recolhidas na “roda do hospital”, em 1854, eqüivaliam a 35,2 por cento dos nascidos naquele ano. A maioria dos pobrezinhos que eram entregues através da “Roda” ao hospital, chegavam envolvidos em farrapos, em condições precárias de saúde, debilitados e subnutridos, indo para lá, praticamente, para morrerem, transfigurando um dramático quadro de tristeza e miséria absoluta. Perante isto a “Roda dos Expostos” foi também apelidada de “Roda da Morte”. Procurar-se entender o sofrimento dos pais doadores é algo que intangível. Na verdade, os doadores expunham suas crianças sob duas esperanças: que o hospital pudesse salvar seu filho daquele estado iminente e, adotá-lo para sempre, dando-lhe condições dignas de vida. As que faleciam eram sepultadas na necrópole da própria irmandade. A partir da década seguinte há uma redução do número de expostos na “Roda”, até se tornarem mais raros em 1880. Outrora justificada pela contribuição positiva que prestava no combate ao infanticídio e na preservação da mãe, forçada a

abandonar o filho na “Roda”, a prática de exposição das crianças enjeitadas passa a declinar com o tempo, porém, persistiu tolerada pelo discurso médico-higienista.

Em 1867, de acordo com o RPP (1868), novamente acontecia o temido desastre: o cólera encontrava em Desterro ambiente propício para se alojar. Sobre o fato, expressava o presidente da Província Albuquerque Lacerda em seu relatório:

realizaram-se infelizmente, como não ignorais, os receios da invasão do cólera-morbus, através do Vapor Teixeira de Freitas, manifestados em abril da última sessão legislativa, porém as medidas adotadas de antemão foram executadas com atenção, e a epidemia, que aliás não se apresenta em caráter assustador, em pouco tempo vencida, tendo apenas feito 171 vítimas.

Talvez acometido de desespero o presidente da província tenha se manifestado de forma equivocada. Na época, a população da vila era de pouco mais de 5.500 habitantes. Este número de vítimas mencionadas por ele, e comparadas com o contingente populacional é muito alto. Imagine-se nos dias de hoje, falecerem três por cento da população da cidade em poucos meses? De forma contraditória, faz o seguinte registro sobre o controle sanitário do porto: “pela misericórdia de Deus, é o porto da cidade do Desterro da ilha de Santa Catarina dado livre da peste ou de qualquer outro mal contagioso”. Poderia ser pela misericórdia de Deus, porque se dependesse da vigilância e do controle das autoridades, o porto sempre estaria livre para dar acesso as epidemias de toda ordem.

Em 1868, ao lado do cemitério municipal, foi adquirida uma área pela congregação Luterana para construção do “cemitério alemão”. Sobre este, Reis (1999, p. 66) descreve: “o cemitério alemão, ecumênico, foi erigido em terreno comprado de Mariano Rosa, vizinho ao cemitério municipal que já existia, o qual era destinado somente aos católicos”. Situava-se na antiga rua Moinhos de Vento, próximo de onde seria a cabeceira da Ponte Hercílio Luz, nos altos da atual rua Felipe Schmidt. Segundo relata Reis (1999, p. 66)

um movimento havido em 1868, demonstra a liderança de Ferdinand Hackradt na sociedade local. Até aquela data, Desterro era precária em termos de cemitério. Além do municipal, existia o da Irmandade Senhor Jesus dos Passos, mas ali só eram enterrados católicos. Havia um outro, localizado nas proximidades da Catedral, onde luteranos poderiam ser enterrados, mas este não era adequado. Foi quando Ferdinand Hackradt liderou um movimento, no qual se envolveram outros nomes de origem alemã, tendo como objetivo a cessão de um terreno mais próprio para o enterro dos luteranos e mesmo de alemães que professassem outros

credos. A campanha foi bem sucedida, pois a Câmara Municipal aprovou a concessão de terras para a instalação de um cemitério alemão.

Mesmo com a obrigatoriedade imposta pelo governo da província de todos serem vacinados, segundo o RPP (1872), uma forte epidemia de varíola atingiu Desterro no ano de 1872, exigindo a adoção de medidas enérgicas, como a divisão da cidade em zonas (cada uma sob responsabilidade de um médico), a determinação para que as roupas das vítimas fossem incineradas e a fixação de normas rígidas para os enterros. Proibiu-se a lavação e a aplicação de mortalhas bem como, aconselhava-se o mínimo contato físico no acondicionamento, velório, traslado e sepultamento dos cadáveres.

Em 1876, segundo o RPP (1876), o poder público já demonstrava evidentes preocupações com as causas das freqüentes epidemias na cidade, o que se constata através do depoimento do presidente da Província:

é conhecido dizer, mas cumpre repetir, melhor prevenir do que curar o mal. Unidas as grandes despesas, originadas pelas grandes epidemias, juntamente com o lamento da perda de muitas vidas sacrificadas, com mais vantagem e proveito seria aplicar-nos a destruição das causas permanentes que a originam.

O depoimento é inovador como forma de enfrentar os problemas de saúde pública, no entanto, não define detalhadamente as regras de como praticar-se a prevenção.

Em 1877, surge um marco nos serviços sanitários de Desterro, segundo Cabral (1979, p. 192):

...neste ano, um pedido de concessão para um serviço de remoção de lixo, matérias fecais e águas servidas, de acordo com a lei, foi apresentado a Câmara Municipal. O privilégio da concessão era pleiteado por Firmínio Duarte Silva e Carlos Guilherme Schmidt, por 20 anos, tendo sido aprovado pela Câmara, que também deu aprovação a tabela de preço a serem cobrados: por barril de águas servidas e outras matérias, bem como por carrada de lixo, 100 réis.

Os dejetos eram acumulados em barris ou cubos, e, à noite, transportados pelo concessionário do serviço até os locais de despejos: as praias mais próximas. O serviço era efetuado por escravos, na época apelidados de “tigres”. O concessionário, no entanto, ficou poucos meses, passando-se novamente os serviços a aleatoriedade e ao descaso. Efetuam-se concorrências mas não aparecem interessados. A venda de água em pipas sobre carroças também estava

ao abandono. Reconhecia-se que a má qualidade da água tinha relação com o grande número de infecções gastrointestinais e de verminoses.

Veiga (1993, p. 297) registra que

até 1881 o público em geral, quando queria alcançar mais rapidamente a Praia de Fora (onde hoje é a Avenida Rubens de Arruda Ramos ou Avenida Beira Mar Norte), aproveitava-se da continuação da rua do Senado (atual rua Felipe Schmidt), que atravessava o cemitério público. Para evitar transtornos ao cemitério, o Presidente da Província João Rodrigues Chaves encarregou o Eng.º Schlappal de fazer uma cerca e portão, impedindo a entrada pela rua do Senado. Este serviço foi executado e concluído em agosto de 1881. Solicitou então o Eng.º que fosse publicado um edital com a nova proibição de entrar para o cemitério público pela rua do Senado: que só em caso de enterros que tem de vir pela parte da Praia de Fora, ou da vizinhança daquele lado, será aberto o portão que se acha colocado na entrada da dita rua....

No ano de 1887 emergem intenções de remover o cemitério pois, segundo Veiga (1993, p. 297) ele ocupava “o ponto mais pitoresco da cidade, o mais saudável por sua situação e elevação”. No mesmo ano assim pronunciou-se o Presidente da Província sobre a necrópole:

ao aspecto lúgubre que imprime à capital, sendo a primeira parte dela que se apresenta ao viajante, ou venha do norte ou do sul, acresce o inconveniente de estar colocado de modo que o nordeste e o sudoeste, ventos que mais constantemente reinam, passam pelo alto do cemitério para difundir-se pela cidade, o mesmo sucedendo quando venta norte, e o sul fraco não deixará de prejudicar a parte da cidade, mais procurada para banhos, e onde há as mais modernas construções e aprazíveis chácaras. Essa remoção exige trabalhos e despesas de certa ordem, mas é indispensável e urgente. A colocação desse cemitério foi um erro deplorável. Além da influência perniciosa, que não pode deixar de exercer sobre a saúde dos habitantes da Capital, prejudicou as vertentes, que forneciam fácil e excelente aguada aos navios, e inutilizou um ótimo filete de águas férreas, que corriam do morro, sobre o qual colocaram as catacumbas. A permanência do cemitério ali é uma ameaça tremenda a todas as vidas desta Capital e dos que a procuram.

Com grande soma de créditos pendente junto ao governo da província, a irmandade Senhor dos Passos determina, em 1887, a paralisação definitiva da “roda dos Expostos” do hospital de Caridade, de acordo com a matéria do Jornal “Diário Catarinense (1998, p. 4/encarte especial). O acolhimento as crianças abandonadas passa por um período de informalidade. No ano de 1900 surge na cidade o asilo de órfãos São Vicente de Paula. Segundo a matéria, Pedro Carneiro de Lins, a serviço do governo estadual para estudar o problema em 1919, assim definiu estas crianças: “por menores abandonados entendem-se os expostos, aqueles cujos pais incógnitos

ou conhecidos, deles não cuidam, ou os deixam vagar, a mercê da caridade pública”.

Com a abolição da escravatura em 1888, o serviço de remoção de matérias fecais e águas servidas em barris passam a ser executados diretamente pela municipalidade ou concessionados a particulares. Os proprietários de imóveis atendidos pelo serviço passam a pagar taxas pelo mesmo na superintendência municipal.

O Dr.º Alfredo Paulo de Freitas, em 1893, segundo RIHPESC (1893) destacava com pesar, as vãs esperanças da aplicação dos salutareos preceitos de higiene em todo Brasil. Segundo ele, perdiam, preferencialmente, mais tempo, dinheiro e palavras com assuntos de menor importância, do que com aqueles que realmente deveriam ocupar a atenção dos poderes públicos. E para se justificar dessa verdade, lembrou a humilhante situação do saneamento da Capital Federal que ainda esperava por uma solução; sendo assim, não era de admirar que em Desterro não tivesse coisa melhor, salientando que se estava no fim do século XIX e, isto para ele, era uma verdadeira vergonha. Em seu relato faz alusão a ignorância e a miséria como flagelos permanentes da humanidade, coroados por um mal ainda maior: “a rotina”. Faz menção a fragilidade humana e sua condição drástica frente a inércia. Basta lembrar, por exemplo, das dificuldades e do tempo que levou-se para serem encerrados os sepultamentos em igrejas. Seu depoimento é válido ainda para os tempos atuais:

... sabeis quanto influi, poderosamente sobre o estado de higiene de uma cidade, uma série de fatores, dentre os quais resultam em ignorância e miséria, que foram desde os tempos imemoráveis, consideradas as mais enérgicas e ativas realidades para contrariar e tornar impotentes as salutareos prescrições de uma ciência, tão eminentemente útil, como é a higiene. Origem de males sem número e de dores infinitas, a ignorância e a miséria matam lentamente a vida das populações. Comprometem sua saúde e são instrumentos cegos e inevitáveis da degradação física e da morte. A história e a experiência ensinam que estes dois flagelos, que a humanidade arrasta consigo, não são inerentes obrigatoriamente das sociedades humanas, visto que podem ser combatidos pela atenção dos sábios, por todos os homens do Estado e por todos os membros da família humana, interessados nas medidas que visem o bem comum. Existe entre nós, e em toda parte do mundo, uma classe numerosa de deserdados, para quem a higiene é uma ironia e utopia, gente que vive de salários módicos, diminuídos pela moléstia e pelas necessidades materiais da vida, agravado pela alimentação insuficiente e a qual a miséria, que é a origem de todas as degradações físicas e morais, condena ao eterno sacrifício a necessidade de viver. Há ainda um inimigo mais terrível, mais perigoso de combater do que a ignorância e a miséria: “a rotina”. Fortalecida pela inércia crucial, a rotina conduz ao inevitável, o que em relação ao estado sanitário reinante em Desterro, considero um verdadeiro desastre. Pois é mais fácil ensinar ao

ignorante, socorrer ao miserável, do que convencer um rotineiro. O seu poder, como o ópio, vai lentamente paralisando e entorpecendo o organismo, transformando um povo inteligente e ativo, no mais absoluto e deplorável cretinismo. Esse prejuízo é tanto mais difícil de debelar, quando predomina no espírito de muitos, o erro imperdoável de tudo confiar na natureza, cometendo faltas aos preceitos da higiene e deixando por conta dos “mágicos poderes naturais”. Com cômodo posicionamento, relega as noções indispensáveis a conservação da vida.

No prosseguimento de seu relatório, fez importante destaque à necessidade de canalização das matérias fecais e águas servidas na Capital. Condenou as atitudes rotineiras do lançamento de excretas em qualquer lugar e o transporte desse material, através das equipes da municipalidade, efetuado em cubos ou vasos de madeira, sem cobertura ou mal fechados, derramando seu conteúdo pestilento por toda parte. Dirigiu-se a tomar como exemplo, a triste e degradante rotina com que eram destinados os sepultamentos de cadáveres em igrejas. Foram páginas viradas na história sanitária da cidade a duras penas. Terror, assombro, degradação e sofrimento vividos pela população durante longos anos de rotina. Tratava-se de uma inércia corrupta segundo expressou-se, lembrando que, ainda persistem outros itens que relegam os preceitos da saúde pública que precisam com a máxima urgência serem solucionados pois, a exemplo da questão funerária, também entorpeciam os cidadãos de Desterro. Ao finalizar seu relatório demonstra grande consciência ao trato social, destacando que “o papel individual do cidadão na sociedade deve ser orientado na direção mais proveitosa para o desempenho de sua função social”.

Pela lei estadual n.º 111 de 1º de outubro de 1894 a cidade passa a denominar-se Florianópolis, subtendendo-se o nome ao conjunto territorial formado pela Ilha e parcela do continente pertencentes ao mesmo município. A Ilha permaneceu com o nome de Santa Catarina.

No relatório apresentado pelo governador do Estado Felipe Schmidt, no ano de 1899, segundo MCR (1899), foi incluída, no item denominado “saneamento da Capital”, uma crítica veemente ao uso de fossas fixas, poços de despejos e outras escavações destinadas a receber esgotos e lixo a céu aberto. Defendia que o único meio adequado, compatível com a posse de todos, consistia na remoção dos excretas através de veículos apropriados, ou seja, as carroças de quatro rodas, conhecidas como “carroções verdes da municipalidade”, puxados cada um por dois

animais. Condenava o serviço concessionado a particulares e propunha que a superintendência municipal o fizesse diretamente.

6.4 Situação a partir do século XX

A necrópole municipal do morro do Vieira era alvo de críticas e desconforto para boa parte da população da antiga Desterro. Quando de sua implantação, a área urbanizada da cidade ficava afastada do cemitério. A cidade cresce e na primeira década do século XX a proximidade do cemitério da área urbana com o cemitério desagradava a população. O temor com os “miasmas” ainda prevaleciam. As autoridades públicas eram insistentemente cobradas para uma solução. Não se aceitava o fato da cidade ter um cemitério no interior da área urbana. Isto não era atributo para uma cidade que queria crescer e modernizar-se. O aspecto fúnebre do cemitério em nada agradava aos moradores e visitantes de Florianópolis. O fato do mesmo localizar-se em um ponto alto da cidade, estabelecia a ele uma imponência marcante na paisagem urbana, permitindo ser visto por muitos ângulos. Várzea (1985, p. 143) registra: “o Estreito oferecia uma ampla passagem para a baía norte, orientando à direita, no alto da colina insular, o cemitério público, de um aspecto funerário na brancura de seus túmulos, olhando o mar por entre as aléias solitárias dos ciprestes esguios”. Para muitos, a visão do mesmo era repugnante, tétrica, revoltosa e desastrosa. No início do século XX, Florianópolis crescera, porém o continente permanecia estranho à cidade. Peluzo/RFSC (1951, p.11) faz menção as visões de Virgílio Várzea sobre a cidade e sua necrópole municipal:

em 1900, descreveu a encantadora cidade, que então se estendera para o norte, ocupando as duas baías. Florianópolis não tendia dirigir-se para oeste, pois que nessa direção, se colocou o cemitério. Virgílio Várzea, amando a terra em que nasceu, queixava-se: o cemitério era e ainda é hoje, a única impressão desagradável que recebem os que visitam a Desterro, especialmente quando entram pelo norte, pois o primeiro ponto da cidade a se avistar daí e justamente esse alto de outeiro, em cuja base uma fita de mar se interpõe, separando a ilha de terra firme.

O pronunciamento demonstra a contundência com que a presença do cemitério do morro do Vieira representava na cidade.

Em 1905, exemplares do jornal “O DIA”, registram inúmeras passagens sobre o estado de salubridade da Capital e providências que o poder público vinha tomando. Iniciam-se as pavimentações com paralelepípedos das vias da área central

bem como, a canalização de córregos. Começam a ficar evidentes as reivindicações populares por melhores serviços de abastecimento de água, estabelecimento de um sistema de esgotos e destinação do lixo. Fervilham nos mesmos jornais comerciais sobre medicamentos contra verminoses, elixires milagrosos, etc... Os jornais fazem menção também sobre a inconveniência do local da necrópole municipal, o que para muitos, representava um atraso e risco para a saúde da população.

Em outubro de 1906, o executivo estadual foi autorizado a promover a realização dos serviços de água, iluminação e esgotos na Capital. Tal autorização foi concedida em forma de lei através do Congresso Representativo, entrando, para isto, em acordo com o poder municipal, conforme a MCR (1906). Complementando a lei anterior, no dia 02 de dezembro de 1907 foi lavrado o Termo de Acordo entre os dois poderes para transferência, ao Estado, dos serviços mencionados, segundo a MCR (1907). Ficou consignado que enquanto esses serviços não fossem inaugurados, os mesmos ainda seriam feitos pela municipalidade. Em 03 de fevereiro de 1907, o Jornal "O DIA" faz alusão ao edital em que todos os moradores da área central, passam a ser obrigados sob força de lei, a utilizarem os serviços municipais de remoção de matérias fecais e águas servidas. Justifica-se que a medida era necessária, visando minimizar o caos sanitário com que se encontravam as ruas da cidade. Relacionava-se ao quadro a presença sempre incomoda e terrível das epidemias de doenças contagiosas que faziam inúmeras baixas. Foram dispensados da contribuição apenas os moradores que provarão completo estado de pobreza.

O jornal "O Dia" em 24 de fevereiro de 1907 faz referência a iniciativa de particulares em implantar uma linha de bondes sobre trilhos, puxados por mulas ou "carris urbanos" como eram chamados. Registram-se matérias no mesmo ano, que denotavam uma espécie de ansiedade por um espírito empreendedor, inovador e pioneiro nas intenções pretendidas na Capital. A organização do serviço de bondes era um exemplo claro destas intenções. Este serviço foi implantado por iniciativa de um grupo de particulares, autorizado pelo poder público sob o regime de concessão e importante pela sua essência: a própria iniciativa. No entanto, serviços como o abastecimento de água e o estabelecimento de uma rede de esgotos, apesar de tão reclamados através dos tempos, eram relegados ao Município e ao Estado. Enquanto isto, os óbitos continuavam. O jornal "O Dia" de 19 de abril de 1907 ilustra esta situação de saúde pública da seguinte forma:

Males contagiosos – estamos informados de que o ativo e zeloso Dr.º Henrique Chenaud, digno Inspetor de Saúde, está empregando todos os meios a seu alcance para que as moléstias contagiosas não se propaguem nesta Capital, ora mandando fazer rigorosas desinfecções nas casas onde falecem pessoas afetadas de moléstias infecto-contagiosas, ora providenciando, logo em seguida, a respectiva limpeza das mesmas casas, eliminando imundícies que porventura possam existir.

Em 10 de março de 1909 foi homologada em favor da firma Edward Simmonds, a contratação do primeiro sistema de abastecimento de água de Florianópolis. A água seria captada no manancial Ana D'Ávila no morro da Lagoa da conceição e trazida por gravidade em uma adutora até um reservatório que seria construído nos altos da atual rua Major Costa. De lá, distribuída, por gravidade, em tubulações que seriam implantadas nas vias da cidade. As obras iniciam-se em seguida. Enquanto o executivo se preocupava em priorizar algumas obras públicas, as graves carências sanitárias ainda ocasionavam muitas mortes. Tal fato é claramente constatado no depoimento do Inspetor de Saúde em 1909, segundo a MCR (1909). Sob desespero, clama pela implantação urgente de uma rede de água e de esgotos. Assim registrou-se por que razão: “o Dr.º Inspetor de Saúde declara que o obituário, principalmente da primeira infância, tem sido enorme na Capital”. Munido de um mapa demografo-sanitário, o Inspetor demonstrava que as doenças do aparelho digestivo eram as que davam maior coeficiente na mortalidade, e isso, segundo ele, devido a má alimentação prescrita para recém nascidos e, principalmente, a falta de cuidados higiênicos. Afirmava que o Estado não deveria e nem poderia estar indiferente a semelhante fato: “cumpre-lhe, não só por dever de humanidade, mas também pelo alto interesse que tem de impedir, o decréscimo da população”. Provou que a mortalidade em Florianópolis naquele ano havia sido maior que a de outras capitais e cidades importantes do país. Cortejos fúnebres diários eram efetuados nas ruas da área central em direção a necrópole municipal. Lágrimas de dor eram constantemente derramadas sob comoção e revolta das famílias enlutadas.

Não há registro exato, mas foi por volta de 1910 que a municipalidade dá início a operação do forno de incineração de lixo da Capital, segundo Ramos (1986, p. 81). Localizava-se atrás de onde é hoje o hotel baía Norte. Os resíduos sólidos eram recolhidos pelas carroças da municipalidade e transportados até o forno onde, eram incinerados em altas temperaturas. Representou um grande avanço sanitário para a época, em meio a tantos problemas ligados aos preceitos da higiene pública.

Segundo a MCR (1910), em 08 de março de 1910 o governador Gustavo Richard inaugura o primeiro sistema de abastecimento de água de Florianópolis. Obra de extrema importância para a questão sanitária na cidade mas, no entanto, deveria ter vindo acompanhada de outra, a do sistema de esgotos sanitários. Logo após o advento da água encanada, surge outro problema: agrava-se o problema do esgoto sanitário em função do aumento da disponibilidade de água nas casas. Oferta-se mais água para a população e a quantidade de águas servidas também aumenta. Cria-se um caos sanitário ainda maior. O serviço municipal de remoção de matérias fecais e águas servidas trabalha sem parar mas, não consegue dar conta dos novos volumes. A população então, descarta estes volumes excedentes nas sarjetas, nas ruas, nos quintais, etc... O governo é inquirido a tomar providências urgentes. A partir desta, começam a surgir os primeiros banheiros (“quartos de banho”) construídos por particulares abastados em suas residências. As tubulações, louças e metais em sua maior parte eram importados da Europa. Surgem os primeiros vasos sanitários (“bacias sanitárias”). Tratam-se de melhorias consideráveis do ponto de vista de higiene, praticidade e conforto, no entanto, do ponto de vista privado. Para a esfera pública representou um acréscimo ao problema de higiene urbana pois, aumentaram os despejos de esgotos nas vias públicas. Em suma, estes banheiros passaram a representar “um conforto privatizado e um ônus socializado”.

O governador Vidal de Oliveira Ramos, segundo a MCR (1911), registrava os melhoramentos que intencionava executar na Capital, dando início ao processo que, segundo ele, culminaria em intervenções estruturais nas questões sanitárias da cidade. No dia 30 de novembro de 1911, era contratado o Eng.º Luiz José da Costa, indicado pelo Eng.º Saturnino de Brito para projetar, orçar e coordenar a construção do primeiro sistema de esgotos de Florianópolis. Seria encarregado também de operar e manter o sistema em seus primeiros anos de funcionamento.

Como providência sobre os serviços funerários, em 09 de novembro de 1912 foi promulgada a Lei Municipal n.º 343, segundo consta no acervo do AHM, autorizando o Superintendente Municipal de Florianópolis a fazer a aquisição de um terreno que se prestasse a instalação de um novo cemitério. O texto da Lei evidencia detalhes e outras preocupações como segue:

faço saber a todos os habitantes desse município que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - fica a Superintendência

Municipal autorizada a fazer a aquisição de um terreno, que pela sua topografia, natureza e área se preste a instalação de um cemitério. Uma vez adquirido será ele adaptado ao fim, procedendo-se ao nivelamento, arborização e construção de muros. Art. 2º - as Irmandades, confrarias e comunidades possuidoras de terrenos contíguos ao atual cemitério municipal serão concedidas, da área total, espaços suficientes para estabelecerem seus cemitérios, que serão separados daquele por muros ou grades, gozando das prerrogativas que anteriormente tinham em virtude da lei. Tais corporações ficam obrigadas a fazer cessão gratuita temporária ou efetiva aos seus membros de terrenos equivalente aos que lhes pertencem por motivo de arrendamento ou compra dos antigos cemitérios. A mesma obrigação terá a municipalidade para com os proprietários e arrendatários de terrenos do atual cemitério público, podendo para tal fim fazer construir ao longo dos muros do novo, ou em qualquer lugar que mais convenha, pequenos jazigos que servirão para guarda perpétua de ossadas que a isso tenham direito. Art. 3º - em lugar conveniente será construído um necrotério, bem como um ossario geral onde sejam recolhidos os despojos, cujo prazo esteja extinto. Art. 4º - logo que possa ter começo os enterramentos no novo cemitério, a superintendência municipal decretará a interdição do atual. Procederá a esta providência a organização de tabelas de emolumentos, sepultamentos, arrendamentos e vendas dos terrenos e assim os necessários regulamentos cuja execução será "ad-referendum" do Conselho. A superintendência agirá de modo a tornar fácil a remoção dos cadáveres de indigentes, promovendo as providências necessárias. Art. 5º - para execução das obras referidas fica a superintendência municipal autorizada a abrir o crédito necessário. Art. 6º - revogam-se as disposições em contrário. Mando portanto, a todos quantos pertencerem o conhecimento e execução da presente lei, que a cumpra e faça cumprir tão inteiramente como nela contém. Dorval Melchiades de Souza - Superintendente.

Em 23 de fevereiro de 1913 foram iniciadas as obras do sistema de esgotos de Florianópolis segundo a MCR (1913). Fato bastante comemorado e registrado nos anais da cidade. Em 30 de janeiro de 1914 as obras foram paralisadas em função da carência de recursos financeiro, segundo a MCR (1914). Metade da verba de 1.500 contos de réis, tomada por empréstimo pelo governo do estado junto ao banco de Londres para as obras de esgotos sanitários, foi transferida para socorrer as tropas federais em campanha no interior do estado na chamada "revolução dos fanáticos" (guerra do Contestado). Segundo a MCR (1915), somente no dia 1º de setembro de 1915, no governo Felipe Schmidt, as obras foram reiniciadas, com a mesma direção do Eng.º Luiz José da Costa.

Como resultante da imposição da lei 343 a superintendência adquiriu um terreno no bairro Itacorubi, na localidade conhecida como "três pontes" e, no ano de 1915 da início a operação de um cemitério. A intenção era o cumprimento de todo o texto da lei porém, tal intento não foi possível. Apesar dos reclames da população quanto as desvantagens do cemitério do centro, este apesar de tudo, ficava localizado próximo a área urbana, facilitando o traslado dos mortos para seu sepultamento. Naquela época as vias de acesso até as "três pontes" eram

deficitárias e os meios de transportes rudimentares, implicando em uma noção de distância bem maior do que a real. Chegar até lá demandava tempo e desgaste. Além disso, a municipalidade teria ainda que investir em projetos e obras para modelação da nova necrópole. Providências estas que demandariam recursos financeiros que a superintendência ainda não dispunha.

O máximo que a superintendência municipal conseguiu fazer foi implementar obras simples para operação de um pequeno cemitério para atendimento do bairro Itacorubi. Conforme consta nos registros do AHM assim procedeu-se o termo do primeiro assentamento:

certifico que faleceu as 5 horas de hoje Luiza Maria da Conceição de cor preta, natural deste estado, de 60 anos de idade, solteira, moradora da Rua Nunes Machado n.º 28, vítima de arteriosclerose generalizada, conforme atestou o Dr.º Xavier de Mattos. Florianópolis, 16 de janeiro de 1915. Oficial do Registro Civil.

Tratava-se de uma ampla área vegetada, em aclive, com topografia homogênea, na qual, iniciou-se a operação do cemitério pela parte mais baixa. Não houveram polêmicas sobre sua implantação pois, as áreas urbanizadas dos bairros do Itacorubi, Trindade e Pantanal ficavam afastadas. A municipalidade com isto, veio a dar uma opção para aqueles que não queriam sepultamentos no do morro do Vieira, no centro, porém, ficou praticamente despercebida.

Segundo a MCR (1916), em 12 de setembro de 1916, em concorrida solenidade pública, era inaugurada a Estação de Tratamento de Esgotos da Capital (usina de depuração biológica pelo ar difuso – processo Milwanker), no local denominado Arataca, no lado insular próximo a cabeceira da ponte Hercílio Luz, local onde é hoje o Comando de Buscas e Salvamentos do Corpo de Bombeiros. Na área, executaram-se obras de aterro, muro de alvenaria de pedras para proteção junto ao mar e ajardinamento. Ao representar grande melhoria em termos de equipamento de interesse para a saúde pública, junto com outro, que ficava próximo, o forno do lixo, o local foi denominado de “Esplanada do Saneamento”. No início do ano seguinte o sistema já estava operando por completo, possuindo redes coletoras, interceptores, estações elevatórias, estação de tratamento e disposição final do líquido tratado. O lodo era retirado e enterrado em local próximo a estação. A cidade passa a contar com fundamental item de cumprimento sanitário quando seus esgotos passam a ser tratados a montante do lançamento submarino. Apesar disto,

as melhorias sanitárias não deram-se de imediato. Persistiam os habituais desrespeitos as normas de saúde pública e os flagelos com doenças contagiosas ainda continuavam. As ligações domiciliares na rede pública foram sendo efetuadas de forma lenta e, demandando com isto, que o serviço municipal de remoção de matérias fecais e águas servidas em carroções, ainda funcionasse até meados do ano de 1922.

Face as reinantes reclamações sobre a necrópole do centro, a municipalidade busca incrementar outras alternativas. Colabora com isto também a necessidade de atendimento aos sepultamentos locais do bairro Trindade, culminando-se no ano de 1916 no início da operação de outro cemitério: o da Santíssima Trindade. Tratava-se de um pequeno cemitério construído junto a Igreja (hoje teatro da UFSC) localizada na praça do bairro. Conforme constam nos arquivos do AHM assim procedeu-se seu termo de abertura:

servirá este livro para inscrição dos óbitos que se derem no distrito da Trindade e que forem sepultados no cemitério do citado distrito. Contém o número de fichas indicadas no termo de encerramento, todas numeradas por mim, rubricadas com o apelido de Peixoto de que uso. Secretaria da Superintendência Municipal de Florianópolis, 18 de dezembro de 1916. João Batista Peixoto (secretário Interino).

Assim procedeu-se o termo do primeiro sepultamento deste cemitério:

aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 1916, neste cemitério da Santíssima Trindade, sepultou-se Lauro com seis meses e quinze dias de idade, de cor branca, do sexo masculino, filho legítimo de João Anâncio Pacheco e de Aprigia João Felix, natural deste estado, residente no Pantanal, neste distrito, conforme atesta o escrivão do registro civil Antônio Vieira e eu Francisco de Paula Goulart este faço e assino.

Também não houveram reclamações sobre a construção deste cemitério pois, o mesmo localizava-se em uma área provida de poucas habitações. Em sua parte dos fundos localizava-se uma várzea desabitada (atualmente é o Campus da UFSC), onde desenvolviam-se atividades agrícolas e pecuárias.

Nesta época a passagem para o Estreito (continente) era feita através de lanchas cujas linhas eram exploradas por companhias particulares. A passagem para o Estreito e vice-versa representava uma agonia para a população. Não cumpriam-se os horários com regularidade, as lanchas estavam sempre lotadas e em dias de ventos e chuvas fortes a travessia era difícil e arriscada. Sonhava-se com a construção de uma obra de engenharia que pudesse ligar a ilha ao

continente. Este ideal foi assumido publicamente pelo Eng.º Hercílio Pedro da Luz, conforme registrou Silva/RFSC (1951, p.7),

moradores do Estreito, durante várias décadas, temos viva a lembrança de um casual encontro com o ilustre catarinense que, em 1917, vindo de Taquaras, aguardava com sua família o horário das lanchas da passagem para transportar-se a esta Capital. Disse-nos, naquela ocasião o Dr.º Hercílio: conto como certa minha indicação para substituir o Schmidt, no próximo quadriênio, e, apontando para a elevação do antigo forte São João, onde se encontra, do lado do continente, a cabeceira da ponte, como num sonho de grandeza e felicidade, exclamou: “no governo do Estado, mandarei construir uma grande ponte, daquele morro ao do “cemitério”, para acabar de uma vez para sempre com este suplício, e, vocês que são moços e terão oportunidade de muitas vezes por ela passarem, lembrar-se-ão sempre de quem a mandou construir.

O idealizador ao lançar seu intento, não deixou de registrar a presença do cemitério no local onde imaginou locar uma das cabeceiras da ponte. A presença da necrópole naquele local impunha veemência inquestionável, a ponto de servir como referência no reticulado paisagístico da cidade. Sua presença incomoda avolumou-se durante a construção da ponte. Segundo Corsini/RFSC (1951, p. 23)

em novembro de 1922 iniciaram-se os primeiros trabalhos de sondagens do subsolo para a construção da primeira ligação ilha-continente. Em fevereiro de 1923, chegou da Dinamarca o primeiro carregamento com 4.000 barricas de cimento. Em meados de março do mesmo ano foi recebido o primeiro carregamento de equipamentos pesados. Na primeira semana de abril foi cravada a primeira estaca prancha de aço no pilar norte do apoio do vão central do lado do continente. O primeiro carregamento das peças de aço chegou em meados de junho de 1924. A montagem da ponte deu-se em seguida.. A montagem do viaduto do lado da ilha foi concluída em 05 de janeiro de 1925. A montagem das torres do vão central no lado do continente foi concluída em 27 de novembro de 1924 e as do lado da ilha em 15 de fevereiro de 1925. Durante as obras da mesma, o cemitério passou a ser alvo de problema a ser obrigatoriamente solucionado. A cabeceira insular da ponte em construção ficaria de frente para o cemitério. Ao adentrar-se pela ponte na ilha, dar-se-ia de frente com o mesmo em sua entrada, proporcionando a todos uma visão fúnebre como primeira impressão da cidade. Sua presença naquele local era repelida tanto pela população, quanto pelas autoridades públicas.

Em 03 de outubro de 1918, segundo consta no APESC, o Conselho Municipal de Florianópolis, via ofício, cumprimentava o governador Hercílio Pedro da Luz por ter enviado o inspetor de Higiene do Estado ao Rio de Janeiro para tratar, com a Comissão Rockefeller dos Estados Unidos da América, sobre o saneamento da ilha e, principalmente, com relação à prevenção de doenças epidêmicas. Neste ano, o jornal “O Dia”, faz alusão aos problemas de falta de água em períodos de longas estiagens e que o sistema de água deveria ser repensado.

A Comissão Rockefeller no ano de 1919, efetua inúmeras vistorias na cidade e interior da ilha fazendo aconselhamentos as autoridades públicas. Na área central, segundo relato do vice-governador do estado, em 22 de julho de 1919, segundo a MCR (1919), acatam-se algumas recomendações da Comissão por serem possíveis de implementá-las. O governo do estado fora obrigado a investir maciços recursos no saneamento do canal da Bulha (atual canal da avenida Hercílio Luz). A área era constantemente alagada pelas águas do tortuoso canal, que tinha a calha subdimensionada e era foco de constante poluição oriunda do lançamento de lixo e esgotos em seu interior. Com esta poluição, persistentemente comentada ao longo dos anos, atribuiu-se à área a fama de foco de doenças causadoras de muitas mortes. No final do mesmo ano, em conferência na superintendência municipal, segundo a MCMF (1920), o Dr.º Ferreira Lima, Inspetor de Higiene, designava comissões sanitárias para procederem visitas domiciliares com o intuito de serem reprimidos os abusos contra os preceitos básicos de saúde pública.

Em fevereiro de 1920, segundo o RIHPESC (1920), é registrado que o governo do estado, juntamente com a Comissão Rockefeller, ao examinar 10.595 pessoas na ilha, chegou a constatar 8.573 casos positivos de "ancilostomose", doença intestinal grave, perfazendo a incrível cifra de 80,9 por cento de doentes. Novamente, ativaram-se sob regime de emergência o resgate de medidas de asseio e rigor com as leis de higiene, reforçadas com a participação das comissões sanitárias. A doença quando não devidamente tratada provocava fraqueza e distúrbios gastrointestinais, podendo levar ao óbito.

“A situação é a de uma guerra, em que temos obrigação de apresentar uma resistência enérgica e decisiva, numa ofensiva que, sabiamente conduzida, há de trazer sem dúvida a vitória traduzida por um resultado satisfatório e completo”. Estas palavras, segundo Araújo (1999, p. 102), que parecem as de um general em campanha militar, são, na verdade, do Dr.º Ferreira Lima, Inspetor de Higiene do estado, formuladas em 1919, empenhado em combater outra epidemia em Florianópolis, naquele ano, desta vez de malária, fazendo muitas vítimas.

O sistema de abastecimento de água recebe importante reforço, quando em 31 de junho de 1920, foi contratada pelo governo de estado a construção de uma represa na nascente do rio Tavares, bem como, o assentamento de uma adutora até o reservatório da área central, segundo a MCMF (1920).

Em 1922 a paisagem de Florianópolis foi consideravelmente modificada quando inaugurou-se a avenida Hercílio Luz, cuja primeira denominação era “avenida do saneamento”, conforme Araújo (1999, p. 111). O governador Hercílio Luz idealizou a avenida e fazia menção em denominá-la com um nome que fizesse alusão à importância de seu saneamento em contraste com o que ela foi no passado. Para construí-la foram demolidos vários conjuntos de pequenas casas de “porta e janela” existentes junto ao centro: os “cortiços”, como eram chamados, uma herança arquitetônica dos tempos coloniais. Segundo o autor:

canalizando o mal-afamado riacho da fonte da Bulha que margeava toda área urbana, e estabelecendo em seu traçado uma fronteira entre o centro, as encostas dos morros e os caminhos que levavam para o interior da ilha, a avenida foi considerada a pedra angular do saneamento da cidade.

E não era para menos pois, esta passou a possuir um canal central de madrodrenagem pluvial totalmente retificado, suas laterais revestidas em alvenaria de pedras e rebocadas, fundo revestido em concreto com declividades transversais voltadas para o centro e, ambas as laterais do canal guarnecidas com guarda-corpo de concreto, redes de microdrenagem pluvial, redes coletoras de esgotos sanitários, redes de água potável, pavimentação a paralelepípedos, meio-fios de granito, passeios públicos e arborização. No ano de 1926, com seu falecimento, resolveu-se homenageá-lo substituindo-se a denominação da avenida com seu próprio nome. Foi uma época de grandes melhorias urbanas na cidade, em sua maioria impulsionadas pelas necessidades sanitárias. A rua Felipe Schimdt foi alargada, e, em outros pontos, cortiços foram derrubados e substituídos por vias e construções imponentes.

Durante o ano de 1923, segundo a MCR (1923), o governo do estado, em acordo com a superintendência municipal, continuou executando obras de melhoramentos na capital, tais como a canalização de córregos, a pavimentação de vias públicas e limpeza e melhorias no cemitério municipal.

Nos anexos, as fotografias nºs 1, 2, 3, 4 e 5 retratam os cemitérios municipal e alemão, bem como, o forno do lixo em operação e a ETE – Estação de tratamento de esgotos.

Cercada de pressões vindas de todas as direções, a municipalidade no ano de 1924 dá início aos trabalhos de transferência do cemitério localizado no morro do Vieira para o cemitério do Itacorubi. O local para o novo cemitério não surgiu ao

acaso visto que, no Itacorubi já existia um outro operando desde o ano de 1915. Tinha área ampla e, além disso, ficava em local afastado da área urbana, convenientemente bem longe dos olhos daqueles que repeliam a necrópole do centro. Foi executado um projeto adequado para a nova necrópole de forma a serem ocupados os aclives em platôs, contendo um sistema de vias internas para circulação de veículos e pedestres, quadras e lotes numerados, quadras de sepulturas perpétuas e rotativas, ossuário comum, necrotério, sanitários públicos, administração e ajardinamento. Segundo Veiga (1993, p.298) o trabalho de implantação do novo cemitério “passou a ser feito por administração, sendo o projeto e a obra de autoria e responsabilidade do Sr.º Carlos Nilson, que já prestara serviços anteriores à Capital em obras de jardinagem. O alto custo desta empreitada implicou num acordo com a divisão das despesas entre o Estado e o Município”. As primeiras quadras à esquerda e à direita da entrada do cemitério novo, receberam os primeiros assentamentos transferidos do antigo. Foram reservados em seu interior espaços para as Irmandades, o cemitério alemão e autoridades governamentais. Transferiu-se não sómente as lápides e monumentos funerários mas, também urnas e restos mortais disponíveis. Os jornais da época fazem alusão as cenas vivenciadas durante as operações de escavação, transporte em carroções puxados por cavalos pelas vias da área central e disposição de todo este contingente funerário para o Itacorubi. Como ilustração cita-se o registro de Reis (1999, p. 66):

com a criação do cemitério São Francisco de Assis, ou das “três pontes”, em Itacorubi, as lápides e os ossos do cemitério Luterano foram transferidos para o novo “campo santo”. Junto aos restos mortais dos membros da família Hoepcke estão, em local de destaque os de Ferdinand Hackradt, sob um belo monumento em mármore branco, só superado em beleza e destaque, ao erigido em homenagem à sua irmã Lipteé.

Os projetos e obras do novo cemitério do Itacorubi foram coordenadas pelo Superintendente Municipal Waldemar Viegas. Após serem executadas as obras de todas os assentamentos vindos do cemitério do centro e executadas todas as adequações necessárias para início da operação dos novos assentamentos, conta-se que Waldemar Viegas preparava-se para assumir a administração do mesmo. Ao conversar com funcionários operacionais da municipalidade indagou: “quem será a primeira pessoa que aqui será sepultada?”. Isto ocorreu próximo ao dia 16 de novembro de 1925. No dia seguinte, Waldemar Viegas faleceu com 34 anos de idade, vindo a ser o primeiro sepultado no novo cemitério que ele mesmo construiu e

iria administrar. O assentamento deu-se na quadra n.º 1/lote n.º 1, como consta no termo de sepultamento do livro n.º 1 de assentamentos, arquivado na administração do cemitério:

aos 18 dias do mês de novembro do ano de 1925, neste cemitério de Itacorubi no município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, me foi apresentado um cadáver acompanhado da certidão de óbito, registrado no cartório civil por Nicolau Nagib Nahas, oficial. Certifico que no livro de registro de óbitos, foi feito hoje o assento de Waldemar Viegas, falecido aos 17 de novembro de 1925, às vinte e duas horas, na rua Pedro Ivo n.º 5, do sexo masculino, de cor branca, de profissão funcionário público, natural deste estado, domiciliado e residente nesta capital, com 34 anos de idade, estado civil casado, sendo o atestado de óbito firmado pelo Dr.º Djalma Moellmann que deu, como causa da morte, "Rheumatismo articular agudo". Florianópolis, 18 de novembro de 1925. O oficial (assinado) Nicolau Nagib Nahas. O referido cadáver foi sepultado neste cemitério, na sepultura n.º 1 quadra 1. O administrador (em comissão) Tito Coelho Pires. Sepultamento Grátis.

Segundo Corsini/RFSC (1951, p. 23), o assoalho da ponte Hercílio Luz foi concluído em janeiro de 1926. "A inauguração da mesma foi retardada para o dia 13 maio de 1926, por não se acharem prontas as ruas de acesso, que o governo do estado estava construindo, tanto do lado da ilha como do continente". Naquele dia chuvoso, a ponte foi inaugurada solenemente na ausência do governador Hercílio Pedro da Luz, falecido meses antes. Nesta data, o cemitério municipal e o alemão já estavam totalmente transferido para o Itacorubi.

No relatório apresentado em 24 de agosto de 1927, ao governador do estado Adolfo Konder, o secretário do Interior e Justiça comunicava o convite feito ao Eng.º Saturnino Rodrigues de Brito para vir a Florianópolis vistoriar a estação de tratamento de esgotos, porque, segundo consta, a mesma não vinha operando com regularidade.

Em 08 de agosto de 1932, era feito extenso relatório sobre a grande epidemia de febre tifóide, que assolou Florianópolis, segundo a MALESC (1932). Novamente, lágrimas de dor e sofrimento foram derramadas. A população consternada exige providências dos poderes públicos. O relatório, logo no início, salientava que 40 por cento dos contágios deram-se pelo incorreto destino dos excretas dos doentes. Esse estado de contaminação se estendia desde o hospital de Caridade até a atual avenida Mauro Ramos, indo até a Trindade. A outra zona contaminada ficava próxima ao forno de incineração do lixo., predominando, em todas elas, as moscas como vetores básicos de contaminação.

O horizonte de projeto do primeiro sistema de esgotos de Florianópolis (20 anos a contar de 1912), foi atingido em 1932.

O sistema de abastecimento de água demonstrava-se deficiente em 1940, sendo comuns os reclames da população com a falta de água nas torneiras. No ano de 1946, foi construída a primeira adutora do rio Vargem do Braço (rio Pilões) no município de Santo Amaro da Imperatriz, para reforço no sistema de abastecimento de água de Florianópolis.

No ano de 1951, os relatórios do governo já não faziam mais menção a serviços efetuados na estação de tratamento de esgotos, pois a mesma tinha sido desativada por volta desse ano. Com o crescimento populacional e o aumento do número de ligações indevidas de águas pluviais, a unidade de depuração teve sua capacidade esgotada, passando, então, os esgotos a serem bombeados ao mar. Volta-se, paradoxalmente, a estaca zero com relação a este item sanitário. A cidade que outrora, tanto sofreu com doenças e baixas oriundas da falta de efetividade destes serviços, agora, volta a lançar seus esgotos brutos para o mar. Cuida-se da questão do abastecimento de água mas, no entanto, não se dá o mesmo cuidado com relação aos esgotos sanitários.

Em 1961 o governo estadual doa a UFSC as áreas de terras da antiga Estação da Agrônômica. Nestas áreas onde hoje se encontra o teatro e o centro sócio-econômico da universidade localizava-se o antigo cemitério da Santíssima Trindade. A partir deste ano são publicadas intimações em Diário Oficial para que as famílias de sepultados no cemitério passem a desativar os jazigos, transferindo-os para outro local de sua preferência. Os restos mortais e jazigos em sua grande maioria, foram transferidos para o cemitério São Francisco de Assis. Passado o prazo estipulado no edital, a municipalidade transferiu os restos mortais restantes para o ossuário comum do citado cemitério.

No ano de 1963 era iniciada a construção da 2ª adutora do Rio Vargem do Braço, com o intuito de reforçar o sistema de água da Capital. No final do ano de 1965 a mesma estava concluída.

O DNOS, no ano de 1966 contrata os primeiros estudos para execução de um projeto final de engenharia para o novo sistema de esgotos de Florianópolis, abrangendo a ilha e o continente. Sómente no ano de 1979 a CASAN conclui este projeto, iniciando as obras na área central do continente. Em 1994 o sistema iniciou sua operação, incluindo o tratamento dos efluentes nas Lagoas de Estabilização

construídas em Potecas (Forquilha). Na ilha, as obras foram iniciadas no ano de 1992. A Estação de Tratamento, construída no aterro da baía sul foi inaugurada em 03 de outubro de 1997. Passa a operar, recebendo os esgotos das bacias da área central, avenida Beira Mar Norte e parte da Trindade. Paralelamente, dá-se prosseguimento as obras das redes coletoras e estações elevatórias nas outras bacias do sistema.

No ano de 1974 é concluído o aterro da baía sul e é inaugurada a 2ª ligação ilha-continente (ponte Colombo Machado Salles). No ano 1975 entra em operação a 3ª adutora do sistema Pilões (rio Vargem do Braço), reforçando a vazão para o abastecimento de água da grande Florianópolis. O aglomerado urbano de Florianópolis passa a ser dotado de uma estação de tratamento de água no ano de 1990, construída no morro dos Quadros em Santo Amaro da Imperatriz. Em 1992 é inaugurada a 3ª ligação ilha-continente (ponte Pedro Ivo Campos) e, são iniciadas as obras da via expressa-sul, incluindo os dois túneis da Prainha e o aterro do Saco dos Limões.

O cemitério São Francisco de Assis conta com uma área aproximada de 10 hectares. Quando foi projetado e construído em 1925 tinha-se a impressão de que sua capacidade nunca seria esgotada. A partir da década de 1960 as regiões do Itacorubi, Trindade e Agrônômica sofrem grande urbanização e adensamento populacional. O cemitério que antes parecia ficar tão longe do centro acaba por ser cercado pela urbanização. Com a melhoria do sistema viário e meios de transportes a noção de distância modifica-se e o mesmo passa a ficar de fácil acesso. Acaba por ser engolido pelo urbanismo incessante. Não tem mais para onde expandir-se e, em 1990 já falava-se em seu completo esgotamento. Sucessivas foram as manobras operacionais efetuadas pela SUSP na tentativa de prolongar sua vida útil. Demolição, e nivelamento de áreas rochosas, aterros com materiais terrosos para executarem-se sepultamentos sobre rochas e, ocupação de áreas destinadas a circulação de pedestres são alguns exemplos destas medidas emergenciais. Tratam-se de serviços operacionalmente difíceis e onerosos. Utilizaram-se também espaços vagos pertencentes as Irmandades. Alguns sepultamentos foram efetuados em áreas de risco, sujeitas a erosão e escorregamentos nas bordas do cemitério. Por diversas vezes em dias de fortes chuvas, urnas ficaram a descoberto, exigindo medidas operacionais de emergência. Outra medida operacional importante está concentrada na liberação das sepulturas rotativas quando o prazo mínimo para

exumação é alcançado. Busca-se de forma incessante, soluções em seu interior que possam prorrogar sua operação. No mês de setembro de 2001 foi executada uma carreira de lóculos sobrepostos de alvenaria para cem sepultamentos verticais. Em 23 de fevereiro de 2002, oitenta lóculos já estavam ocupados. Nestes espaços a municipalidade tem inumado indigentes pois, até este momento, a população em geral, ainda não aceitou este tipo de solução. Deu-se início também no mês de setembro do ano de 2001 a operação da última área livre para sepultamentos convencionais. Demoliram-se rochas e executou-se um aterro onde estão sendo efetuados os sepultamentos. Acredita-se que esta área permita uma operação até início do ano de 2003. Segundo a administração do cemitério São Francisco de Assis, este conta hoje (23 de fevereiro de 2002) com um número aproximado de 14.500 sepulturas e 51.670 sepultamentos, atendendo a uma média de 60 a 70 inumações mensais. Acredita-se que trabalhando-se sob o regime de soluções emergenciais, inclusive não descarta-se a possibilidade de ocupação das vias internas de tráfego de veículos e pedestres, o cemitério ainda possa ser operado por mais 5 anos. Cabe a SUSP a administração do cemitério São Francisco de Assis e a fiscalização das três empresas funerárias.

No ano de 1980 os habitantes da cidade entraram em profunda comoção com a ocorrência do acidente aéreo da empresa "Transbrasil", lembrando aqueles tristes dias do passado quando da ocorrência de óbitos em massa. Em dois dias foram executados 23 sepultamentos no cemitério do Itacorubi, exigindo da municipalidade grandes esforços operacionais, sob ansiedade, comoção e aflição das famílias enlutadas. Não haviam sepulturas disponíveis para este atendimento repentino, e, assim, buscou-se de todas as formas a criação de vagas utilizando-se dos jazigos perpétuos das famílias atingidas no acidente, bem como, a construção de novos, sob regime de urgência.

A efetivação da cremação de cadáver é regida pela Lei Federal n.º 6.015 de 03 de dezembro de 1973. Sob a égide desta, em Florianópolis no dia 21 de maio de 1981 foi promulgada a Lei Municipal n.º 1.784, instituindo a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais e, dando outras providências. A Lei prevê a implantação de crematórios diretamente pela municipalidade, ou concessionados a terceiros como organizações religiosas, empresas funerárias e iniciativa privada.

No dia 20 de dezembro de 1983 foi promulgada a Lei Estadual n.º 6.320 dispondo sobre os serviços funerários, cemitérios e afins. Pelo Decreto Estadual n.º

30.570 de 14 de outubro de 1986 regulamenta-se os artigos 48, 49 e 50 da Lei 6.320.

No ano de 1998 foram informatizados os cadastros da administração do cemitério São Francisco de Assis. Os termos de assentamentos registrados manualmente em livros foram transferidos para o computador, facilitando sobremaneira a rotina diária da administração. Ficou fácil e rápido efetuarem-se novos registros e consultas ao banco de dados. Constitui-se hoje em importante ferramenta para a pesquisa acadêmica, permitindo gerar relatórios em diversos níveis de interesse.

A ilha conta ainda com os seguintes cemitérios municipais distritais administrados pela SMTO através das intendências: Canasvieiras, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, Ratoles, Campeche, Armação do Pântano do Sul, São João do Rio Vermelho, Ingleses, Pântano do Sul e Barra da Lagoa. Tratam-se de cemitérios pequenos, esgotados ou em vias de seu esgotamento. Como a exemplo do cemitério do Itacorubi, a maioria deles não tem mais por onde expandir-se pois, foram cercados pela urbanização.

Existe uma necrópole particular situada no bairro Saco Grande denominada Jardim da Paz. Trata-se de um empreendimento particular projetado e construído sob a égide de cemitério parque. Inaugurado em 1970, tem uma área aproximada de 50 hectares, capacidade para 4.000 túmulos, sendo a metade já comercializados. O mesmo veio dar um incremento importante aos serviços funerários em Florianópolis, disponibilizando outras opções para disposições funerárias. No entanto, trata-se de uma opção particular, a qual, não está ao alcance da maioria da população.

Atualmente, o principal cemitério da cidade, o São Francisco de Assis, encontra-se em fase de saturação, já próximo ao regime crítico, bem como os distritais, exigindo que a administração pública encontre outras alternativas para disposições funerárias.

7 ATUAIS EXPERIÊNCIAS DE DISPOSIÇÕES FINAIS FUNERÁRIAS E TENDÊNCIAS PARA O FUTURO

*“Um chamado pode ser adiado, evitado, perdido...
Mas um dia ele se manifestará”.*
James Hillman

Urge na atualidade, a imperiosa necessidade de otimização dos serviços funerários e, notadamente, das disposições funerárias. As populações urbanas crescem sem parar e, os óbitos também, vindo a exigir soluções adequadas ao seu trato, de forma ética, moral, técnica e ambientalmente aceitáveis. Diante disso, as necrópoles representam importante papel como equipamentos urbanos, que podem ser administrados diretamente pelo poder público municipal bem como, sob regime de concessões, pela a iniciativa privada.

Na atualidade, os novos empreendimentos devem ser projetados e construídos sob a luz de critérios embasados nas legislações e técnicas que levem em conta sua viabilidade sob o ponto de vista social e ambiental. Segundo Silva (2001, p. 18)

a implantação e a operação das necrópoles, deve ser objeto de estudos preliminares e imprescindíveis, de viabilidade hidrogeoambiental, complementado por projetos construtivos adequados e bem elaborados, à luz da tecnologia moderna disponível. É vital a elaboração do “plano de gerenciamento ambiental sustentado, o qual servirá como guia e referência para a operação, manutenção e eventual expansão dos empreendimentos, garantindo a necessária segurança ambiental.

7.1 Cemitérios convencionais e do tipo parque

Os cemitérios convencionais representam a grande maioria das soluções para disposições funerárias nas cidades brasileiras. Acompanham a evolução cronológica dos serviços funerários, fundamentados nos princípios de aceitabilidade pela população. Imperam sobre estes princípios questões de ordem religiosa, ética, moral, crença, tradição, e tabu. Soluções modernas começam a dar sinal de aceitabilidade por parte da população. Em ordem decrescente de aceitação pode-se citar: cemitérios parques, cemitérios elevados e crematórios. Isto tem importante significado para solução do problema funerário, a medida que a população começa a

entender as dificuldades que as administrações municipais tem em perpetuar apenas as técnicas convencionais. O espaço urbano está cada vez mais raro e caro e, as técnicas convencionais conjugam-se em onerosas e impactantes do ponto de vista ambiental. Cemitérios convencionais disputam espaços que poderiam ser utilizados para outros fins como, escolas, creches, parques, centros de lazer, etc. No futuro não haverá mais espaços para sepultamentos deste tipo. No entanto, enquanto isto, há de se investir em seu aprimoramento pois, ainda é a técnica mais aceita pela maioria da população. Para os cemitérios já existentes, são recomendados trabalhos de revitalização que primem pela sua limpeza e higiene, e readequações arquitetônicas e paisagísticas, no que for possível, e implementação de melhorias administrativas, operacionais e de manutenção fundamentadas em trabalhos regidos pelas normas de programas de qualidade e ISO. Silva (2001, p. 8) aconselha a execução de trabalhos de descontaminação do subsolo dos cemitérios em operação. Segundo ele,

a descontaminação do subsolo na vertical e, por vezes, no entorno imediato das necrópoles, deve ser um procedimento periodicamente implementado pelos responsáveis. Um dos frutos da pesquisa dirigida por nós desenvolvida, é justamente um procedimento simples, econômico, fácil de execução e propositadamente deixado em domínio público, para utilização ampla e irrestrita.

Tornam-se imprescindíveis a adoção de critérios básicos para implantação, operação e manutenção dos cemitérios horizontalizados, como são os convencionais e os do tipo parque, de forma que não venham a causar prejuízos ambientais e sociais.

Antes da implantação de um cemitério convencional ou do tipo parque, há necessidade de serem verificadas as reais condições para que o empreendimento corresponda ao grau de expectativas para o fim que foi projetado. A palavra “cemitério”, segundo a Adissi/RDF n.º 48 (2000, p. 27), vem do grego “koumetérion”, ou de “kiomão”, eu durmo e do latim “coemeterium”, designava, em princípio, o lugar onde se dormia, quarto, dormitório, pórtico para os peregrinos. Foi sob a influência das idéias cristãs que tomou, nos primeiros séculos de nossa era, o novo sentido de campo de descanso após a morte, onde se espera a ressurreição, quando soar a hora do Juízo Final. O termo aplica-se ao local das inumações, dos enterramentos diretos no solo.

Para Adissi/RDF n.º 48 (2000, p. 27), antes de serem iniciados os projetos, tanto do ponto de vista de empreendimento público ou privado, há necessidade de um estudo de mercado com vistas a fundamentação da viabilidade dos custos frente aos benefícios. Não adianta implantar um cemitério que a população não o aceita. Entram nesta pesquisa de mercado quesitos como localização, aceitação da técnica convencional, poder aquisitivo frente aos custos dos lotes e serviços funerários. Os estudos de viabilidade devem levar em contas as legislações federais, estaduais e municipais sobre o assunto, bem como, as de caráter sanitário e ambiental. A localização do terreno deve ter viabilidade sob o ponto de vista das normas de zoneamento do município. Quando da fase dos projetos devem ser levados em conta itens importantes para sua distribuição arquitetônica como: prédio da administração, sala de velórios, banheiros, lanchonete, floricultura, ajardinamento, portão monumental e tipos de jazigos.

Deve-se recorrer as modernas técnicas de arquitetura direcionadas a concepções de bom gosto e trato agradável, principalmente, aliando-se a composições naturais com muita vegetação, flores e obras de arte bem dosadas, de forma a evitar-se aparências pesadas, fúnebres e tétricas.

Os cemitérios horizontalizados devem ser construídos sempre que for possível, em pontos de aclave, na contravertente das águas que tenham que alimentar poços de abastecimento público. Devem ser isolado por uma via circundante com largura mínima de 30 metros. O lençol freático deve ficar no mínimo 2 metros de profundidade. Não se verificando esta hipótese, deve ser feita a depressão do nível das águas subterrâneas, por meio de drenagem ou pode-se optar por obras de terraplenagem, executando-se aterros. O nível dos cemitérios em relação aos cursos de água vizinhos deverá ser suficientemente elevado, de modo que as águas das enchentes não atinjam o fundo das sepulturas. A arborização das alamedas não deve ser cerrada, preferindo-se árvores retas e delgadas, que não dificultem a circulação de ar nas camadas inferiores e a evaporação da umidade do terreno.

Segundo Magalhães/RDF n.º. 49 (2000, p. 27), na escolha do terreno para implantação de um cemitério horizontalizado, deve ser levado em conta as atuais facilidades de locomoção como através do transporte próprio, coletivo ou, oferecido pelas funerárias. Assim, não é necessário que o terreno esteja próximo à zona urbana da municipalidade na qual será implantado.. A distância não é fator de

impedimento na escolha de um terreno para cemitério. Terrenos bem afastados da zona urbana, ainda localizados na área rural, vêm sendo usados para cemitérios com vantagens econômicas face ao seu preço, darem liberdade aos projetistas pela disponibilidade de espaço e harmonia com a natureza e, vêm gozando de ótima aceitação por parte do público comprador. Os terrenos mais afastados são mais baratos e aliviam o custo do investimento, já bastante elevado no preparo e aprovação do projeto, urbanização, construções e despesas administrativas para seu início de operação. Considera-se importante a análise das características urbanas do local escolhido, qual a tendência ou vocação da região, de modo a vislumbrar-se qual o tipo de vizinhança o empreendimento público ou privado, terá no futuro. A tendência de desenvolvimento dos arredores pode propiciar um bairro de menor ou maior violência. Este fator é importante, podendo gerar acréscimo de gastos com segurança. O problema maior é a noite, com a prática dos velórios por exemplo. O empreendimento deve proporcionar segurança a sua clientela, caso contrário, corre o risco de insucesso. A prática de vandalismos nas sepulturas é outro fator a ser considerado. Bairros vizinhos com problemas de violência e marginalidade trarão problemas ao empreendimento de toda ordem, gerando demandas que, certamente, aumentarão os custos operacionais. Ilustrando este tipo de ocorrência, a citada revista destaca a seguinte manchete:

polícia militar prende ladrão de cemitério – Wallace Nicodemos foi preso em flagrante, quando tentava roubar sete imagens de Jesus Cristo que pertenciam a túmulos do cemitério da Saudade. Por esse ato, ele pode cumprir de dois a oito anos de prisão por furto qualificado. Jornal O Tempo/Belo Horizonte-MG.

E outra:

preso ladrão de cemitério na Lapa – Pérsio Antônio Justino foi flagrado quando transportava 52 portas de jazigo de bronze em sua perua kombi. Ele também levava vasos de metal. Os policiais conseguiram prender Justino, depois que a kombi arriou perto da ponte do Jaguaré, na rodovia marginal Tietê em São Paulo. O veículo quebrou porque não suportou os 1.050 quilos que estavam sendo transportados. Jornal Agora São Paulo – SP.

Recomenda-se o plantio de árvores e flores em todo o perímetro interno do cemitério formando um maciço vegetal de isolamento, inclusive visual, da circunvizinhança. Esse procedimento ecológico embeleza o empreendimento, propiciando a criação de um ambiente interno de paz adequado à reflexão e à meditação.

A topografia do terreno deve ser levada em conta porque aqueles muito acidentados e com grandes aclives são pouco recomendáveis. Terrenos com declividade moderada são os mais recomendáveis. Nestes, a execução de taludes e muros de arrimo moldando platôs planos, onde executam-se os sepultamentos, adaptando-se quase que integralmente com a topografia natural, podem enriquecer sobremaneira os trabalhos de paisagismo com ajardinamento e arborização.

As características geológicas do solo também devem ser analisadas. Terrenos com maciços rochosos e com blocos de pedra (matacões) aflorando ou com pouca profundidade, com ou sem embasamento rochoso podem inviabilizar a operação do cemitério. Segundo Silva (2001, p. 11),

os critérios geológicos referem-se, em especial, ao tipo de solo e as possibilidades de sua otimização com solo importado de outros locais ou convenientemente aditivados (com calcário, por exemplo). São desfavoráveis os solos muito argilosos (excesso de umidade, dificuldade de decomposição dos corpos, ocorrência de fenômenos conservativos: saponificação e/ou mumificação, etc.), ou muito arenosos (drenagem muito rápida, dessecação excessivo dos cadáveres, ocorrência de fenômenos conservativos: mumificação, histometabase, etc.). O ideal é um solo argilo-silto-arenoso, onde a granulometria condicione uma faixa clástica (siltes, areias) de até 40 por cento, com uma faixa argilosa de até 60 por cento. A mineralogia dos constituintes dos solos também é um critério geológico importante, em especial o conteúdo em argilas e argilo-minerais com uma capacidade de troca catiônica elevada, a qual condiciona sintomaticamente o poder de depuração natural (“autopurificação”) do solo. A presença de determinados minerais cálcicos-magnesianos (como, por exemplo, a dolomita) ou fosfáticos (como, por exemplo, a apatita), podem favorecer a ocorrência de mumificação por histometabase (“fossilização dinâmica”), tornando os corpos semelhantes a couro endurecido ou madeira petrificada (como, por exemplo, no cemitério municipal de Avaré).

Segundo Magalhães/RDF n.º 49 (2000, p. 29), a área do terreno depende do tipo de empreendimento a ser projetado.

Um cemitério destinado a atender um tipo de clientela com uma única religião é diferente de um de outro para atender a uma clientela ecumênica, destinado a toda uma população. Certas correntes religiosas não admitem mais de um sepultamento por túmulo, como é o caso dos cemitérios Israelitas, nos quais também raramente faz-se exumação. Portanto, nesses casos, o dimensionamento será bem maior face a clientela usuária do que naqueles onde se fazem vários sepultamentos numa única sepultura e a exumação é prática corrente. Estes últimos são os mais comuns no Brasil.

A área do terreno vai depender também das previsões de crescimento do município, das taxas de mortalidade previstas para o futuro e do número de anos que pretende mante-lo operando (horizonte de projeto). Deve ser levado em conta também o formato da área. Quanto mais próxima de uma circunferência ou de um

quadrado, melhor. Áreas muito recortadas dão um coeficiente de aproveitamento menor e geram um custo maior com a urbanização.

Silva (2001, p. 6), chama a atenção para os cemitérios horizontalizados por se tratarem de equipamentos potencialmente poluidores do lençol freático. Segundo ele,

o processo básico de contaminação do subsolo, na vertical das necrópoles, consiste na diluição e na dispersão de vetores químicos e microbiológicos veiculados pelos efluentes cadavéricos, liberados sob a forma líquida, pela decomposição dos corpos (período coliquativo). Cunhamos o termo “necrochorume” para designar estes efluentes cadavéricos percolantes no solo insaturado e migrantes, por solução, no lençol freático subjacente. Em Medicina Legal, antes da interação com o meio geológico, os efluentes cadavéricos são mencionados como “putrilagem” ou “liquame funerário”. Dado a similaridade com o termo “chorume” utilizado na Engenharia Sanitária, para designar os efluentes gerados pela decomposição dos resíduos sólidos e orgânicos dispostos no solo, e com o prefixo “necro” para especificar os restos fúnebres, o termo “necrochorume” soou bem e atualmente tem uso amplo, consagrando-se nas problemáticas geossanitárias e hidrogeoambientais.

O necrochorume é constituído de 60 por cento de água, 30 por cento de sais minerais dissolvidos e 10 por cento de substâncias orgânicas complexas biodegradáveis (Cadaverina, Putrescina, etc.). O necrochorume veicula consigo também, uma carga considerável de microorganismos, em especial vírus e bactérias patogênicas. Segundo o autor, o necrochorume perfaz cerca de 30 litros, por cadáver de pessoa adulta, liberados durante o período coliquativo ou humoroso (média de seis meses pós-sepultamento), à razão média de 167,00 ml/dia. Tem uma viscosidade superior a da água, com densidade ao redor de 1,23g/cm³, sendo muito solúvel em água. A secagem e a neutralização do necrochorume, quando confinado, dá-se à razão de 1,00 litro em 84,00 horas (3,50 dias), ou seja, os 167,00 ml liberados ao dia secam em aproximadamente 14 horas (0,58 dia). Ainda sobre as observações do citado autor, o mesmo destaca que a cada 1,00 litro de necrochorume liberado, tem a massa média de 1.230g. Esta quantidade de necrochorume, ao secar em 3,5 dias, reduz-se a um pó mineral inerte, com massa mediana de 50,00 g.. A carga química é rica em sais de cálcio, magnésio, sódio, potássio, compostos das cadeias do nitrogênio e fósforo e algumas substâncias orgânicas complexas (mercaptanas, diaminas, etc.). A esta carga química natural, segundo o autor, soma-se a superimposta pelos processos de “tanatopraxia” e maquiagem, óxidos metálicos (dos metais das urnas funerárias), medicamentos de

largo espectro (antibióticos, por exemplo), residuais de quimioterapia e radioterapia, etc. A carga toxicológica genérica é representada pelas diaminas Cadaverina (1,4 diaminapentano) e Putrescina (1,4 diaminabutano), com dose letal por ingestão oral por volta de 56,00 mg/kg. O autor faz destaque a carga microbiológica, constituindo-se de assembléia de bactérias e vírus patogênicos, alguns causadores do próprio óbito dos cadáveres geradores. Dá ênfase especial aos vírus por serem os mais preocupantes, dado a sua capacidade e resistência de percolar grandes distâncias mantendo o seu potencial infectante (virulência). A utilização de água freática pela população não abastecida pelos sistemas de água canalizada, em geral captada por poços escavados próximos aos cemitérios, ou mesmo em surgências naturais (“córregos”, “fontes”, “olhos de água”), pode causar sérios transtornos à saúde das pessoas. Faz destaque ao fato que, quando a carga química compreende cátions de metais ditos pesados (mercúrio, zinco, chumbo, cromo, cádmio, etc.), de resposta cumulativa rápida, a saúde pública também é seriamente impactada, especialmente a das crianças e a das gestantes (pela possibilidade de mutagênese genética nos fetos). A questão do necrochorume, com vistas a providências técnicas na operação dos cemitérios horizontalizados, o autor, destaca a descontaminação periódica do subsolo através da injeção de substâncias químicas oxidantes. Outras medidas preventivas, corretivas e/ou mitigadoras podem ser adotadas, como a utilização de substâncias oxidantes nos sepultamentos (CaO – óxido de cálcio anidro ou “cal virgem”, CaO₂ – peróxido de cálcio) e a adoção de uma laje de fundo nos túmulos, provida de uma depressão coletora do necrochorume vertido pelos cadáveres (“bacia de contenção”). Outra possibilidade, é a adoção de um forro impermeável no interior das urnas onde, o líquido cadavérico ficaria confinado. O importante é manter o necrochorume confinado no interior dos jazigos, onde possa secar sem atingir o lençol freático (“inertização”). Nos anexos, as fotografias n^os 6, 7 e 8 apresentam aspectos destas soluções horizontalizadas.

7.2 Cemitérios verticais

A verticalização das necrópoles (cemitérios verticais) dá-se sempre quando as áreas para implantação de disposições funerárias começam a escassear, face ao processo de urbanização incessante. Conjugam-se também fatores que podem estar fundamentados no tipo de clientela que o empreendimento quer atingir, poder

aquisitivo, pessoas que preferem a necrópole próxima ao centro urbano, etc. Assim, em menor área, consegue-se uma capacidade de sepultamento grande. Provido de corredores cobertos e arejados já proporcionam uma vantagem sobre as necrópoles horizontalizadas ao ar livre: podem ser utilizadas em qualquer tempo, ao abrigo dos ventos, das chuvas e do sol.

Os cemitérios verticais possuindo área menor, mantém vantagens operacionais e de manutenção quando comparados com os ao ar livre. Tratam-se de edificações do tipo prédios com todo piso revestido em material cerâmico. Portanto, não tem vegetação para roçar e capinar. Possuem áreas amplas de uso comum para velórios, lanchonetes, salas de estar, capela banheiros e acabamento agradável, onde a higiene e limpeza são fatores preponderantes na implantação de um empreendimento deste porte. Permitem aos projetistas darem margem a imaginação, podendo serem concebidos como verdadeiras obras de arte de arquitetura e paisagismo interno e externo. Podem ser planejados para serem implantados de forma modular. Conforte-se na parte central, por exemplo, todos os itens comuns e indispensáveis para atender a todo empreendimento (administração, rampas, elevadores, portal monumental, hall central, banheiros, lanchonetes, salas de velório, capela, etc.) e a primeira ala de lóculos. Quando esta estiver próxima de saturação, constroi-se a segunda, e, assim por diante.

Cuidados especiais são tomados nos cemitérios verticais com vistas ao equacionamento do necrochorume. Os lóculos onde são efetuados os sepultamentos devem ser hermeticamente lacrados, não permitindo-se fissuras e rachaduras que possibilitariam a saída de gases para os corredores do cemitério. O necrochorume fica confinado na base do lóculo, sob a urna, onde existe uma depressão que permite o acúmulo deste líquido. Cada lóculo possui uma tubulação de plástico ligada a ele e a parte superior da edificação onde, são liberados na atmosfera os gases mal cheirosos resultantes do processo de decomposição cadavérica (H_2S , CH_4 , mercaptanas, PH_3 , etc.). Como os gases são liberados nas alturas ninguém sente qualquer odor no interior das instalações, bem como, no exterior. Caso isto viesse a ocorrer, haveria ainda, a possibilidade de instalação de queimadores de gases na saída desses tubos. Estas tubulações, portanto, ventilam o interior dos lóculos drenando os gases e, permitindo a evaporação da umidade do necrochorume. Este vai secando até tornar-se matéria inerte (pó mineral inerte).

O prazo para exumações nos cemitérios verticais é de 3 anos de acordo com a legislação vigente. No entanto, em 2 anos a urna já pode ser aberta, restando somente os ossos e o “húmus inerte”. Após a liberação do lóculo, o mesmo fica liberado para outro sepultamento. A família tem opção de fazer a guarda dos restos mortais do ente no ossuário do empreendimento (alas providas de lóculos de menor dimensão para guarda identificada dos ossos) ou dar outro destino que melhor lhe convier. Os lóculos para sepultamentos podem ser alugados ou comprados passando a ser patrimônio da família. Dependendo de sua opção, serão efetuadas exumações para liberação do espaço para outros sepultamentos ou, ficam em caráter permanente, tornando-se perpétuos. Tanto os lóculos de sepultamentos de cadáveres como os guarda de restos mortais exumados tem que pagar uma taxa de manutenção anual (uma espécie de condomínio). Quando das exumações, os ossos são acondicionados em sacos plásticos próprios para este fim e o restante (roupas, urna, etc.) é disposto em containers que serão recolhidos pelo serviço de limpeza pública municipal como “lixo funerário”.

Silva (2001, p. 14) destaca os seguintes critérios geológicos para a implantação de necrópoles verticais: “substrato geológico com capacidade de suporte dos edifícios, estabilidade geotécnica e tectônica, hidrogeológicos (profundidade do nível do lençol freático, no caso de instalações de tratamento de efluente líquidos), geoambientais (boa dispersabilidade do lançamento de gases na atmosfera, arejamento e ventilação das instalações, etc.).

A Necrópole Ecumênica Universal localizada na cidade de Curitiba/PR foi projetada, construída e é operada e mantida sob parâmetros de qualidade na prestação de serviços de disposições funerárias. No local, é desenvolvida uma experiência que possui como centro de suas preocupações a “catalepsia”. Segundo Autret (1979, p. 6) o fenômeno se refere a aqueles casos em que pessoas foram dadas como mortas e, depois, voltaram a viver. O autor questiona: “no plano mundial, quantas pessoas são mortas e morrem efetivamente não antes, mas depois de serem colocadas debaixo da terra?” Diante desta preocupação com os possíveis casos de letargia foi desenvolvido um aparelho patenteado com o nome comercial de “detectovida”. O aparelho possui uma mangueira que é colocada até o interior da urna, quando do momento do sepultamento. Se o corpo realmente estiver morto, o processo de decomposição inicia-se, liberando gases para o interior da urna e, por sua vez, para a mangueira. A expulsão de gases é detectada por um sensor do

aparelho, uma luz se acende e, o mesmo é desligado mediante a certeza do óbito. O aparelho também possui sensores elétricos que são colocados sob a cabeça do morto. No caso da não ocorrência de gases, o aparelho permanecerá ligado. Se por acaso o corpo se mexer, os sensores elétricos emitirão um alarme sonoro e os funcionários imediatamente abrirão o lóculo. O uso do aparelho tem bastante aceitação por parte dos familiares dos sepultados no empreendimento.

O maior cemitério vertical do mundo está localizado na cidade de Santos/SP. Trata-se da Memorial Necrópole Ecumênica, um prédio de 14 andares, projetado e construído visando criar um ambiente planejado, permitindo o desenvolvimento de serviços e disposições funerárias de forma eficiente e racional. Dentre os serviços disponibilizados na necrópole destacam-se: banco de dados informatizado (localização, datas, numeração dos sepultamentos, etc.); portal de serviços disponibilizados via Internet; auxílio e conferência de documentos, seguros, atestados e normas legais; segurança 24 horas; ambulatório médico e psicológico; manutenção constante de higiene e limpeza; proteção contra o sol e intempéries na realização de visitas e cerimônias; amplo estacionamento; elevadores estrategicamente localizados; espaço para realização de eventos culturais; atendimento especial para deficientes, capela ecumênica planejada para abrigar todos os cultos; área de mata atlântica preservada e amplas salas reservadas para cerimônia de velório.

7.3 Crematórios

Segundo Frederico/RDF n.º 56 (2000, p.14), a origem da prática de incinerar os mortos, se deu no início da civilização, onde eram utilizadas as chamadas “piras funerárias”, nas quais os corpos eram posicionados no alto de uma pilha armada com pedaços de madeira, à qual era ateadado fogo e deixado arder até a sua extinção natural. Esse método ainda hoje é utilizado na Índia, Ásia, Polinésia e outros países. No século V d.C. o cristianismo promoveu uma campanha intensiva no sentido de abolir a prática da cremação dos cadáveres, por considerá-la bárbara e pagã. O sepultamento tornou-se então a maneira de dispor dignamente os mortos (por ter alguma semelhança ao sepultamento de Cristo), prática até hoje predominante no Brasil.

O termo cremação vem do latim “crematione” que quer dizer “ato de destruir pelo fogo, de reduzir a cinzas, especialmente cadáveres humanos”. Os despojos, neste processo, sofrem a destruição, nos fornos crematórios, em lugar de sepultamento. Segundo Farias (2000, p. 556),

a sociedade moderna tem procurado encontrar justificativas para a implantação generalizada da cremação. Argumentam que os povos antigos já a empregavam como cautela contra as epidemias ou então, para negarem a sobrevivência da alma; que é método superior a inumação porque esta contamina os lençóis freáticos, etc. Os séquitos teóricos da cremação dizem que ela é um meio de conseguir a destruição mais rápida dos tecidos, a fim de apressar a dissociação dos elementos do corpo e liberar a alma do morto.

Correntes religiosas tem preocupação com o que vai acontecer com o espírito durante o ato crematório. Os católicos, por exemplo, aceitam a cremação depois do transcurso do prazo mínimo de 24 horas da permanência do cadáver em câmara frigorífica. Já os espíritas, manifestam-se por 72 horas. O autor acrescenta:

ocorre entretanto que, nos dias atuais, a insistência pela cremação, tem conotações ideológicas. A ideologia da ciência, que domina este século, fazendo a ocultação dos valores e desumanizando os homens, quer com ela, mostrar o “poder” da técnica e da ciência. Mostra o poder do homem sobre tudo, inclusive, sobre a própria morte, esta que não deu atenção a tal ciência. Como ressalta José Carlos Rodrigues, através da incineração, os mortos são rapidamente reduzidos a poeira, as transformações biológicas são suprimidas e substituídas por um procedimento cultural controlado. Assim como o cemitério parque faz desaparecer a morte de maneira mais eficiente que o cemitério cidade (“convencional”), a incineração é um procedimento mais radical de banimento que a inumação.

Do ponto de vista urbanístico, face aos grandes problemas de demandas por espaços nas cidades, os cemitérios horizontalizados constituem-se em verdadeiros devoradores de áreas e, ainda, com um agravante: sob caráter perpétuo. Áreas uma vez transformadas em cemitérios, serão cemitérios para sempre. Sob este aspecto, a cremação apresenta a vantagem de reduzir substancialmente o volume dos despojos, facilitando seu espargimento ou, acondicionamento e guarda em locais próprios para este fim. Cada sepultura convencional apropriada em média 2,00 metros de comprimento por 1,00 metro de largura do espaço horizontal urbano. As cinzas inertes de um corpo humano adulto, resultantes do ato crematório, pesam em média 1,30 a 2,5 quilogramas, podendo ser espargidas em locais adequados, reintegrando-se aos ciclos da natureza. Podem também, por opção, serem acondicionadas em saco plástico, e este, introduzido em um recipiente próprio denominado columbário,

medindo em média 10 centímetros de largura por 20 centímetros de altura por 20 centímetros de profundidade. Demonstra-se assim, que a cremação proporciona uma verdadeira “supressão de volumes” face a redução que proporciona aos despojos humanos (restos calcinados e triturados), facilitando sua disposição sem causar demandas por espaços urbanos.

A cremação apresenta grande vantagem em relação a inumação, sob o aspecto higiênico. A cremação é a combustão rápida pelo fogo, esterilizando os despojos. A inumação é a degradação lenta pela terra. No final, a essência material dos dois processos é a mesma ou seja, sobram restos inertes. No ato crematório não fica a menor possibilidade de contaminação, ao passo que da cova se desprendem, para o meio ambiente, emanações deletérias prejudiciais a saúde pública. O necrochorume possui carga bioquímica perigosa e é rico em microrganismos patogênicos. Alguns autores contrapõem este ponto de vista, alegando que se forem tomadas medidas técnicas adequadas, o necrochorume pode ficar retido na sepultura, autodepurando-se e tornando-se inerte, não poluindo o lençol freático. Para estes, o grande foco de contaminação não é o cadáver, mas o corpo vivo doente. A observação também é válida, no entanto, o método crematório conjuga-se em larga vantagem do ponto de vista de asseio ao tornar esterilizado os restos mortais resultantes.

A medicina Legal tem um relevante argumento contra a cremação. A incineração do cadáver pode dificultar a descoberta da verdade sobre certos crimes. A cova faculta que a demonstração do crime de alguém, ou de sua inocência, possa ser provada pela exumação do corpo. Sobre a coleta de amostras para testes de DNA isto também fica comprometido. Em face desta preocupação, destaca Berlingieri/RDF n.º 66 (2001, p. 9) que está surgindo no mercado funerário a “cápsula de identificação”, produto este que vem ao encontro da mais moderna tecnologia ligada ao “Projeto Genoma”, preservando o DNA das pessoas falecidas. Esta opção para contratação de firma especializada em preservação da carga cromossômica, será possível para qualquer forma de disposição final.

Nos grandes centros urbanos brasileiros como São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santos, etc., observa-se uma aceitação crescente do processo da cremação, tanto no seguimento social como no militar. Essa aceitação é decorrente da conscientização ambiental e sanitária, da globalização e do fator econômico, segundo Frederico/RDF n.º 56 (2000, p. 14). Segundo a matéria da citada revista, de

acordo com dados do “CANA – Cremation Association of North America”, somente no Estado da Califórnia são conduzidas, em média, 17.000 cremações diretas por ano. O termo “direta” se refere a cremação do cadáver sem prévio sepultamento e, o termo “indireta” se refere a cremação dos restos mortais retirados da exumação.

Destaca Frederico/RDF n.º 56 (2000, p. 14) que em termos operacionais, após a cremação, antes da coleta das cinzas, são removidos os metais recuperáveis (eletromagnéticos) e os reutilizáveis (ouro dentário e platina ortopédica). As cinzas residuais (em inglês “cremains” ou “cremation remains”), podem ser dispostas das seguintes maneiras: espargidas na jardinagem (própria nos crematórios, em templos ou residências), urnas ou vasos apropriados depositados em columbários (cemitérios), cinerários (empreendimentos destinados a sua recepção exclusiva) ou relicários residenciais. Algumas pessoas preferem espalhar as cinzas dos seus entes queridos em águas (lagos, rios, mares) ou em matas e florestas (às vezes por via aérea). Nos Estados Unidos este item relativo a disposição final das cinzas atingiu alto grau de sofisticação. Fundamentados nas legislações ambientais, empreendedores do ramo funerário vem usando a criatividade para alcançar novos mercados. Surgiram empresas especializadas no espargimento das cinzas em local específico do oceano ou mata, via helicóptero, avião ou asa delta e, na fabricação de casulos individuais com argamassa que leva em sua constituição as cinzas de cada cremado, são exemplos dentre os inúmeros métodos já em prática. Neste último, os casulos individuais são dispostos em local permitido pelas autoridades ambientais, no fundo do oceano, por mergulhadores treinados, os quais, montam uma espécie de atol para refúgio e proliferação da vida marinha. Segundo Frederico/RDF n.º 56 (2000, p. 17),

nos EUA, neste início de século, as famílias mais ricas ou milionários excêntricos, estarão utilizando os serviços da NASA para lançar as cinzas no espaço sideral, via foguetes e ônibus espaciais (“space shuttle”). As cinzas podem também ser utilizadas para fins indevidos, como é ilustrado neste caso: recentemente na Flórida, EUA, agentes do D.E.A. (organismo federal de controle de drogas e entorpecentes), apreenderam carregamentos de cocaína e “crack” contendo porcentagens variadas de cinzas oriundas de crematórios. A semelhança entre ambas é notória, tornando difícil a sua distinção.

Neste ano, entrou em operação uma empresa americana que transforma cinzas de cadáveres humanos em diamantes, ao preço de doze mil dólares por unidade corpórea.

Segundo Silva (2001, p. 14), um corpo não necessita de urna para ser cremado e quando são utilizadas, devem ser construídas com materiais de fácil combustão, como a madeira, o aglomerado e o papelão reforçado. É perigoso e desaconselhável queimar caixões de “fiberglass”, compósitos ou plásticos, pois ao serem queimados, liberam gases tóxicos e explosivos, produzindo resíduos ruins para o meio ambiente. No caso do poliestireno (isopor), os invólucros não são totalmente reduzidos a cinzas, portanto, se torna inadequado. Devem ser evitados também peças metálicas (pregos, fechaduras, dobradiças, alças, adornos), borracha, resinas e pigmentos (à base de tecidos metálicos) e sacos de lona ou plástico.

No início, as cremações demandavam um tempo por vezes superior a quarenta e oito horas. Atualmente com a utilização dos modernos fornos a gás ou elétricos, os corpos são incinerados no prazo de trinta minutos, acrescidos de aproximadamente uma hora para o resfriamento natural dos despojos resultantes. Todavia, como medida de segurança, a maioria dos crematórios em operação no mundo, segundo Frederico/RDF n.º 56 (2000, p. 15), prescreve duas a três horas para a conclusão de todo o processo. O tempo varia de acordo com o tamanho do corpo, tipo de urna e o tipo de forno. Uma cremação eficiente e sem a produção de fumaça e odores, requer uma temperatura inicial por volta de 600 a 700°C. Durante a evolução do processo, a temperatura das chamas eleva-se para cerca de 950°C. Vários crematórios têm registrado temperaturas de câmara da ordem de 1.100 a 1.370°C, especialmente no caso de cremações sucessivas, no mesmo recinto refratário. O crematórios modernos são dotados de pós-queimadores e sistemas de purificação dos gases, a fim de prevenir a poluição atmosférica. Isto também influencia o tempo necessário para a cremação.

Para a execução do processo crematório, vários itens artificialmente adicionados nos corpos em vida não queimam: prótese dentária, dentes de ouro, próteses ortopédicas (parafusos, pinos e placas metálicas), suturas permanentes, etc., da mesma maneira os marca-passos cardiológicos não são incineráveis e se providos de baterias de lítio, ao serem aquecidos podem explodir (funcionam como mini-bombas), por isso, devem ser extraídos dos cadáveres antes de sua cremação. Os outros itens citados somente são extraídos após a cremação, separando-se os mesmos dos despojos resultantes.

No ato crematório, o caixão é introduzido no forno, onde rapidamente pega fogo, deforma-se e desmonta-se, expondo o corpo ao efeito direto das chamas, conforme descreve Frederico/RDF n.º 56 (2000, p. 15). A pele e os cabelos imediatamente chamuscam, tostam e queimam. Os músculos contraem-se lentamente, as coxas se afastam e os membros gradualmente flexionam. Pode ocorrer o inchaço do abdômen, antes da pele e da musculatura local dilatarem e romperem. O inchaço é devido à formação de vapor de água e a expansão dos gases abdominais. A destruição dos tecidos moles expõe gradualmente as porções do esqueleto. O crânio é desprovido de sua cobertura (couro cabeludo), aparecem os ossos dos membros e as costelas podem ficar expostas. Os ossos pequenos dos dedos, pulsos e tornozelos, de acordo com a citada matéria, permanecem unidos pelos seus ligamentos, por um período de tempo imprevisível, mantendo as suas relações anatômicas, mesmo que as mãos e os pés possam desprender-se dos ossos longos correspondentes. O conteúdo abdominal queima razoavelmente devagar e os pulmões ainda mais lentamente. O cérebro é especialmente resistente à combustão completa. Eventualmente a coluna vertebral torna-se visível, quando as vísceras desaparecem. Os ossos vão embranquecendo vivamente nas chamas, é visível ainda a gaiola torácica formada pelas costelas. Após, os ossos quebram-se e o esqueleto é desmontado. Os ossos fragmentam-se progressivamente, até o final da cremação, formando-se as cinzas e os pedaços de ossos residuais. Após o resfriamento natural do forno que leva em média uma hora e meia, os despojos residuais (matérias calcinadas) são raspados e varridos de sua plataforma e transferidos para a etapa seguinte: a trituração. No triturador todos os despojos transformam-se em pequenas partículas com aparência de cinzas. Em suma, as cinzas resultantes do ato crematório são ossos queimados (calcinados) e triturados misturados com despojos finos residuais (sobras calcinadas pulverulentas). Transformado em cinzas, estes despojos são acondicionados em saco plástico resistente provido de etiqueta de identificação do féretro. A seguir, transcorrido o prazo combinado, os familiares retiram as cinzas do crematório, responsabilizando-se formalmente em efetuar disposição final conveniente.

Segundo Frederico/RDP n.º 65 (2001, p. 22), os crematórios começaram a se expandir pela Europa desde o século XIX. Brasil, o primeiro foi implantado em Vila Alpina, estado de São Paulo, no ano de 1974, servindo de modelo para outras localidades. Atualmente, é crescente o número de brasileiros interessados em serem

cremados. Para isso é necessário que os interessados declarem esse desejo em vida e registrá-lo em cartório, segundo a Lei Federal 6.015 de 1973. Mesmo que a pessoa não se manifeste em vida, prevê a lei que, após a morte, a responsabilidade passa a ser dos parentes mais próximos. Em primeiro lugar o (a) cônjuge, em segundo, os pais e em seguida aos filhos e por último, aos irmãos, além de duas testemunhas. No Brasil, o número de cremados atualmente gira em torno de um por cento do total de mortos. Em outros países, o percentual pode chegar a 27 por cento, como nos EUA, ou 47 por cento como no Canadá.

As leis são rígidas para construir crematórios no Brasil. É preciso obter licença para a instalação e operação, avaliação sobre a qualidade do ar, medidas de controle ambiental e sobre gases emitidos pelo equipamento. Existem crescentes investimentos no setor, repercutindo em avanços tecnológicos significativos, com o intuito de não comprometer o meio ambiente.

Nos anexos, as fotografias nºs 13,14,15,16,17 e 18 apresentam aspectos deste tipo de solução.

Os ambientes internos primam pela higiene e asseio. Os fornos crematórios empregados no Brasil utilizam o GLP (gás liquefeito do petróleo) como combustível. A queima é controlada por computador, graduando as temperaturas ideais de acordo com cada estágio da cremação. Desta forma, obtém-se também economia de combustível e liberação de gases inodoros na atmosfera. A poluição atmosférica é controlada por filtros instalados nas chaminés e, limita-se ao lançamento de gás carbônico e particulados. As emissões atmosféricas podem ser monitoradas e fiscalizadas pelo próprio empreendedor e órgãos ambientais.

Os operadores dos crematórios recebem treinamento técnico e psicológico. Participam dos atuais programas de qualidade inseridos no setor. Devem empregar EPIs (equipamentos de proteção individual) quando da operação e manutenção dos equipamentos (óculos, guarda-pó, luvas, protetor nasal e bucal, gorro) e, sob este aspecto, são fiscalizados pelas CIPAS (comissões internas de proteção de acidentes).

Em sua maioria as instalações são modernas, com arquitetura e acabamentos de bom gosto. Oferecem limpeza, asseio e sobriedade e ainda o grande elenco de serviços como urnas para guarda das cinzas. Estas, desenvolvidas por artistas plásticos. Oferecem sistema de áudio e vídeo para que sejam feitas as homenagens na forma de clipes contando momentos importantes da vida da pessoa, músicas de

fundo no velório, e até, imagens enviadas por computador para as pessoas que não podem comparecer no velório. Também existem serviços diferenciados de acordo com a crença religiosa de cada família.

Segundo Frederico/RDP n.º 65 (2001, p. 22), para todos os crematórios brasileiros, valem as seguintes normas:

- 1) a cremação será efetuada, sempre após o decurso de 24 horas, contadas a partir do falecimento, e desde que atendidas as seguintes exigências:
 - 1.1) prova relativa à manifestação de vontade do falecido, consistente em declaração, por documento público ou particular; nesta última hipótese, o instrumento, além de conter a assinatura de três testemunhas, deverá ter a firma do declarante reconhecida e ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos;
 - 1.2) em se tratando de menor ou incapaz, autorização dos pais;
 - 1.3) autorização verbal, não é necessário deixar por escrito desde que: para fins de cremação, considera-se a família, ou seja, cônjuge, os ascendentes, os descendentes e os irmãos do falecido, maiores de 21 anos de idade (atuando sempre um na falta do outro, na ordem estabelecida);
 - 1.4) parentes de 2º grau não podem autorizar a cremação;
- 2) em caso de morte natural, o atestado de óbito deverá ser firmado por dois médicos; ocorrendo morte violenta, o mesmo atestado deverá ser assinado por um médico legista, mas nessa hipótese, a cremação somente será efetivada mediante do poder Judiciário.
- 3) As cinzas resultantes da cremação serão recolhidas em urnas individualizadas, perfeitamente identificáveis e receberão o destino indicado pelo interessado ou por seus familiares.

Frederico/RDP n.º 65 (2001, p. 22), registra os principais crematórios em operação atualmente no Brasil:

1 – SÃO PAULO – SP
 Nome: Crematório Municipal “Dr.º Jaime Augusto Lopes”
 Endereço: Rua Francisco Falconi, 437 – Vila Alpina – São Paulo/SP
 Funcionamento: desde agosto/1974
 Área construída: 4.700 m²
 Documentos necessários para cremação: atestado de óbito assinado por 2 médicos para morte natural; laudo médico legista, nos casos de morte violenta (IML).
 Licença para funcionamento: Lei Municipal n.º 7017 de 19 de abril de 1967; Lei Federal n.º 6015 de 03 de dezembro de 1973; Provimento n.º 13/80 da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo. Atende à Lei Ambiental, pois está situado em meio a um Parque Ecológico.
 Procedimento para a cremação: a família é recebida na sala ecumênica e tem o tempo de 10 minutos para oração e despedidas. O corpo chega a passar uma noite na câmara fria (geladeira).

Tempo de cremação: cerca de uma hora e meia.
 Número de pessoas cremadas: em 27 anos de funcionamento, cerca de 46.600 cremações efetuadas.
 Valor da cremação: o custo é variável e depende do modelo de urna, mas fica em torno de 140,00 a 410,00 reais.
 Retirada das cinzas: a família deve retirar as cinzas após 3 dias da cremação e no máximo em 30 dias.
 Modelos de urnas: são três modelos diferentes de urnas para cinzas e não há cinerário no local. Existe um bosque junto ao crematório onde, por opção familiar, as cinzas poderão ser espargidas.
 Temperatura dos fornos: os 6 fornos do crematório funcionam até 1.200 °C.
 Número de cremações diárias: a capacidade é de 15 corpos/dia.
 Normas para cremação: para fazer a cremação é necessária autorização da família (parente em 1º grau) ou, a manifestação da vontade do falecido com documento autenticado em cartório e três testemunhas.
 Questões ligadas as religiões: existe a oposição da parte israelita (cultura religiosa) que não aceita a cremação; o espiritismo pede que se aguarde três dias em câmara frigorífica antes de cremar. Os católicos não se opõem.

2 – SANTOS -SP

Nome: Crematório Memorial.
 Endereço: Av. Nilo Peçanha, 50 – Santos/SP.
 O crematório está instalado dentro da Memorial Necrópole Ecumênica (o maior cemitério vertical do mundo).
 Funcionamento: 14 de abril de 1999.
 Possui licença definitiva de operação.
 Área construída: 25.000 m².
 Documentos necessários para a cremação: atestado de óbito assinado por dois médicos para morte natural; laudo médico legista e alvará judicial nos casos de morte violenta e autorização do cônjuge e dos filhos.
 Está dentro da lei ambiental para funcionar: foi realizado um estudo de impacto ambiental antes de sua instalação.
 Procedimento para a cremação: depois de velado o corpo é encaminhado para a sala de cerimoniais onde a família escolhe músicas e os dizeres para o último adeus.
 Tempo de cremação: de 15 a 30 minutos.
 Número de pessoas cremadas: aproximadamente 1.500.
 Custo de cremação: a partir de 2.500 reais, incluindo os serviços de cerimoniais.
 Modelos de urnas: são 20 modelos diferentes de urnas, verdadeiras obras de arte.
 Possui sala para velar o corpo e cinerário no local.
 Temperatura do forno: o forno é programado automaticamente e controlado para nunca ultrapassar a 900 °C.
 Número de corpos cremados por dia: de 10 a 12, mas estimasse que chegue a 30 corpo/dia.
 Questões ligadas as religiões: das religiões legalmente constituídas no Brasil, só duas se manifestam contra a cremação: o Judaísmo Ortodoxo e o Islamismo.

3 – CURITIBA - PR

Nome: Vaticano Crematorium de Curitiba.
 Endereço: Rodovia do Caqui, 928 – Campina Grande do Sul – PR.
 Funcionamento: janeiro de 2001.
 Área construída: 820,00 m²
 Documentos necessários para a cremação: documentos necessários junto à família.
 Licença para funcionamento: alvará de licença junto a Prefeitura Municipal.
 Procedimento para a cremação: a cerimônia de despedida é feita num salão ecumênico e o tema fica a escolha da família, com sistema de áudio e vídeo

e espaço e tempo para homenagens de amigos e parentes; pode-se ter a presença de um líder religioso ou somente o mestre de cerimônia e, o período é de 15 minutos a 4 horas.

Tempo de cremação: cerca de 3 horas e meia.

Número de pessoas cremadas: cerca de 300 pessoas.

Custo de cremação: o custo fica em torno de 1.500,00 a 4.700,00 reais, incluindo os serviços de cerimoniais.

Capelas funerárias: existem 3 capelas que ficam localizadas em outro local.

Temperatura dos fornos: os fornos do crematório funcionam até 1.000 °C.

Número de corpos cremados por dia: a capacidade é de 8 corpos/dia.

Questões ligadas as religiões: o critério é mais pessoal do que religioso, com exceção do Judaísmo Ortodoxo e do Islamismo, às religiões não se opõem.

4 – CURITIBA – PR

Nome: Crematório Metropolitan.

Endereço: Av. Maringá, 3.300 – Conjunto Atuba – Pinhais/PR.

Área construída: área total de 7.000 m² com 700 m² construídos.

Documentos necessários para a cremação: certidão de óbito formada por dois médicos; transcritos o números do certificado de registro médico de cada um na 1ª via original do óbito ou por um médico legista; que no óbito conste que será cremado no Crematorium Metropolitan; escritura pública declaratória, feita em tabelionato onde um parente de 1º grau declara que o falecido sempre manifestou perante os seus familiares o desejo de ser cremado; que antes da sua morte rogou a seus familiares e amigos no sentido de ser cumprida a sua última vontade; termo de autorização para cremação e disposição de restos mortais assinado por duas testemunhas; em caso de morte violenta, a autorização judicial através do requerimento do pedido de providências; a família obtém junto a autoridade competente, um alvará de autorização.

Licença para funcionamento: Lei Federal n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973; Lei Prévica; Licença de Instalação e Licença de Operação.

Procedimento para a cremação: cerimonial de despedida em salão de 60 lugares todo decorado, dispendo de recursos de áudio e vídeo; total infraestrutura, descensor funerário para sepultamento simbólico. A cremação é individual.

Tempo de cremação: cerca de 3 horas.

Número de pessoas cremadas: ao todo foram 82 cremações, uma média de uma a cada 5 dias.

Custo de cremação: a partir de 1.100 reais.

Salas de velório: não possui. Dispõe apenas de cerimonial de 20 minutos.

Retirada das cinzas: o procedimento padrão é de que a família retire as cinzas mediante a assinatura da documentação legal, eventualmente poderão ser entregues mediante autorização especial. Mas no local é possível deixar as cinzas, pois possui columbários.

Modelos de urnas: o crematório junto com artistas plásticos da região de Curitiba, desenvolveu vários tipos de urnas para acomodar as cinzas do ente querido. São vários modelos construídos com materiais diversos, como a madeira, resina marmorizada, resina com banho de prata, bronze ou latão. Temperatura do forno: o forno funciona atinge até 900 °C.

Questões ligadas as religiões: durante toda a evolução da humanidade, observou-se a presença da prática da cremação nos costumes das antigas civilizações. Nos dias atuais somente os judeus, muçulmanos e ortodoxos não aceitam. As religiões como o budismo, hinduísmo, anglicanismo, luteranismo etc., aceitam e até recomendam como um processo alternativo a ser considerado para nosso contexto sócio-econômico.

5 – CONTAGEM – MG

Nome: Parque Renascer – Cemitério e Crematório

Endereço: Via Vereador Joaquim Costa, 1800-

Bairro Chácara Boa Vista – Contagem – MG.

Funcionamento: dezembro de 2000.

Área construída: 3.500 m².

Documentos necessários para a cremação: declaração de óbito do hospital firmada por dois médicos clínicos ou por um médico legista. Guia de cremação (autorização para cremação).

Procedimento para a cremação: no horário previsto para a cremação, é feito um cortejo do corpo, da capela/velório para a capela/crematória onde são prestadas as últimas homenagens. O ritual varia de acordo com a religião do falecido.

Tempo de cremação: em média duas horas para cada corpo.

Número de pessoas cremadas: até o dia 23 de julho de 2001, cerca de 177 corpos.

Custo de cremação: o custo é de 900,00 reais à vista.

Salas de velório: possui 4 salas.

Modelos de urnas: são 13 modelos disponíveis.

Cinerário: possui cinerário o qual, é denominado de columbário.

Temperatura do forno: o forno do crematório funciona até 1.200 ° C.

Número de corpos cremados por dia: possui capacidade para cremar corpos a cada 2 horas.

Condições para cremação: a cremação é feita de acordo com a Lei Federal 6.015.

Questões ligadas as religiões: a aceitação dessa prática é para quase todas, exceto a ala dos espíritas e judeus.

6 – VILA VELHA – ES

Nome: Crematório Parque da Paz

Endereço: Rodovia do Sol, km 18 –

Ponta da Fruta – Vila Velha – ES

Funcionamento: desde 1988.

Área construída: 200 m².

Documentos necessários para a cremação: manifestação de vontade do falecido registrada em cartório de títulos e documentos; em caso de morte natural, dois médicos atestam o óbito. Em caso de morte violenta autorização judicial e assinatura de um médico legista. Na ausência da manifestação em vida do falecido, a esposa, ou quem tem direito poderá registrar uma escritura pública de manifestação de vontade. A cremação só pode ser feita 24 horas após o falecimento.

Procedimento para a cremação: a família tem 30 minutos para ficar na sala de últimas homenagens, neste meio tempo um funcionário opera os equipamentos de áudio, colocando uma música de fundo e, depois convida a todos os presentes a darem o último adeus ao falecido. Em seguida, encerra-se a cerimônia com uma música, quando os presentes vão saindo gradativamente da sala.

Tempo de cremação: o processo de cremação demora ao todo 4 horas para cada corpo.

Número de pessoas cremadas: uma média de 5 a 8 pessoas por mês.

Custo de cremação: 1.200 reais.

Modelos de urnas: são poucos os modelos, pois no valor da cremação já esta incluso a urna para cinzas.

Temperatura do forno: de 1.200 a 1.800 °C.

Questões ligadas as religiões: não foi encontrada, até o momento, nenhuma resistência e já foram cremados espíritas, católicos e evangélicos.

7 – SÃO LEOPOLDO – RS

Nome: Cortel Crematório Metropolitano.

Endereço: instalado dentro do Memorial Ecumênico Cristo Rei.

Funcionamento: outubro de 1997.

Área construída: aproximadamente 250 m².

Documentos para a cremação: É necessário que a família apresente documentação na central de atendimento de Porto Alegre ou São Leopoldo. A saber: certidão de óbito firmada por dois médicos com certificado de registro médico legível ou um médico legista, dois parentes próximos do falecido devem autorizar, seguindo a regra de sucessão familiar. A família deve preencher e assinar uma autorização para a cremação definindo o destino da urna com os restos cremados, que na maioria dos casos é entregue à família em até 3 dias após o procedimento de cremação. No caso de morte violenta, somente são cremados após autorização judiciária.

Licença para funcionamento: não existe legislação específica para crematórios no Brasil. Isto tem levado as autoridades a considerá-los como cemitérios, portanto sujeito a todas as legislações das prefeituras e dos órgãos ambientais para instalação. É regida pela Lei Federal 6.015 e pela Lei Municipal de São Leopoldo n.º 4.411 de 24 de julho de 1997.

Procedimento para cremação: a cremação é realizada após todas as cerimônias normais semelhantes aos sepultamentos convencionais. É necessário urna, capela velatória, encomendação etc. No final da cerimônia, na capela, o corpo é transladado para o crematório. Após esta cerimônia final de despedida o corpo é entregue para cremação por uma janela por onde adentra uma esteira transportadora.

Tempo de cremação: a cremação dura em média 3 horas e é cremado um corpo de cada vez. O processo de cremação utilizado no crematório é a pirólise, que proporciona a queima total do caixão, das roupas e do corpo, restando apenas os ossos já profundamente calcinados. Os ossos não são triturados, porque é utilizado um processo moderno que não polui, não exala fumaça e nem qualquer odor. Os ossos ficam praticamente desmanchados. O processador apenas realiza uma pequena trepidação por 15 a 20 segundos para que estes se desagreguem. O que resta no final são apenas restos calcários (semelhantes à areia da praia).

Número de pessoas cremadas: desde a sua inauguração até junho de 2001, foram realizadas 1.800 cremações.

Retirada das cinzas: os restos cremados são colocados em um saco plástico fechado que vai dentro de uma urna plástica selada, que no máximo em um ou dois dias é entregue a família para que esta dê o destino que melhor lhe aprouver.

Modelos de urnas: além de uma urna plástica padrão, é possível contratar urnas adicionais para colocação dos restos cremados, escolhendo entre os 20 modelos existentes.

Temperatura do forno: a temperatura oscila de 800 a 1.200 °C.

Número de cremações por dia: em geral o equipamento instalado permite a realização de até 8 cremações por dia.

Normas para cremação: para fazer a cremação são necessárias a autorização da família (parente em primeiro grau) e/ou a manifestação de vontade do falecido com documento autenticado em cartório e testemunhas.

Questões ligadas as religiões: até o momento, não houve nenhum problema ou questão religiosa relativa a cremação, embora se saiba que os judeus ortodoxos, nem os muçulmanos não cremam seus mortos.

8 – BRASÍLIA – DF

Nome: Cemitério Parque e Crematório Jardim Metropolitano.

Endereço: BR-040 – km 13,5 –

Entorno – Brasília – DF

Documentos necessários para a cremação: atestado de óbito assinado por dois médicos ou por um médico legista; autorização para cremação registrada em cartório por dois parentes (os mais próximos) e/ou declaração de vontade deixada pelo falecido ou assinada por dois parentes mais próximos.

Licença para funcionamento: concessão municipal, através da Lei de Licitação. Concessão da Prefeitura para construção e implementação do Cemitério e do Crematório; autorização da Secretaria do Meio Ambiente; autorização da Secretaria de Infra-estrutura.

Procedimento para cremação: cerimonial tradicional para despedida.

Tempo de cremação: o tempo para cremação após o aquecimento do forno dura em média uma hora.

Número de pessoas cremadas: 15 pessoas.

Custo de cremação: para o uso imediato de 500,00 a 2.000,00 reais ou para aquisição previdenciária a partir de 13,00 reais mensais.

Modelos de urnas: são 40 modelos de urnas em pedra, louças, madeira e metais.

Temperatura do forno: o forno atinge a 1.000 °C.

Normas para a cremação: a única restrição é feita a pessoas que possuem marca-passos, o mesmo deve ser removido antes do ato crematório.

Questões ligadas as religiões: a única restrição a respeito da cremação é feita pelos judeus tradicionais.

9 – FORTALEZA – CE

Nome: Cemitério Parque e Crematório Jardim Metropolitano.

Endereço: 6º Anel Viário, s/n.º -

Grande Fortaleza – CE.

Funcionamento: data prevista para o funcionamento no início de agosto de 2001.

Observação: este crematório é do mesmo proprietário do crematório de Brasília.

10 – SALVADOR – BA

Nome: Crematório Jardim da Saudade.

Endereço: Rua Campinas de Brotas, 754 –

Brotas – CE.

Funcionamento: desde julho de 2000.

Área construída: 900 m²

Documentos necessários para a cremação: guia de sepultamento informando que para fins de cremação e constando o nome dos dois médicos que assinaram o atestado de óbito.

Licença para funcionamento: licença através do Centro de Recursos Ambientais e da Lei n.º 5.364/1998.

Procedimento para a cremação: se a pessoa manifestar o desejo por instrumento público ou particular, exigidos, neste último caso, a intervenção de três testemunhas e o registro do documento.

Tempo de cremação: a cerimônia demora em média 20 minutos e a entrega da urna com as cinzas poderá ser feita em até 72 horas.

Número de pessoas cremadas: foram 115 pessoas.

Custo da cremação: de 1.500,00 reais para a cremação do corpo e 900,00 reais para os restos mortais das exumações.

Modelos de urnas: são 6 modelos, e, estão em negociação mais 10.

Temperatura do forno: o forno do crematório atinge a 1.200 °C, ficando em média 900 °C.

Número de cremados por dia: a capacidade é de 8 corpos/dia.

Questões ligadas as religiões: exceto os muçulmanos e os judeus ortodoxos que não aceitam a cremação, nenhuma outra religião é contrária ao ato.

Alguns espíritas pedem para respeitar o prazo de 72 horas (em que decorre o desligamento do espírito do corpo) para a concretização da cremação.

11 – RIO DE JANEIRO – RJ

Nome: Crematório do Hospital Santa Casa.

Informações não disponibilizadas.

8 ALTERNATIVAS DE DISPOSIÇÕES FINAIS FUNERÁRIAS PARA FLORIANÓPOLIS E TENDÊNCIAS PARA O FUTURO

*“Quero conhecer os pensamentos de Deus...
O resto é detalhe”.*
Albert Einstein

8.1 Considerações iniciais

*“Agora é o silêncio.
É o silêncio que faz a última chamada
E é o silêncio que responde: ... presente”!*
Guilherme de Almeida

Florianópolis, “cidade ilha”, encontra-se atualmente em mais uma situação emergente no âmbito das disposições funerárias. Ao longo de sua história, destacam-se quatro episódios que marcarão profundamente o transcurso de sua vida funerária:

- 1º) os sepultamentos de cadáveres no interior e arredores das igrejas, desde a fundação da cidade, constituíram páginas marcadas pela rotina em meio ao desagrado das autoridades públicas e eclesiásticas, sofrimento, ansiedade e frustração da população.
- 2º) Tal prática de sepultamentos no interior e arredores dos templos persistiu até a efetivação da Lei Provincial n.º 137 de 22 de abril de 1840, quando a municipalidade local imprime esforços para consolidação do cemitério público no Morro do Vieira (hoje Parque da Luz). O primeiro assentamento deu-se em 08 de dezembro de 1841 dando início a operação do novo cemitério. No entanto, o hábito de enterrar os mortos nas igrejas ainda persistiu por mais de uma década.
- 3º) Face aos insistentes reclames sobre a localização do cemitério municipal na área central e, principalmente, com a proximidade de inauguração da ponte Hercílio Luz, no ano de 1924 são executadas as dificultosas obras de transferências das sepulturas para a nova necrópole localizada no bairro Itacorubi, surgindo então, o cemitério municipal São Francisco de Assis. Da mesma forma o cemitério alemão, vizinho ao municipal na área central, foi transferido para o interior do São Francisco de Assis, bem como, os das Irmandades religiosas. Estas obras foram concluídas em meados do mês de

novembro do ano de 1925. No dia 18 de novembro de 1925 deu-se o primeiro assentamento, marcando o início de operação do novo cemitério municipal.

4º) A atualidade aponta para mais um ponto de estrangulamento nos serviços funerários de Florianópolis, especificamente sobre as disposições finais. Após 77 anos de relevantes serviços prestados, o cemitério São Francisco de Assis encontra-se na quase completa exaustão. No mês de setembro do ano de 2001 iniciou-se a operação da última área livre no interior do mesmo, cujo esgotamento é previsto para os primeiros meses de 2003. A situação dos cemitérios distritais localizados no interior da ilha, bem como o do Estreito (no continente), também é a mesma.

A cidade assiste indiferente ao fim de suas necrópoles sem preocupar-se com a necessidade iminente de novas alternativas. A situação é crítica nos cemitérios distritais do interior da ilha e, também no do Estreito. No principal cemitério da ilha, o São Francisco de Assis, procuram-se prestar serviços de operações que permitam novos sepultamentos em jazigos rotativos, jazigos perpétuos e implantação de alas de lóculos sobrepostos. Para a implantação de novos jazigos perpétuos o cemitério brevemente não disporá de espaço. A única alternativa para isto, poderá advir dos sepultamentos verticalizados em lóculos ou gavetas, prática ainda não aceita pela maioria da população.

8.2 Alternativas para Florianópolis

“Bem aventurados os mortos que morrem no Senhor”.
Apocalipse 14, 13.

A implantação de um novo cemitério municipal horizontalizado do tipo parque ou convencional, torna-se a cada dia mais urgente pois, constitui ainda, a alternativa mais aceita pela maioria das pessoas. No entanto, a dificuldade será onde instalá-lo. Na ilha, face ao processo do urbanismo incessante, restam poucas áreas livres, o preço das terras é alto e, dificilmente as populações locais aceitariam um cemitério em sua vizinhança. Da mesma forma, a parte continental do município apresenta os mesmos problemas. Vislumbra-se um quadro de dificuldades ao se focar soluções no município sob a ótica de disposições funerárias horizontalizadas. Além disso, um investimento desta envergadura teria que contemplar um horizonte de operação de

no mínimo 25 anos o que, expeditamente exigiria um terreno de no mínimo 20 hectares. Para atender a situação de emergência, a municipalidade cogita reservar uma área para implantar uma necrópole do tipo parque em uma área localizada no distrito de Santo Antônio de Lisboa, no norte da Ilha. Este intento faz parte integrante de revisões para modificações no atual Plano Diretor do município. A área tem aproximadamente 10 hectares e sua viabilidade para este fim carece de estudos mais apurados do ponto de vista técnico, ambiental, econômico e social, referindo-se este último ao processo de aceitabilidade pela população.

A exemplo da solução encontrada para a disposição dos resíduos sólidos, ao buscar-se amparo em outro município, sob a ótica de alternativa pela implantação de cemitério horizontalizado, algo correlato poderia ser projetado. Sobre o lixo, este é coletado, efetuado seu transbordo em caminhões de grande porte e transportado para o município vizinho de Biguaçu, onde, é disposto tecnicamente em um aterro sanitário. Este aterro de grande capacidade, projetado, construído, operado e mantido sob a tutela das legislações ambientais, atende não somente a Florianópolis como também a maioria dos municípios vizinhos. A partir do transbordo todo o serviço foi concessionado a iniciativa privada. Constitui-se hoje em um aterro sanitário de atendimento metropolitano.

Assim, vislumbra-se a possibilidade do Aglomerado Urbano de Florianópolis vir a dispor de um grande cemitério horizontalizado, preferencialmente do tipo parque. Para viabilizá-lo seriam necessárias gestões políticas e administrativas entre os municípios que compõe a Grande Florianópolis no sentido de viabilizar este empreendimento de interesse comum, isto é, que viesse a atender as disposições funerárias de todos, conjugando-se em grande cemitério metropolitano. O preço da terra nas periferias dos municípios vizinhos ainda é acessível pois, constituem-se em áreas rurais. Estas áreas apresentam a vantagem de possuir baixa densidade populacional, amortizando os problemas que poderiam advir com as reclamadas inconveniências de vizinhança com um cemitério. O mesmo poderia ser projetado com largo horizonte de operação, assentado em área ampla, possuindo áreas verdes de preservação permanente e todos os requisitos para impô-lo como primor do ponto de vista ambiental, sanitário, arquitetônico e paisagístico. No início, a maior reclamação seria centrada na sua distância até os centros atendidos, fato que, também verificou-se no início de operação do cemitério São Francisco de Assis. Com o passar do tempo, o sistema viário, os meios de transportes e o crescimento

do tecido urbano proporcionam facilidades que geram a impressão de proximidade, que a distância diminuiu, e, este problema acaba por dissipar-se.

Não há como pensar em soluções para as disposições funerárias alternativas no município sem antes dotá-lo de um cemitério horizontalizado. Isto fundamenta-se no fato que a maioria da população ainda insiste pelo tradicional, pelo apego a manutenção do corpo, cadavérico que seja, mas, preservado, acondicionado em urna e aconchegado sob a terra, para ali jazer para o todo e sempre. A lápide terrena coroa todas as sensações, virtudes, ostentações, intenções, apegos e considerações para com o morto. Isto transfigura-se no necessário atendimento a grande massa da população. Do ponto de vista urbano apresenta uma série de restrições pois são grandes e vorazes consumidores de áreas horizontais. No entanto, não vai-se mudar o pensamento da maioria do contingente populacional de uma hora para a outra. Sobre isto, torna-se necessário investir-se cada vez mais em educação ambiental o qual, no caso em enfoque, pudesse contemplar também uma “educação funerária”. É muito comum em enquetes e pesquisas de mercado ver-se boa parte dos entrevistados optarem pela cremação ou por sepultamento em cemitérios verticalizados. No entanto, quando chega o momento iminente, o próprio entrevistado em estado de saúde crítico, próximo a morte, ou a família do morto, acabam optando pelo convencional. Em meio a crenças, tabus, tradições e costumes os sepultamentos horizontalizados por muito tempo ainda constituíram a principal opção para as disposições funerárias no Brasil e, também, no caso em epígrafe, de Florianópolis. Torna-se premente portanto, a conjugação de esforços que culminem em solução técnica, ambiental e socialmente plausível ao atendimento desse pleito.

Para este tipo de solução para as disposições finais funerárias na Ilha, na escolha de áreas com potencialidade, prevalecem as seguintes premissas: viáveis dentro do zoneamento previsto no Plano Diretor vigente e legislações municipais, estaduais e federais, topografia em alicive suave, área mínima de 10 hectares; possuir vegetação baixa, ausência de vizinhança, acesso viário, custo da terra e condições hidrogeológicas. Para se harmonizarem com a paisagem, recomenda-se que sejam do tipo parque. A partir destas etapas, outras devem ser subsequentes, tais como a aprovação nos órgãos municipais, estaduais e federais, além de execução de Relatório de Impacto Ambiental e projetos finais de engenharia.

A implantação de cemitérios horizontalizados em Florianópolis e municípios vizinhos deve estar em conformidade com a Lei Estadual n.º 6.320 de 20 de dezembro de 1983 e com o Decreto Estadual 30.570 de 14 de outubro de 1986, além das legislações ambientais de âmbito municipal, estadual e federal.

Para uma cidade como Florianópolis, “cidade-ilha”, com a escassez de espaços livre e fragilidade dos ecossistemas, as soluções para disposições finais funerárias do tipo compactas (cemitérios elevados e crematórios) merecem atenção face a sua suprema viabilidade.

A exemplo da cidade litorânea de Santos onde existe um cemitério vertical de 14 andares, Florianópolis poderia contar com empreendimentos deste tipo, a cargo do município ou concessionado à iniciativa privada. Sua capacidade e gabarito teria que respeitar o plano diretor vigente. Sua arquitetura e imponência, fundamentados no trato do arrojo e beleza plástica de sua construção, pode-se com tranquilidade se harmonizar ao contexto do ambiente onde seria inserido, sem ferir a beleza paisagística do lugar. Pode ser construído em sistema modular, paulatinamente de acordo com sua viabilidade econômica. Apresenta soberanas vantagens sobre os cemitérios horizontalizados, pois, não polui o lençol freático, nem a atmosfera, não ocupa grandes áreas e permite sua operação mesmo em dias de chuva e, se necessário, no período noturno. Sob o aspecto de vizinhança, não há grandes controvérsias pois, trata-se de uma construção de aparência neutra no contexto urbano. O movimento funerário na sua operação é amenizado pelas suas áreas ajardinadas, arborizadas e muradas, inserindo-se discretamente ao cotidiano do local. Adaptam-se como soluções de urgência, pois, permitem sua operação em poucos meses, necessários apenas para seu planejamento, projetos e construção. A implantação de cemitérios verticais em Florianópolis e municípios vizinhos deve estar em conformidade com a Lei Estadual n.º 6.320 de 20 de dezembro de 1983 e com o Decreto Estadual 30.570 de 14 de outubro de 1986, além das legislações de âmbito municipal, estadual e federal.

A solução mais compacta para as disposições finais funerárias refere-se aos crematórios. Ocupam pouco espaço, adaptam-se com facilidade ao contexto onde são inseridos e não poluem o subsolo. A poluição atmosfera é baixa, inodora e de monitoração acessível. Também não apresentam controvérsias sob a questão de vizinhança pois, são neutros e discretos. Conjugam-se em solução adequada a cidades como Florianópolis, face a sua compactibilidade e respeito ao meio

ambiente. Quando bem planejados, projetados e construídos permitem conjugar-se em beleza arquitetônica ímpar bem como, adaptar-se ao contexto da beleza cênica do local onde são inseridos. Normalmente, são dotados de amplas áreas ajardinadas e arborizadas, onde podem ser efetuados espargimentos de cinzas. Podem também possuir um cinerário, onde em lóculos individualizados e personalizados são efetuadas a guarda das cinzas em urnas. Face a sua facilidade de construção e operação, adaptam-se a situações de atendimento de urgência, para onde caminha a questão funerária de Florianópolis.

Segundo o IPUF (2000, p. 1)

atualmente existe um único cemitério particular, o Jardim da Paz, e nenhum crematório no município, talvez por este motivo, a iniciativa privada ultimamente tem mostrado interesse, através de consultas de viabilidade à municipalidade, em implantar novos cemitérios e crematórios, sendo esta uma das soluções para a escassez de vagas nos cemitérios públicos.

A iniciativa privada sómente consolidará seus empreendimentos, quando também de sua viabilidade econômica, em especial, os crematórios, face aos altos custos iniciais, de operação e manutenção.

A implantação de crematórios em Florianópolis e municípios vizinhos deve estar em conformidade com a Lei Federal n.º 6.015 de 03 de dezembro de 1973, Lei Estadual n.º 6.320 de 20 de dezembro de 1983 e com o Decreto Estadual 30.570 de 14 de outubro de 1986 e, pela Lei Municipal n.º 1.784 de 21 de maio de 1981, além da legislações ambientais de âmbito municipal, estadual e federal.

8.3 Considerações finais

*“Buscar a verdade profunda da vida,
levantar o véu dos seus segredos fascinantes”...*
Maria Montessori

Para a escolha de áreas na Ilha visando a implantação de soluções horizontalizadas, verticalizadas e crematórios deverão ser levadas em conta as seguintes premissas: proximidade, aceitabilidade e acessibilidade da população, condições hidrogeológicas, topográficas e custo da terra, viabilidade econômica do

empreendimento, estudos de impacto ambiental, aprovação dos projetos na municipalidade, órgãos ambientais e inserção no Plano Diretor do município.

No caso da Ilha, vislumbra-se a possibilidade de implantar três tipos de soluções para disposições finais funerárias (cemitérios parques, cemitérios verticais e crematórios) aumentando o leque de opções para a população. Não se recomenda os cemitérios convencionais, por serem mais vulneráveis do ponto de vista estético, sanitário e urbano. Cada uma das alternativas selecionadas como viáveis para a Ilha, apresenta suas especificidades, vantagens e desvantagens. A maior complexidade está na implantação de soluções horizontalizadas (cemitérios parques) pois, os espaços livres na ilha são escassos. Vislumbra-se a solução para este caso como extra-município, com a possibilidade do empreendimento vir a atender um ou mais municípios. As soluções compactas (cemitérios verticais e crematórios) apresentam viabilidade sob os aspectos ambientais, urbanísticos, econômico e social dentro da Ilha. Cabe ao poder municipal implantá-las diretamente ou concessioná-las a empreendimentos particulares. Todas estas alternativas devem ser consideradas na busca por soluções que culminem em resposta positiva para a quarta situação de estado crítico na história dos serviços funerários em Florianópolis.

9 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

*“Carma é a eterna afirmação da liberdade humana...
Nossos pensamentos, nossas palavras, nossos atos,
São fios de uma rede que tecemos ao redor de nós mesmos”.*
Swami Vivekananda

9.1 Conclusões

*“Mantenha seu rosto voltado para o sol
e você não conseguirá ver a sombra”.*
Hellen Keller

As relações do homem com a natureza não podem ser consideradas independentes. A natureza humana e o meio natural transformado em meio humano, como são as praças, os jardins, as ruas, as edificações, os quarteirões, as cidades,...., as necrópoles,...., são resultados de um mesmo processo dialético, de um mesmo processo de condicionamento e de formação recíprocas. É justamente neste ambiente transformado que o homem procura, obstinadamente, a satisfação de uma de suas necessidades mais profundas: a necessidade de sua “projeção concreta”, da confirmação da tangibilidade extrema de tudo que ele é, faz e quer fazer do mundo.

Existe um vínculo incontestável de causa e efeito entre as manifestações das relações de domínio exercidas pelo homem sobre a natureza e os imperativos da luta pela manutenção da vida. Ao se pensar que a sujeição da natureza melhoraria a condição humana, erra-se com o mesmo efeito que a opinião preconcebida, muito comum nos tempo atuais, segundo a qual os resultados da ciência e da técnica poderiam, a vontade total do homem resolver todos os problemas. A sujeição da natureza não pode tornar-se motivo de glória, senão quando fundamentalmente associada a uma dominação da própria natureza humana na escala das relações sociais mais harmoniosa. A “dominação da natureza humana”, refere-se a criação de uma “nova ordem social universal”, baseada nos princípios da racionalidade, humanidade e na liberdade.

Afirmar que se tem o dever de cuidar e respeitar as pessoas e outras formas de vida é mergulhar no âmago profundo do real significado da natureza humana,

expressando-se uma crença ética. É ético também respeitar-se os mortos e os cadáveres que durante tempos serviram com expressão da vida particularizada. Valores éticos incontestáveis que culminam por afirmar que o desenvolvimento não pode se dar às custas de grupos em desvantagens ou de gerações posteriores; que deve-se dividir de modo justo os benefícios e custos do uso de recursos e da conservação; que o homem, ser consciente, é responsável por todas as formas de vida e que, a natureza merece cuidados por si mesma, e não apenas para satisfazer as necessidades do homem. Utopia que leva a concluir que já está na hora da vida urbana experimentar o sabor destas afirmações. São preceitos fundamentais para uma “nova ordem social urbana”. Optar por valores éticos está no devaneio do pensamento e preocupação sobre a sociedade urbana atual e futura, no trato da vida, e também da morte. A conduta e racionalidade humana devem ser espelho da ética. Positivas ou negativas as relações com a natureza serão julgadas pelo próprio homem, com ou sem ética, sob o silêncio e vácuo de consciência da natureza exterior. Bem ou mal, só existem para o próprio homem, ou seja, são indiferentes para a natureza. Nada é bom, nada é mau sob a luz da ausência da consciência. Portanto, o homem que aprimore seus procedimentos, já que cabe a ele o papel de julgar o que é bom ou mau perante os processos de dominação e avaliação das consequências de seus atos.

Hoje, ainda sonha-se com uma grande sociedade que, por ser exemplo, pudesse inspirar as outras, com base em valores que dessem atenção adequada ao futuro das comunidades urbanas. A vida urbana atual precisa ser repensada, reportada sob novos princípios, do divino que sejam, mas, ampliada pela boa vontade dos homens que nela vivem e morrem. Sem isto, a humanidade urbana corre o risco de não ter um futuro satisfatório: poucos escaparão de suas patologias. Fundamenta-se a necessidade pela transição por “sociedades éticas sustentáveis”, exigindo mudanças na maneira como concebe-se o trato dos cidadãos uns para com os outros, com o meio urbano e o natural, valores e prioridades. É fato que em muitas sociedades, as pessoas precisam mudar suas atitudes diante de questões cruciais pertinentes a própria existência humana, porque o ambiente onde se vive, e também se morre, já não é capaz de atender suas demandas ou resistir a seus impactos.

“A cada criança que nasce, acontecimento efêmero, sob a ótica do entendimento individual, familiar, coletivo, global, universal, cósmico e, divinal”,

surgem novas expectativas e demandas a serem incorporadas as existentes. A cada novo nascimento humano consolidam-se demandas, de toda ordem, sobre as quais, as sociedades urbanas nem sempre, estão preparadas a ampará-las. A cada ato da vida, individual e coletivo, e também, a cada morte dos humanos, individual e coletiva, da mesma forma, surgem novas expectativas e demandas a serem incorporadas as já existentes.

O homem ao morrer, seu corpo torna-se “indisponível” sob o amparo das leis e dos comportamentos humanos. O corpo morto passa a ser objeto de transação pública, e, tem que ser disposto de forma digna. O nascimento e a vida, aqui, frente a esta situação crucial, porém, não causam tanto impacto quanto a morte. A humanidade nasce e vive sob um processo atribuído ao campo da normalidade, do transcurso de um dia após o outro. Nascer e viver é transcurso normal. Porém, aqui, “a morte, nivela a todos ao mesmo patamar” e, colocada no sentido ético, vem a incrementar um processo de amplitude de valor e não de fim, amornando a euforia da supremacia do homem sobre a natureza e sob a própria vida carnal.

A técnica deveria ser considerada, quanto ao essencial, como aptidão para dominar a natureza, não a natureza exterior, mas as relações entre a humanidade e a natureza. Suscitando-se a verdadeira essência do enfoque, a questão é saber, não somente que tipo de conquista da natureza mas, que espécie de homem quer-se ter.

A consciência é atributo humano. Atributo que coroa e crucifica o próprio homem. A natureza no entanto, é indiferente ao existir e permanecer. Para ela tanto faz viver ou morrer, porque tudo entra num ciclo de eternidade.

A sociedade humana fundada sobre bases da permanência, precisa de artifícios culturais para sobreviver. É uma resposta à vulnerabilidade do corpo, à mortalidade e ao “reconhecimento” de sua desvantagem perante ao régio equilíbrio da natureza. A antropogenia é materializada no espaço sob a forma de dominação do que é natural, com ares de querer permanecer para sempre. Assim são as cidades e suas estruturas de concreto e aço. Assim são as necrópoles, materializadas para guarda dos corpos humanos que não vivem mais, erguidas sobre a soberba dos pilares dos tempos. Corpos que não vivem mais, mas abrigam-se com a impressão da eterna permanência do homem. Está na natureza humana este comportamento perante a morte. Assim, frente a morte, a ansiedade pelo estado de permanência coexiste com os processos dinâmicos de apropriação do espaço.

A natureza humana volatiliza sua inquietação frente a morte ao buscar amparo em uma lápide. Como em outros espaços, aqui, nas necrópoles, mais do que nunca, o homem com a justificativa ostentada pelo inevitável, demonstra sua ação dominadora sobre a natureza, materializando-a em “espaços funerários”. Materialização em sua maioria, retratada pelo imediatismo e ausência de planejamento frente as questões sanitárias e ambientais. Torna-se imperativo portanto, a adequação destes espaços de modo a serem cumpridos os preceitos que culminem em reais interesses sócio-ambientais. Tratam-se de ambientes de valor sublime para o homem pois, perante a certeza da morte, conjugam-se em dispositivos de amparo ao corpo humano que perdeu a vida e de proteção social para enfrentar a desordem e o vazio.

Desde sempre, o homem tem vivido em ambientes individuais e coletivos, em sua maior parte, construído por ele mesmo. Fenômeno mundial de impressionante vigor ao despontar-se como a grande ambiência do homem do passado, do presente e do futuro. A cada dia novos espaços naturais são apropriados pelo homem e transformados em espaços de adequação. A humanidade urbaniza-se de forma inexorável. Com o passar do tempo, os homens tornam-se mais urbanos, na vida e, também, na morte. O urbanismo das civilizações atuais e futuras, é interpretado como um modo de vida e, também, de morte. Espaços urbanizados e modo de vida nutridos deste fogo irreversível. A imutabilidade do processo é comprovada pela crescente presença do homem nas cidades. É nela que hoje ele vive e morre, recorre ao seu chão, e sua terra, e, é nela que seu corpo será disposto.

Em meio ao crescente processo de materialização, na busca por soluções, delineia-se um quadro crescente de dificuldades na vida urbana, caracterizado pela “crise humana de percepção”. O contato do homem com a natureza viva está cada vez mais distante, face ao processo intenso por dogmas artificiais, orquestrado pelo imediatismo e individualismo. Por outro lado, o crescimento explosivo da população humana é considerado como o evento terrestre dos mais significantes já ocorridos nos últimos milhões de anos. Nenhum evento, ameaça tanto a vida terrestre como o excesso de população. O problema não resume-se apenas à quantidade mas, principalmente, com a qualidade de vida da maioria da população humana.

O dinamismo dos processos de mudança impõe, a todo momento, redirecionamentos e alterações interiores a cada estágio da vida urbana, fortalecendo-os, protelando-os ou mudando-os. Existe uma tendência natural do

homem ao reagir com o caos. Está na natureza humana. O próprio caos enseja oportunidade de mudança. Ao se questionar se as cidades estão próximas do estágio de “nekrópolis”, a própria dúvida, possui o mérito de atentar-se para a necessidade de análises, reflexões e providências que possam culminar na mudança desta direção. As cidades não serão as necrópoles integrais em que tornam-se “túmulos”. Não são e nem serão “cidades túmulos” preconizadas nas raias da tragicidade. No entanto, partes consideráveis dos espaços urbanos são transformados em “necro-espaços”. São estas mesmas cidades, em qualquer estágio de evolução que estiverem, que também acolhem os cidadãos após a morte. Espaços internos são “funeralizados” conjugando-se em itens, entre tantos, necessários aos esforços da sociedade em organizá-los e direcioná-los a qualidade do ambiente urbano.

Quando um cemitério é instalado em um espaço natural no centro ou na periferia da cidade, considera-se que pode ser potencialmente perigoso a alguns recursos naturais importantes para a sociedade, pois podem poluir as águas, o solo, o ar; trazer a presença de vetores biológicos e, entre outras coisas, ferir algumas necessidades emocionais (beleza e estética) do indivíduo através da percepção sensorial ao atingirem diversos níveis de sensibilidade. Além disto, conjugam-se em grandes devoradores de espaços, que antes eram naturais e agora consolidada materialmente sob caráter irreversível. Somam-se aos problemas urbanos em meio a escassez de espaços na cidade e, sua imutabilidade e expansão incessante. Deste modo, um cemitério, pode por em risco a qualidade do meio ambiente urbano e de sua periferia, através do comprometimento de tais recursos que uma cidade dispõe. É importante, neste quadro, refletir-se sobre a percepção que os cidadãos têm sobre a iminência da morte e quais fatores influenciam na escolha por determinada solução de disposição funerária. Os cemitérios e outras formas de disposição final de cadáveres humanos são locados sob diversas égides no ambiente urbano. As energias sociais são as mais diversas neste processo de apropriação e permanência no espaço urbano. Urge a necessidade de direcioná-las aos interesses gerais da sociedade, e que, resultem em manutenção da qualidade sócio-ambiental urbana.

Defende-se a tese de que as ações planejadas dentro dos princípios racionais, tem menores chances de surtirem efeitos negativos. Ações planejadas poderiam conduzir a uma evolução urbana favorável para todas as destinações.

Aqui, como resultante de amplo processo de planejamento, busca-se um “desenvolvimento urbano sustentável” definido como “aquele que atende às necessidades dos cidadãos urbanos atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”. As consequências do grande afluxo de pessoas em ambientes restritos como são as cidades, fazem com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades humanas se apresente como fundamental para evitar-se danos sobre os meios e manter-se a atratividade dos recursos para as gerações futuras. As fundamentações para o desenvolvimento urbano sustentável devem levar em conta o difícil problema do espaço físico, dentre outros. Espaço este, que é mensurável e finito. Os seis bilhões de humanos contabilizados na atualidade, não representam um problema isolado. A proliferação explosiva da espécie assume aspecto catastrófico ao ser relacionada a outros fatores da ambiência humana, como o consumo de espaço físico, tanto para abrigar a vida e suas atividades de manutenção, como também a morte e suas disposições.

As fundamentações sobre o desenvolvimento urbano sustentável, suscitam a necessidade de soluções planejadas, de forma a converter a metrópole real de hoje, em um meio ambiente do qual o homem possa orgulhar-se e sentir prazer. Artificializado mas, harmônico com o que é natural e preservado, incorporado e entendido sob a prática do bem comum, uma obra de arte, própria para os objetivos humanos.

“O homem é o único animal que reconhece a morte”. Desde as origens da humanidade os registros arqueológicos comprovam a existência de práticas de sepultamentos, o que permite afirmar que a consciência da morte é um traço inerente a natureza humana. O homem é um animal que morre, tem consciência da morte, e, faz dela imponente marco de referência e drama de sua vida. Por outro lado, numa visão mais ontológica, retratada na luta por permanecer vivo, a consciência da mortalidade para o homem, pode ser configurada como “uma fuga da morte”. Neste ângulo, não seria apenas somente a consciência da morte, mas a fuga da morte que distingue os homens dos animais. Os animais consentem que a morte seja parte da vida pois, são indiferentes ao fato da morte existir. Valem-se do instinto da morte para morrer, enquanto que os homens valem-se da consciência da morte para reagir, dramatizar e tentar fugir desta realidade inevitável. Em meio a esta incongruência inaceitável, não consegue “viver”, tendo de adaptar-se a “conviver”

com esta realidade. A morte tem supremacia sobre as certezas da vida humana. Rainha das certezas, verdade constante e inevitável. Vive-se, morrendo. Paradoxalmente, é pela extinção da vida, ou seja, por se viver, que se morre.

As religiões têm função tanto para a sociedade como para o indivíduo pois, “fornecem um enquadramento de realidade para a morte de forma a assimilar e tornar válidas as expressões de emoção inerentes ao luto, de maneira aceitável pela sociedade e satisfatória para o indivíduo”. Torna-se possível com isto, a reincorporação do entusiasmo em novas etapas da vida e a sociedade não desmorona perante à morte de seus componentes.

A morte foi tendo seu cerimonial mudado ao longo dos anos. Mudaram-se os costumes, abrangendo desde a relação entre o cadáver e o ambiente social e físico, até as manifestações das emoções. Atualmente, a morte tornou-se um acontecimento a ser vivido com discrição, o que, transferiu o local da morte e do velório para os hospitais, necrotérios e capelas, technicalizando-os e dessacralizando-os.

As tentativas de negação da mortalidade, encontram base em princípios religiosos e filosóficos que fundamentam “a morte como uma passagem, um estado transitório e não uma cessação da vida”. Isto encerra importante alento para a continuidade da vida dos que ficam, onde a noção do fim se dissipa e não se contempla com a morte. Conjuga-se no surgimento de fortes defesas, uma vez que sem elas seria impossível imaginar qualquer espécie de futuro. Isto profere importante orientação para o ser humano apesar “de e por ser mortal”. Em outras palavras: “se quer que a vida dure, é preciso preparar-se para a morte”.

As vertentes religiosas fundamentam que há “um plano mais elevado de existência”. As biológicas fundamentam que as pessoas se perpetuam em suas descendências.

A fragilidade humana perante o infortúnio da morte pode levar a crises individuais e coletivas, muitas vezes, de difícil superação. As pessoas, as famílias e a própria sociedade, são atingidas pela infelicidade de não disporem de meios que pudessem ajudá-las a vencerem estes momentos de crise. A preocupação aqui destacada está na utilização dos conceitos psicológicos relacionados a morte, tais como perda, quebra de vínculos, aceitação e reelaboração, no sentido de proporcionar possibilidades de ajuda psicológicas, médicas e espirituais às pessoas enlutadas. Estas tem sido relegadas a uma condição de negligência, como se todo

sentimento advindo do luto fosse natural e até esperado, como se as áreas médicas, psicológicas e espirituais não pudessem fornecer formas de amenizá-lo. O luto por si mesmo exige reação, amadurecimento, solução para um estado que não pode ser permanente mas, do ponto de vista ideal, passagem difícil que possa ser mas, um dia transformado em experiência, aprendizado e polimento pessoal e coletivo.

Os ritos funerários colaboram na vivência sadia do luto e na superação da dor e da perda. Diante da morte, o consciente sabe “quem” perdeu, mas ainda não dimensiona “o que” perdeu (ou ganhou). Os ritos das exéquias cristãs, por exemplo, encerram em si importância terapêutica e espiritual para quem parte e para os que ficam. Segundo Miranda (1996, p.16), as honras fúnebres variam entre as culturas, mas sempre existem e deveriam ser cultivadas. “Se uma cultura perde a capacidade de honrar seus mortos é porque já não sabe honrar os vivos”. A significação das honras prestadas é sempre mútua, do morto para o lugar e do lugar para o morto. Honrar é um gesto que nobilita tanto a quem recebe como a quem oferece. Quem não honra seus mortos acaba por levá-los como um peso na alma. Quem os honra descobre seu próprio valor. Os ritos exequiais garantem o sucesso do processo de luto e a plena posse da herança espiritual dos falecidos.

Diante do cadáver, após o choque inicial, o corpo social, os amigos, a comunidade empreendem um complexo movimento convergente e divergente de acolhida, previdência, providências, encaminhamento e destinação final. Enterrar seus mortos é homenageá-los, é um dever e uma honra. A morte pontifica a perda inevitável, a interrupção definitiva de todo e qualquer projeto. Estilhaça qualquer desejo de consumo e de acumulação. Parte-se de mãos vazias, independentemente de qual tenha sido a obra dessas mãos. Para Miranda (1996, p. 20), “ignora-se a morte e os mortos, até que eles caíam em nosso jardim”.

Segundo Miranda (1996, p. 32), o pensador e cronista Gilles Lapouge acredita que “com a progressão do ceticismo e da incredulidade na sociedade atual, a morte esta ficando órfã de sua eternidade, o que faz estragos abomináveis nos espíritos”. O que vê-se, na atualidade, é a morte interiorizando-se, preparando com isso fértil campo de trabalho para psiquiatras e psicanalistas, ao reconhecer “formas obsessivas da morte nas instâncias do inconsciente”. Há que se entender que ao se exercer o direito sagrado dos ritos funerários, amplia-se o campo simbólico e terapêutico do morrer, inserindo-o e transformando-o poeticamente numa celebração benéfica ao defunto e aos que ficam.

Diante do corpo morto, pálido e frio, estendido em lápide de profunda consternação, inevitavelmente, travam-se discussões sobre as bases existências da vida humana. Diante da morte representada pela gélida realidade do cadáver, questiona-se: seria o homem um ser voltado para a certeza da morte? Seria o homem um ser para a morte? Frente a indagação tão questionadora, abrupta e dura, Farias, (2000, p.13), defende sua tese que acima da morte, “o homem é um ser para a salvação e para a vida”. Por metafísica ou ontológica que seja, esta posição busca a essência do homem enquanto pessoa ativa e, mesmo em meio a sua morte, respeita-se seu legado, suas experiências durante a vida. Tal posicionamento implica em afirmar que a morte não implica na extinção radical do homem. Assim, um ser para a salvação e para a vida, não desaparece com a morte. Mesmo diante da certeza da morte, do fim de seu corpo, de sua máscara, de sua participação social, do seu papel que desempenha, de sua ambiência terrena, permanece seu patrimônio pessoal, representado no fim da vida pelo corpo inanimado. Surge destas conotações o respeito que se defere ao mesmo. Não é somente ao corpo humano esta deferência, mas ao homem que ali habitou. Segundo Farias, (2000, p.14), “respeitar o cadáver é, em última análise, respeitar ao legado, ao espírito, a essência de um homem que deixou de representar um papel social”. Preservar a imagem dos falecidos e disciplinar a maneira como os vivos despenderão seu trato em relação a eles, assume assim, dimensão sanitária, espiritual, social e ambiental. O respeito ao cadáver conjuga-se em respeito ao próprio homem.

Por outro lado, o corpo morto, o cadáver, a massa corpórea sem vida, é potencialmente perigosa ao próprio papel social tão anteriormente valorizado. Tal corpo inanimado, de profundo respeito, pode-se transformar em instrumento de poluição ambiental e propagador de doenças. Denotam-se em si as preocupações sanitárias que se deve ter, através de seu afastamento e disposição final.

Após a morte, o corpo humano torna-se indisponível, ou seja, sob ação do governo ou por meio de serviço de concessão, devem ser auferidos cuidados adequados ao seu trato e destinação. O corpo indisponível não deve estar a sorte de ações que dependem de fatores incertos e irresponsáveis, e, encontra guarita nas ações dos “bons princípios e guarda do que é respeitado”. A destinação do cadáver encontra assim, os seus limites, nos personalíssimos e incontestáveis direitos do falecido, nos deveres e direitos dos familiares para com a memória e respeito aos seus entes, e, nos deveres e direitos de culto, respeito e recordação que a

sociedade empreende aos seus membros falecidos. Norteiam-se aos indivíduos regras morais que lhes deve orientar as condutas sociais ao exercício das disposições funerárias. Não bastam ser sanitária e ambientalmente corretas, mas, morais e eticamente aceitáveis pela sociedade.

Encarar o homem como ser mortal, não significa simplesmente abrir ou fechar as portas ao passado mas, avançar no futuro pois, a vida continua em toda a sua plenitude, apesar dos que já morreram. Segundo Farias (2000, p.19), “Malraux dizia que aqueles que pretendem ignorar o passado se condenam a revivê-lo”. Alheio ao progresso científico e tecnológico, o homem continua a nascer, viver e morrer. A vida continua em toda sua contextualidade, simplicidades e complexidades. A natureza humana, no entanto, converge-se em sua intimidade a uma inquietante aceitação da inevitabilidade da morte. A morte carnal, social, metafísica. Reagem os homens a esta inquietação, criando instrumentos de amparo materiais, sociais e espirituais. Acaba-se por aceitar a morte como ato inerente ao homem, em meio a tantos, que lhes orienta a vida e o faz viver em sociedade, amparado por convicções solidárias que sustenta.

Os temas da morte e do pós- morte dominam a vida humana como um tema universal. Tais temas aumentam a cada dia de interesse, face à dolorosa e frustrante experiência do homem moderno, cuja vida na sociedade de consumo torna-se com frequência cada vez mais superficial e insatisfatória. Existe uma disputa permanente entre sentidos de valores. Os processos sociais atuais são extremamente concorrenciais e, por vezes bastante desleais e desumanos. Imperam os valores materiais sobre os morais, éticos e espirituais. Com frequência, os sentimentos humanos são relegados a planos inferiores. O quadro é transfigurado em uma implacável “luta entre o ter e o ser”. Boa parte da sociedade concentra-se mais em “ter” bens materiais. Por vezes, custe o que custar, exaspera-se na manutenção do “status quo”. Outros, porém, voltados a verdadeira essência de valores, voltam-se a profundas reflexões fundamentadas na boa vontade, na esperança e na certeza da vida plena.

Na essência verdadeira, não é com o tipo de morte que cada um poderá sofrer ou com o destino dos despojos corpóreos que deve-se importar, mas com o tipo de vida que cada qual leva. “Morre bem quem vive bem”. O esforço em cultivar virtudes, e praticar o bem, permeiam trilhas orladas de serenidade, para que, em qualquer circunstância em que possa ocorrer a morte, permita alçar o vôo da

libertação, sem inquietudes com o destino da vestimenta física que não irá mais servir.

Aceitar o homem como ser mortal, de forma compreensível, branda e harmoniosa com as leis do cosmos material e espiritual, requer ter em mente, no coração e no fundo da alma, que a morte tem sentido, tem uma razão de ser e incorpora-se ao próprio sentido da vida. É imperativo pousar o olhar e tentar apreender o instante. Neste exato instante. Cada segundo, cada minuto, cada pulsar vale a pena ser vivido. Cada instante é único, cada olhar também. Cada batida do coração, cada energia despendida, cada gesto, cada palavra, conferem a vida algo inexorável. Morte e vida devem ser vistos em conjunto, integrantes do próprio processo de existir.

Na atualidade, os novos empreendimentos para disposições finais funerárias devem ser projetados e construídos sob a luz de critérios embasados nas legislações e técnicas que levem em conta sua viabilidade sob o ponto de vista social e ambiental.

Soluções modernas, para as disposições finais funerárias, começam a dar sinal de aceitabilidade por parte da população. Em ordem decrescente de aceitação pode-se citar: cemitérios parques, cemitérios elevados e crematórios. Isto tem importante significado para solução do problema funerário, a medida que a população começa a entender as dificuldades que as administrações municipais tem em perpetuar apenas as técnicas convencionais. O espaço urbano esta cada vez mais raro e caro e, as técnicas convencionais conjugam-se em onerosas e impactantes do ponto de vista ambiental.

Tornam-se imprescindíveis a adoção de critérios básicos para implantação, operação e manutenção dos cemitérios horizontalizados, como são os convencionais e os do tipo parque, de forma que não venham a causar prejuízos ambientais e sociais.

A verticalização das necrópoles (cemitérios verticais), dá-se sempre quando as áreas para implantação de disposições funerárias começam a escassear face ao processo de urbanização incessante. Os cemitérios verticais possuindo área menor, mantém vantagens operacionais e de manutenção quando comparados com os ao ar livre.

A cremação apresenta grande vantagem em relação a inumação, sob o aspecto higiênico. A cremação é a combustão rápida pelo fogo, esterilizando os

despojos. A inumação é a degradação lenta pela terra. No final, a essência material dos dois processos é a mesma ou seja, sobram restos inertes. No ato crematório não fica a menor possibilidade de contaminação, ao passo que da cova se desprendem, para o meio ambiente, emanações deletérias prejudiciais a saúde pública. Nos grandes centros urbanos brasileiros como São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santos, etc., observa-se uma aceitação crescente do processo da cremação, tanto no seguimento social como no militar. Essa aceitação é decorrente da conscientização ambiental e sanitária, da globalização e do fator econômico. As leis são rígidas para construir crematórios no Brasil. É preciso obter licença para a instalação e operação, avaliação sobre a qualidade do ar, medidas de controle ambiental e sobre gases emitidos pelo equipamento. Existem crescentes investimentos no setor, repercutindo em avanços tecnológicos significativos, com o intuito de não comprometer o meio ambiente. Tratam-se em sua maioria de instalações modernas, com arquitetura e acabamentos de bom gosto, limpeza, asseio e sobriedade.

Florianópolis, “cidade ilha”, encontra-se atualmente em mais uma situação emergente no âmbito das disposições funerárias. A atualidade aponta para mais um ponto de estrangulamento nos serviços funerários da cidade, especificamente sobre as disposições finais. Após 77 anos de relevantes serviços prestados, o cemitério São Francisco de Assis encontra-se na quase completa exaustão. A situação dos cemitérios distritais localizados no interior da ilha, bem como o do Estreito (no continente), também é a mesma. A cidade assiste indiferente ao fim de suas necrópoles sem preocupar-se com a necessidade iminente de novas alternativas.

A implantação de um novo cemitério horizontalizado, do tipo parque ou convencional, para Florianópolis, torna-se a cada dia mais urgente pois, constitui ainda, a alternativa mais aceita pela maioria das pessoas. No entanto, a dificuldade será onde instalá-lo. Atualmente, a municipalidade ao efetuar uma revisão para possíveis alterações no Plano Diretor vigente, cogita em implantar uma necrópole do tipo cemitério parque em uma área localizada no distrito de Santo Antônio de Lisboa, no norte da ilha. A área possui em torno de 10 hectares mas, sua viabilidade para este fim depende de estudos mais apurados. Vislumbra-se também, a possibilidade do Aglomerado Urbano de Florianópolis vir a dispor de um grande cemitério horizontalizado, preferencialmente do tipo parque. Para viabilizá-lo seriam necessárias gestões políticas e administrativas entre os municípios que compõe a

Grande Florianópolis no sentido de viabilizar este empreendimento de interesse comum, isto é, que viesse a atender as disposições funerárias de todos, conjugando-se em grande cemitério metropolitano. Não há como pensar em soluções para as disposições funerárias alternativas no município sem antes dotá-lo de um cemitério horizontalizado. Isto fundamenta-se no fato que a maioria da população ainda insiste pelo tradicional, pelo apego a manutenção do corpo, cadavérico que seja, mas, preservado, acondicionado em urna e acondicionado sob a terra, para ali jazer para o todo e sempre. A lápide terrena coroa todas as sensações, virtudes, ostentações, intenções, apegos e considerações para com o morto. Isto transfigura-se no necessário atendimento a grande massa da população. Do ponto de vista urbano apresenta uma série de restrições pois são grandes e vorazes consumidores de áreas horizontais. No entanto, não vai-se mudar o pensamento da maioria do contingente populacional de uma hora para a outra. Sobre isto, torna-se necessário investir-se cada vez mais em educação ambiental o qual, no caso em enfoque, pudesse contemplar também uma “educação funerária”.

Para uma cidade como Florianópolis, “cidade-ilha”, com a escassez de espaços livre e fragilidade dos ecossistemas, as soluções para disposições finais funerárias do tipo compactas (cemitérios elevados e crematórios) merecem atenção face a sua suprema viabilidade.

A exemplo da cidade litorânea de Santos onde existe um cemitério vertical de 14 andares, Florianópolis poderia contar com empreendimentos deste tipo, a cargo do município ou concessionado a iniciativa privada. Sua capacidade e gabarito teria que respeitar o plano diretor vigente. Adaptam-se como soluções de emergência pois, são construções simples, e possibilitam arranjos arquitetônicos que se integrem a paisagem e ao trato com as questões sócio-ambientais.

A solução mais compacta para as disposições finais funerárias refere-se aos crematórios. Ocupam pouco espaço, adaptam-se com facilidade ao contexto onde são inseridos, não poluem o subsolo, nem a atmosfera. Também não apresentam controvérsias sob a questão de vizinhança pois, são neutros e discretos. Conjugam-se em solução adequada a cidades como Florianópolis, face a sua compactabilidade e respeito ao meio ambiente. Quando bem planejados, projetados e construídos permitem conjugar-se em beleza arquitetônica ímpar bem como, adaptar-se ao contexto da beleza cênica do local onde são inseridos.

Em Florianópolis, não se trata de optar-se por uma solução ou por outra mas, vislumbrar-se a possibilidade de implantação de três alternativas - cemitérios parques, verticais e crematórios - aumentando o leque de opções para a população. Cabe ao poder municipal implantá-las diretamente ou concessioná-las a empreendimentos particulares. Todas estas alternativas devem ser consideradas na busca por soluções que culminem em resposta positiva para a quarta situação de estado crítico na história dos serviços funerários em Florianópolis.

Trabalhar com serviços funerários propicia o trato cotidiano com a morte e suas providências. Enseja uma série de experiências em meio a difícil passagem para os que perderam um ente querido e, naquele momento crucial precisam ser assessorados com profissionalismo, responsabilidade e carinho. Ao lidar com algo tão especial, este setor profissional acaba por revestir-se de peculiaridade e distinção. Ao tentar enfatizar tão mister missão, assim pronunciou-se Mario Fernando Berlingieri, Diretor da ABREDIF (Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários), quando da abertura da FUNEXPO-2001 (Feira Nacional de Serviços Funerários) em 05 de setembro de 2001 na cidade de São Paulo:

ao terminar a obra sublime para o desenvolvimento da vida no planeta Terra, Deus, em sua infinita sabedoria, precisava designar criaturas para que pudessem desenvolver uma atitude muito especial, complementando a sua obra. Todos os setores da vida já haviam sido atendidos e os trabalhadores de cada setor, devidamente preparados, atendendo cada particularidade do projeto nos diferentes compartimentos da existência. Estas pessoas, dado o tipo especial de trabalho, teriam que preencher requisitos importantes, pois todos os demais seres humanos seriam portadores de uma visão tal, que não entenderiam aqueles que fossem exercer esta missão tão importante e necessária na complementação do ciclo da vida. Num momento maior de reflexão, o Sublime Arquiteto disse: "nas mãos destes colaboradores confiarei uma grave responsabilidade. Será dado a cada um deles aquilo que foi negado aos mais cultos, aos mais destacados servidores das demais áreas da vida". Estas qualidades não serão concebidas aos cientistas, aos estadistas ou mesmo aos doutores das leis. Esta vocação virá revestida de muito entusiasmo, devendo o seu portador entender das sensibilidades naturais da alma, procedendo sempre de forma a não se endurecer, caminhando na longa jornada tendo como parâmetro o amor, o respeito e a constante dignidade. Nem um só de seus dias deverá parecer-lhe demasiadamente longo, nem deverá alegar que o seu tempo é demasiadamente curto. Nenhum caso deverá ser considerado como excessivamente doloroso, nenhuma tarefa, demasiadamente dura; nenhum esforço, demasiadamente difícil, pois não haverá hora nem dia marcado e o descanso será conseguido nos raros espaços de um acontecimento para o outro. Este colaborador deve ser prudente sempre que o triunfo acontecer em sua vida, não o atribuindo à sua superioridade pessoal. Deve afastar-se, conscientemente, do egoísmo, da inveja, da prepotência e da ausência de caridade, pois, como conviverá com um dos mais belos fenômenos da vida, necessita compreender que um dia também estará, ao término de seu tempo, utilizando do mesmo cerimonial que a tantos preparou no dealbar de suas vidas. Assim, o Criador determinou a

finalização do projeto, orientando que estes colaboradores estivessem presentes em cada aglomerado de vidas humanas, preparando-se e adaptando-se à medida do desenvolvimento e da evolução da vida na Terra, tendo sempre em mente a realização de um trabalho digno e diferenciado, levando em conta que serão os “Guardiões dos Portais do lado da matéria”, reconduzindo ao laboratório da natureza o arcabouço carnal que serviu de sustentáculo denso à personalidade alma viajora que retorna, de tempos em tempos, às escolas retificadoras da vida em busca de crescimento e melhoria. Neste momento, o Grande Arquiteto do Universo acabava de criar e integrar o Diretor Funerário no elenco final de sua magnífica obra, confiando-lhe este importante momento em que o ser atravessa a fronteira física, deixando na Terra o que à Terra pertence, libertando, assim, a essência eterna para sua jornada libertadora, qual borboleta que se livra do incômodo casulo na busca do seu próprio desiderato. Com amor, carinho e respeito, o Diretor Funerário recebeu a missão maior de conduzir a vestimenta física de seu semelhante ao lugar final, pois assim determinou, em sua sabedoria, o Senhor dos Mundos e assim tem sido através dos tempos.

9.2 Recomendações para futuros trabalhos

*“Há mais coisas no viver
do que acelerar o seu ritmo”.*

Mahatma Gandhi

Sobre os atuais serviços funerários prestados em Florianópolis, é imperativo a implantação de um processo de avaliação contínua, fundamentado em rotinas e procedimentos técnicos, que culminem em uma atualização visando adequação as modernas técnicas. Recomendam-se estudos para que a municipalidade obtenha sua certificação em programas de qualidade, através das Normas ISO, principalmente a 14.000, visando um melhor aprimoramento da estrutura administrativa e operacional das atuais e futuras necrópoles bem como, dos serviços funerários acoplados. Neste sentido, considera-se ser importante que a administração municipal aproprie-se concretamente das reais condições dos cemitérios e serviços funerários na atualidade, através de trabalhos que possam ser realizados a nível de diagnóstico. Deve fazer parte da rotina destes trabalhos o esclarecimento dos itens que possam causar impactos ambientais, riscos a saúde pública e aos próprios trabalhadores do serviço funerário. Recomendam-se neste âmbito, o desenvolvimento de trabalhos hidrogeológicos com vistas a detecção das reais condições da qualidade das águas subterrâneas sob as necrópoles da cidade. Estes trabalhos devem contemplar recomendações quanto a necessidade e quais

técnicas a serem empregadas para descontaminação dos lençóis freáticos contaminados.

Recomendam-se o desenvolvimento de trabalhos que possam definir melhorias operacionais, principalmente no Cemitério São Francisco de Assis, por ser a maior e mais requisitada necrópole da cidade. Mesmo com a proximidade da exaustão de áreas para implantação de novos jazigos, é imperativo adotar-se racionalidade e eficiência operacional visto que, o cemitério ainda operará por muitos anos. A rigidez e o cumprimento das exumações nos prazos mínimos para as liberações de vagas nas sepulturas rotativas e, o controle sobre os jazigos perpétuos, da mesma forma, podendo gerar novas vagas, mesmo que para o círculo privado das famílias proprietárias, podem aumentar consideravelmente a vida útil operacional da atual necrópole. Com vistas a aumentar sua capacidade para novas inumações, recomendam-se também estudos que procuram determinar o tipo adequado de carreiras de lóculos sobrepostos, a serem construídas dentro do cemitério São Francisco de Assis, no que tange a sua arquitetura, locação, técnicas construtivas e adequado tratamento do necrochurume.

No interior das necrópoles, principalmente no cemitério São Francisco de Assis, existem inúmeras lápides, adornos e esculturas, exemplos marcantes da história e sua verdadeira “arte funerária”. Testemunhas materializadas no espaço com intuito de tentar abrandar a dor, a desordem e o vazio perante a morte. Símbolos assentados sob égides de sentimentos, crenças, dogmas religiosos e comportamentos humanos para homenagear os mortos e conformar os que ficam. Recomendam-se a execução de trabalhos inventariantes no âmbito do patrimônio histórico e artístico do município.

Recomendam-se estudos de viabilidade do ponto de vista técnico, ambiental, econômico e social para a área localizada no distrito de Santo Antônio de Lisboa a qual, a municipalidade cogita implantar a nova necrópole para a ilha, bem como, em outras áreas com potencialidades para este fim. Recomendam-se também, estudos de viabilidade para a construção de um ou mais cemitérios horizontalizados, preferencialmente do tipo parque, em locais periféricos dos municípios vizinhos, para atendimento do Aglomerado Urbano de Florianópolis. Estes estudos devem levar em conta as questões políticas, administrativas e legais para este intento. Da mesma forma, recomenda-se a execução de trabalhos voltados a viabilidade para implantação de soluções compartimentadas para Florianópolis, como cemitérios

verticalizados e crematórios, fundamentadas em “Estudos de Impacto Ambiental, Relatórios de Impacto Ambiental, legislações municipais, estaduais e federais, bem como, atendimento as Normas ISO, principalmente 9.000 e 14.000”.

Importante aspecto relacionado a morte e ao luto está centrado na natureza humana, onde, nem todos são fortes ao experimentar o sentimento de perda de um ente querido. A fragilidade humana perante o infortúnio da morte pode levar a crises individuais e coletivas, muitas vezes, de difícil superação. As pessoas, as famílias e a própria sociedade, são atingidas pela infelicidade de não disporem de meios que pudessem ajudá-las a vencerem estes momentos de crise. A preocupação aqui destacada está na utilização dos conceitos psicológicos relacionados a morte, tais como perda, quebra de vínculos, aceitação e reelaboração, no sentido de proporcionar possibilidades de ajuda psicológicas, médicas e espirituais às pessoas enlutadas. Estas tem sido relegadas a uma condição de negligência, como se todo sentimento advindo do luto fosse natural e até esperado. Como se as áreas médicas, psicológicas e espirituais não pudessem fornecer formas de amenizá-lo. Existem diversas gradações aos processos de luto. Cada pessoa, cada família, cada sociedade reagem com especificidade. Existe o luto normal, com um curso brando e previsível, como também aqueles que implicam numa verdadeira experiência de crise, muitas vezes, com a duração da existência dos próprios atingidos. Para estes seriam recomendados recursos sob diversas égides. Recomendam-se a formação de grupos de trabalho de natureza ecumênica que centrem-se na questão do luto individual e coletivo, que poderiam funcionar em centros de saúde, universidades, centros religiosos e autônomos. As pessoas poderiam recorrer a estes grupos para abrandar sua dor e, até, acabar por viver e absorver experiências e conhecimentos bastante salutares.

No âmbito do cotidiano das pessoas, denota-se a necessidade de uma aceitação mais adequada ao exercício da vida, encarando a morte como uma realidade inevitável. A morte encerra uma necessidade premente, que mantêm-se em meio a tabus, crenças, costumes e tradições envoltas em traços culturais das sociedades. Recomendam-se neste sentido, o desenvolvimento de trabalhos educacionais que possam ensejar uma “educação funerária”. Os líderes religiosos, políticos, comunitários, militares, e outros, poderiam prestar importantes contribuições, ao colocarem na pauta de seus trabalhos a questão das opções para as disposições finais funerárias. Palestras, ciclos de debates e enquetes poderão

contribuir com a opinião pública por uma “educação funerária”. A ênfase justifica-se principalmente, quando procura-se entender quais energias participam no processo decisório sobre determinado tipo de disposição funerária que se escolhe para si ou para os outros. Neste contexto, recomendam-se também, trabalhos de pesquisas de mercado que, possam auferir conhecimentos sobre as opções populacionais de disposições finais após a morte.

É fato histórico corrente, a infinidade de trabalhos científicos que tem como preocupação o corpo humano. As mais diversificadas correntes científicas tem demonstrado acentuada preocupação com o corpo humano. Com o corpo vivo, enquanto corpo de alguém, massa corpórea ativa, veículo de expressão física de um ser humano, suporte material de uma pessoa, entidade carnal animada. Em suma, são trabalhos voltados aos aspectos do corpo humano e sua utilização social enquanto manifesta-se com vida. Mesmo nos estudos da medicina, a atenção anatômica tem como objetivo final, proporcionar subsídios para suporte da vida. Recomendam-se a atenção a outra égide: ao corpo humano morto, enquanto corpo de alguém morto, massa corpórea morta, ao veículo de expressão de um ser humano sem vida, ao suporte material morto de uma pessoa, ao cadáver, entidade carnal inanimada rumo ao destino final funerário.

Recomendam-se trabalhos que busquem o aprimoramento com a vida relacionada com a morte, com extrema naturalidade pois, uma faz parte da outra. Vida e morte coexistem em harmonia perfeita, viscerais, gotejam-se ao orvalho das estações e das eternidades. Recomendam-se trabalhos que tenham em epígrafe a vida e a morte sob o exercício pleno da euforia natural, cultural, espiritual e metafísica. Que os detentores da tarefa possam despender largas energias de seu corpo, material, corpóreo, físico, mortal e, principalmente de sua alma, imortal, transcendental e, adentrar as profundezas dos oceanos do tema proposto. “Tudo é belo, tudo é fantástico e verdadeiro”! Recomendam-se trabalhos em que os envolvidos, imbuídos na missão do “trato da vida e da morte” possam subir ao calvário e ao céu de suas próprias existências, que não são poucas, como o nascer e o transcender,..., a dor da mulher em meio ao parto, ouvir o primeiro choro do filho, o pagar os impostos, a égide da igreja, o sofrimento do trabalhador pedestre rumo ao serviço na madrugada, a fornalha do padeiro, a argamassa do pedreiro, a convicção do vidente, a dor profunda em meio a noite fria, a tristeza e os caminhos de pedras orladas pelos sentimentos e pensamentos, a frieza do cadáver, a beleza

das flores brancas perfumadas, o sol, a bruma, a beleza da mãe, a morte, a vida, os pilares dos tempos e as carruagens de fogo. Trabalhos em que os objetivos sejam transformados em raízes, dogmas, permanências e energias. Empreendimentos voltados a condição divinal a ponto de chegar-se a melhor entender e notabilizar “o crucificado”. Toda a recomendação enseja ao exercício da vida, desejando querer viver todas as suas horas, as que foram prendidas na mão e as que nunca foram alcançadas. Ser muito da vida, para que, no espelho das paisagens, possa o empreendedor levar quando morrer, dentro dos olhos e no âmago profundo de sua alma, a beleza imortal de tudo quanto amou.

BIBLIOGRAFIA

*“Existem dois legados duradouros que
podemos deixar para nossos filhos.
Um deles, raízes; o outro, asas”.*
Hodding Cartier

ADISSI, Jaime José. **RDF** – Revista Diretor Funerário n.º 48. CTAF. São Paulo, 2000. 38 p.

AGUIAR, Roberto Armando Ramos. **Direito do Meio Ambiente e Participação Popular**. IBAMA. Brasília, 1994. 110 p.

ALEXANDRE, Agripa Farias. **A Perda da Radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro**. EDIFURB/Editora da UFSC. Blumenau / Florianópolis, 2000. 116 p.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito a Moradia**: Instrumentos e Experiências de Regularização Fundiária nas Cidades Brasileiras. Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE. Rio de Janeiro, 1997. 248 p.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **Fronteira Internas**: Urbanização e Saúde Pública em Florianópolis nos anos 20. Ed. Letras Contemporâneas. Florianópolis, 1999. 214 p.

ARENDT, Hannah. **A Condição humana**. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2001. 352 p.

ARRUDA, Biba. **Rogai por Nós Agora e na Hora de Nossa Morte**. Editora Gente. São Paulo, 1999. 190 p.

AUTRET, Péron. **Os Enterrados Vivos**. Ed. Record. Rio de Janeiro, 1979. 156 p.

BARLOY, J.J. & MARTINS, E. **Ecologia. A Busca da Nossa Sobrevivência**. Otto Pierre Editores. Rio de Janeiro, 1980. 484 p.

BARRETO, J. Barreto. **Tratado de higiene: Saneamento e Higiene**. Livraria Atheneu. Rio de Janeiro, 1956. 910 p.

BEAZLEY, Mitchell. **Cuidando do Planeta**. Salamandra Consultoria Editorial Ltda. Rio de Janeiro, 1995. 163 p.

BENÍTEZ, J. J. **Enfim Livre!** Editora Mercuryo. São Paulo, 2001. 102 p.

BERGER, Paulo. **Ilha de Santa Catarina–Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX**. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1979. 354 p.

BERLINGIERI, Mario Fernando in **RDF – Revista Diretor Funerário** n.º 66. São Paulo, 2001. 38 p.

BEYER, Glenn H. **Explosão Urbana na América Latina**. Victor Publications. Rio de Janeiro, 1969. 420 p.

BLANK, J. Renold. **A Morte em Questão**. Edições Loyola. São Paulo, 1998. 143 p.

BOHADANA, Estella. **A Cidade é Nossa**. Codecri. Rio de Janeiro, 1983. 99 p.

BOGO, Amilcar J. **Avaliação de Sustentabilidade em Ambientes Urbanos – Índice de Sustentabilidade**. DYNAMIS – RTC – Revista Tecno-Científica – vol. 8/n.º 30 – Universidade Regional de Blumenau – FURB. Editora da FURB. Blumenau, 2000. 215 p.

BOTELHO, Manoel H. campos. **Manual de Primeiros Socorros do Engenheiro e do Arquiteto**. São Paulo, Edgard Blücher, 1983. 201 p.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica: Uma Abordagem Integrada dos Problemas do Meio Ambiente**. Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo, 1999. 141 p.

BROMBERG, Maria Helena P. F. **A Psicoterapia em Situações de Perdas e Luto**. Editora Psy. São Paulo, 1998. 168 p.

BRONFENBRENNER, Urie. **The Ecology of Human Development**. Harvard University press. Cambridge, 1998. 330 p.

BUENO, Laura Machado Mello. **Favela: Uma Questão também Estética**.

RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo – OCULUM ENSAIOS

n.º 01 – dez/2000. FAU/PUC. Campinas, 2000. 143 p.

BUNGE, M. **Finding Philosophy in Social Science**. Chelsea: Yale University Press, 1996. 266 p.

CABRAL, Oswaldo rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis**, Lunardelli, 1979.

CAMARGO, Andréa Tavares. **O Direito Ambiental como Ferramenta do Desenvolvimento Sustentável**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), UFSC. Florianópolis, 1999. 97 p.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. Cultrix. São Paulo, 1987. 447 p.

CARVALHO, Benjamim de Araújo. **Glossário de Saneamento e Ecologia**. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e ambiental. Rio de Janeiro. 1997. 203 p.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997. 367 p.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Questões Atuais da Reorganização do Território**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1996. 470 p.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto

Lobato. **Redescobrimo o Brasil** – 500 anos depois. Bertrand Brasil.
Rio de Janeiro, 1999. 392 p.

CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Nossa Ilha, Nosso Mundo**.
CECCA. Florianópolis, 1999, 60 p.

CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade Numa Ilha** -
Relatório sobre os Problemas Sócio-Ambientais da Ilha de Santa Catarina.
Editora Insular. Florianópolis, 1996. 248 p.

CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Qualidade de Vida e
Cidadania: A Construção de Indicadores Sócio Ambientais da
Qualidade de Vida em Florianópolis**. Cidade Futura. Florianópolis, 2001. 216 p.

CHAVES, Mario Magalhães. **Saúde e Sistemas**. Fundação Getúlio Vargas. Rio
de Janeiro, 1980, 205 p.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Massacre da natureza**. Editora Moderna.
São Paulo, 1999. 136 p.

CISNERO, Regina Elena Jimenez in: **La Contaminación Ambiental en México:**
Causas, Efectos y Tecnologías in RESA – Revista Engenharia Sanitária e
Ambiental Vol. 6 nº 3 – jul./set. de 2001 e nº 4 - out./dez. de 2001.
ABES. Rio de Janeiro, 2001. 164 p.

CLAIRE, W. M. H. **Handbook on Urban Planning**. Van Nostrand Reinhold
Company. New York, 1973. 393 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Bertrand Brasil.
Rio de Janeiro, 1997. 304 p.

CORSINI, Remo. **Desenvolvimento dos Trabalhos na Construção da Ponte
Hercílio Luz**. RFSC – Revista Filatélica de Santa Catarina/n.º 7.
Florianópolis. 1951, p. 61.

- COSTA, Jurandir Freire. **A Ética e o Espelho da Cultura**. Rocco. Rio de Janeiro, 1994. 180p.
- COSTA Jr., Paulo José da C. **Direito Penal Ecológico**. CETESB. São Paulo, 1981. 96p.
- DACACH, Nelson Gandhur. **Saneamento Básico**. Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro, 1998. 514 p.
- DESCHAMPS, Judith. **Environmental Protection**. Bowker Saur. London, 1997. 225 p.
- DORST, Jean. **Antes que a Natureza Morra**: por uma Ecologia Política. Edgard Blüchers. São Paulo, 1973. 393 p.
- DUDUCH, Jane Victal Ferreira. **Territorialidade e Permanência**. RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo – OCULUM ENSAIOS n.º 01 – dez/2000. FAU/PUC. Campinas, 2000. 143 p.
- EHRlich, Paul R. **População-Recursos-Ambiente**: Problemas de Ecologia Humana. Polígono. São Paulo, 1974. 509 p.
- FARIAS, Justino A. da Silva. **Tratado do Direito Funerário**. Método Editora. São Paulo, 2000, VI e VII, 888 – 890 p.
- FERRART, Celson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1992. 630 p.
- FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **A Sociedade do Lixo**. Editora UNIMEP. Piracicaba, 1997. 240 p.
- FILHO, Francisco Alves. **País Sujo**. RIÉS – Revista Isto É Senhor – n.º 1696. 03/04/2002. Editora Três. São Paulo, 2002. 98p.

FORRESTER, Jay W. **Urban Dynamics**. The Wilt Press. Interscience Publication. John Wiley & Sons. New York. 27 p.

FRANSCISCONI, Jorge G. & SOUZA, M^a A. **A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. I.P.E. Brasília, 1976. 214 p.

FREDERICO, Gláucia. **RDF** – Revista Diretor Funerário n.º 56. CTAF. São Paulo, 2000. 38 p.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Rio de Janeiro. **Conceito de Conservação**. SUDAM. Belém. 1976 111 p.

GAMA, Ângela Maria Resende Couto. **Diagnóstico Ambiental do Município de Santo Amaro da Imperatriz - SC**: Uma Abordagem Integrada da Paisagem. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC. Florianópolis, 1998.

GARCIA, Rolando B. **Conceptos Básico para el Estudio de Sistemas Complejos**. Siglo Veintiuno Editores. Madrid, 2000. 409 p.

GARCIA, Rolando B. **Ciencias Sociales y Formación Ambiental**. Gedisa Editorial. Barcelona, 1994. 125 p.

GARCIA, Rolando B. **Interdisciplinaridad y Sistemas Complejos**. Gedisa. Barcelona, 1994. 225 p.

GODARD, Olivier. **Desenvolvimento Sustentável: Paisagem Intelectual**. Faces do Trópico Úmido. Rio de Janeiro, 1999. 129 p.

GODARD, Olivier. **A Relação Interdisciplinar: Problemas e Estratégias in Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental**. Faces do Trópico Úmido. Rio de Janeiro, 1997. 201 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. Editora Contexto. São Paulo, 1996. 148 p.

GUIMARÃES, Zoraia Vargas. **Os Recursos Hídricos Utilizados para o Abastecimento Populacional e o Desenvolvimento Urbano de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). UFSC. Florianópolis, 1999. 178 p.

HALL, E. T. **A Dimensão Oculta**. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves. 1977.200 p.

HANLEY, Nick. **Environmental Economics – In Theory and Practice**. Oxford University. Press, Inc. New York – EUA, 1997. 464 p.

HUBERNER, Laura Machado. **O Comércio da Cidade de Desterro no Século XIX**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1981, 120 p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. **Educação para um Futuro Sustentável – Uma Visão Transdisciplinar para Ação Compartilhada**. Edições IBAMA. Brasília, 1999. 118 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo Demográfico de 1996**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>. Acesso em: 21 de janeiro de 2002.

IMNHOF, Karl. **Manual de Saneamento de Populações**. Editora Blune, Rosário. München, 1969, 235 p.

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **O Município de Florianópolis**. Disponível em: <http://www.ipuf.sc.gov.br/principal.htm>. Acesso em: 05 de janeiro de 2002.

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Levantamento da Situação Atual dos Cemitérios do Município de Florianópolis.**

Apostila. Florianópolis, 2000.

JACOBI, Pedro Roberto. **Saneamento Básico e Reivindicações Sociais na Grande São Paulo.** Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1984. 125 p.

JOLLIVET, M. e PAVÉ, A. **O Meio Ambiente:** Questões e Perspectivas para A Pesquisa in Gestão de Recursos Naturais Renováveis e

Desenvolvimento – Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental.

Cortez. São Paulo, 1998. 112 p.

JORDÃO, Eduardo Pacheco e PESSÔA, Constantino Arruda. **Tratamento de Esgotos Domésticos.** ABES. Rio de Janeiro, 1995. 720 p.

JORNAL “DIÁRIO CATARINENSE – **Encarte Especial de 18/03/1998.**

Florianópolis. 1998. 8 p.

JORNAL “O DIA”. **Exemplares dos anos de 1905/1906/1907/1918.** BPESC.

Florianópolis.

KADE, Gerhard. **O homem e Seu Ambiente.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1975. 315 p.

KELLER, Edward A. **Environmental Geology.** Prentice-Hall, Inc.

London, 2000. 562 p.

KOENIG, Samuel. **Elementos de Sociologia.** Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975. 387 p.

LAGO, Paulo Fernando. **A Consciência Ecológica:** A Luta pelo Futuro. UFSC. Florianópolis, 1986. 200 p.

LEFF, Enrique. **Ecologia y Capital – Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y Desarrollo Sustentable**. Siglo Veintiuno de España Editores. Madrid – Espanha, 1998. 437 p.

LEFF, Enrique. **Interdisciplinaridade e Ambiente**. Bases Conceituais para o Manejo Sustentável dos Recursos in Ecologia e Capital – Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y Desarrollo Sustentable. Siglo Veintiuno. México, 1994. 439 p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Cortez Editora. São Paulo, 2001. 240 p.

LEME, Francisco Paes. **Planejamento e Projetos dos Sistemas Urbanos de Esgotos Sanitários**. CETESB. São Paulo. 1997. 213 p.

LERNER, Jaime. in Curitiba – **A Revolução Ecológica**. Lagarto Editores. Curitiba, 1998. 119 p.

LINA, Regina Amadeo Pacheco. **A Ação do homem nos Ecossistemas. Instituto de documentação**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1979.41p.

LUZ, Francisco Xavier. **Lixo é Lixo Mesmo**. Servir. São Paulo, 1969. 153 p.

LUZ, Gertrudes. **Desenvolvimento de Metodologia para Avaliação de Ambientes Urbanos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). UFSC. Florianópolis, 1997. 180 p.

LORENZ, Konrad. **A Demolição do Homem – Crítica à Falsa Religião do Progresso**. São Paulo. Brasiliense. 1986. 189 p.

MAGALHÃES, Flávio. **RDF – Revista Diretor Funerário n.º 49**. CTAF. São Paulo, 2000. 38 p.

MALDONADO, Tomás. **Meio Ambiente e Ideologia**. Giulio Einaudi Editore. Lisboa. 1971. 163 p.

Manual de Saneamento. Editado pela Fundação Serviços Públicos de Saúde Pública, F. SESP. São Paulo, 1972. 193 p.

MALESC – Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. APESC. Florianópolis. 1932.

MARICATO, Ermínia. **Habitação Social em Áreas Centrais**.

RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo – OCULUM ENSAIOS
n.º 01 – dez/2000. FAU/PUC. Campinas, 2000. 143 p.

MCMF – Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Florianópolis. APESC. Florianópolis. 1920.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado. BPESC. Florianópolis, julho de 1899.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado. BPESC. Florianópolis, julho de 1906.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado. BPESC. Florianópolis, julho de 1907.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado. BPESC. Florianópolis, julho de 1909.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado. BPESC. Florianópolis, julho de 1910.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado. BPESC. Florianópolis, julho de 1911.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado.
BPESC. Florianópolis, julho de 1913.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado.
BPESC. Florianópolis, julho de 1914.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado.
BPESC. Florianópolis, julho de 1915.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado.
BPESC. Florianópolis, julho de 1919.

MCR – Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado.
BPESC. Florianópolis, julho de 1923.

MEHTA, M. D. and ONELLET, E: **Environmental Sociology** – Theory
And Practica. Captus Press. New York, 1995. 230 p.

MENEZES, Ana Virgínia Costa. **Geografia 2001**. NPGeo/UFC.
Fortaleza, 2000. 221 p.

MESQUITA, Olindina Vianna. **Geografia e a Questão Ambiental**. Rio de
Janeiro, 1998. 166 p.

MIGLIORINI, Renato Blat. **Os Cemitérios Contaminam o Meio Ambiente?** Editora
Universitária/UFMT. Cuiabá, 2002. 50p.

MIRANDA, Evaristo E. **Agora e na Hora: Ritos de Passagem à Eternidade**.
Edições Loyola. São Paulo, 1996. 174 p.

MIRANDA, Evaristo E. **A Foice da Lua no Campo das Estrelas**. Ministrar
Exéquias. Edições Loyola. São Paulo, 1998. 118 p.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. **Teoria e Clima Urbano**. Instituto de Geografia da USP. São Paulo, 1976. 181 p.

MORETII, Ricardo de Sousa. **Urbanização em Áreas de Interesse Ambiental**. RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo – OCULUM ENSAIOS n.º 01 – dez/2000. FAU/PUC. Campinas, 2000. 143 p.

OGATA, Maria Gravina. **Os Resíduos Sólidos na Organização do Espaço e na Qualidade do Ambiente Urbano**. Uma Contribuição Geográfica ao Estudo do Problema na Cidade de São Paulo. IBGE. Rio de Janeiro, 1983. 188 p.

OLIVA, Jaime, GIANANTI, Roberto. **Espaço e Modernidade**. Atual Editora. São Paulo, 1995. 322 p.

OROFINO, Paulo Rodrigues. **Gestão Ambiental Integrada para o Município De Florianópolis** – Implantação da Câmara de Desenvolvimento Sustentável da ACIF. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). UFSC. Florianópolis, 2000. 98 p.

PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz** – Governador Inconfundível. Florianópolis, Lunardelli, 1976. 58 p.

PAULI, Evaldo. **A Fundação de Florianópolis**. Florianópolis, Lunardelli, 1987. 140 p.

PELUZO, Antônio Vitor Júnior. **A Ponte Hercílio Luz e a Expansão de Florianópolis** – RFSC/Revista Filatélica de Santa Catarina/n.º 7. Florianópolis. 1951, p. 61.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e Modernização** – um Estudo de Modernização em Florianópolis. Florianópolis, Lunardelli/UDESC Editoras. 130 p.

PERESSONI, Maria Lúcia Faraco. **Desterro, uma Revisão Bibliográfica**. UFSC, monografia de conclusão do curso de História. Florianópolis, 1987.

PIERRE, George. **Geografia Urbana**. DIFEL. São Paulo, 1983. 236 p.

PINHO, Evangelina. **Legislação Urbana e Regulação da Habitação de Interesse Social**. RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo – OCULUM ENSAIOS - n.º 01 – dez/2000. FAU/PUC. Campinas, 2000. 143 P.

Planejamento Urbano. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1965. 517 p.

Planejamento Urbano. Trad. Maria de Lourdes Lina Modiano com a assistência técnica do engenheiro Hilton J. Gradet. FGV, Rio de Janeiro, 1965, 517 p.

PRADES, José A. **Gestion de L'Environnement, Éthique et Société**. Éditions Fides. Québec, 1992. 308 p.

RAMOS, Átila Alcides. **O Saneamento em Dois Tempos**: Desterro Artgraf. Florianópolis, 1984. 56 p.

RAMOS, Átila Alcides. **Memória do Saneamento Desterrense**. Artgraf. Florianópolis, 1986. 172 p.

REBELO, Silene. **Gestão Ambiental Participativa**: a Lacuna entre a Proposta e a Implementação. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC. Florianópolis, 1998. 159 p.

REIS, João José. **A morte é uma Festa**: Ritos Fúnebre e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. Companhia das Letras. São Paulo, p. 160.

REIS, Sara Regina Poyares dos, OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e, KLUG, João. **Carl Hoepcke**: A Marca de um Pioneiro. Insular Florianópolis, 1999. 400 p.

RIÉS – Revista Isto É Senhor. n.º 1686 – 23/01/2002. Editora Três. São Paulo, 2002. 90 p.

RIHPESC – Relatório da Inspetoria de Higiene Pública do Estado de Santa Catarina. APESC. Florianópolis, 1893.

RIHPESC – Relatório da Inspetoria de Higiene Pública do Estado de Santa Catarina. APESC. Florianópolis, 1920. Relatório apresentado ao Governador do Estado pelo Secretário de Interior e Justiça. APESC: Florianópolis, 1927.

ROLNIK, Raquel. **Instrumentos Urbanísticos: Conceção e Gestão.**

RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo – OCULUM ENSAIOS n.º 01 – dez/2000. FAU/PUC. Campinas, 2000. 143 p.

ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei – **Legislação, Política Urbana e Territórios Na Cidade de São Paulo.** Studio Nobel – FAPESP. São Paulo, 1997. 201 p.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1833-1835.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1837.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1838.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1840.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1841.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1842.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1846.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1847.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1849.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1853.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1854.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1856.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1857.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1868.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1872.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1876.

RPP - Relatório do Presidente da Província. APESC. Florianópolis, 1877.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável**. A Proteção do Meio Ambiente. Papyrus Editora. Campinas, 1999. 199 p.

SAINT – HILAIRE, Auguste de. **Administração e Controle da Qualidade Ambiental**. Ed. da USP. São Paulo, 1978. 209 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento numa Economia Mundial Liberalizada e Globalizante: Um Desafio Impossível?** Estudos Avançados. São Paulo, 1997. 242 p.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**—Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1979. 344p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**. A Especialidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos. Petrópolis. Vozes, 1982. 128p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Hucitec. São Paulo, 1999. 189 p.

SCARLATO, Francisco Capuano. **Do nicho ao Lixo**. Editora Atual. São Paulo, 1999. 117 p.

SCHMOLKE, Varda Hasselmann Frank. **A Sabedoria da Alma**. Mensagens Sobre o Significado da Existência Recebidas em Estado de Transe. Ed. Pensamento. São Paulo, 1995. 320 p.

SEWELL, Granville Hardwick. **Administração e Controle de Qualidade Ambiental**. EPU. Universidade de São Paulo. CETESB, 1978. 295 p.

SHINYASHIKI, Roberto. **O Sucesso é Ser Feliz**. Editora Gente. São Paulo, 1997. 198 p.

SILVA, Dalton da. **Os Esgotos Sanitários em Florianópolis**. Vol. I e II. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC. Florianópolis, 1989. 340 p.

SILVA, Helena Menna Barreto. **Políticas de Habitação e Preço da Terra**. RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo – OCULUM ENSAIOS n.º 01 – dez/2000. FAU/PUC. Campinas, 2000. 143 p.

SILVA, José da. **Uma Abordagem Cognitiva ao Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Sustentável**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC. Florianópolis, 1998. 240 p.

SILVA, Leziro Marques. **Critérios para a Implantação e a Operação de Cemitérios e Crematórios**. Apostila - FUNEXPO/CTAF. São Paulo, 2001. 19 p.

SILVA, Nicolich Adolfo da. **Ruas de Florianópolis**; Resenha Histórica.

Fundação Franklin Cascaes. Florianópolis, 1999. 101 p.

SILVA, Mário Cândido da. **Ponte Hercílio Luz** – RFSC/ Revista Filatélica de Santa Catarina/n.º 7. Florianópolis. 1951, p. 61.

SOUZA, Angela Gordilho. **Cidades Turísticas e Habitação de Interesse Social**. RAU – Revista de Arquitetura e Urbanismo – OCULUM ENSAIOS n.º 01 – dez/2000. FAU/PUC. Campinas, 2000. 143 p.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O Desafio Metropolitano** – Um Estudo sobre a Problemática Sócio-Ambiental nas Metrôpoles Brasileiras. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2000. 368 p.

STROBEL, Lee. **Em Defesa de Cristo**: Um Jornalista Ex-Ateu Investiga as Provas da Existência de Cristo. Editora Vida. São Paulo, 2001. 357 p.

TANNER, R. Thomas. **Educação Ambiental**. Summus. Ed. Universidade de São Paulo, 1996. 158 p.

TOLEDO, Ana Helena Pompeu de & Cavalcanti, Marly. **Planejamento Urbano em Debate**. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

TOMELIN, Daniela. **Centros de Bairro**: Espaços de Convívio para o Desenvolvimento Equilibrado. DYNAMIS – RTC – Revista Tecno-Científica – vol. 8/n.º 30 – Universidade Regional de Blumenau – FURB. Editora da FURB. Blumenau, 2000. 215 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia**: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values. Prentice-Hall Inc, Englewood Cliffs. New Jersey, 1998. 288 p.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis, Lunardelli, 1985, 240 p.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis – Memória Urbana**. Editora da UFSC. Florianópolis, 1993. 390 p.

VEIGA, Eli. Resenha do Livro “Cidades Imaginárias” disponível em:
www.fea.usp.br/professores/zeeli. Acesso em: 07/06/2002.

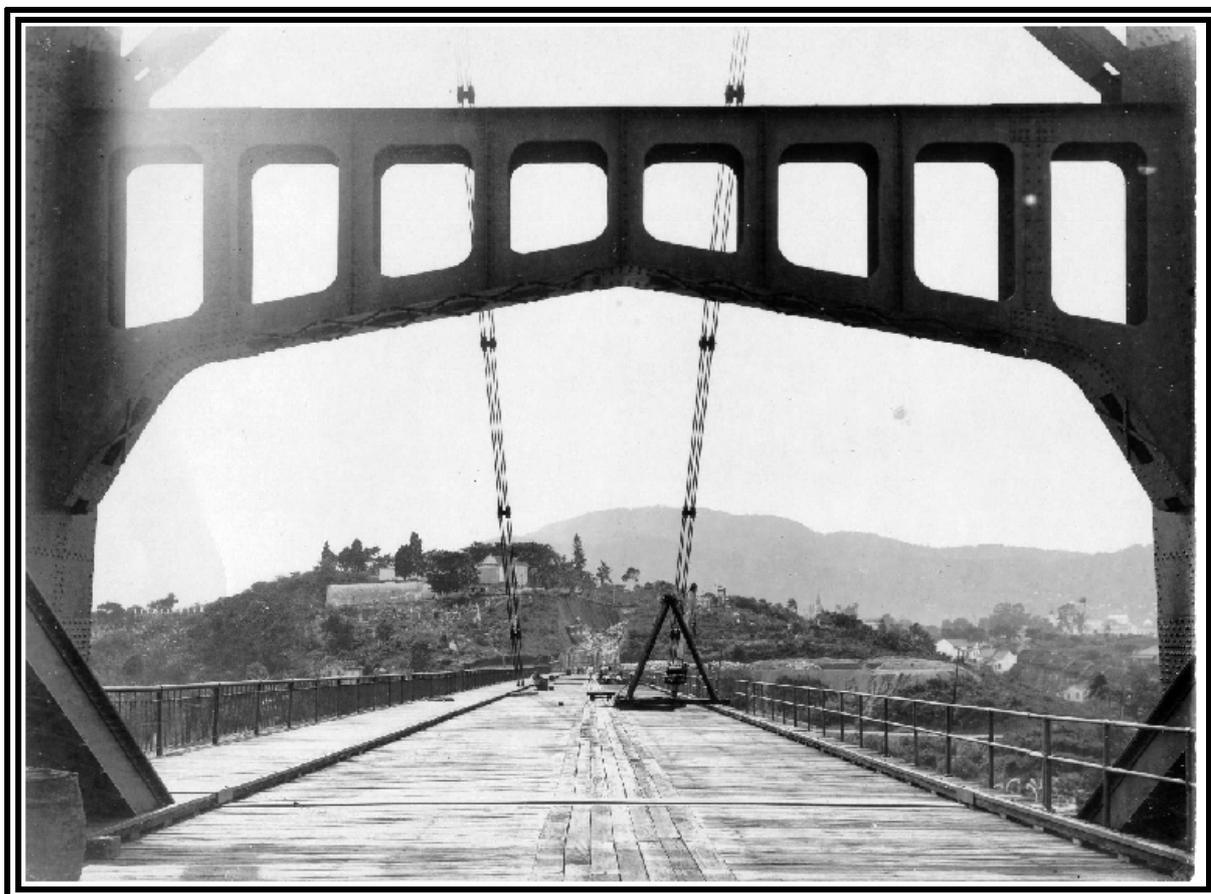
VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios para Pesquisa Ambiental**. Cortez Editora. São Paulo, 2000. 111 p.

VILLAVERDE, María Novo. **El Análises de los Problemas Ambientales: Modelos y Metodología** in M. Novo y R. Lara (orgs). **El Análises Inter Disciplinar de la Problemática Ambiental**. UNESCO. Madrid, 1997. 59 p.

WIEDEMANN, Hartmut U. **Lixo na Alemanha**. Viveiros de Castro Editora. Rio de Janeiro, 1999. 31 p.

WOLMAN, Abel et alii. **Cidades – A Urbanização da Humanidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 172 p.

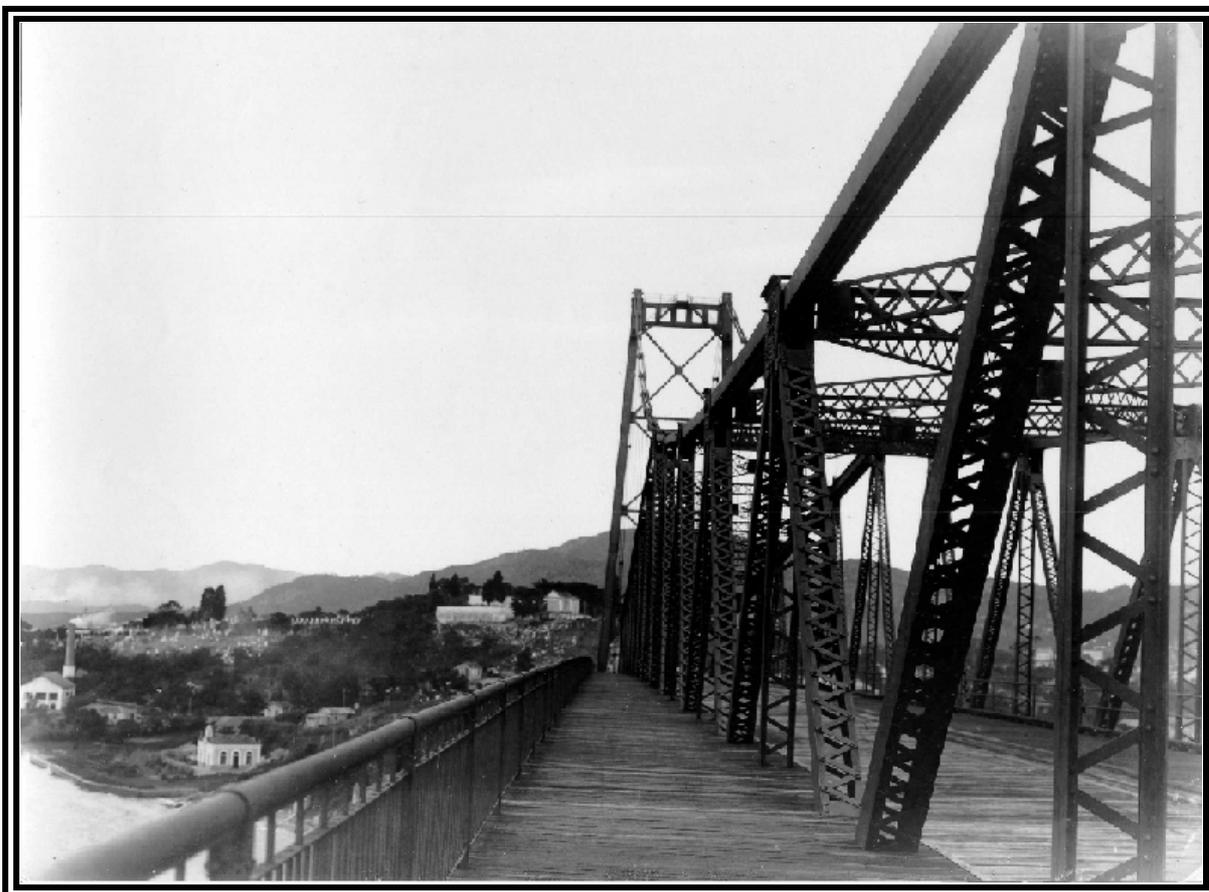
ANEXOS



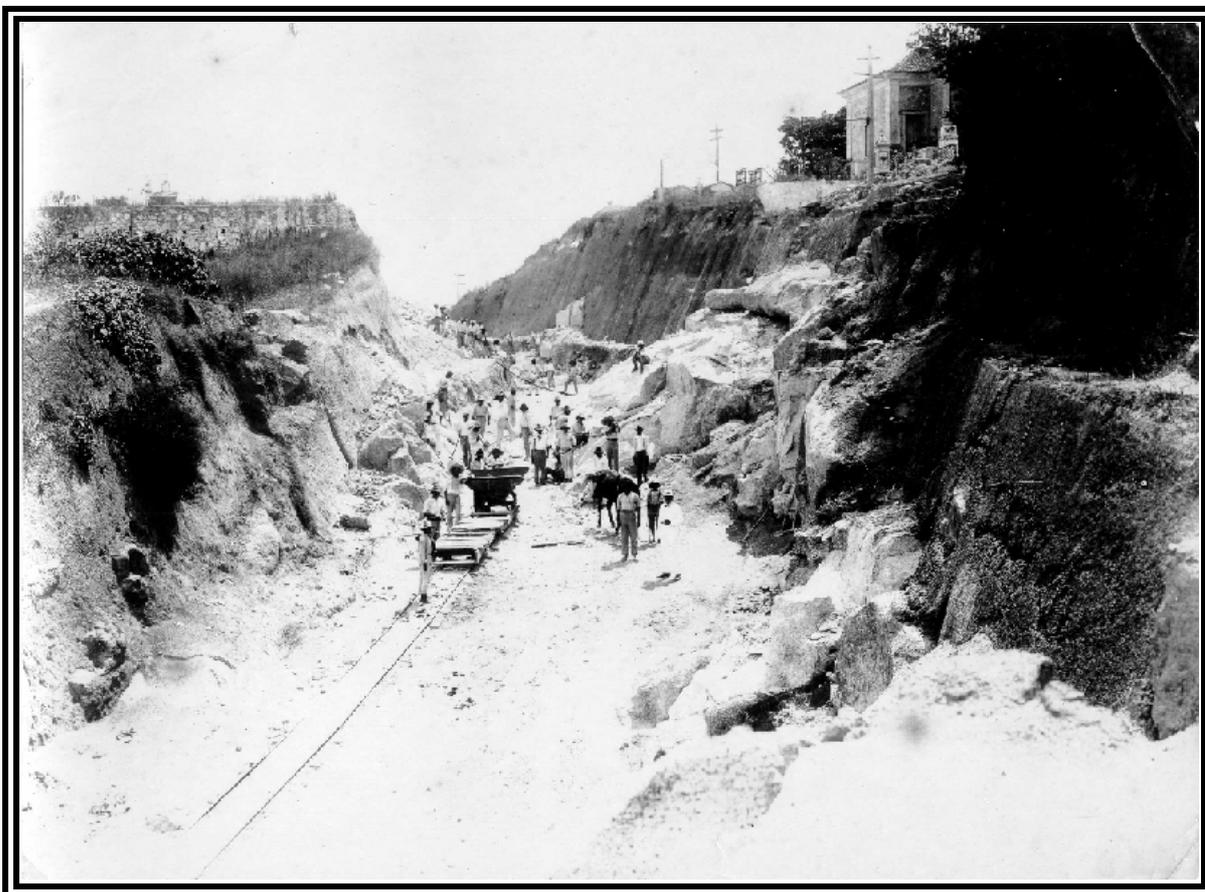
Fotografia nº 01: Vista da Ponte Hercílio Luz, a esquerda o cemitério municipal, a frente, as escavações para implantação de uma avenida. Data: em torno de 1925. Acervo: Paulo Ricardo Caminha.



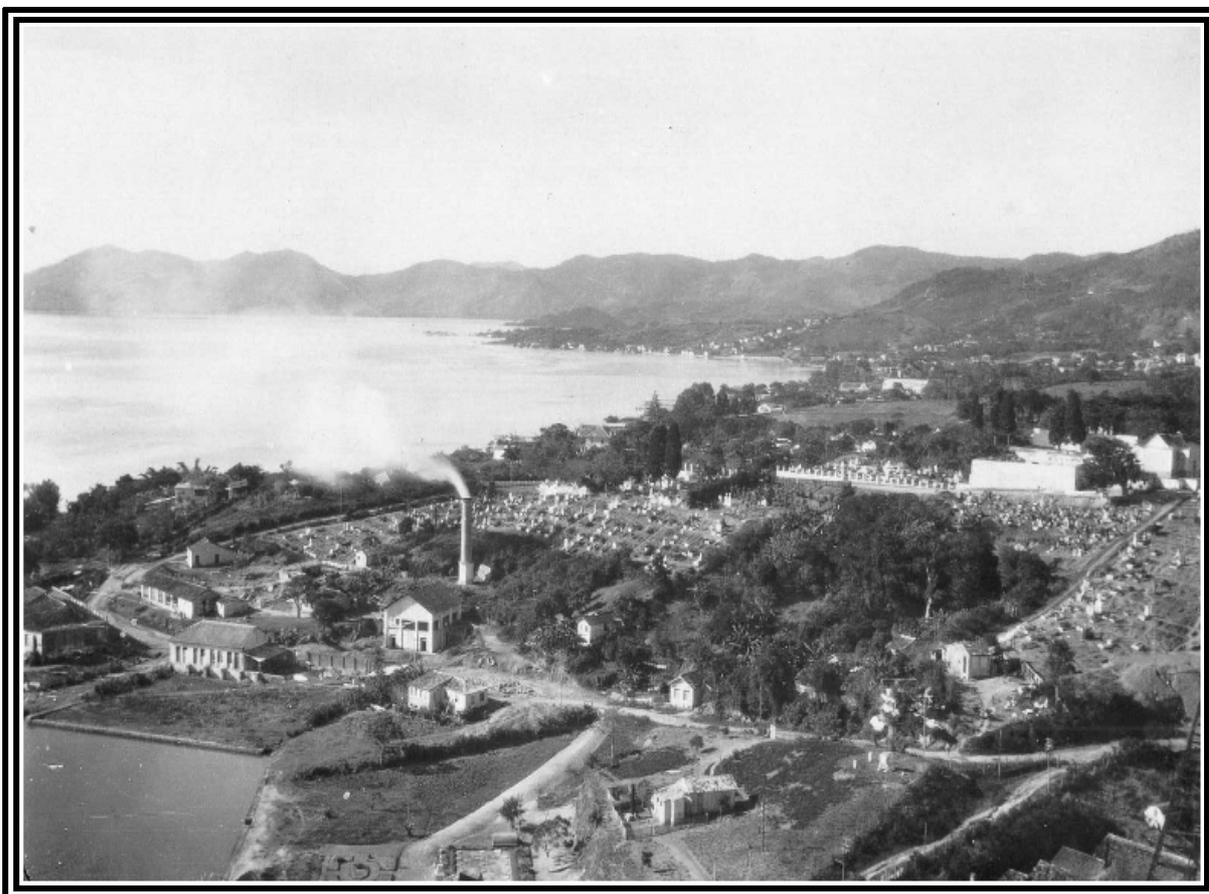
Fotografia nº 02: Vista do cemitério municipal. Data: em torno do ano de 1923. Acervo: Paulo Ricardo Caminha.



Fotografia nº 03: Vista da Ponte Hercílio Luz, a esquerda o cemitério municipal e o alemão, o forno do lixo em operação e a ETE – Estação de Tratamento de Esgotos.
Data: em torno de 1925. Acervo: Paulo Ricardo Caminha.



Fotografia nº 04: Vista das escavações para implantação de uma avenida em frente a ponte Hercílio Luz (lado insular). Acima no lado esquerdo vista parcial do cemitério municipal. Data: em torno de 1925. Acervo: Paulo Ricardo Caminha.



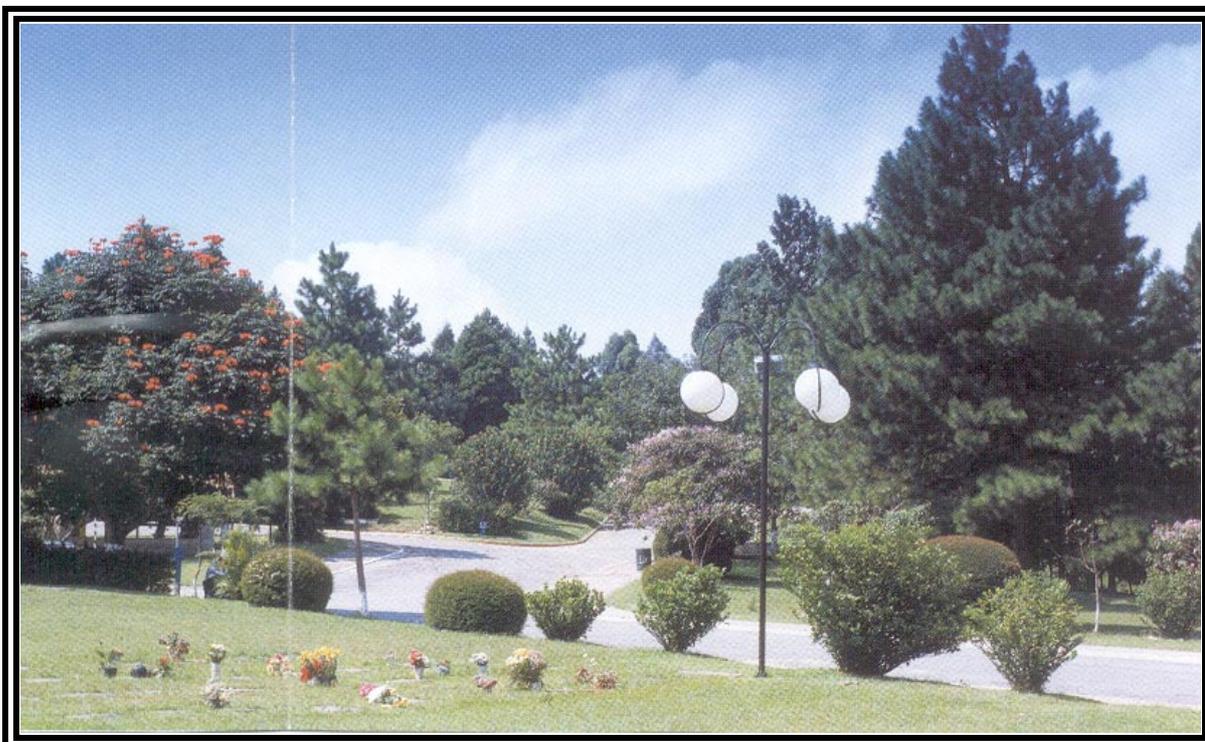
Fotografia nº 05: Vista do cemitério alemão a esquerda, a direita o cemitério municipal, o forno do lixo em operação e a ETE – Estação de Tratamento de Esgotos, (a fotografia foi tirada da torre da ponte Hercílio Luz, lado insular). Data: em torno de 1924. Acervo: Paulo Ricardo Caminha.



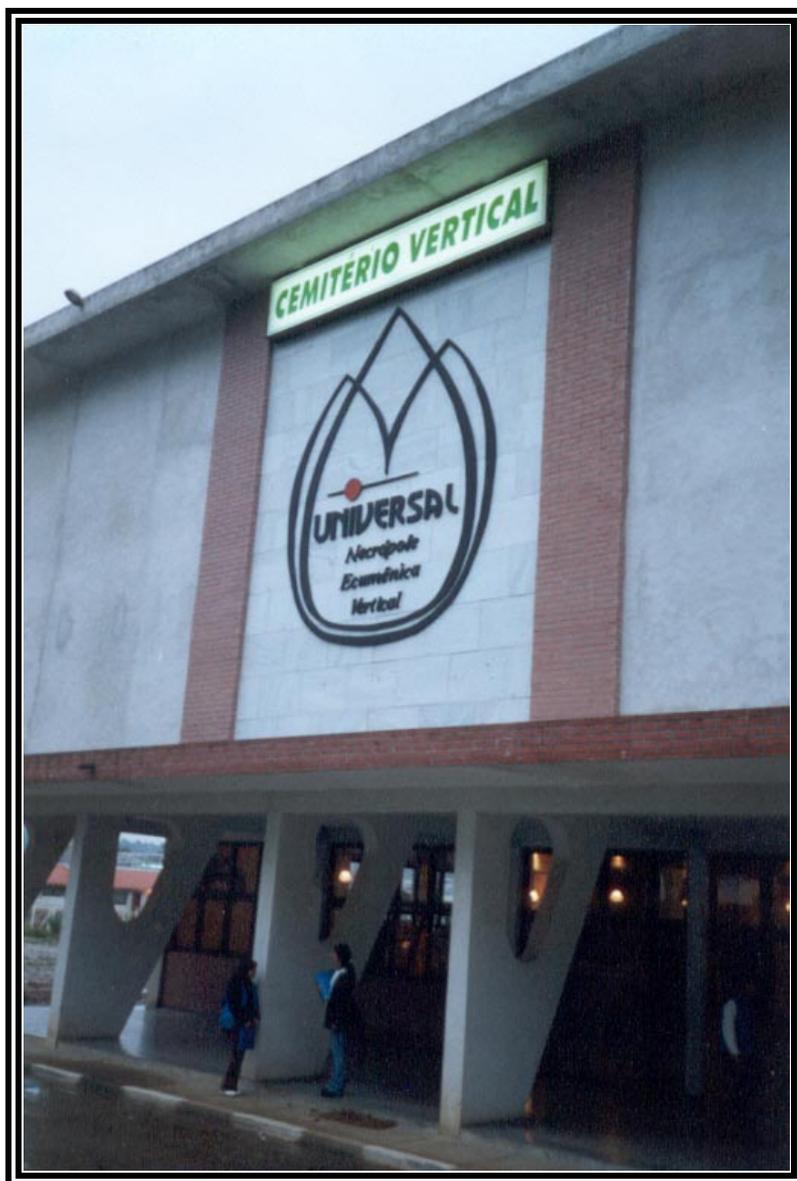
Fotografia nº 06: Vista do cemitério São Francisco de Assis em Florianópolis (solução horizontalizada do tipo convencional). Data: junho de 2000. Acervo: do autor.



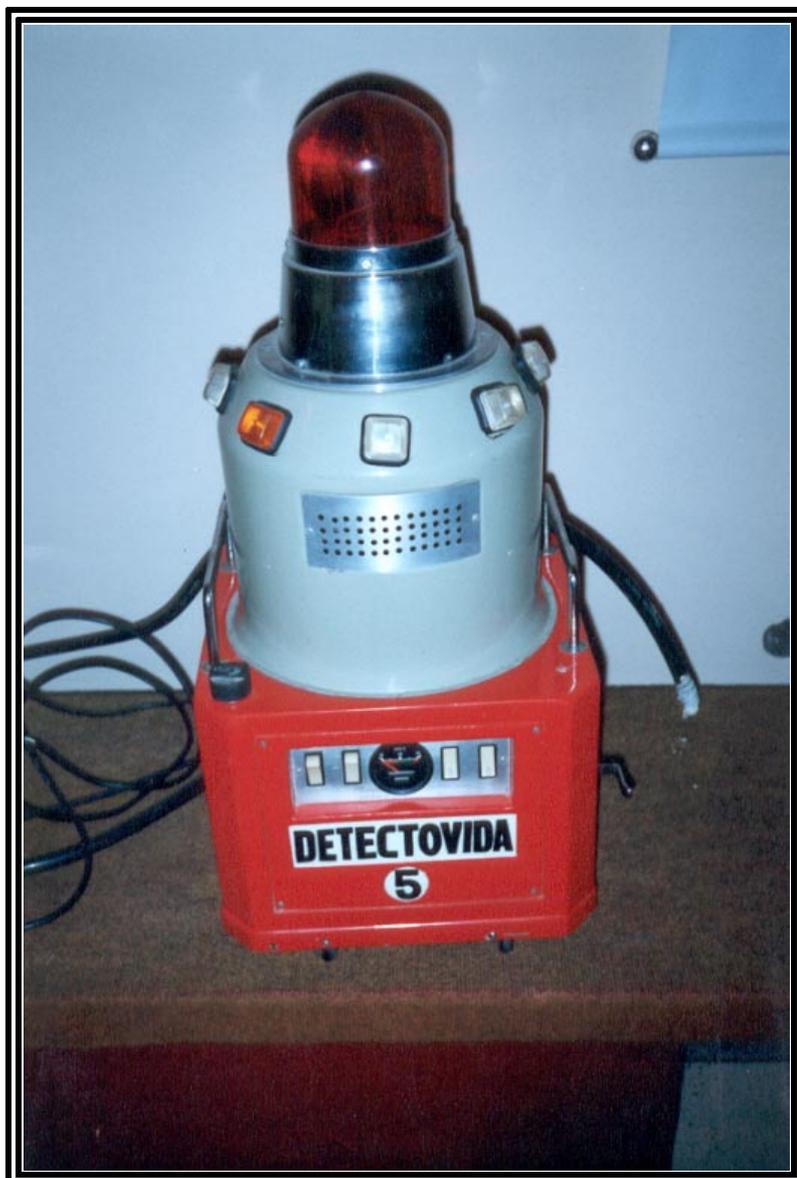
Fotografia nº 07: Vista de uma das lápides transferidas do cemitério municipal do centro para o cemitério municipal São Francisco de Assis em 1924. Data: junho de 2000. Acervo: do autor.



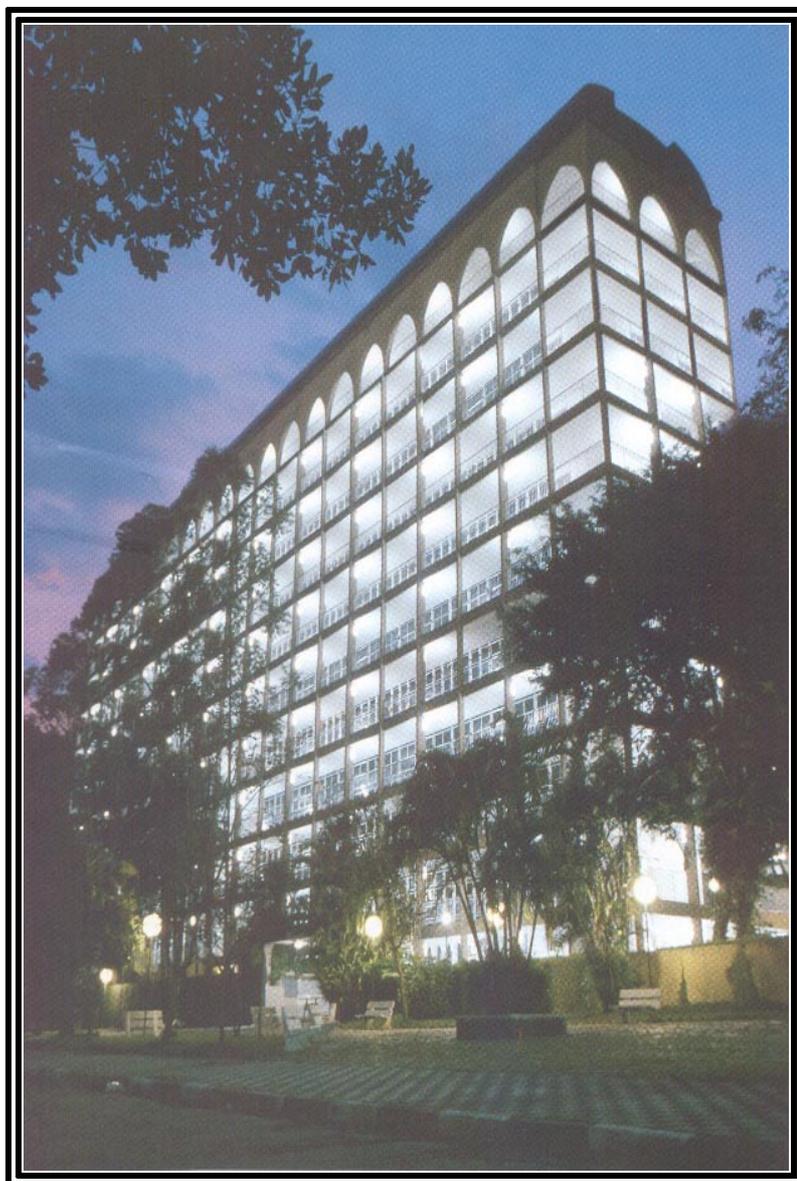
Fotografia nº 08: Vista do cemitério parque “Jardim da Colina” em São Paulo-SP (solução horizontalizada). Data: setembro de 2001. Acervo: do empreendimento.



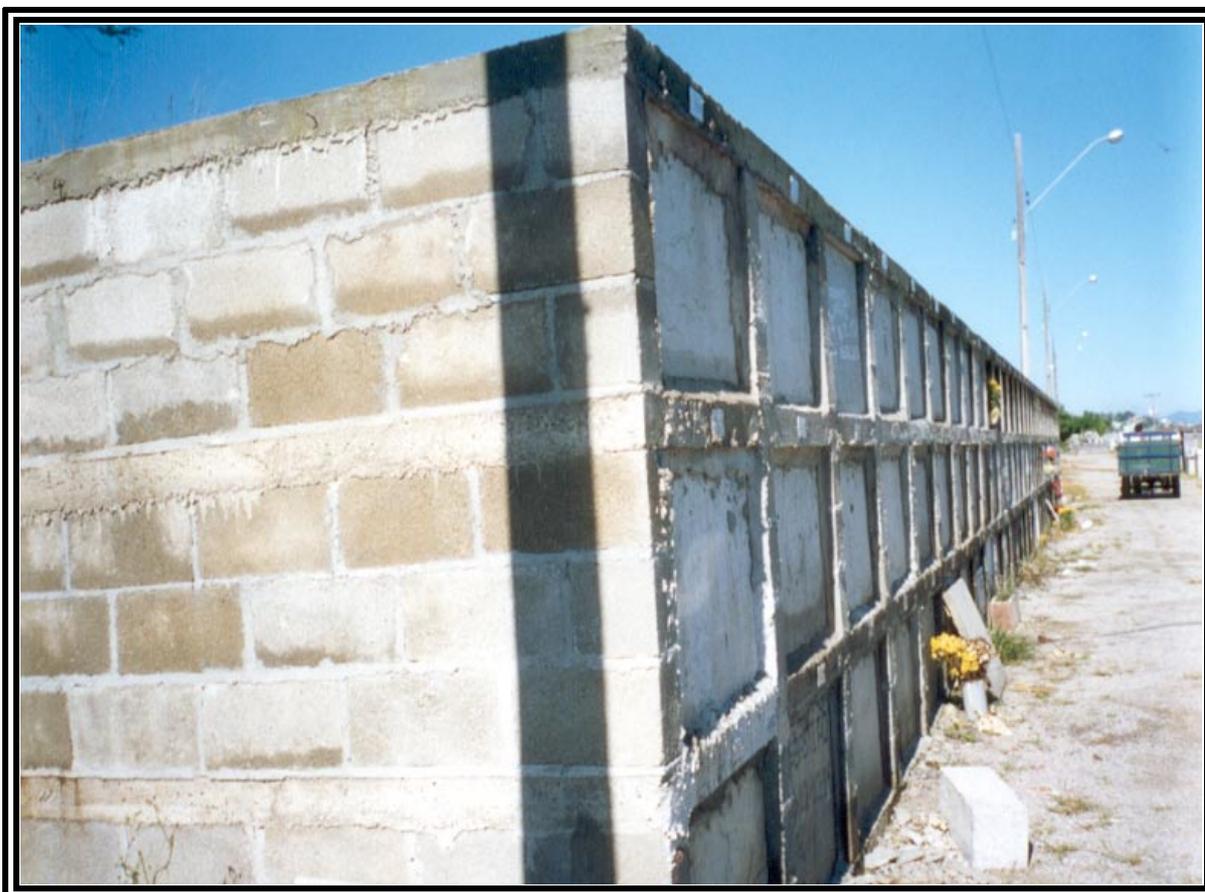
Fotografia nº 09: Vista da fachada da “Necrópole Ecumênica Universal” em Curitiba-PR (solução verticalizada). Data: julho de 2000. Acervo: do autor.



Fotografia nº 10: Vista do aparelho patenteado como “detectovida” da “Necrópode Ecumênica Universal” em Curitiba-PR. Data: julho de 2000. Acervo: do autor.



Fotografia nº 11: Vista do cemitério vertical "Memorial" de Santos-SP (o maior cemitério vertical do mundo). Data: setembro de 2001. Acervo: do empreendimento.



Fotografia nº 12: Carreira de lócios sobrepostos no cemitério São Francisco de Assis – Florianópolis.
Data: setembro de 2001. Acervo: do autor.



Fotografia nº 13: Ato crematório em um dos fornos do crematório de Vila Alpina em São Paulo-SP.
Data: setembro de 2001. Acervo: do autor.



Fotografia nº 14: Ato crematório em um dos fornos do crematório de Vila Alpina em São Paulo-SP (resfriamento dos despojos). Data: setembro de 2001. Acervo: do autor.



Fotografia nº 15: Triturador de despojos resultantes da cremação. Crematório de Vila Alpina – São Paulo-SP. Data: setembro de 2001. Acervo: do autor.



Fotografia nº 16: Cinzas resultantes do ato crematório de um corpo adulto. Crematório de Vila Alpina – São Paulo-SP. Data: setembro de 2001. Acervo: do autor.



Fotografia nº 17: Vista de parte do jardim de espargimento espontâneo de cinzas do crematório de Vila Alpina em São Paulo-SP. Data: setembro de 2001. Acervo: do autor.



Fotografia nº 18: Columbários para a guarda de cinzas. Crematório Metropolitan – Curitiba-PR. Data: julho de 2000. Acervo: do autor.



Ilustração nº 01: Figuração surrealista sobre a vida. Autor: Obra inspirada nas pinturas do mestre Salvador Dalí. Acervo: do autor.